

números 87|88 2° Semestre 2006



director:

Carlos Quiroga

conselho de redacçom:

Carlos Figueiras, Carlos Garrido Rodrigues, Carmen Villarino Pardo, Isaac Alonso Estraviz, Isabel Morám Cabanas, J. Henrique Peres Rodrigues, Joám Manuel Araújo, Mário Herrero Valeiro, Oscar Diaz Fouces, Paulo Valério, Raquel Bello Vázquez, Vítor Meirinho.

conselho científico:

Alberto Garcia Vessada, Aurora Marco, Carlos Campoy, Cláudio Lôpez Garrido, Felisindo Rodríguez, Higino Martínez Estêvez, Joám Trilho Pêrez, José Agrelo Ermo, José António Souto, José Luís Rodríguez, José-Martinho Montero Santalha, José Posada, Luís Gonçales Blasco, Manuela Rivera Cascudo, Marcial Gondar Portasany, Maria das Dores Rei Teixeiro, Ramom Nogueira Calvo, Ramom Reimunde Norenha, Xavier Vilhar Trilho [Galiza]

Evanildo Bechara, Gilda da Conceição Santos, Júlio Barreto Rocha, Márcio Ricardo Coelho Muniz, Raúl Antelo, Reynaldo Valinho, Yara Frateschi Vieira [BRASIL]

Albano Martins, Álvaro Iriarte Sanromám, Amadeu Torres, Benjamim Moreira, Carlos Assunção, Inocência Mata, José Luís Pires Laranjeira, Mário Gomes dos Santos, Óscar Lopes [PORTUGAL]

Onésimo Teotónio de Almeida [ESTADOS UNIDOS]

Fátima Mendonça [MOÇAMBIQUE]

NOTA DA REDACÇOM

- 1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
- 2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.
- **3.** Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
- 4. Os trabalhos publicados aparecerám na normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais supom a aceitaçom desta norma.
- 5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.

[Vid. Normas para envio e publicaçom no final do volume]

Assinatura anual da Revista

30 € Estado Espanhol 34 € Europa 37 € Outros Continentes

Desenho e Maquetaçom: Carlos Quiroga Imprime: LITONOR artes gráficas Santiago de Compostela litonor@litonor.com

> Dep. Legal: C-250-1985 ISSN: 1130-3557

RECEPCOM DE ORIGINAIS E ASSINATURAS

Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)

Fax: 986 438 856

www.agal-gz.org

SUMÁRIO

ESTUDOS

- 9 Cálculo Sexagesimal. Da escrita cuneiforme babilónica à divisom de sessenta segundos do relógio atómico Klaus Eckart Puls
- 47 A promoçom da Língua Portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega. Umha política linguística de fronteira Carlos G. Figueiras
- **Gramática e Antologia: Integração e Identidade Nacional** Élio Cantalício Serpa
- 81 A literatura como cultura e a cultura como literatura no Portugal oitocentista

 Carlos M. F. da Cunha

RELATO / POESIA / CRÓNICA

95 Concha Rousia, Paulo da Rainha, Olalha López Barro, Marcos Abalde, Laura Branco, Carlos Figueiras, Ricardo Oliveira, Célia Gonçalves, Antóm Corbacho Quintela, Luiza Fernandes

ENTREVISTAS

- 129 Samuel Rego –Um agente de Portugal na Galiza
- 135 Manuel Jorge Marmelo O repórter fecundo por Carlos Quiroga

NOTAS

- 145 O Baralhete dos Cegos Jorge Rodrigues Gomes
- 151 Julio Camba e o retábulo burlesco do jornalismo espanhol Edna Parra Candido

Rui Sousa> capa

Mônica Sant'Anna> interiores e contracapa

- 159 Entrega dos Carvalho Calero
 Alexandre Fernandes
- 162 Soneto a Lisboa
- Jenaro Marinhas
- 165 O Druida no lupanar Carlos Quiroga
- 171 RECENSONS

Raquel Bello Vázquez

Maria Isabel Morám Cabanas

Joel R. Gômez

Carlos G. Figueiras

Vanda Anastácio

191 PERCURSO

7 GALEGOS NA EXPOSIÇOM 'HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA' / GALEMPRESA PARA INCREMENTAR USOS NA COMUNICACOM CORPORATIVA / A ESMORGA NOM FECHA / MENAGEM RADIOFÓNICA LUÍS G. BLASCO «FOZ» / FESTA DA LÍNGUA COMEMORA XXV ANIVERSÁRIO AGAL / PROF. JOSÉ MANUEL BARBOSA: NOVO TRABALHO / I FESTIVAL DA MOCIDADE EM VILAR DE SANTOS / I FESTIVAL DA MOCIDADE EM VILAR DE SANTOS / MDL: PROPOSTAS DE POLÍTICA LINGUÍSTICA / 25° ANIVERSÁRIO DA AGAL EM BURELA / XX FESTIVAL DA POESIA DE SALVATERRA, 25 ANOS / CONCHA ROUSIA NO III CERTAME LITERÁRIO FEMINISTA / MATERIAIS AGAL NA FACULDADE DE LETRAS DO PORTO / CORCUBIOM: 1ª INSTITUICOM DA GZ OUE USA NORMA AGAL / PLANETA NH ALCANCA 100.000 PARTIDAS / TRIBUNAL SUPERIOR DENEGA DIREITO ATENDIMENTO EM GALEGO / FALA CEIVE PEDE MAIOR RECONHECIMENTO ESTATUTÁRIO DO GALEGO / MESA EXIGE A TOURINHO GARANTIR GALEGO NA CORUNHA / II EDIÇOM FESTIVAL CAFÉS DA PALAVRA / «V COLÓQUIO DA LUSOFONIA» EM BRAGANCA / RENASCE O GRUPO DA AGAL DE COMPOSTELA / II SIMPÓSIO INTERNACIONAL «LETRAS NA RAIA» / COLÓQUIO INTERNACIONAL AGOSTINHO DA SILVA / CRIANCAS GALEGAS PREFEREM CASTELHANO / Um adeus... e um olá!!! Por Vítor Manuel Lourenço Peres / Jornadas SOFTWARE E CONHECIMENTO LIVRES / JORNADA 8 NOVEMBRO COM DIVISOM / PP PEDE QUE O GALEGO «DEIXE DE SER OBRIGADO» / MDL: 10 ANOS DE VIDA / GENTALHA DO PICHEL INSISTE NO NOME DA PRAÇA DA GALIZA / ACADEMIA DE LA LLINGUA ASTURIANA E O «GALEGO-ASTURIANO» / MARISOL LOPES ADMITE CARÊNCIAS / MAURÍCIO CASTRO ENTREVISTADO EM «LA NUEVA ESPAÑA» / «Inxalá» em Compostela / Curso de Língua na Límia / Disponível on line Corpus Português séculos XIV-XX / Cantos na Maré 2006 / convénio CONCELHO E VIA GALEGO: GRAFIA PORTUGUESA NA GZ/ VOLUNTARIADO LÍNGUA/ O CLUBE D@S POETAS VIV@S «VOZES EM LIBERDADE»/ MANIFESTO DO CLUBE DOS POETAS VIVOS/ GALEGUIA DO CARLOS QUIROGA NO BRASIL/ CÁMARA DE Braganca institui galardom literário/ PSOE contra galeguizacom de APELIDOS / LIVROS REVISTAS LIVROS REVISTAS LIVROS

NORMAS para o envio e selecçom de Trabalhos para Agália





Cálculo Sexagesimal. Da escrita cuneiforme babilónica à divisom de sessenta segundos do relógio atómico*

Klaus Eckart Puls
[traducom de Irene Romeiro Iturralde]

Resumo:

Há mais de cinco mil anos começou a desenvolver-se na Mesopotámia um sistema de numeraçom com o número 60 como base. As suas múltiplas vantagens frente a outros sistemas de numeraçom – mesmo frente ao hoje mais habitual sistema decimal – figérom com que fosse o sistema mais empregado, apesar de mudanças e giros da história, nom apenas em todos os reinados mesopotámicos, mas também no Mediterráneo Oriental, incluídas a Grécia e Alexandria. A pegada do sistema sexagesimal babilónio, cujo uso também estivo mui estendido na Europa medieval, ainda persiste nos nossos dias: os trezentos e sessenta graus sexagesimais de mediçom de ángulos (com os seus 60 minutos e 60 segundos), os doze signos do Zodíaco, os doze meses do ano, o dia com vinte e quatro horas, a hora de sessenta minutos de sessenta segundos cada um, as badaladas dos sinos cada quarto de hora... todo provém da Babilónia.

Palayras-chave:

História, Antropologia, Matemática, Metrologia, medida do tempo, calendário, sistema sexagesimal.

Abstract:

More than 5,000 years ago, a base-60 number system started being developed in Mesopotamia. Thanks to its many advantages in comparison to other number systems –even to the more frequent nowadays decimal system—it stayed, in spite of shifts in history, as the most used system, not only in all Mesopotamian reigns, but in the whole East Mediterranean as well –Greece and Alexandrai included. Commonly used in the Middle Ages, its trace remains until our days. The 360 angular degrees with their 60 minutes and 60 seconds, the twelve Zodiac signs, the twelve months of the year, the twenty-four hours in the day, the sixty-minute hour, the 60-second minute, the 15-minute rhythm of the bell strokes –it all comes from Babylon.

Key words:

History, Anthropology, Mathematics, Metrology, time measuring, calendar, sexagesimal system.

N. da T.: O presente artigo fijo parte do trabalho de licenciatura em Traduçom e Interpretaçom de Irene Romeiro Iturralde, defendido em Julho de 2006. Trata-se de umha adaptaçom de "Sexagesimales Rechnen – Von der babylonischen Keilschrift bis zur 60-Sekunden-Teilung der Atomuhr", escrito por Klaus Eckart Puls e publicado na revista alemá de divulgaçom científica Naturwissenschaftliche Rundschau no seu número de Agosto de 2004. Alguns fragmentos que no original faziam referência a elementos da cultura alemá (p. ex. unidades monetárias e de medida) fôrom modificados e adaptados sob licença do autor de forma a conterem informaçons, mais ou menos paralelas a estas, relativas à cultura galega. Estas intervençons da tradutora aparecem assinaladas aqui cum corpo de letra menor ao do resto do artigo.

CÁLCULO SEXAGESIMAL

Embora hoje nos seja tam familiar o cálculo decimal, os nossos antepassados conheciam bem as vantagens do sistema sexagesimal de numeraçom, cujos principais elementos fôrom desenvolvidos na Babilónia (concretamente, polo povo sumério) há cerca de cinco mil anos. Nenhum sistema se adapta tam bem como o sexagesimal aos cálculos que realizamos no dia a dia. Isto deve-se a que o seu número de base, o 60 (veja Tabela 1), apresenta muitos mais divisores inteiros do que o número 10, e mesmo do que o 100: enquanto o sessenta soma um total de 11 divisores (1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 12, 15, 20 e 30), o dez conta com apenas três (1, 2 e 5) e, o cem, com oito (1, 2, 4, 5, 10, 20, 25 e 50).



Figura 1. A dúzia de ovos, mais umha unidade relacionada com o sistema sexagesimal.

Tanto é assim que, por exemplo, na cultura galega encontramos numerosas relaçons de tipo hexa e sexagesimal entre as nossas unidades de medida tradicionais: em capacidade de secos temos o *choupim* de 3 *ferrados*; em comprimento, contam-se a *cadeia* de 12 *varas*, a *rolha* de 3 *varas* e a *vara* de 3 *pés*, a *quarta* e o *pé* de 9 e 12 *polegadas*, respectivamente, a *légua marinha* de 3 *milhas marinhas*, e a *linha* de 12 *pontos*. Nos pesos, um *adarme* equivale a 3 *tomins*, e nas medidas de superfície, um *ferrado*, a 12 *concas*.

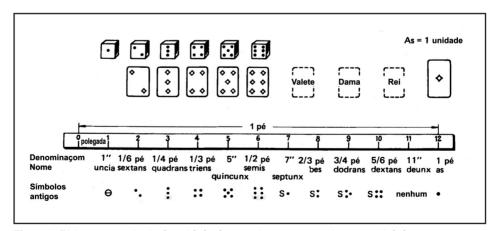


Figura 2. Divisons sexagesimais da unidade de comprimento romana, junto aos símbolos com que eram representadas, conservados ainda hoje nos jogos dos dados e das cartas. Extraído de Kretzschmer, 1958.

Unidades sexagesimais empregadas hoje e a sua proveniência

A estas unidades tradicionais somam-se ainda as dúzias de ovos (com as grosas equivalentes a doze dúzias) ou mesmo os jogos de pratos, de copos, de taças, de talheres ou a roupa de mesa dos nossos lares, que ainda hoje costumam encontrar-se nas lojas em conjuntos de seis unidades ou os seus múltiplos 12, 24, 36, etc. Além disto, podemos encontrar a pegada do sistema sexagesimal nos jogos dos dados e das cartas (baralho de póquer). Neste último ainda se conserva, em parte, a distribuiçom originária dos primeiros símbolos com que se representárom os números em Roma (Figura 2).

As Romanas⁽¹⁾ fariam seu o sistema babilónico de numeraçom nom apenas para dividir o tempo ou os ángulos (primeiro em minutos e mais tarde ainda em segundos), como também para empregá-lo nos campos da topografia e das obras públicas. Aliás, também adoptárom o "Grande Um" ou "Grande Unidade" babilónica, que em Mesopotámia se chamava gui-es e equivalia a uma sessentena, e do qual nasceria o ás (v. Tabela 2, cf. Neugebauer, 1927). No entanto, o ás romano era um "tudo" formado por 12 unidades (cf. Neugebauer, 1927). A palavra, que no princípio designava algumhas medidas, terminou dando nome (por transferência de significado) ao valor mais alto das moedas e das cartas romanas. Nos tempos das moedas de cobre romanas (c. de 450 a 250 antes da nossa era, cf. Leggewie, 1978) um as equivalia a 12 úncias, enquanto nos séculos posteriores, com as moedas de prata (sestércios), ou as imperiais de ouro (áureos e denários), se empregavam sistemas de numeraçom mistos (decimal junto com duodecimal e vigesimal, v. Tabela 1).

Hoje, o número 60 ainda é empregado como unidade: a corrente alternada, introduzida polo físico Nikola Tesla (1856-1943), tem umha freqüência de sessenta hertz (oscilaçons/segundo) nos EUA. Esta medida acrescentou, aliás, mais umha unidade na divisom sexagesimal do tempo, para além da divisom em minutos e segundos, que já era conhecida na Antigüidade sob o nome de *tertia* (cf. Dohrn-Van Rossum, 1985).

Por último, as pontuaçons no ténis também se contam de forma sexagesimal: um jogo (sessenta) divide-se em quatro "pontos" que formam a série do "fifteen - thirty - forty (five) - sixty" (quinze - trinta - quarenta [e cinco] - sessenta), embora para simplificar o 5 tenha sido eliminado do 45 e, em vez do "sixty", costume dizer-se "point/game for...".

¹ N. da T.: De aqui em diante empregaremos indistintamente o feminino e o masculino genéricos para designarmos povos e civilizaçons.

CÁLCULO SEXAGESIMAL

Alguns sistemas aritméticos com escrita posicional						
Nome do sistema	Número- -base	Características				
binário (também dual ou diádico)	2	empregado em computaçom. Os números 0 e 1 assinalam dous níveis de voltagem, "desligado" e "ligado". Cada um equivale a um bit				
quinário	5	contas com os cinco dedos da mao da Antigüidade				
octal	8	em computaçom, 8 bits equivalem a 1 byte (simplifica a representaçom dos números binários)				
decimal	10	o sistema de numeraçom mais empregado em todo o mundo, conhecido já nas antigas culturas hindu e egípcia (mais tarde influenciadas polo sistema sexagesimal babilónico)				
duodecimal	12	"subsistema" do sistema sexagesimal: 12 ¹ = umha dúzia, 12 ² = umha grosa				
hexadecimal	16	em computaçom, 2 bytes (sistema octal) dam origem a umha base hexadecimal				
vigesimal	20	empregado polas maias, astecas, olmecas e toltecas, cujos calendários eram formados por meses de vinte dias				
sexagesimal (também: hexagesimal)	60	na Mesopotámia e na Babilónia a partir de cerca de 3500 antes da nossa era				
Nota: em todos estas sistemas de numeracom, cada número, desde o zero à						

Nota: em todos estes sistemas de numeraçom, cada número, desde o zero à base, deve dispor dum algarismo inequívoco que o represente (p. ex: 0 e 1 no binário, do 0 ao 9 no decimal, ou do 1 ao 59 no sexagesimal: o 0 nom se conhecia).

Tabela 1. Sistemas de numeraçom com escrita posicional.

Como contamos realmente

Na escrita e cálculo numéricos podemos distinguir dous sistemas fundamentais: o aditivo e o posicional.

♦ No **sistema aditivo** os dígitos (algarismos) escrevem-se quase sempre uns junto a outros sem espaço intermédio, obtendo-se o número final pola sua adiçom. Um exemplo típico de sistema aditivo é o sistema numérico romano, onde, por exemplo:

$$XXIII = 23 (10 + 10 + 1 + 1 + 1)$$
 ou $CXXIV = 124 (100 + 10 + 10 + 4)$.

Nele existiam algarismos apenas para as quantidades 1 (I), 5 (V), 10 (X), 50 (L), 100 (C), 500 (D) e 1000 (M), obtendo-se todas as demais por adiçom (v. supra) ou subtracçom (p. ex. 4 = IV = 5 - 1).

♦ O sistema posicional é facilmente compreensível se observamos o nosso sistema decimal, onde a cada umha das casas dum número (em que aparece um dígito do 0 ao 9) lhe corresponde o valor dumha determinada potência de 10. Por exemplo, se representamos a quantidade 7.458,13 no sistema decimal decompondo o número, equivaleria a:

$$(7 \times 10^3) + (4 \times 10^2) + (5 \times 10^1) + (8 \times 10^0) + (1 \times 10^{-1}) + (3 \times 10^{-2})$$

Cada umha destas casas antes ou após a vírgula vai, portanto, associada a umha determinada potência de 10, cujo expoente é sempre inteiro, crescentemente positivo antes desta e crescentemente negativo a partir dela. Se umha destas potências de dez nom ficar "preenchida", no seu lugar aparecerá um 0 (ou, mais precisamente, o 0 deve situar-se nessa casa porque, senom, as potências de dez que sim estám representadas nom ficariam claramente identificadas).

Polo contrário, os sistemas aditivos funcionam sem o zero, que, portanto, era desconhecido na antiga Roma. É por isto que, por exemplo, no calendário cristao (introduzido nessa cidade por volta do século VI da nossa era, cf. Puls, 2000a) nom existe o "ano zero".

Hoje, o número 10 domina os nossos cálculos, tanto na vida quotidiana como na económica. Todavia, as origens do sistema decimal tenhem revelado consistir, antes do que numha opçom racional, numha espécie de "herança natural" (por exemplo, já quando crianças, contamos e calculamos com os dedos da mao de 10 em 10). Assim, nom é por acaso que muitas das primeiras civilizaçons (como os impérios faraónicos ou a antiga cultura hindu) começassem bem cedo a empregar o sistema decimal, com o qual ficariam definitivamente. Porém, como mostra a Tabela 1, sempre existírom (e ainda existem) outros sistemas aritméticos com distintos números-base. A lógica matemática em que se baseiam os sistemas é sempre a mesma, nomeadamente, umha progressom geométrica simples:

$$(a_0 \cdot x^0) + (a_1 \cdot x^1) + (a_2 \cdot x^2) + (a_3 \cdot x^3) + \dots$$

onde x seria a base, formada por um valor inteiro e positivo seleccionado (um número natural: por exemplo, o 10 no sistema decimal e o 60 no sistema sexagesimal, v. Tab. 1), e os coeficientes a_n seriam também números naturais: do 0 ao 9 no sistema decimal; no sexagesimal, do 1 ao 59 primeiro, e, mais tarde, do 0 ao 59 (com o 0 só com a funçom de ocupar casas vazias, mas sem valor aritmético).

Para facilitar a realizaçom deste tipo de cálculos e poder representar quantidades menores que o 1, inverte-se a sucessom de somandos, ficando assim:

Quantidades e algarismos do sistema sexagesimal							
Número	Número Algarismo Denominaçom						
(notaçom arábica)	Sumério	Acádico	Sumério	Acádico	Significado (sentido literal)		
1 (60°)	D	Y	as	gues, guex	o "Tudo", a "totalidade", "homem", "falo"		
2	D D	P P	min	min	"mulher" (no nascimento resultam dous seres a partir de um)		
3	D D D	7 7 7	e-es	ex	"multiplicidade", "pluralidade"		
4	D D D D	Y Y Y Y	lim-mu	lim-mu	"tudo" (?) medidas com quatro subdivisons (?)		
5	D D D D D	7	ia	ia	"mao" (?) "cinco dedos" (?)		
6	D D D D D	7	a-as	ax	5 + 1: ia-as: (i)a-(gue)x		
7	D D D D D D D D	7	i-min	i-min	5 + 2: i(a)-min		
8	D D D D D D D	7	us-su	issu	(ainda sem decifrar)		
9	D D D D D D D D D D	7 7 7 7 7 7 7 7 7	i-lim-mu	illimu	5 + 4: i(a)-lim-mu		
10	0	<	u	ha	"dez dedos" (?) "duas maos" (?)		
20	0 0	< <	ni-es	nix	"pessoa" (?) "10 dedos das maos + 10 dedos dos pés" (?)		
30	0 0 0	< < <	u-su	uxu	3 × 10: ex-u		
40	0 0 0 0	<<<<	ni-mi-in	nin	2 × 20: nix-min		
50	00000	< < < < <	ni-mu-u	nin-u	40 + 10: ninu		
60 (60 ¹)	D	γ	gui-es	guex, guexta	o "Grande Um", a "Grande Unidade"		
100	D 0 0 0 0	F Scrita posterio		o, 60 + 40 x 100			
120	D D	YŸ	guex-min	guex-min	60 × 2		
180	DDD	7 7 7	guex-ex	guex-ex	60 × 3		
600	0	K	gues-u	guex-u	60 × 10		
3600 (60 ²)	0	₿	sar	xar	"círculo", o "Tudo", o "Universo"		
3600	0	Ø	sar-u	xar-u	3600 × 10		
216000 (60 ³)		\$	sar-gues	sar-gal	"xar grande", "grande círculo"		

Tabela 2. Números e algarismos do sistema sexagesimal. Os demais números representavam-se, tanto no sistema aditivo como no posicional, por meio da composiçom destes algarismos, sendo necessários apenas dous algarismos para representar os números até o 59. Nos mais de três mil anos de vida da escrita cuneiforme,

... +
$$a_3 \cdot x^3 + a_2 \cdot x^2 + a_1 \cdot x^1 + a_0 \cdot x^0 + a_{-1} \cdot x^{-1} + a_{-2} \cdot x^{-2} + ...$$

Isto torna possível alinhar, nas operaçons aritméticas fundamentais, cada valor posicional da quantidade de partida com o valor posicional respectivo do somando, subtraendo, multiplicador ou divisor da outra quantidade de forma exacta, o que no sistema aditivo se revelaria muito mais difícil.

Hoje, junto ao uso do sistema decimal espalhou-se o do sistema binário (dual), que tem o 2 como número base e emprega os algarismos 0 e 1. Isto torna mais simples e elegantes os cálculos efectuados nos computadores, pois, nas questons com que se trabalha, as opçons ficam reduzidas a "sim" ou "nom". Se o valor dumha casa estiver electronicamente "ocupado" continuarám-se os cálculos com a pertinente potência de 2. Se nom o estiver, o cálculo realizará-se com um zero para esse valor. Este sistema, desenvolvido já por Leibniz (1646-1716), foi aplicado por Konrad Zuse nos primeiros computadores programáveis em 1938.

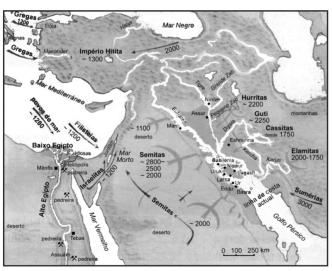


Figura 3. Povos e cidades-estado nos primeiros anos da civilizaçom mesopotámica (entre 3000 e 1500 antes da nossa era). Mesopotámia, do grego mesos potamos, significa "terra entre rios". Obtido de Schmidt, 1983.

empregárom-se, além dos algarismos aqui indicados, outros com distintas particularidades segundo a regiom ou etnia de origem ou a altura em que fôrom criados. Aqui aparecem representados os mais básicos. Observem-se as representaçons para o 100 na escrita acádia. Extraído de Neugebauer 1927, Pichot 1995 e Van der Westela 1926.

N. da T.: Nesta tabela o fonema grafado como x deve ser interpretado como o som fricativo palatal surdo f/f.

Quer nos computadores, quer no dia a dia ou na Antigüidade, cada um dos sistemas de numeraçom antecitados tem as suas vantagens: o já familiar sistema decimal nom deve ser considerado, em absoluto, o cúmulo do saber matemático, de igual forma que os logaritmos decimais nom som mais do que um tipo entre os muitos que componhem o cálculo logarítmico (outros números, sobretodo o número natural 'e', tenhem-se revelado como bases muito mais efectivas e elegantes para a resoluçom de muitos problemas matemáticos).

Como escreviam as Sumérias?

Os começos da matemática, astronomia e escrita babilónicas remontam-se a há mais de 5.000 anos e a altura em que os Sumérios, em c. de 3500 a.C. se estabelecérom, provenientes doutras regions da Ásia, na Mesopotámia e cultivárom a sua terra. Segundo as pesquisas mais recentes, as Sumérias poderiam ter sido as descendentes dos Ubaidas, que, por causa dumha catastrófica enchente do Mar Negro (suposta origem do mito do Dilúvio universal) se teriam visto forçados a emigrar em direcçom ao sul há cerca de 7.000 anos (cf. Pitman, 2001).

Nos mais de três mil anos seguintes, e sob o domínio em Mesopotámia ou Babilónia das Acádias, as Amoritas, as Assírias, os Caldeus, os Hurritas, os Guti, os Hititas e muitos outros povos (v. Fig. 3), as três ciências experimentárom um grande desenvolvimento. Hoje sabemos mais sobre isso graças à conservaçom de milhares de tabuinhas de argila inscritas com caracteres cuneiformes, cuja decifraçom iniciou Grotefend em Gotinga cerca de 1800 e ampliárom e completárom mais tarde (em torno a 1875) Rawlinson e Smith (Londres), que finalmente as tornárom legíveis (cf. Pitman, 2001).

No começo, as letras e algarismos babilónicos consistiam (como noutras culturas antigas) em pictogramas (glifos) riscados em pedra ou argila (cf. Pichot, 1995). A sua evoluçom deu como resultado a apariçom na Suméria da primeira escrita cuneiforme, que, a partir de cerca de 2500 antes da nossa era, iria tornando-se cada vez mais abstracta sob a influência dos povos semitas (especialmente o acádio). Isto fijo com que esta escrita fosse fácil e rápida de escrever, mas nom, necessariamente, mais legível. Ao longo dos séculos e mesmo milhares de anos a seguir apareceriam escritas de transiçom, coexistiriam distintos tipos de escrita e dariam-se passos em falso, o que devemos levar em conta ao observarmos na Tabela 2 as figuras, simplificadas de foma esquemática, com que se representavam os algarismos na antiga escrita suméria e na

mais recente semítico-acádia. As figuras 4 e 5 e as tabelas 3 e 4 dam umha ideia mais exacta do aspecto que tinham estes símbolos no "dia a dia" daquelas sociedades antigas.

Sumério, antes de 2000 a.C.	₩	⟨ U	⟨ w	D	0	D	0	0	0	
Acádico, a partir de 2500 a.C.	H	II	जा	Y	∢	Y	K	✡		❖
Decimal	$\frac{1}{2}$	$\frac{1}{3}$	<u>2</u> 3	1	10	60	10×60	60 ²	10×60 ²	60 ³

Tabela 3. Símbolos cuneiformes correspondentes a números. Ampliaçom a partir de Neugebauer, 1975.

Exemplo: 1967 = (32 >	(60) + 47 = (32) (47) no	sistema sexagesimal
Sistema aditivo	kkkll *** ₩	600 + 600 + 600 + 60 + 60 + 10 + 10 + 10 + 7
Sistema posicional	32 47	((10 + 10 + 10 + 2) × 60) + ((10 + 10 + 10 + 10 + 7) × 1)

Tabela 4. Números na escrita cuneiforme representados de modo aditivo e posicional. Extraído de Puls, 2000a.

Como se chegou aos curiosos "círculos" e "semicírculos" da antiga escrita suméria?

Os símbolos cuneiformes da Mesopotámia gravavam-se com estiletes feitos de cana sobre tabuletas de argila branda sem cozer, materiais que se encontravam naquela zona de forma quase ilimitada. Quase todas as colecçons de tabuinhas terminárom destruídas com o passo do tempo. Até nós chegárom apenas as que se encontrárom em cidades que foram incendiadas nas guerras da Mesopotámia (p. ex. Nínive): o que para a populaçom da época fora, infelizmente, umha fornalha letal, hoje é umha bençom para as arqueólogas.

Os estiletes de cana tinham forma circular na sua parte inferior. Se se apoiavam verticalmente na tabuleta, nela ficava gravado um pequeno círculo, e, se se inclinavam um pouco, o resultado era umha meia-lua ligeiramente alongada, como pode distinguir-se na Figura 4. Nessa tabuleta destaca umha espécie de tabuada de multiplicar que fai pensar que no seu tempo tivesse uso escolar. Na coluna central aparecem, lidas de abaixo a acima, as "unidades" (meias-luas) do sistema sexagesimal do 1 ao 9, e na da direita as "decenas" (círculos).

Mais tarde começárom a empregar-se estiletes de ponta triangular ou cortada em bisel e diversificárom-se os materiais de que eram feitos (cf.

Dilke, 1991), com o que as letras e os algarismos se tornárom mais estilizados. Os finos e alongados sinais cuneiformes eram produzidos apoiando os estiletes em diagonal sobre a argila e pressionando a superfície com eles ainda um pouco mais inclinados (Tab. 3 e 4 e Fig 5).

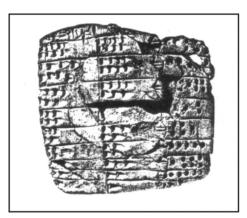


Figura 4. Tabuinha de argila (muito provavelmente, de uso escolar) anterior ao 2000 a. C. com símbolos cuneiformes sumérios. Nas colunas central e esquerda estám representados os números do 1 ao 9; na direita, do 10 ao 70 (originariamente até o 90?). Extraído de Van der Waerden, 1956.

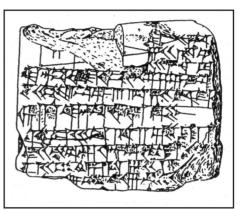


Figura 5. Tabuinha de argila com algarismos cuneiformes da escrita semítico-acádica posterior a 2000 a. C. Cálculos com o teorema de Tales: o ángulo periférico ao semicírculo mede 90°. Extraído de Pichot, 1995.

Quem inventou a base sexagesimal?

Na primeira escrita suméria escrevia-se e contava-se só em sistema aditivo. Aliás, desde os seus inícios, combinárom-se a um mesmo tempo componentes decimais e sexagesimais nos sistemas de escrita e numeraçom (cf. Neugebauer 1927, Pichot 1995, Neugebauer 1975 e Neugebauer 1983). Embora este particular sistema sexagesimal nom fosse, portanto, um sistema "puro" de base sessenta, a denominaçom "sexagesimal" é justificada por todos os autores. Na bibliografia relativa ao tema podemos encontrar duas hipóteses fundamentais sobre as origens deste sistema "misto":

♦ *O sistema de 2x5 dedos*:

Na Figura 6 pode-se observar umha ilustraçom explicativa. Primeiro, começa a contar-se a partir do polegar nos dedos da mao direita, ida e volta até chegar ao 9. A primeira dezena completa assinala-se tirando o polegar do punho esquerdo. Para as demais vam-se tirando os dedos restantes, e assim até chegar a 50. Até aqui o sistema seria decimal (como

também foi, portanto, habitual noutras civilizaçons antigas) (cf. Pichot, 1995), mas se contamos mais umha volta na mao direita chegamos ao 59. Assim, o 60 converte-se na primeira "unidade completa", e começamos já a mover-nos no sistema sexagesimal.

A Figura 7 ilustra outra possibilidade: na mao direita conta-se unicamente até cinco. Cada grupo de cinco unidades assinala-se avançando com o polegar da mao esquerda polas falanges dos restantes dedos da mao esquerda. Desta forma chega-se (novamente) ao 60, atingindo-se, mais umha vez, o número base do sistema sexagesimal. Estes sistemas de contagem cos dedos também podem ser considerados como precursores do ábaco (Fig.8).

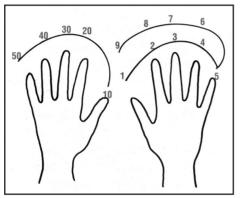


Figura 6. Umha das teses que assinalam a contagem "manual" como origem do sistema sexagesimal: na mao direita contam-se as unidades, e na esquerda as dezenas, com o que se chega até o número 59. A partir de 60 (ou 61) começa umha nova volta. Extraído de Pichot, 1995.

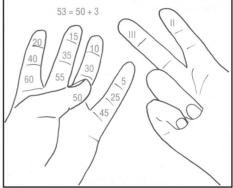


Figura 7. Outra hipótese para o nascimento do sistema sexagesimal: na mao direita conta-se do 1 ao 5 e na esquerda em grupos de 5 até chegar a 60. Entom, a partir do 61 começa-se umha nova volta. Obtido de Scharnagel, R..

♦ Origem a partir de diferentes sistemas de medida

O especialista em culturas antigas Otto Neugebauer foi um dos defensores de outra hipótese que explicaria a origem do sistema sexagesimal. Este autor expujo detalhadamente como, nos primórdios da civilizaçom suméria (como, de resto, também aconteceu noutras culturas), surgírom diversos sistemas de medida mais ou menos afins, específicos de cada ramo de actividade, no quadro das divisons do trabalho existentes na época (cf. Neugebauer, 1927). Isto atingiu tal ponto, que o mesmo símbolo ou denominaçom podia fazer referência a medidas completamente distintas segundo o sistema de que se tratasse.

As **medidas de comprimento** (dedo, palmo, cana, côvado, pé, milha...) eram organizadas, na sua maioria, de forma sexagesimal com subdivisons adicionais decimais (por exemplo, as empregadas em sectores como os de transformaçom de cordas, juncos ou canas, tecidos e madeira, ou para medir o comprimento de rotas pedestres e de caravanas).

Os pesos (siclo, mina, talento) e medidas de capacidade tinham unicamente subdivisons sexagesimais (sobretodo, na agricultura), sendo as relaçons entre elas também sexagesimais. Para este tipo de unidades, cedo se tornárom habituais (por serem necessários) os cálculos com fracçons, nomeadamente com quantidades como 1/2, 1/3, 2/3, 1/6, 1/60, 1/180, etc., pola sua boa divisibilidade e o simples que tornavam os cálculos. É por isto que na Babilónia nom se registou, por exemplo, a simples e intuitiva série de partiçons à metade (1/2, 1/4, 1/8, 1/16..., denominada em ocasions divisom em círculo ou "de torta"), que si aparecera desde o começo noutras civilizaçons. As unidades de capacidade e peso nom surgírom a partir de unidades comuns de comprimento, mas sim de forma independente e empírica (p. ex. para a mediçom de volumes de cereais).

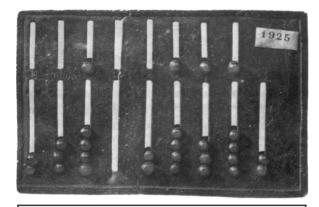
3. As **medidas de superfície** (*gar*, *sar*) fôrom empregadas principalmente na construçom, no urbanismo e na agricultura. Nesta última desenvolveu-se um sistema misto que combinava o sistema sexagesimal e o decimal.

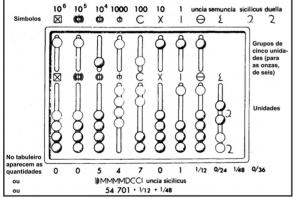
Com o progressivo desenvolvimento e inter-relaçom dos ofícios, o comércio e o tráfego, a existência de diferentes sistemas de unidades, mutuamente incongruentes, e as denominaçons polissémicas que recebérom tornou-se num importante problema, que, já no terceiro milénio a.C., suscitou a adopçom de medidas legislativas por parte da "autoridade do estado" encaminhadas a estabelecer umha regularizaçom. Isto marcou o início dos bons tempos para o número 60, que, como se comentou ao princípio, apresenta consideráveis vantagens devido aos seus numerosos divisores, o que fai com que as fracçons complexas sejam muito menos comuns no sistema sexagesimal do que no decimal, facilitando os cálculos de forma extraordinária (especialmente na vida diária). Graças a isto, o número 60 revelaria-se como o veículo mais apropriado para a unificaçom dos diversos sistemas de unidades.

² N. da T.: No original "der normierenden Tätigkeit der Staatsgewalt", tirado de Neugebauer, 1927.

A problemática das fracçons foi perfeitamente exposta por Goethe nos seus versos:

... e memoriza dumha vez por todas o mais importante dos adágios: nom há, para ti, nenhum segredo no número, apenas um grande nas fracçons.⁽³⁾





Como resposta a esta problemática, devemos lembrar que, afinal, a partir de diversos sistemas de medida, se chegou a um sistema de mediçom unificado, e, com este, a um sistema numérico uniforme (Tabela 2). Mais tarde fundárom-se, a partir dele, as bases dum sistema de cálculo ideal para a vida quotidiana, cuja posterior evoluçom daria origem, segundo milénio antes da nossa era, ao que hoje conhecemos como Aritmética, seguida da ciência da Matemática, que já na antiga Grécia atingiria um alto nível de desenvolvimento.

Figura 8. Ábaco romano com combinaçom de valores posicionais decimais e sexagesimais. Acima: original de bronze exposto no Gabinete das Medalhas da Biblioteca Nacional de Paris. Abaixo: reconstruçom esquemática do ábaco, na qual se incluem as fichas de pedra (calculi) que faltam no original. Em cada umha das primeiras sete colunas encontram-se, devido ao divisor 10, cinco calculi (decimal); a partir da oitava fileira, os calculi som seis, de harmonia com o divisor 12. Nesta reconstruçom omitírom-se as fileiras verticais a partir da décima (1/48). Na parte superior situárom-se as ranhuras curtas, e na inferior as longas: acima assinalavam-se com um calculus os grupos de 5, 50, 500 unidades e sucessivos, e nas de abaixo marcavam-se com quatro calculi as unidades, dezenas, centenas, etc. Para assinalar umha quantidade, deslocavam-se os calculi correspondentes para o meio. Os valores maiores de 1 calculavam-se de forma decimal, e os inferiores calculavam-se de forma sexagesimal na regiom das fracçons. Assim passava-se, de forma simples, dum sistema para o outro. Extraído de Kretzschmer, F.

³ N. da T.: No original: "... und merk dir ein für allemal, / den wichtigsten von allen Sprüchen: / es liegt dir kein Geheimnis in der Zahl, / allein ein großes in den Brüchen".

A descoberta dos valores posicionais

Aproximadamente nos primeiros 1.500 anos da cultura mesopotámica, os cálculos eram efectuados de forma aditiva empregando números "mistos" de base decimal e sexagesimal. Mas, chegada umha altura, impujo-se um sistema posicional: por que?

A razom principal terá residido na utilizaçom das quantidades cada vez maiores (e a consequente complicaçom dos cálculos) que acarretárom os avanços da economia e do comércio. Na vida diária daquela altura realizavam-se quase tantos cálculos e contas como na de hoje: cabeças de gado, volumes das colheitas, ferramentas, moedas, soldados, e muito mais, eram contados e medidos. O sistema aditivo tornou-se demasiado desajeitado para tantas contas, e, além disso, apresentava umha propensom aos erros considerável. Enquanto se operasse com os números 1 (60°) e 60 (60¹, o 'grande Um', v. supra) os erros podiam limitar-se até certo ponto, mas, contodo, era necessária umha grande precauçom na escrita para nom confundir as quantidades 1 e 60, pois eram representadas polo mesmo símbolo (veja tabelas 2 e 3). Este sistema estava condenado a nom durar muito. Mais adiante, com a ampliaçom do sistema às granduras 60^2 (3600) e 60^{-1} (1/60), os problemas aumentárom, polo que, pouco a pouco, foi deixando-se mais distáncia entre os componentes dos somandos (formando "agrupamentos" de símbolos) até que, por volta de 2000 a.C., se chegou (quer de forma consciente, ou quer de modo inconsciente ao princípio) à escrita de tipo posicional (cf. Pichot, 1995).

A escrita posicional fai mais patente ainda a "economia" que caracteriza o sistema sexagesimal (cf. Pichot, 1995): por exemplo, até o "número decimal" 3.599 de *quatro* casas decimais, todos os números se representam neste sistema em apenas *duas* casas:

3.599 transcreveria-se, de forma sexagesimal, como (59) (59), ou, mais exactamente, (59 x 60°) + (59 x 60°). Os parénteses encerram os valores posicionais que tomam os respectivos "dígitos" sexagesimais (potências de sessenta).

O primeiro número de três casas do sistema sexagesimal é 3.600, que se representaria como (1) (0) (0), ou, concretamente (mais umha vez), (1 \times 60°) + (0 \times 60°).

Na Tabela 4 fai-se umha comparaçom entre os sistemas aditivo e posicional: o número decimal 1.967 comporia-se, na escrita posicional do sistema sexagesimal, dos dous valores posicionais $(32 \times 60^{\circ}) + (47 \times 60^{\circ})$.

Ao compararmos as duas representaçons acádicas para 1.967 podemos observar que o sistema posicional ainda possuía componentes aditivos; além disso, as quantidades do 1 ao 59 eram representadas por combinaçom dos algarismos equivalentes a 1 e 10 (Tab. 2).

O facto de que as posiçons atrás da vírgula pudessem ser representadas sexagesimalmente de forma uniforme também supunha outra vantagem. Assim, por exemplo, o número decimal 7.458,1 representaria-se no sistema sexagesimal como (2) (4) (18), (6); ou, mais exactamente, $(2 \times 60^2) + (4 \times 60^1) + (18 \times 60^0) + (6 \times 60^{-1})$.

Um símbolo de separaçom chamado "nada"

Com a adopçom do sistema posicional, os complexos algarismos específicos para 3.600 (60²), 36.000 (10 x 60²) e 216.000 (60³) que aparecem na Tabela 2 perdêrom a sua razom de ser. Cada vez mais, colocavam-se, em *todas* as "casas sexagesimais", exclusivamente os cones e angulinhos (os "blocos base" do sistema aditivo com que se representavam as quantidades do 1 ao 59, cf. Neugebauer 1927, Seife 2002 e Van der Waerden, 1956) o que, como pode observar-se na Tabela 5, provocou umha simplificaçom da escrita.

Mas, entom, apresentárom-se problemas de outro tipo: tanto os algarismos cuneiformes como as "posiçons" que ocupam aparecem representados de forma clara e bem separados uns dos outros na Tabela 5, todo o contrário do que acontecia na antiga Babilónia, onde se, por exemplo, apareciam representados dous cones com valor de unidade seguidos (\blacktriangledown \blacktriangledown) podiam ser interpretados, dependendo de como se 'estimasse' o espaço entre eles, de formas muito diferentes:

como 2 x 60° (= 2), ou 60° + 60° (isto é, 61), ou 60° + 60° (3.660), ou ainda como 60° + 60° (= 3.601).

Valor posicional	60 ³	60 ²	60¹	60°	
sexagesimal	P +	- PP +	(((1	- √√↑↑↑	
	1×60^3	2×60^2	41×60^{1}	23×60^{0}	
decimal	216.000	7.200	2.460	23 =	= 225.683

Tabela 5. A escrita posicional. Neste tipo de escrita emprega-se apenas um único tamanho para os símbolos, igual em todas as posiçons. Ao mesmo tempo, para representar quantidades do 1 ao 59 precisam-se unicamente os símbolos 7 para o 1 e ✓ para o 10, polo que outros símbolos de maior tamanho e mais complicados, como o empregado para 600 ou o equivalente a 3.600 (v. Tabela 2) deixam de ser necessários.

CÁLCULO SEXAGESIMAL

Todavia, mesmo com o emprego dos "zeros marcadores de posiçom", continuava havendo insegurança na leitura dos números, já que nom se podia fixar no bloco numérico completo a seqüência das potências, e, aliás, ele podia ser deslocado mentalmente para a direita ou para a esquerda. No entanto, as Babilónias tinham com certeza tanta práctica na realizaçom de cálculos mentais aproximados que eram capaces, sem grande dificuldade, de realizar a correspondente atribuiçom de valores posicionais para fazerem ideia da dimensom das transacçons comerciais de que estavam a falar.

O célebre astrónomo Ptolomeu também calculava de forma sexagesimal na Alexandria do século II da nossa era. Ele foi, provavelmente, o primeiro em empregar um pequeno círculo (o) como símbolo de quantidade nula, tanto como indicador de posiçons (casas) quanto como símbolo final para assinalar que terminava um número (cf. Van der Waerden, 1956).

As vantagens do zero como número natural e como valor aritmético fôrom descobertas na antiga cultura hindu do subcontinente indiano, onde a sua utilizaçom já está documentada desde cerca de 800 da nossa era, ainda que se acredita que ele já tenha começado a ser empregado um ou dous séculos antes (cf. Seife, 2002). Foi dali que os conquistadores islámicos importárom o zero no seu retorno à Arábia no séc. IX. Contodo, a expansom do zero pola Europa só começou no séc. XII: os comerciantes italianos (entre os quais se encontrava Fibonacci) seriam os primeiros a contribuírem para a retirada definitiva do ábaco (cf. Seife, 2002).

De facto, tanto a nossa voz *cifra* como o *chiffre* francês ou o *Ziffer* alemám, procedem etimologicamente da palavra árabe *sifr* ("vazio"), raiz compartilhada pelo nosso *zero*, chegado ao galego-português por via italiana através da voz latina *zephirum*. Tanto os algarismos que empregamos hoje para representar os números como o conjunto do sistema posicional em uso percorrêrom o mesmo caminho até chegar a nós, desde a Índia passando pola Arábia até à Europa. Portanto, em vez de algarismos arábicos deveríamos falar de algarismos indianos!

Mas, antes de tudo isto, os sistemas de numeraçom e de cálculo romanos ainda predominariam muitos séculos após a queda do Império.

	sistema romano		sistema árabe
			urubo
С	X	1	
V	IV	II	542
V	IV		540
V		II	502
	IV	II	42

Durante a transiçom ao sistema decimal (que começou, vacilantemente, no séc. XIV) apareceu umha espécie de escrita posicional com algarismos romanos: a escrita em colunas (cf. AA.VV. 1924-33).

Neste sistema, eram atribuídas posiçons de modo tabuar às centenas, dezenas e unidades romanas, e, em vez de se escrever o zero, desconhecido na matemática romana, deixava-se um espaço em branco.

As operaçons aritméticas fundamentais... e mais

A cultura babilónica dominou as operaçons aritméticas fundamentais, algo útil no sistema aditivo, mas mais elegante no sistema posicional. Aqui comentaremos as características mais elementares dos métodos que se empregavam para a resoluçom destas operaçons.

♦ A adiçom e a subtracçom nom levantavam dificuldades importantes. Acredita-se que os Babilónios utilizassem, provavelmente já c. 2000 a.C., umha espécie de tabuleiro de cálculo (o ábaco, v. Fig. 8) como ajuda para realizar essas operaçons. Aliás, tem-se documentado nas tabuletas de argila um símbolo específico anterior ao ábaco com o significado de "menos" (operador de subtracçom), que consistia em dous cones acádicos que formavam um ángulo recto (Γ). Sobre isto, Neugebauer explica: «A ultilizaçom do símbolo "menos" constitui um sinal característico da grande maturidade que atingiu, tanto nesta como noutras áreas, o pensamento matemático sumério frente ao de outros povos do mesmo nível cultural (N. do A.: p. ex. o egípcio)» (cf. Neugebauer, 1927). Como ilustra a Tabela 6, o operador de subtracçom permitiu encurtar a escrita de quantidades que, de outra forma, teriam resultado especialmente longas no sistema aditivo.

- ♦ A multiplicaçom e a divisom sim deparam complicaçons num sistema numérico de base tam grande como o sexagesimal. Para remediar isto, elaborárom-se tábuas de argila com os produtos dos números do 1 ao 59, o que, se contamos com a propriedade comutativa da multiplicaçom (a x b = b x a), perfai um total de 1.740 produtos. Para a divisom requerêrom-se novas tábuas com os valores recíprocos das quantidades anteriores. Nelas seguia-se o princípio de a / b = a x 1 / b.
- ♦ As Babilónias calculavam **quadrados** e **cubos**, deixando disso constância em tábuas. Portanto, também podiam extrair as correspondentes raízes (ao menos, as compreendidas entre os números 1 e 59), e tudo já na altura do início do segundo milénio antes da nossa era! Conseguírom, inclusive, calcular a raiz quadrada de 2 (1,41421...) até cinco casas após a vírgula. Além disso, concebêrom umha espécie de "tábuas exponenciais" que eram empregadas de forma similar às actuais tábuas logarítmicas. Estas avançadas habilidades matemáticas também surgírom de necessidades tam simples como o cálculo dos juros e dos juros compostos.
- ◆ Também eram resolvidas **equaçons de duas incógnitas e de segundo grau**, se bem que, as segundas, de forma completamente empírica à base de tentear umha e outra vez (cf. Pichot, 1995).
- lacklosh Polas tabuletas de argila sabemos igualmente que as Babilónias já manejavam, em **Geometria**, os teoremas de Pitágoras e de Tales mil anos antes de que ambos os matemáticos gregos os enunciassem. Aliás, até cerca de 2000 antes da nossa era, os Babilónios realizavam os seus cálculos com um $\pi = 3$ (cf. Pichot, 1995 e AA.vv. 1990), e mais tarde (ou mesmo bastante antes dessa data, cf. Scharnagel, R.) com 3 1/8 (3,125).

Em todos os relatórios e trabalhos de investigaçom relativo a este tema autores e autoras prestam testemunho da sua admiraçom pola extraordinária destreza com que os Babilónios manejavam os números.

	Aditivo	Operador de subtracçom	Aditivo	Operador de subtracçom
Sumério:	D D D O O DD D D D	000 L DD	DDD 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0	@@lDo o
Acádio:	177 177 >> 177	{{{ } } } }	777<<< 777 777 <> 777	KKLLLL
decimal:	20 + 8 28	30-2 28	$600 + 8 \times 60 + 5 \times 10 + 8$ 1.138	1200-62 1.138

Tabela 6. O operador de subtracçom: com ele era possível representar as quantidades de forma mais breve, o que apresentava consideráveis vantagens, especialmente para a representaçom de grandes quantidades. Os algarismos aparecem explicados na Tabela 2.

Caldeus e companhia

Esta habilidade matemática nom seria igualada por nenhumha das grandes civilizaçons contemporáneas à babilónica ou posteriores a ela: nem de perto pola egípcia, nem de longe pola romana, e também nom (ao menos nos seus inícios) pola grega, que só avantajaria a mestra babilónia muito mais tarde (cf. Pichot, 1995 e Neugebauer 1927, 1975 e 1983).

O sistema romano de numeraçom e cálculo demonstra que a utilidade e elegáncia do sistema aritmético babilónico nom constituia, em absoluto, um património de fácil aquisiçom nem foi comum a todas as civilizaçons posteriores. A este respeito, pode revelar-se instrutivo dar-se ao incómodo de fazer algumha conta com números romanos, caso nom se tenha praticado já algúm cálculo deste tipo nos tempos da escola.

A aritmética dos Caldeus (como eram chamados comummente os eruditos de Babilónia) também gozara de muito reconhecimento no mundo antigo (cf. Papke, 1989 e Ploetz, K.). No mundo antigo, os Caldeus eram tidos como os astrólogos e sábios por antonomásia, devido aos seus profundos conhecimentos astronómicos e matemáticos, superiores aos de todas as demais civilizaçons até c. 300 antes da nossa era. Encontramo-los nos inícios da era cristá, altura em que aparecem sob a figura dos três Reis Magos (os Sábios de Oriente) do Evangelho segundo Sam Mateus (embora daquela o tempo de máximo esplendor da Babilónia já tivesse ficado atrás).

As Caldeias eram um povo semítico originário do curso inferior do rio Eufrates, de onde provavelmente também provinha o patriarca judeu Abraám (acredita-se que das cidades de Ur ou de Uruk). A astronomia caldeia atingiu um alto nível de desenvolvimento já no terceiro milénio a. C. (cf. Papke, 1989). Por volta de 2000 a. C. este povo emigrou a Babilónia, onde foi assimilando-se com o decorrer dos séculos, chegando a organizar o sacerdócio e a desempenhar um papel determinante nas ciências. A partir do séc. v a. C. a Grécia, e, mais tarde, em parte Roma, herdariam, através de Alexandria, a sabedoria das Babilónias e Caldeias.

Cálculo decimal e divisom sexagesimal do tempo no Egipto faraónico

Embora as faculdades matemáticas dos Babilónios fossem superiores, as Egípcias fôrom em certa forma mais "modernas": calculavam de forma decimal. Assim, esta civilizaçom começou a empregar,

aproximadamente a partir de 4000 a. C., um calendário que dividia o ano em 365 dias distribuidos em 36 décadas (semanas de 10 dias) e meia (cf. Puls, 2000a). Nos textos e desenhos da altura (elaborados de 2100 a. C. em diante) regista-se, também, umha divisom análoga da esfera celeste (cf. Neugebauer, 1975 e 1983): as estrelas mais próximas à eclíptica fôrom organizadas em trinta e seis constelaçons com as suas respectivas estrelas regentes (as decanas), que, após um período de c. 70 dias de invisibilidade, apareciam no céu matutino junto com o Sol nascente, o que se conhece como *nascer helíaco*.

As estrelas decanas (do grego deka = dez) fôrom escolhidas inicialmente de forma a que o nascer helíaco de cada umha coincidisse com o início dumha nova década do ano egípcio (sem ligar, porém, demasiada importáncia à exactidom astronómica) (cf. Neugebauer, 1983). Assim, ao término das trinta e seis décadas do calendário, acrescentárom-se simplesmente cinco dias adicionais, com o que, sem grandes arranjos, se ajustou o calendário aos cerca de 365 dias do ano astronómico, fazendo coincidir, aliás, o seu início com a enchente anual do Nilo. Durante as longas noites do Inverno (que duravam aproximadamente catorze horas equinociais, v. infra) podiam observarse dezaoito decanas, enquanto que, nas mais curtas noites do Verao (umhas dez horas), apenas doze nas horas de escuridade. As cheias do Nilo marcavam o início do ano agrícola, que, a partir de 4000 antes da nossa era, véu a coincidir, por mero acaso, com o nascer helíaco de Sírio (Sothis no Egipto) durante c. 3.000 anos (cf. Neugebauer, 1983). Sothis era a estrela mais importante a que se rendia culto na cultura egípcia. Na altura do seu nascer helíaco surgiam no horizonte do ceu ainda escuro doze constelaçons decanas, o que levou a dividir em doze partes a duraçom das dez noites "decanas" (cujo início era marcado polo nascer de Sothis): isto é, cada umha dessas dez noites dividu-se em doze "horas decanas".

Os habitantes do antigo Egipto tendiam, tanto na mentalidade como na praxe (cf. Puls, 2000a e Neugebauer, 1975 e 1983), para umha rigorosa simplificaçom. É por isto que, dalgumha forma, o esquema das doze divisons da "noite de Sothis" acabou por ser transferido, primeiro para todas as noites do ano e, finalmente, também para os dias. Porém, o que se transferiu nom foi a duraçom das horas, mas o seu número. O resultado foi a apariçom dumhas horas desiguais para o dia e a noite, cuja duraçom sofria contínuas mudanças segundo a época do ano. Desta forma, as Egípcias passárom dumha primeira organizaçom das estrelas decanas de tipo decimal (dez noites de regência de cada umha) à

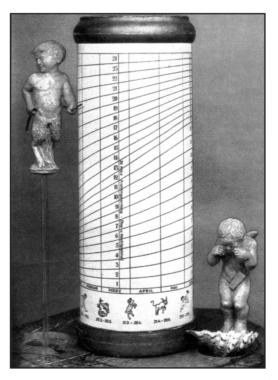
duodecimal das horas em que se dividiam dia e noite (duas vezes doze horas): chegárom, portanto, através das suas observaçons astronómicas, à sua própria divisom sexagesimal do tempo. Mais tarde adoptaria-se também a divisom em 60 minutos das horas e dos graus angulares por influência babilónia (séc. I a. C.) e grega (Alexandria), com o que a distribuiçom das vinte e quatro horas se adaptou ao sistema "sexagesimal" sem qualquer problema.

No dia a dia camponês, porém, nom era tam importante medir as horas com tanta exactidom: aí bastava com dividir o dia e a noite em duas ou quatro partes iguais. Polo contrário, os sacerdotes-astrónomos deviam efectuar constantemente rigorosos ajustes nas suas clepsidras e nos seus relógios solares. Os relógios solares, cuja utilizaçom está documentada no Egipto já a partir de 1500 a. C., revelárom-se como os mais úteis para esse propósito dado o seu óptimo rendimento nas propícias condiçons de insolaçom dessa zona climática (cf. Cornell, 1983).

Os ajustes estacionais efectuavam-se, condicionados polos factores astronómicos, de forma gradual ao longo dos dias, de modo que, na

prática, eram inperceptíveis. No séc. II a. C., o grego Ctesíbio construiu em Alexandria, com fins científicos, um relógio de água genialmente projectado que levava em conta esta variaçom gradual da duraçom das doze horas temporárias (Fig. 9).

Figura 9. Reproduçom do relógio de água (clepsidra) que Ctesíbio construiu em Alexandria por volta de 150 a.C. As lágrimas de água derramadas por Amor fam com que o Fauno se eleve por força hidráulica. Este, por sua vez, assinala, com umha seta roubada ao deus, a hora temporária sobre um tambor giratório que completa umha volta ao término dum ano. A diferença entre as horas diurnas e nocturnas muda dum dia para outro, tendo a mesma duraçom apenas nas datas em que começam a Primavera e o Outono (quando elas som equinociais, observem-se as linhas traçadas no tambor). Os dias, de vinte e quatro horas, começavam na primeira hora após a saída do Sol. Extraído de Bramaz e Oberhänsli, 1976.



Horas temporárias e equinociais

Aquelas horas *desiguais* (lat. *horae inaequales*, gr. *horai kairikai*) aparecem na bibliografia sob três nomes diferentes: "horas planetárias" (denominaçom que procede das "horas decanas" ou "estelares"), "horas sazonais" (por causa da variaçom da sua duraçom segundo a estaçom do ano) e "horas temporárias" pola sua variaçom cronológica. Destes três nomes, o mais comummente utilizado é o de "horas temporárias".

Alguns indícios (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995, Classen, 1984 e Sontheimer, 1969) parecem indicar que as horas *iguais* (horas equinociais, lat. *horae aequales*, gr. *horai isemeriani*) já eram empregadas tanto no Egipto como na Babilónia na metade do segundo milénio a.C. Este tipo de horas origina-se dum caso especial das horas temporárias, as datas em que a noite e o dia som iguais, que som a do início da Primavera (o nosso 21 de Março) e do Outono (o nosso 23 de Setembro). É nestas datas do ano solar, portanto, quando as doze horas temporárias da noite e as doze do dia serám igual de longas. Disto obtenhem-se, por força, vinte e quatro horas de igual duraçom. As Egípcias e os Babilónios chegárom a tal conclusom, do mesmo jeito mas de forma independente, nalgum momento do séc. II a.C. Por sua parte, os últimos dividiam o tempo total, em vez de em duas fracçons de doze partes, em duas vezes seis partes (isto é, as suas horas seriam hoje "horas duplas").

Tal divisom era suficiente para a vida diária dum povo, mas nom para os astrónomos, que, continuando com a divisom do dia equinocial, decompugérom cada hora dupla em sessenta partes ("minutos duplos"). Portanto, em Babilónia, meio dia (seis "horas duplas") tinha 360 "minutos duplos", e um dia inteiro, 720 (cf. Neugebauer, 1983 e Winckler, 1903). Estas horas fôrom escolhidas como unidade de medida do tempo. Ao estarem divididas de forma sexagesimal, simplificárom-se de maneira considerável os cálculos realizados com elas. Os relógios de água, que já eram empregados naquela altura, revelárom-se de muita utilidade para medir as horas equinociais graças ao seu fluxo regular de água: na Figura 10 podemos observar um exemplo de relógio com a divisom sexagesimal de duas vezes doze horas. As horas equinociais, de igual duraçom, constituírom desde os primeiros tempos a unidade empregada polos cientistas para medir o tempo, em especial polos astrónomos (e também polos astrólogos).

Sabemos, com certeza, que, a mais tardar a partir da época de esplendor da cidade de Alexandria (de 300 a. C a 300 d. C.), as horas

Klaus Eckart Puls

equinociais também fôrom empregadas polos Gregos nas súas ciências, muito avançadas para a época. Aliás, a descoberta dum "calendárioagenda da cidade" na cidade de

agenda da cidade" na cidade de Pompeia revelou que as horas equinociais também eram utilizadas quotidianamente polas Romanas (veja Figura 11), como mínimo, a partir do séc. I d. C.

Contodo, os sistemas de horas temporárias e equinociais ainda coexistírom ao longo de milhares de anos, e nom apenas na cultura babilónia e nas antigas civilizaçons do Mediterráneo, como também na Europa durante toda a Idade Média, e inclusive até bem entrado o séc. XVIII. Em



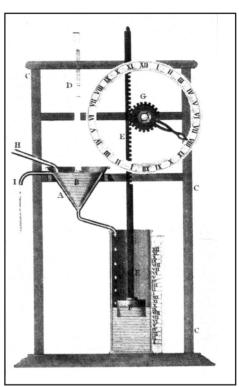


Figura 10. Reconstruçom dum antigo relógio de água de c. 300 a.C. em que aparecem as duas subdivisons de 12 horas. O mecanismo baseia-se num número de gotas que caem dum funil (A) de forma mais ou menos constante, o que é garantido por um cano de afluência (H), um escoadouro estreito no final (B) e um vazadouro (I). Deste modo, vai-se elevando um flutuador, que, por sua vez, desloca o ponteiro. C é a armaçom, feita de madeira, D é o suporte do funil. Extraído de Bassermann-Jordan, 1969.

Figura 11. Calendário de pedra de Pompeia, onde aparecem representados os distintos meses do ano com os seus correspondentes signos do Zodíaco, a quantidade de dias de cada mês, os dias feriados, conselhos para os labores agrários e outros apontamentos semelhantes. Nas linhas quinta e sexta da-se conta do número de horas do dia e da noite segundo a época do ano (DIES HORae / NOX HORae). Como este número varia segundo o mês e, ao mesmo tempo, as horas sempre somam um total de 24, deduz-se que deve tratar-se de horas equinociais de igual duraçom. Nas linhas da sétima à nona recolhem-se algumhas indicaçons astronómicas (as constelaçons em que se encontrava o Sol em cada momento, cujos símbolos aparecem também na parte superior, o Aequinoctium: data do início da Primavera). Obtido de Samhaber, 1993.

resumo, podemos concordar com Neugebauer em que «[...] a actual divisom do dia em vinte e quatro horas de 60 minutos é conseqüência da modificaçom helénica (N. do A.: mais concretamente, alexandrina) que sofreu umha prática egípcia ligada aos sistemas babilónicos de numeraçom» (cf. Neugebauer, 1983).

Das milhas das caravanas de camelos à unidade de tempo sexagesimal

Existem indícios que fam pensar que os Babilónios nom só chegárom à medida homogénea do tempo através da observaçom astronómica, mas também por razons relacionadas com actividades quotidianas (cf. Neugebauer, 1983 e Classen, C.). Na cultura sumero-babilónica as caravanas de camelos tinham umha grande importáncia no comércio, os transportes e as viagens. O danna (beru em acádico), umha medida de comprimento suméria, pudo ter a sua origem na andadura uniforme dos camelos. Exprimido em unidades hodiernas, um danna equivaleria a c. 11 quilómetros: a distáncia que podia percorrer um camelo "médio" numha hora suméria (hoje duas horas). Portanto, ao longo dumha viagem dum dia e umha noite perfariam-se 12 danna (cerca de 130 km). Desta forma, a partir da medida da velocidade "uniforme" dum camelo (velocidade = distância percorrida por unidade de tempo), chegou-se, mediante a medida de comprimento danna, a umha divisom "uniforme" do tempo. Com isto, a unidade de comprimento danna tornou-se a antecessora da nossa actual milha, mas também umha unidade de tempo. Segundo a nossa divisom actual do tempo, um danna equivaleria a duas horas. Ao mesmo tempo, equivalia a 60 x 60 x 6 (21.600) côvados de Gudea (cada um, de 46,9 cm de comprimento, cf. Neugebauer, 1927 e Trapp, 1998), polo que o danna também poderia ter-se originado, antes ou depois, por derivaçom sexasesimal dessa unidade.

Na Galiza temos também um exemplo de unidade de medida espacial estabelecida em funçom do tempo, nomeadamente de superfície. Trata-se da *cavadura*, umha unidade de uso agrícola, própria das zonas vinícolas, equivalente à superfície de terreno que podia cavar umha pessoa num dia, e que, em ocasions, tinha o mesmo valor que um ferrado do lugar (cf. AA.vv. 1984a).

Divisom sexagesimal dos céus

Sob a conceiçom geocêntrica do mundo que tinham as antigas civilizaçons, assim como o Sol dava, num dia completo, umha volta ao redor da Terra, com o decorrer das quatro estaçons (o que hoje se conhece

como um ano solar) a esfera celeste completava umha volta ao redor da Terra e do Sol. Isto levou a imaginar que, a meio-dia, atrás do Sol teria de se encontrar a constelaçom que, no círculo celeste, estivesse em frente daquela que aparecia no céu à meia-noite, algo que também se cumpre na nossa concepçom heliocéntrica.

♦ Constelaçons do Zodíaco empregadas como "milhas celestes"

De forma paralela à divisom dum dia completo em doze *dannas*, na Babilónia de c. 2000 a.C. dividiu-se o firmamento ao longo da órbita aparente anual do Sol (hoje a eclíptica) em doze partes chamadas *kaspu* (cf. Winckler, 1903). Cada *kaspu* era regido por umha constelaçom mais ou menos ajustada a ele. O conjunto dessas doze constelaçons seria chamado na Grécia antiga de Zodíaco (do grego "círculo dos animais"), devido a que algumhas delas recebêrom o nome de animais míticos nas culturas antigas. Enquanto alguns desses nomes se conservárom até hoje, outros mudárom: por exemplo, na cultura sumero-babilónia Capricórnio era chamado Peixe-Cabra. As constelaçons do Peixe-cabra, Aquário e Peixes recebêrom nomes relacionados com a água devido ao facto de coincidir, há três mil anos, a sua passagem por trás do Sol com a estaçom invernal de chuvas na Mesopotámia. As constelaçons mais pequenas do Delfim, o Peixe Austral e a Baleia, próximas a elas, também receberiam nomes relacionados com este elemento (v. Figura 12).

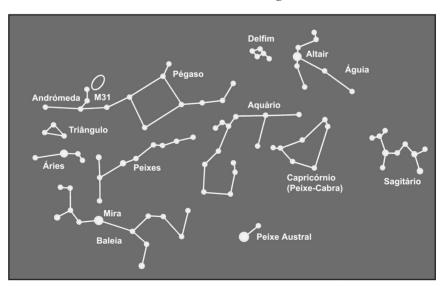


Figura 12. Constelaçons situadas nas proximidades da órbita do Sol (eclíptica) durante estaçom de chuvas mesopotámica no segundo e terceiro milénios a.C. Extraído de Baur, 1965.

CÁLCULO SEXAGESIMAL

O período de chuvas mesopotámico produzia-se aproximadamente entre Dezembro e Março do nosso actual calendário. Porém, as constelaçons zodiacais em frente do Sol (o ponto vernal na eclíptica) avançam num mês (30°) cada 2.000 anos mais ou menos por causa da precessom (do latim *praecedere*) do eixo da terra, polo que hoje em dia, no mencionado período do ano, o Sol passa na realidade polas constelaçons de Sagitário, Capricórnio e Aquário. Com as constelaçons "aquosas" do Zodíaco, as Babilónias estabelecérom umha relaçom temporal directa entre os estádios do firmamento ao longo das estaçons e os ciclos agrícolas anuais, sem pretender, porém, em absoluto, chegar a deduzir o destino das pessoas através da situaçom das estrelas.

♦ Círculo celeste de 360 graus

As primeiras unidades de medida de grandes distáncias, tanto terrestes (os danna) como celestes (os doze kaspu ou as constelacons zodiacais) terminárom sendo demasiado "toscas" para os astrónomos babilónios, polo que, por volta do séc. V a. C., se dividírom os danna terrestres e os kaspu celestes em 30 us (cf. Neugebauer, 1975 e 1983, Classen, C e Winckler, 1903). *Us* é o símbolo com que se representava (e também o nome com que se designava) a palavra "comprimento" na escrita cuneiforme babilónia (cf. Neugebauer, 1983), portanto, com ele se estabeleceu, dalgumha forma, um precursor do metro. Nos ceus, as doze constelaçons zodiacais divididas em 30 us cada umha perfaziam um total de 360 partes: os nossos actuais graus angulares, que tivérom origem no movimento giratório aparente dos céus ao redor da Terra e do Sol. Hoje, ainda medimos em Física o movimento giratório num círculo de 360º como velocidade angular ω (graus angulares percorridos por unidade de tempo). O proceder babilónio veria-se consolidado por umha coincidência astronómica: o diámetro aparente do Sol no ceu tem um comprimento de praticamente 1/60 kaspu (o que equivale a $^{1}/_{2}$ us ou $^{1}/_{2}$ grau). Portanto, o tempo que demora o astro a percorrer um trecho da sua órbita igual ao seu diámetro equivale a um "minuto" babilónico (dous minutos de hoje), todo como "arranjado polos deuses" em favor do sistema sexagesimal. Ainda existem dúvidas sobre se na Babilónia, ou mais tarde na Suméria, podiam realizar-se mediçons tam precisas como para atingir a exactidom dum grau sexagesimal (cf. Neugebauer, 1983), mas acredita-se que as Caldeias sim podam ter realizado uns cálculos bastante aproximados. No entanto, a hipótese que mantinha que os 360° teriam nascido por derivaçom dos cerca de 360 dias do calendário solar, formulada em muitos dos primeiros estudos sobre o tema, já foi descartada (cf. Neugebauer, 1927).

Para fazermos justiça a todas as versons, nom podemos deixar de mencionar mais umha hipótese sobre as origens da divisom sexagesimal dos céus (cf. Scharnagel, R.). Segundo ela, o círculo celeste completaria-se ao deslocar seis vezes consecutivas umha vara dum côvado babilónio de comprimento que se sostinha horizontalmente com os braços estendidos contra o céu. Todavia, pensa-se que o comprimento dum braço pode ser variável, a longura do côvado pudo ter variado com o passo dos anos e, além disso, o resultado desta operaçom seria umha divisom da abóbada em 6 partes e nom em 12, polo que esta hipótese parece pouco provável.

A civilizaçom grega (Anaximandro e Cleóstrato, entre outros) adoptou o "círculo dos animais" babilónio por volta de 600 a. C. chamando-o, como dixéramos, de Zodíaco. Com isto, além da divisom em 12 partes do céu derivada dele, esta cultura também teria começado, provavelmente, a empregar a subdivisom babilónia dos 30 us, e, portanto, também os 360 graus sexagesimais (cf. Neugebauer, 1983). Até essa altura, as Gregas empregaram um sistema de numeraçom decimal parecido ao dos Romanos cujos algarismos eram letras. Por volta de 300 a. C., após as conquistas de Alexandre Magno, perfilhariam o sistema sexagesimal babilónio. A partir daí, generalizou-se o seu uso, que pode documentar-se, por exemplo, nos escritos de Ptolomeu.

Aliás, o facto de o ano nos calendários da Mesopotámia, da Grécia e da Roma estar normalmente dividido em doze meses de trinta dias (com excepçons de vinte e nove) adaptava-se perfeitamente a esta organizaçom, cousa que, por sinal, também acontecia com o calendário de culto dos sacerdotes do antigo Egipto. Por sua vez, o supracitado "calendário civil", com as suas trinta e seis *décadas* e os cinco dias adicionais, encaixava tanto no sistema sexagesimal como no decimal (cf. Puls, 2000a).

A influência dos babilónios chegou, provavelmente, inclusive até à China (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995 e Zemanek, 1990), onde, no séc. II a. C. já existia, entre outros sistemas de partiçom, umha divisom, tanto do dia como do círculo celeste, em doze partes (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995). No ano chinês encontram-se ainda hoje ciclos de sessenta dias que decorrem de forma paralela aos meses e anos lunisolares (como a semana no nosso calendário) e, aliás, existem ciclos no calendário de sessenta meses e de sessenta anos ligados aos seus doze signos zodiacais.

Alexandria marca a medida

Na altura de 332 a.C. Alexandre Magno completara a conquista do Egipto. Foi nesse ano que fundou no delta do rio Nilo a cidade de

CÁLCULO SEXAGESIMAL

Alexandria, nome que outorgaria a muitas outras cidades fundadas por ele ao longo das suas campanhas militares. Em 48 a. C. Júlio César conquistou a cidade, que, já sob o domínio grego, ganhara umha sona como centro do saber científico que conservaria durante cerca de quatrocentos anos. Ali confluiam cientistas e saberes dumha multidom de culturas antigas: as Gregas contribuírom com os conhecimentos que herdáram dos Babilónios, que mais tarde seriam ampliados polas Egípcias e os Romanos.

Nessa altura, coincide também a consegüente mediçom e aproveitamento científico das vinte e quatro horas eginociais com umha primeira divisom da hora em sessenta minutos (do latim pars minuta primae, "dividida em pequenas fracçons" (cf. AA.VV. 1984b). Ptolomeu, por sua vez, propujo no séc. II da nossa era umha divisom completamente diferente: segundo ele, o dia completo também conteria vinte e quatro horas equinociais, mas, por razons astronómicas, dividiuno em quatro quadrantes de seis horas cada um e cada hora em quinze chronoi (quatro minutos dos de hoje, cf. Dohrn-Van Rossum, 1995 e Zemanek, 1990). Assim, o dia de vinte e quatro horas conteria 360 chronoi, com o que Ptolomeu se mostrava, mais umha vez, em harmonia com a divisom sexagesimal em 360 graus do círculo celeste do Sol e das constelaçons do Zodíaco. Esta foi apenas umha das vias que seguírom os astrónomos e matemáticos antigos para poderem computar o tempo de forma mais exacta. Com o passo dos séculos acrescentaria-se ainda mais umha divisom sexagesimal para a medida de tempo e ángulos: os segundos (de pars minuta secundae), aos quais seguiria, apenas como medida teórica para o cálculo, a seguinte subdivisom sexagesimal, os minuta tertiae (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995 e Zemanek, 1990).

Embora nos tempos das Gregas e Romanas as divisons dominantes fossem, como na Babilónia, as de tipo sexagesimal, também se empregavam outras, especialmente as de tipo decimal ou, inclusive, mistas deci- e sexagesimais. Seguindo esta tendência, ambas civilizaçons continuárom ideando, sob o magistério científico de Alexandria, cada vez mais divisons para os ángulos e o tempo, como, por exemplo, a dos *chronoi* (equivalentes a quatro minutos de hoje, um *us* ou umha *partes*) em 12 *puncti* (de 20 segundos cada um) de 40 *momenta* (1/2 segundo), divididos, cada um, em 40 *ostenta* (de 1/100 segundos aproximadamente). Outra divisom característica da época romana e da alta Idade Média foi a da hora em 4 *puncti* (15 minutos), ou entom em 10 *minuta* (observe-se que esta é decimal), em 15 *partes* (4 minutos) ou ainda em 40 *momenta* (90 segundos). Esta relaçom de subdivisons dista ainda muito

de estar completa. As pequenas divisons tinham utilidade apenas na teoría e para o cálculo, pois naquela altura ainda nom existiam instrumentos de medida sufucientemente precisos para este campo (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995). Sobre quando, por quem, ou com que fim foi introduzida cada umha das divisons, continuam a encontrar-se apenas teorias contraditórias na bibliografia relativa ao tema: o mais provável é que na maioria dos casos nunca podamos arrancar as respostas à história.

A divisom das horas em quartos (*puncti*) recuperaria um papel significativo com a invençom do relógio mecánico por volta do séc. XIII, pois entom começárom a fabricar-se relógios com o ainda hoje habitual toque cada quarto de hora.

Divisom do dia a passo sexagesimal

No nosso tempo, com a enorme dependência que temos da exactidom do relógio para a nossa vida laboral (e, às vezes, mesmo para a privada), fai-se difícil imaginar que, durante milénios, o tempo fosse medido em horas temporárias desiguais. Mas no dia a dia da Antigüidade e da Idade Média as horas de igual duraçom nom eram necessárias, dado que o decorrer das actividades diárias era determinado polo ritmo que marcava a sucessom da luz e da escuridade. Aliás, nas civilizaçons antigas a diferença entre as duraçons do dia e da noite no Inverno e no Verao tinha muito pouca importáncia, pois, enquanto que numha latitude como a de Frankfurt a. M. ou Bruxelas (de c. 50°) o dia é oito horas mais longo no solstício do Verao que no do Inverno, numha latitude subtropical de, por exemplo, 30° (como a da Babilónia ou de Alexandria) essa diferença é menor de quatro horas. Na Antigüidade, as horas de luz dividiam-se, dependendo do arco do Sol, em duas, três, quatro, ou mais partes, até chegar à divisom em doze horas temporárias. À respeito disso, devemos ter presente que, nas latitudes subtropicais, o Sol aparece quase todos os dias num céu desanuviado ou com muito poucas nuvens, o que o torna um excelente indicador natural da hora ao longo do seu arco.

Para a maioria da populaçom umha divisom das horas de luz em três ou quatro partes era suficiente para regular o desenrolar das actividades quotidianas. A troca de guarda dos soldados era outro importante indicador do ritmo que seguiam as divisons: dia e noite eram divididos, cada um, em três guardas na Babilónia e em quatro no Egipto (cf. Neugebauer, 1975 e 1983 e Trapp, 1998). As quatro partes em que se

dividia o dia em Roma, de três horas temporárias cada umha, eram a mane (primeiras horas da manhá, até a Tércia), ad meridiem (até a Sexta), de meridie (até a Nona) e a suprema (até o pôr-do-sol). À semelhança dos primeiros dias do mês (as calendas), estas eram anunciadas desde o Capitólio (cf. Puls, 2000a). Estas divisons "militares" do tempo também fôrom adoptadas no dia-a-dia do campo e da cidade. Curiosamente, quer que se dividisse o tempo em duas, três, quatro ou doze partes, sempre se terminava chegando aos números-base do sistema sexagesimal!

Mais tarde, os actos de culto e religiosos desempenhariam um importante papel na divisom do tempo, e, assim, junto às divisons das horas temporárias e as equinociais desenvolveu-se ainda um terceiro sistema de organizaçom horária, conhecido desde os tempos das Romanas como *horae quoad officium* (mais tarde chamadas de "horas de ofício" ou "canónicas" nos mosteiros medievais).

As horas dos mosteiros

Estas horas fôrom organizadas na tradiçom e liturgia cristás conforme a paixom de Cristo. Som sete, pois «[...] sete vezes no dia te louvo [...]» (Salmos 119:164): as Matinas, antes da saída do Sol (a palavra, proveniente do latim Matuta, deusa romana dos nascimentos e, portanto, do nascimento do dia, a alvorada, passaria mais tarde a designar as primeiras horas da manhá), a Prima, a partir do nascimento do Sol (começa com a primeira hora de luz do dia) e, a seguir, de três horas temporais de duraçom cada umha, a Tércia, a Sexta (no meio-dia) a Nona, as Vésperas (antes da ceia e do pôr-do-sol) e, finalmente, as Completas (já com escuridade total). Este conjunto denomina-se horae canonicae, as horas canónicas. Mais tarde acrescentárom-se nos mosteiros as Vigílias (do latim vigilia, vigiláncia nocturna), normalmente quando algumha das outras horas canónicas (p. ex. a Prima) nom tinha lugar. Os ofícios eram organizados segundo o sistema de horas temporárias (horae quod tempus). A sua distribuiçom no dia nunca chegou a ser, porém, muito estritamente regulada, polo que nos mosteiros medievais se dariam numerosas variantes e modificaçons, que normalmente se adaptavam ao ritmo de trabalho dos mosteiros em cada época do ano. Umha destas modificaçons chegou até os nossos dias sob a palavra inglesa noon, que nessa língua designa o meio-dia. Num princípio, a Nona correspondia ao período compreendido entre a "primeira hora" após o meio-dia e a nona hora temporal desde a saída do Sol, mas até os fins da Idade Média foi recolocada no meio-dia, onde por sua vez se situara originalmente a Sexta, pois tratava-se da sexta hora temporal desde a saída do Sol (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995).

O uso das horas equinociais de igual duraçom iria impondo-se apenas a um ritmo muito lento ainda apesar da invençom do relógio mecánico na Europa do séc. XIII. Nomeadamente, o ritmo horário dos mosteiros ainda continuou, durante séculos, a ser determinado, de forma generalizada, polas horas temporais e canónicas: só a partir do séc. XIV é que estas se iriam adaptando, de forma muito gradual, às horas de igual duraçom dos relógios mecánicos dos mosteiros.

O processo ligado à história do relógio mecánico como "ditador da uniformidade horária" (iniciada no séc. XIII) nom decorreu de maneira uniforme (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995): embora nas vidas civil e comercial (em grande desenvolvimento naquela altura) das cidades os relógios das cámaras municipais marcassem horas iguais, as horas temporárias continuariam a ser empregadas de forma paralela a estas até o séc. XIX.

A mudança de data

O momento em que começavam a contar-se as horas do dia (isto é, quando mudava a data) também variou ao longo dos milénios. Primeiro na cultura babilónica, e mais tarde para a grega e a judia, o dia terminava com o pôr-do-sol (cf. AA.VV. 1990 e Ferrari d'Occhieppo, 1994), pois para elas a observaçom das fases da Lua tinha umha grande importância (calendário lunar). Este uso ainda se encontra hoje nos calendários de festas judeu e mussulmano, cujos feriados, determinados polos ciclos lunares, começam no pôr-do-sol do dia anterior e terminam no pôr-do-sol do correspondente feriado.

Na Mesopotámia (ao menos nalguns momentos da sua história e em determinadas regions, se calhar nos dias úteis do ponto de vista económico) a contagem das horas começava com a saída do sol (cf. König, 2001). Mais tarde, em tempos das Caldeias, passaria-se, por motivos astronómicos, para a meia-noite (cf. Pichot, 1995). Para as Egípcias, o novo dia começava na alvorada (cf. König, 2001) devido à influência do culto a Sírio e das cheias do Nilo (cf. Neugebauer, 1975 e 1983): era justo antes desse momento quando se podiam observar o nascer helíaco de Sothis e das demais estrelas decanas (v. supra). Os Romanos também começavam os seus dias e a contagem das horas com o nascimento do Sol (daí *Matuta*, deusa do nascimento do dia).

Nos mosteiros e cidades medievais, porém, empregava-se qualquer momento do dia ou da noite (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995): quer a

CÁLCULO SEXAGESIMAL

manhá, o meio-dia, a tardinha ou a noite (preferentemente na meia-noite) podiam ser escolhidos para começar o novo dia. Naquela altura, a mudança de data no amanhecer foi ganhando cada vez mais aceitaçom nos usos dos mosteiros ao norte dos Alpes e em toda a cristandade em geral, em relaçom, possivelmente, com o culto cristao à ressurreiçom. Por sua vez, nos mosteiros do norte de Itália contárom-se as vinte e quatro horas a partir do pôr-do-sol ainda até o séc. XVII (cf. Sobel, 1999). Nessa altura já eram horas equinociais medidas por um relógio mecánico, mas os relógios deviam ser ajustados ao menos umha vez no mês para que voltassem a marcar a "hora 1" justo após o pôr-do-sol. Embora a mudança de dia à meia-noite já fosse familiar para os juristas romanos, só na Idade Média é que começou a ser empregada em cálculos astronómicos ou em mediçons do tempo (cf. Dohrn-Van Rossum, 1995).

Este uso, que hoje é a convençom oficial em todo o mundo, começou a generalizar-se no estado espanhol (e, em conseqüência, também na Galiza) a partir de 1901, seguindo as resoluçons da Conferência Internacional do Primeiro Meridiano que se realizou em Washington em 1884. Nesta reuniom acordou-se, quase por unanimidade de todos os estados participantes, estabelecer o Meridiano de Greenwich como ponto de referência a partir do qual fixar as zonas horárias de todo o globo. O estado espanhol, onde, até aquela altura, se empregaram as horas locais de cada província, incluiu-se na zona GMT+1 (mais umha hora que na zona delimitada polo Meridiano de Greenwich).

Na navegaçom comercial as cousas decorrêrom a outro ritmo. Até o ano 1884 o uso mais estendido em nível internacional era registar a mudança de data nos diários de navegaçom no meio-dia (horário de Greenwich, cf. Enslin, 1983). Naquela altura, os barcos atracados no porto londrino do Tamisa ajustavam os seus relógios segundo um sinal que ainda se repete no observatório de Greenwich e que daquela podia ser observado desde o porto: todos os dias desce umha bola vermelha por um mastro à umha em ponto p.m. GMT (Greenwich Mean Time, a Hora Média de Greenwich), indicando a hora exacta. Contodo, a nova mudança de hora nom se véu reflectida nos anuários náuticos até 1925.

Foi, portanto, em 1884 que se resolveu tornar universal a mudança de data na meianoite às 00 horas GMT na Conferência de Washington. Os caminhos-de-ferro fôrom um dos motores que impulsionariam a unificaçom horária em todo o mundo. Naquele tempo atingiram tal desenvolvimento que se requereu de umha unificaçom da hora a nível global que permitisse abandonar a dificultosa prática de indicar nos seus horários as horas locais de todas as paragens que se realizavam em cada linha. No entanto, Portugal só aderiria ao acordo em 1912, situando-se este país na mesma zona horária que a Gram-Bretanha (GMT, umha hora "antes" que no estado espanhol). Apesar de que, se atendemos à nossa situaçom geográfica, na Galiza deveríamos situar-nos na mesma zona horária que o país vizinho, a hora oficial no nosso país continua a ser a peninsular espanhola.

Tentativas de "decimalizaçom"

Toda a divisom de base 6 ou 60 deparou (e depara ainda hoje) problemas no sistema decimal. É por isto que se tenhem produzido diversas tentativas de "decimalizaçom".

Após ter funcionado durante milhares de anos a fórmula sexagesimal da divisom do círculo em 360 graus, nos dous últimos séculos existírom algumhas tentativas de substituí-lo por umha divisom em 100 ou mesmo 400 grados que nom chegárom a ter muito êxito. Hoje, a circunferência é dividida em 400 grados centesimais apenas na Geodésia. Estes grados, que hoje som, inclusive, unidade oficial para a medida de ángulos planos, dividem-se em 100 minutos de 100 segundos.

No que atinge à organizaçom do tempo aconteceu algo parecido: após a Revoluçom Francesa (1789) umha comisom em que se incluíam os cientistas Laplace e Lagrange concebeu um esquema segundo o qual um dia completo se dividiria em dez horas de 100 minutos com 100 segundos cada um. Este esquema foi estabelecido por decreto, e dirigiuse um concurso público cumha alta dotaçom aos relojoeiros parisienses para adaptarem-se à mudança, chegando mesmo a fabricar-se, como ilustra a Figura 13, os correspondentes relógios com maquinismos e mostradores adaptados. Por sua vez, os meses também se dividírom em três décadas cada um, sendo feriado o décimo dia de cada década (decadi), com o que se suprimia a semana de sete dias e com ela o domingo cristao. Contodo, em 1805 Napoleom decretou o retorno à organizaçom cristá do tempo e o calendário.

Após a Revoluçom Russa de Outubro de 1917 deu-se um processo similar que introduziu umha semana de cinco dias sem "domingo", mas

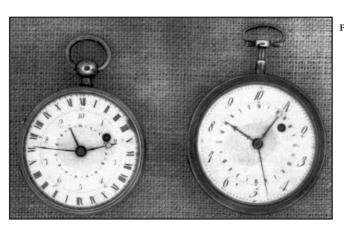


Figura 13. Os chamados "relógios da Revoluçom". Após a Revoluçom Francesa de 1789 realizou-se umha "decimalizaçom" e "metrizaçom" dos sistemas numérico e de medidas, que também atingiu o calendário e as horas do dia. Os relojoeiros parisienses vírom-se na obrigaçom de fabricarem os correspondentes relógios. Contodo, por "questons de segurança", as antigas horas sexagesimais continuárom a ser indicadas com um ponteiro pequeno. Extraído Bassermann-Jordan, 1969.

durante a segunda Guerra Mundial Stalin voltou à semana tradicional com sábados e domingos. O sábado foi declarado, oportunamente, subbotnik, um dia de trabalho nom remunerado. Sob os regimes fascistas da década de 1930 projectárom-se também tentativas de decimalizaçom do calendário, ainda que nenhumha chegou a pôr-se em prática. Todas as tentativas deste tipo terminárom fracassando.

Acredita-se que a semana de sete dias (nom adaptável nem no sistema sexagesimal nem no decimal) poda ter tido umha das duas seguintes origens relacionadas com a natureza. A primeira seria a divisom em quatro partes do ciclo da Lua (mês lunar), a segunda os sete planetas (incluídos o Sol e a Lua) conhecidos na Antigüidade. Todavia, existem muitos indícios que apontam a que Sumérias e Babilónios, de harmonia com o seu sistema sexagesimal, tenham empregado seqüências de cinco e seis dias a modo de semanas (por exemplo quintas partes de mês, de seis dias, como prazos de pagamento, cf. Winckler, 1903 e Baur, 1965). Outra fonte (cf. von Adrian, 1901) sustenta que o rei Sargom I já teria decretado a semana de sete dias na Acádia para substituir a de cinco dias c. 2300 a. C. (cf.. Becker, 1990). Isto apoia outra teoria (cf. Pichot, 1995), que mantém que o número 7 era tido como um número da má sorte nas cidades-estado do sul da Mesopotámia, polo que, se a semana chegava a ter sete dias, o último teria de ser forçosamente declarado um "dia ocioso".

A actual semana de sete dias tem origens romanas: no começo, os Romanos empregavam o período dos *nundinae* de nove dias, que podiam ficar reduzidos a oito por causa da peculiar "contagem inclusiva" romana (cf. Puls, 2000a). No séc. II d. C. (cf. Blochmann, 1935) entrou em uso a semana de sete dias: como, possivelmente, já se figera na Babilónia, as Romanas consagrárom cada um dos sete dias da semana a algumha das "estrelas errantes" entom conhecidas ou a umha das suas deidades, originando-se assim os dias do Sol (*Sol - Apollo*), da Lua (*Luna - Luna*), de Marte (*Martis stella – Mars*), de Mercúrio (*stella Mercurii – Mercurius*), de Júpiter (*Iuppiter, Iovis*), de Vénus (*stella Veneris, Venus*) e de Saturno (*Saturnus*).

Esta foi a organizaçom predominante em todo o Império até que Martinho de Dume, Bispo de Braga, começou a empregar na província da Gallaecia a terminologia cristá para designar os dias da semana no séc. VI da nossa era. O primeiro dia foi consagrado ao Senhor (*Dies Domenica*, do qual provém o actual Domingo), em substituiçom do antigo *Solis Dies*, e para o último dia da semana retomou-se o *Sabbatum* (Sábado) judeu. Os dias úteis forom chamados *feiras* (do latim *feria*), da segunda à sexta-feira. Este tipo de organizaçom é exclusiva do nosso sistema lingüístico, o galego-português, enquanto que as denominaçons pagás continuam a ser as empregadas nas restantes línguas europeias.

Todavia, na Galiza, a organizaçom cristá da semana tem sido praticamente substituída pola pagá, embora permaneça de forma residual no galego espontáneo (apenas de forma testemunhal e "passiva"). A principal causa desta substituiçom encontramo-la na pressom unificadora que a cultura castelhana leva exercendo durante séculos no nosso país, o que, entre outras cousas, conduziu à imposiçom deste modelo da semana em todo o território do estado espanhol. Actualmente, a organizaçom cristá da semana está a ser recuperada polos sectores reintegracionistas do país.

Afinal, porém, segundos "decimalizados"

Da antiga Suméria até o séc. XXI, o tempo foi (e ainda é) dividido, durante mais de 5.000 anos da história da humanidade, de forma sexagesimal, sem que se tenham produzido grandes mudanças neste esquema. O que sim mudou (e muito) nos cerca de quatro mil anos de evoluçom que decorrêrom entre a invençom do relógio de Sol e a do atómico, foi a precisom com que se mede o tempo. Hoje em dia, existem, em numerosos países, institutos de física que regulam e manejam o tempo para todos os aspectos da nossa vida em todo o mundo.

Desde 1955 temos à nossa disposiçom o relógio atómico, cujo uso foi recomendado em 1960 para estabelecer a duraçom da unidade de medida do tempo do Sistema Internacional de Unidades, o segundo (cf. Puls, 2000b). Contodo, só foi nos vinte anos seguintes que isto viu a ser incorporado (como já foram outras normas do Sistema Internacional) nas legislaçons de todo o mundo. Os países industrializados fôrom os primeiros onde isto econteceu. A base física do relógio atómico é o onda monocromático dumha comprimento de electromagnética emitida na transiçom do átomo de césio-133 entre dous níveis de energia. Um segundo é o tempo que compreendem 9.192.631.770 períodos da radiaçom (fases da onda). Para realizar tal mensuraçom, os átomos som submetidos a um processo de vaporizaçom num forno de alto-vácuo a umha temperatura de 150° C. A mediçom ocorre com umha exactidom de 10⁻¹⁴ segundos, o que significa que o aparelho apenas se desvia um segundo cada três milhons de anos (cf. Knapp, 1987). E mesmo assim, isto ainda será melhorado na próxima geraçom do relógio: prevê-se que a nova frequência seja obtida por meio de átomos de césio arrefecidos por laser (cf. Schwitz, W.).

Apesar de todos estes avanços, a divisom sexagesimal babilónia do tempo ficou inalterada até os nossos dias, excepto numha cousa: para as divisons inferiores ao segundo finalmente se optou, em vez de por divisons históricas como a dos sessenta *minuta tertiae* (v. supra), polo hoje muito espalhado ritmo decimal das divisons em milisegundos (10⁻³),

microsegundos (10⁻⁶), nanosegundos (10⁻⁹), e sucessivos até chegar aos femtosegundos (10⁻¹⁵), muito práticos no terreno dos láseres de pulsos ultra-curtos. Porém, parece que nom somos os primeiros: acredita-se que Johannes Kepler (1571-1630) já tenha utilizado umha divisom decimal do segundo (cf. Haustein, 2001).

Após mais de cem anos de "decimalizaçom" o sistema sexagesimal parece continuar, contodo, enraizado no nosso subconsciente: as dúzias de ovos nas nossas lojas, o toque dos sinos nas igrejas ou as baixelas de seis em seis peças ficam como testemunhos dum sistema que umha vez foi o veículo da mais avançada ciência.

Bibliografia

- AA.vv. 1924-33. *Meyers Lexikon*, tomo 15, Bibliographisches Institut. Leipzig.
- AA.vv. 1984a. *Gran Enciclopedia Gallega*. Silverio Cañada, Ed. Santiago de Compostela.
- AA.VV. 1984b. Pons Globalwörterbuch. Klett-Verlag. Estugarda.
- AA.VV. 1990. Geschichte mit Pfiff, 3. Sailer Verlag. Nuremberga.
- Adrian, F. von. 1901. Der Siebenzahl im Geistesleben der Volker. Em Mitteilungen der anthropologischen Gesellschaft in Wien, 31: 225.
- BASSERMANN-JORDAN, Ernst von. 1969. *Uhren*. Klinkhardt-Biermann-Verlag. Braunschweig.
- BAUR, Franz. 1965. *Sternglaube, Sterndeutung, Sternkunde*. Verlag J. Knecht. Frankfurt.
- BECKER, U. 1990. Venus und Sirius. Em *Scheibe, Kugel, Schwarzes Loch*. Beck'sche Verlagsbuchhandlung. Munique.
- BLOCHMANN, R. 1935. Die Entwicklung unseres Kalenders von seinen Uranfängen bis zur Gegenwart und seine zukünftige Weiterbildung. Gesellschaft zur Förderung der Kalenderreform. Kiel.

- Bramaz, Hansruedi e Heinz H. Oberhänsli. 1976. *Uhren*. Gloria-Verlag. Spreitenbach.
- CLASSEN, Chr. Beilagen zur Wetterkarte DWD, 5/1984, 17/1984.
- CORNELL, James. 1983. *Die ersten Astronomen*. Birkhäuser-Verlag. Basiléia, Estugarda.
- DILKE, Oswald Ashton Wentworth. 1991. *Mathematik, Maße und Gewichte in der Antike*. Reklam-verlag. Estugarda.
- DOHRN-VAN ROSSUM, Gerhard. 1985. *Die Geschichte der Stunde*. Deutscher Taschenbuch Verlag. Munique.
- ENGEL, Franz. 1982. *Tabellen Alter Münzen, Maße und Gewichte*. Verlag C. Bödendahl. Rinteln.
- Enslin, H. 1983. Der Seewart, núm 44, pág. 264.
- FERRARI D'OCCHIEPPO, Konradin. 1994. Der Stern von Bethlehem. Brunnen-Verlag. Gießen.
- HAUSTEIN, H.-D. Secçom de cartas dos lectores em *Sterne und Weltraum*, núm. 7 de 2001. Wissenschaft Verlagsgesellschaft mbH. Estugarda.
- KNAPP, Wolfram. 1987. Die Physikalisch-Technische Bundesanstalt wird 100. Em *Bild der Wissenschaft*, 12. Konradin-Verlag. Leinfelden-Echterdingen.
- KÖNIG, H. 2001. Julianischer und Gregorianischer Kalender, em *Christiana Albertina*, 52/53.
- Kretzschmer, Fritz. 1958. *Bilddokumente römischer Technik*. Panorama Verlag. Wiesbaden.
- LEGGEWIE, Otto. 1978. Die Welt der Römer. Aschendorff Verlag. Münster.
- NEUGEBAUER, Otto. 1927. Zur Entstehung des Sexagesimalsystems. Abhandlungen der Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen. Dieterische Universität-Buchdruck. Gotinga.
- NEUGEBAUER, Otto. 1983. *Astronomy and History, Selected Essays*. Springer-Verlag. Berlim, Nova York.
- NEUGEBAUER, Otto. 1995. *A History of Mathematical Astronomy*. Springer-Verlag. Berlim, Nova York.
- PAPKE, Werner. 1989. *Die Sterne von Babylon*. Gustav Lübbe Verlag. Bergisch Gladbach.
- PICHOT, André. 1995. Die Geburt der Wissenschaft. Campus. Frankfurt.
- PITMAN, Walter e William Ryan. 2001. Sintflut. Bastei Lübbe. Bergisch-Gladbach.

- PLOETZ, Karl. Auszug aus der Geschichte. Verlag A. G. Ploetz. Berlim.
- Puls, Klaus Eckart. 2000a. Kalendergeschichten. Die wechselvolle Geschichte unseres Kalenders über 5000 Jahre. Em *Naturwissenschaftliche Rundschau*, 53: 5-16. Estugarda.
- Puls, Klaus Eckart. 2000b. Meilen Knoten Meter. 125 Jahre Meter-Konvention 1875-2000. Em *Naturwissenschaftliche Rundschau*, 53: 624-630. Estugarda.
- Samhaber, Ernst. 1993. Kaufleute wandeln die Welt. Societäts-Verlag. Frankfurt a. M.
- SCHARNAGEL, R. http://www.rescon.de.
- SCHMIDT, Heinz-Dieter. 1983. Fragen an die Geschichte. Hirschgraben Verlag. Frankfurt a. M.
- SCHWITZ, Wolfgang (Dir.). http://www.metas.ch/de/labors/4/41/html. Bundesamt für Metrologie Metas.
- Seife, Charles. 2002. Zwilling der Unendlichkeit. Goldmann-Verlag. Munique.
- Sobel, Dava. 1999. Galileos Tochter. Berlin-Verlag. Berlim.
- SONTHEIMER, Walther. 1969. Der kleine Pauli, Lexikon der Antike. Estugarda.
- TRAPP, Wolfgang. 1998. Kleines Handbuch der Maße, Zahlen, Gewichte und Zeitenrechnung. Reclam-Verlag. Estugarda.
- VAN DER WAERDEN, Bartel Leendert. 1956. Ägyptische, babylonische und griechische Mathematik. Em *Wissenschaft und Kultur*, tomo 8. Birkhäuser-Verlag. Basiléia, Estugarda.
- VOSSEN, Carl. 1980. Mutter Latein und ihre Tochter. Stern Verlag Janssen. Düsseldorf.
- WINCKLER, Hugo. 1903. Das Himmels- und Weltbild der Babylonier. Em *Der alte Orient, Gemeinverständliche Darstellung*, 2/3. Vorderasiatische Gesellschaft. Leipzig.
- ZEMANEK, Heinz. 1990. Kalender und Chronologie. R. Oldenburg-Verlag. München, Viena.

A promoçom da Língua Portuguesa no sistema educativo da Comunidade Autónoma Galega. Umha política linguística de fronteira*

Carlos G. Figueiras

(Universidade de Santiago de Compostela)

Resumo:

Este trabalho reflecte sobre a política seguida pola Junta da Galiza a respeito da língua portuguesa no sistema educativo galego; atendendo para as potencialidades económicas e culturais que, para os jovens galegos, apresenta o estudo do padrom português. Para a sua melhor compreensom, compararemos esta política com a que a respeito da mesma língua vem desenvolvendo o governo autonómico da Estremadura espanhola; procedimento que nos permitirá verificar o diferente grau de presença da língua portuguesa em ambos os sistemas educativos. Apresentaremos depois algumhas iniciativas e propostas desenvolvidas por diferentes organizações e partidos políticos, nos últimos anos, para a promoçom da língua portuguesa no sistema educativo galego e o posicionamento adoptado pola administraçom perante as mesmas. Finalmente, reflectiremos sobre a eventual necessidade da implicaçom do movimento reintegracionista na promoçom da língua portuguesa no sistema educativo galego.

Palavras-chave:

Ensino, Língua Portuguesa, Galiza, Eurorregiom.

Abstract:

This paper reflects upon the policy followed by the Junta da Galiza with respect to the Portuguese language in the Galician educational system, paying particular attention to the economic and cultural possibilities that the study of Standard Portuguese offers to Galician youth. In order to better understood this policy, we will compare the Junta's policy with that which is being developed with respect to that language by the autonomous government of Spanish Estremadura. This will allow us to understand the differing degree of presence of the Portuguese language in both educational systmes. We will then present a few inciatives and proposals developed by different organizations and political parties in recent years for the promotion of the Portuguese language in the Galician educational system and the position adopted by the administration in response to these. Finally, we will reflect upon the eventual necessity of the involvement of the reintegrationist movement in the promotion of the Portuguese language in the Galician educational system.

Key words:

Education, Portuguese Language, Galiza, Crossborder Region.

^{*}Este artigo tem a sua origem na comunicaçom que, sob o mesmo título, foi apresentada nos V Colóquios da Lusofonia, celebrados em Bragança em Outubro de 2006.

Introdução

Por otra parte, la plena integración de España en el contexto Europeo comporta una mayor apertura y exige un mayor grado de flexibilidad del sistema educativo. Exige también que los alumnos puedan adquirir destrezas que, como la capacidad de comunicarse —también en otras lenguas-, la de trabajar en equipo, la de identificar y resolver problemas, o la de aprovechar las nuevas tecnologías para todo ello, resultan hoy irrenunciables. Estas competencias les permitirán sacar el máximo provecho posible, en términos de formación, de cualificación y de experiencia personal, del nuevo espacio educativo europeo. Los compromisos adoptados en el marco de la Unión Europea con respecto a los sistemas de educación y formación de los países miembros requieren, además, la efectiva adaptación de la realidad educativa de cada país a las nuevas exigencias, de conformidad con los procedimientos de cooperación existentes. (1)

Este trecho pertence às disposições gerais da *Ley Orgánica de Calidad de la Educación* (LOCE). Neste preámbulo apresenta-se umha lei que tem como objectivo fundamental o aumento da qualidade do sistema educativo na medida em que impulsionará a realizaçom pessoal e o progresso social e económico do indivíduo, aumentando desta maneira o seu bem-estar individual e o bem-estar social da comunidade. O renovado sistema educativo pretende-se assim qualificador, integrador do maior número de alunos e, na medida do possível, ponte para a integraçom do aluno no mercado laboral. Um dos motivos fundamentais da reforma é a carência de destrezas que apresenta o alunado para o aproveitamento das novas possibilidades que abre a integraçom do Estado Espanhol no novo contexto socioeconómico europeu.

Conforme com estes pressupostos, o nosso trabalho atende à conveniência da docência da língua portuguesa nos centros de ensino galegos e compara a situaçom do português como segunda língua no ensino secundário galego e estremenho, pois achamos pode ser umha boa maneira de comparar a eficácia com que o sistema educativo de ambas administrações autonómicas se prepara para o aproveitamento das vantagens socioeconómicas que se lhe pressuponhem ao novo marco socioeconómico nascido da Europa das eurorregiões. Posteriormente,

¹ in Ley Orgánica de Calidad de la Educación. B.O.E. núm. 307, 24-12-2002, pág. 45189/2002.

passaremos a analisar o posicionamento e o trabalho, nos últimos anos, das associações de língua e partidos políticos na Galiza a respeito desta situaçom.

AS AJUDAS COMUNITÁRIAS. Apagamento das fronteiras culturais.

No novo marco socieconómico da Europa das eurorregiões, os fundos FEDER, de ajuda para o desenvolvimento das regiões européias, cobraram umha especial importáncia, pois é deles que se nutre o programa INTERREG (CCR-N, 2005), orientado a disponibilizar aos estados ajudas económicas para investimentos destinados à cooperaçom transfronteiriça. Estas ajudas procuram eliminar as barreiras que dificultam a conversom das eurorregiões em espaços económicos homogêneos que facilitem a presença das empresas e a mobilidade dos trabalhadores entre os estados que integram estes novos espaços económicos.

Assim podemos comprovar como dentro da Vertente A, ou de cooperaçom transfronteiriça, do INTERREG III se encontra a seguinte disposiçom:

A cooperação transfronteiriça visa desenvolver pólos económicos e sociais transfronteiriços a partir de estratégias comuns de desenvolvimento territorial sustentável. Os Estados-Membros consagram pelo menos 50% da sua dotação total INTERREG III a esta Vertente.

Se figermos umha análise pormenorizada do documento que regula o INTERREG III poderemos comprovar como o texto aconselha que, para além de incentivar a cooperaçom económica entre os estados, estes devem impulsionar umha aproximaçom cultural entre os territórios incluídos dentro da área da eurorregiom, atendendo especialmente ao que di respeito à formaçom linguística dos seus cidadaos.

A cooperaçom entre os estados levará-se também aos domínios da investigaçom, do ensino, da cultura e da comunicaçom. Assim este documento alenta para a:

-Criação e utilização nesses domínios de recursos conjuntos para reforçar a competitividade da zona transfronteiriça, organização de manifestações culturais (exposições, festivais) de efeitos duradouros de cooperação e emprego...

LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA GALIZA

Portanto, a situaçom que se nos apresenta depois da análise dos fundos europeus para a cooperaçom transfronteiriça dentro das eurorregiões parece muito alentadora para a promoção de destrezas que facilitem a plena ou maior integraçom das pessoas dentro dos novos espaços interestatais europeus, em que a LOCE justifica a necessidade da reforma do sistema educativo e promulga como um dos seus objectivos principais.

A PROMOÇOM DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EXTREMADURA. Um exemplo do aproveitamento do novo espaço socioeconómico europeu.

Utilizaremos como ponto de partida para a nossa comparaçom o exemplo da política lingüística seguida pela *Junta de Extremadura* para a língua portuguesa porque se apresenta como um modelo capaz de conjugar, dentro do ensino secundário, esses objectivos pretendidos na LOCE e os meios económicos que para a sua consecuçom fornecem os fundos disponibilizados pela Uniom Europeia.

Nom podemos, nem pretendemos, esquecer que a política eurorregional transfronteiriça europeia tem e depende fundamentalmente de uns objectivos meramente económicos; mas, para a consecuçom desses objectivos, parece inegável que os cidadaos das diferentes áreas integradas dentro de projectos inter-regionais devem estar capacitados para comunicar-se com fluidez (domínio lingüístico) com os seus vizinhos pertencentes a outro estado, e para saber conhecêlos e compreendê-los (domínio cultural).

Nesta linha de acçom enquadram-se os projectos e actividades desenvolvidas pelo *Gabinete de Iniciativas Transfronterizas* da *Comunidad Autónoma de Extremadura*:

Si bien es cierto que las relaciones comerciales, cada vez más importantes entre Extremadura y Portugal, constituyen una razón de peso para aprender portugués, la motivación de los extremeños no es sólo económica, sino que actualmente saber expresarse en portugués es una aptitud muy valorada en el mercado de trabajo extremeño, especialmente en el sector sanitario y en el de la hostelería y restauración (GITE, 2004).

Parece entom que, da *Junta de Extremadura*, existe a vontade de ultrapassar essas deficiências de adaptaçom ao novo quadro socioeconómico europeu, que, como o preámbulo da LOCE aponta, sofrem os alunos do Estado Espanhol.

Se considerarmos que a política lingüística da *Comunidad Autónoma de Extremadura* pode ser um exemplo a seguir no referente à eliminaçom de barreiras idiomáticas, nom é simplesmente por umha questom de vontades ou possíveis pressupostos de actuaçom. Umha breve documentaçom sobre a questom permite-nos ver como nesta regiom se tem impulsionado o estudo da língua portuguesa nos últimos anos, de maneira eficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo:

O número de alunos de português na Extremadura cresceu, em apenas oito anos, de 467 alunos para nove mil, fazendo da região aquela que, em toda a Espanha, tem maior concentração de estudantes da língua portuguesa em toda a Espanha (66%) (Diário de Trás-Os-Montes, 2004).

O ensino da língua portuguesa tem aumentado nos últimos anos na comunidade autónoma da Extremadura, o que as autoridades locais justificam com a proximidade geográfica e com razões de carácter cultural e profissional (Aula Intercultural, 2004).

Estes dados materializam essa citada vontade de interacçom entre culturas, introduzindo no ensino secundário nom só a língua europeia mais próxima geograficamente dos alunos, mas também aquela que está em condições de facilitar-lhes umha melhor integraçom no mundo laboral. A política lingüística aplicada polo governo autonómico estremenho prioriza, desta maneira, interesses meramente práticos, oferecendo dentro do desenho curricular base a possibilidade de implantaçom nos centros de umha cadeira optativa de língua portuguesa.

O sucesso inicial deste tipo de experiências levou à *Junta de Extremadura* a disponibilizar maiores orçamentos destinados a estas iniciativas, procedentes umha dos fundos europeus e a outra da própria administraçom autonómica:

A expansão verificada, que levou à ultrapassagem da aprendizagem do Francês, levou a Junta de Extremadura a aumentar para 210 mil euros o valor do apoio concedido, sendo contemplados 101 cursos. Parte do financiamento provém de fundos do Programa Operativo de Desenvolvimento e Cooperação das Regiões Fronteiriças de Espanha e Portugal, no âmbito do Interrreg II (Diário de Trás-Os-Montes, 2004).

LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA GALIZA

Contudo, nom devemos esquecer que os resultados satisfatórios obtidos com estas medidas nom provenhem exclusivamente da boa apresentaçom e publicidade destinada à sociedade que a *Junta de Extremadura* possa ter-lhes dado, pois devemos valorar também o papel activo jogado polos próprios receptores desta iniciativa, que fai com que a língua portuguesa se tenha situado nesta comunidade à frente de outras línguas com mais tradiçom dentro do sistema educativo espanhol, como pode ser o francês, que embora goza de um alto prestígio cultural tem, para os habitantes desta regiom, umha menor utilidade prática e objectiva.

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA. Umha aproximaçom ao estado da questom.

De início, poderia parecer que a existência desse novo quadro socioeconómico da Europa das eurorregiões e das ajudas disponibilizadas pela Uniom Europeia para a aplicaçom de políticas de aproximaçom transfronteiriça por parte dos estados, levaria, lógica e inevitavelmente, à assunçom, por parte das diferentes administrações, de políticas linguísticas e culturais similares à desenvolvida pola *Junta de Extremadura*. A situaçom geográfica e social da eurorregiom Galiza-Norte de Portugal parece equiparável ao contexto estremenho mas, como veremos a seguir, a realidade no ensino galego é bem diferente. A dia de hoje, na Galiza, a situaçom do ensino da língua portuguesa na secundária, embora as condições prévias sejam similares, até melhores pola proximidade lingüística, reduz-se a iniciativas particulares dos centros educativos e nom a iniciativas da administraçom.

Exemplo disto é a *Proposta para introduzir o ensino do português como segunda língua* (Vidal Conde et al., 2001), redigida em Janeiro de 2001 por professores do IES Sam Paio de Tui e aprovada polo claustro deste centro, que apontava entre as sua motivações principais a "expansom de empresas galegas que iniciam a sua aventura em Portugal", a saída de "profissionais da saúde preparados nas nossas universidades [...] pola falta de oportunidades que encontram aqui [na Galiza], em oposiçom à enorme demanda que existe actualmente em Portugal" ou o facto de que "empresas galegas radicadas aqui [na Galiza] tenham um elevado número de clientes e / ou abastecedores portugueses, o que obriga aos trabalhadores destas empresas a dominar a língua portuguesa se querem comunicar com eles com garantia de êxito". A proposta acabou por ser aceite pola resposta da Conselharia de Educaçom (Graña Carrodeguas,

2002) em Abril de 2002 e este liceu de Tui foi o primeiro centro da Galiza em leccionar aulas de língua portuguesa acolhendo-se à inclusom da segunda língua estrangeira no catálogo das matérias optativas da ESO. A ele somaram-se posteriormente outros oito centros de primária e secundária, por vontade sempre do próprio professorado, conformando umha pequena rede que cresce lentamente.

A ainda reduzida presença da matéria dentro do ensino primário, sobretudo em vilas fronteiriças da província de Ourense, está impulsionada polo Governo Português ao abrigo do programa LALO. Estas aulas inicialmente destinadas para os filhos de emigrantes portugueses, contam hoje em dia com umha boa acolhida entre os alunos galegos destes centros.

O bom funcionamento das cadeiras de língua portuguesa, tanto nestes centros de educaçom primária, quanto naqueles centros de educaçom secundária que optaram por ofertá-la pola sua própria iniciativa e sem nengum tipo de ajuda económica por parte da administraçom, fai com que nom pareça errado supor que é a própria adiministraçom a que deve assumir a responsabilidade da potenciaçom deste tipo de políticas lingüísticas eurorregionais.

A SOCIEDADE CIVIL NA PROMOÇOM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Entre o desconhecimento e desorganizaçom.

Neste trabalho apresentam-se duas respostas políticas bem diferentes para duas comunidades que apresentam umha situaçom socioeconómica similar, facto que prejudica de maneira muito importante os alunos galegos, pois diminui o seu leque de possibilidades de acesso ao mundo laboral, face às maiores oportunidades que, pertencendo todos ao mesmo estado, encontram os alunos estremenhos. Assim o que parece resultar de tudo isto é um sistema educativo desigual de que a administraçom autonómica galega é directamente responsável, pois nom contribui para dotar os seus cidadaos das ferramentas necessárias para a sua adequada socializaçom dentro do novo contexto europeu.

É por isso que, ante o actual estado das cousas, deve ser o governo galego a responder ante esta situaçom de desigualdade. Tem-se produzido, durante os últimos anos, um certo debate entre os diferentes grupos parlamentares da cámara autonómica, como amostra do qual apresentamos a proposta nom de lei feita polo Bloque Nacionalista Galego (BNG) em 2003:

LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA EDUCATIVO DA GALIZA

O Parlamento de Galiza insta a Xunta de Galiza a:

- 1.- Estudar e prever, con aplicación no curso 2003-2004, a implantación xeneralizada, nos I.E.S. e en todos os centros onde se imparte educación secundária de todo o país, o ensino, como matéria optativa, da Língua e de Literatura Portuguesa.
- 2.- Programar, desde a Consellaria de Educación e Ordenación Universitária, con eventual colaboración doutras Consellarias, viaxes e intercámbios escolares entre os centros de ensino da Galiza e de Portugal.
- 3.- Enviar aos centros de ensino secundário do noso país materiais didácticos, incluídos audiovisuais, que podan resultar de proveito para o ensino da(s) disciplina(s) mencionadas no ponto 1.

Santiago de Compostela, 3 de Febreiro de 2003

Asdo.: Maria Pilar Garcia Negro Deputada do G.P. do BNG (Garcia Negro, 2003).

Mas o debate parlamentar que se seguiu a esta proposiçom, nom contribuiu em medida algumha para aumentar a presença da língua portuguesa dentro do ensino secundário galego. O executivo autonómico, longe de aceitar para si o modelo de política linguística eurorregional desenvolvido na Extremadura, argumentou que correspondia aos centros educativos a oferta de umha língua estrangeira, e nom ao governo. Após o debate, levou-se a cabo a votaçom que impediu a aprovaçom da proposta com a abstençom dos deputados do Partido Socialista de Galicia (PSdG) e o voto em contra do Partido Popular (PP), que representava a maioria na cámara.

Em 2006, e depois de mais de um ano de governo bipartido, PSdG-BNG, nom podemos falar numha mudança real da situaçom, pois se bem durante os primeiros meses da legislatura parecia que o novo executivo tinha a intençom de promover aulas de língua portuguesa na secundária, nom existem a dia de hoje medidas, nem desenvolvidas nem projectadas pola administraçom, para a sua promoçom no ensino obrigatório.

Desta maneira, a equiparaçom das possibilidades entre alunos galegos e estremenhos fica a expensas do voluntarismo dos professores do ensino secundário galego, que sem nengum tipo de organizaçom, orientaçom ou ajuda, tenhem a possibilidade, que nom a responsabilidade, de inverter a situaçom actual.

De outra parte não podemos esquecer que umha outra das hipóteses para a implantaçom da língua portuguesa no ensino obrigatório seria a solicitude maciça por parte da populaçom, principalmente polas associações de maes e pais de alunos, da introduçom da cadeira nos seus centros de ensino, facto que se torna complicado pola falta de informaçom que a respeito deste tema existe nos meios de comunicaçom galegos, embora as possibilidades de trabalho a Sul do Minho continuem a crescer dia a dia.

PARA A SOCIALIZAÇOM DE UMHA NECESSIDADE. A organizaçom do movimento reintegracionista.

Para atingir umha política lingüística que coloque a língua portuguesa no sistema educativo galego, no mínimo, ao mesmo nível de promoçom que na *Comunidad Autónoma de Extremadura*, parece necessário, ante a falta de compromisso da classe política, que parte da sociedade civil se empenhe na reivindicaçom dos direitos dos alunos galegos a receber a educaçom que melhor possa contribuir para colocálos no mercado laboral.

É pola via da informaçom e a organizaçom a este respeito que o movimento reintegracionista poderia vir a tornar-se fundamental para a consecuçom deste objectivo e, portanto, de utilidade evidente para o conjunto da sociedade galega. Mas nos últimos anos, os colectivos reintegracionistas nom passaram, na sua maioria, de expressar publicamente o seu apoio para a implantaçom da língua portuguesa no ensino obrigatório, sem acometer qualquer tipo de grande campanha de promoçom pública dirigida àqueles que realmente tenhem a chave que permitirá colocar este assunto no centro do debate político, os pais e alunos que devem exigir da administraçom o melhor dos sistemas educativos possíveis.

É certo que desde o ano 1998, com a sua campanha "Português no ensino desde já!", o Movimento Defesa da Língua (MDL) tentou colocar no ámbito público, com maior ou menor sucesso, o debate sobre a inclusom da língua portuguesa no ensino obrigatório, chegando a algumhas escolas e liceus com material informativo e mesmo conseguindo, em 2005, depois de umha suposta manifestaçom de boas intenções do governo PSdG-BNG a respeito desta problemática, aumentar com o seu trabalho a atençom da imprensa para este tema.

Contudo, a reuniom celebrada, a 25 de Janeiro de 2006, entre a Directora Geral da Conselharia de Educaçom e representantes do MDL,

veio a confirmar que a imprensa tinha exagerado as intenções da Conselharia a esse respeito e que a possibilidade de que, em 2006, a administraçom fosse, por iniciativa própria, fomentar ou animar de maneira generalizada os centros para a oferta da cadeira de língua portuguesa era inexistente, aludindo a administraçom dificuldades económicas derivadas da dispersom territorial da populaçom galega para o desenvolvimento dessa iniciativa.

Também em Janeiro de 2006, a Confederación Intersindical Galega do Ensino (CIG-Ensino), sindicato do ámbito da educaçom, anunciava umha campanha (CIG-ENSINO, 2006) para a promoçom do estudo da língua portuguesa no ensino galego centrada, inicialmente, na recolha de informaçom sobre a realidade actual dos estudos de língua portuguesa em território galego e os procedimento a seguir para a implantaçom das aulas. Numha segunda fase, CIG-Ensino, tem prevista a elaboraçom de um relatório encaminhado a orientar os centros com interesse em ofertar estes estudos e o envio de um inquérito aos centros em que já som ofertados que permita valorizar as possibilidades de futuro que o ensino da língua portuguesa poda ter na Comunidade Autónoma Galega.

Com este estado da questom, parece que, quer por umha ou outra razom, o grau de implicaçom do movimento reintegracionista, ou de outro tipo de organizações, com o ensino da língua portuguesa nos centros galegos nom é suficiente para impulsionar a petiçom de soluções por parte de umha populaçom que no futuro verá, sem qualquer tipo de dúvida, como os seus filhos serám os grandes beneficiados das hipotéticas mudanças na política educativa da Junta da Galiza a respeito da língua portuguesa.

Concluímos assim animando as organizações reintegracionistas para cumprir o seu papel na sociedade galega, enfrentando o problema de maneira organizada e programática e procurando soluções úteis e em positivo que contribuam, de umha parte, para aumentar as possibilidades de trabalho dos jovens galegos e, de outra, para que no futuro, umha populaçom melhor formada, mais culta e conhecedora da variante lingüística portuguesa, se implique finalmente na reintegraçom das falas da Galiza no sistema lingüístico português.

Bibliografia

- GARCIA NEGRO, MARIA PILAR (BNG) (2003): "Proposiçom nom de lei apresentada pola deputada... perante a Comissom de Cultura e Ensino do Parlamento de Galiza", in ASSOCIAÇÃO DE AMIZADE GALIZA-PORTUGAL [AAG-P] (2003): Relatório sobre o debate da comissão de cultura e ensino do parlamento galego (13 de junho de 2003). [acessível em http://www.lusografia.org/amizadegp/relatorio.htm (última consulta 31/01/07)]
- AULA INTERCULTURAL (2004): "Extremadura espanhola reforça apoio ao ensino do português". [acessível em http://www.aulaintercultural.org/breve.php3?id_breve=78 (última consulta 31/01/07)]
- CIG-ENSINO (2006): "Lingua Portuguesa no ensino secundario". [acessível em http://www.cig-ensino.com/ver.php/?nav=279(0) (última consulta 31/01/07)]
- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE (CCR-N) (2005): "INTERREG III A". [acessível em http://www.ccr-norte.pt/outrosic/inteiiia.php (última consulta 31/01/07)]
- DIÁRIO DE TRÁS-OS-MONTES (2004): "Segunda língua estrangeira. Ensino do Português subsidiado na Extremadura". [acessível em http://www.diariodetrasosmontes.com/index.php3 (última consulta 31/01/07)]
- GABINETE DE INICIATIVAS TRANSFRONTERIZAS (GITE) (2004): "El portugués en extremadura". [acessível em http://www.gitextremadura.com/frame.asp?pagina=7&id=12 (última consulta 31/01/07)]
- GRAÑA CARRODEGUAS, José (2002): Resposta da Conselharia de Educação à solicitude feita pólo IES Sam Paio de Tui para poder impartir Língua Portuguesa no Centro. [acessível em http://sindominio.net/mdl/?sec0=cmp&sec1=uma&sec2=ptensino&sec3=doc3 (última consulta 31/01/07)]
- VIDAL CONDE, Luis Alonso; et al. (2001): Proposta para introduzir o ensino do português como segunda língua no liceu IES Sam Paio de Tui. [acessível em http://www.agal-gz.org/noticias/2002/20020-208.htm (última consulta 31/01/07)].



Gramática e Antologia: Integração e Identidade Nacional

Élio Cantalício Serpa

(Universidade Federal de Goiás)

Resumo:

O Livro de Português de autoria de Cegalla, em uso no ensino fundamental nas décadas de 60 e 70, organizado como gramática, antologia e exercícios, pretendeu garantir a formação de gerações sob o princípio de que a língua e o patriotismo garantem a integração e a identidade nacional. A gramática constitui-se em tecnologia para a fala correta e unificada, pressuposta na estrutura fonética, definida a partir do Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, São Paulo, e no Congresso Brasileiro de Língua Falada no teatro, de 1954, Bahia. A antologia, ao selecionar e reunir fragmentos literários, fixa uma determinada memória nacional baseada no emprego da língua "pura" e na literatura nacionalista.

Palavras-chave:

Integração, verde-amarelismo e memória.

Abstract:

The Cegalla's Portuguese textbook (grammar, anthology and exercises) was adopted by the Brazilian elementary and high school teaching in the 60 and 70 years. It had formed generations founded in the principle that the language and the patriotism were the principal elements of the national integration and identity. The grammar was a technology which had favoured the correct way of language speaking. These political ideas had emerged in two Portuguese language meetings: Congresso da Língua Nacional Cantada (São Paulo, 1937) e Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro (Salvador, 1954). The anthology had selected literary excerts to preserve a national memory based on a "pure" Language and nationalistic literature.

Key words:

National identity, grammar, memory.

Domingos Paschoal Cegalla, em seu livro intitulado *Português: gramática, antologia e exercícios*, destinado às quatro séries do ginásio, hoje ensino fundamental, introduz o leitor na gramatização da língua. Afirma ele o seguinte: "Cumpre resguardar, e até estimular, a liberdade de expressão individual, dentro das possibilidades de escolha permitidas pelo idioma" (CEGALLA, 1969, p. 11). O que se pode deduzir daí? Que a língua funciona dentro de uma estrutura frasal, feita de palavras e relações entre elas, e que "idioma" é a definição de regras para o uso adequado da língua.

GRAMÁTICA E ANTOLOGIA: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Domingos Paschoal Cegalla nasceu no município de Tijucas (1920), Santa Catarina. Formou-se em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Lecionou língua portuguesa, literatura e latim, em Curitiba, em São Paulo e, por fim, no Rio de Janeiro, onde passou a residir a partir de 1953 (CEGALLA, 1989). Como professor universitário, teve uma produção intelectual especializada em língua portuguesa, reconhecida no meio editorial e acadêmico brasileiro. Como poeta teve dois livros publicados: *Canção de Eurídice* (1987) e *Um brado no deserto* (1995). A gramática de Cegalla tem sido, por anos, obra de referência para uso no ensino fundamental, médio e superior.

Neste artigo, não estarei preocupado em perscrutar a trajetória intelectual do autor do livro *Português: gramática, antologia e exercícios*, e também não irei fazer uma análise interna estrutural das suas várias edições e muito menos comparar esse livro com outros livros de português existentes à época, inserindo-o num gênero específico de material didático próprio do período⁽¹⁾.

O livro de Cegalla a ser analisado compõe-se de uma trilogia: gramática, antologia e exercícios. Tal estruturação denota pressupostos normativos, criando assim uma tecnologia didática segundo a qual a língua deve ser aprendida em três etapas. A primeira baseia-se na gramática normativa, a segunda volta-se para a leitura de fragmentos literários de autores, cujas obras remetam à representação de homem, sociedade e natureza, e a terceira propõe, didaticamente, a elaboração de exercícios que implicam considerar como erro tudo o que não se encontra de acordo com a norma dita padrão, ou seja, propõe a possibilidade de verificação e fixação das regras estabelecidas pela gramática da língua portuguesa.

Minha preocupação neste texto é mostrar que as práticas de gramatização de uma língua e de produção de uma antologia constituem-se em "lugar de memória", portanto, um exercício de poder, as quais se associam de forma significativa ao ideário de formação da nacionalidade. Os fragmentos literários reunidos como antologia pelo autor realimentam uma cultura política autoritária, atuando como tantos outros dispositivos imaginários na formação de sujeitos para a nação. Para tal reflexão, tomarei este único livro como documento, mostrando que é possível perceber, através de sua composição e metodologia, uma

¹Suponho que essa publicação de Cegalla chegou aproximadamente à vigésima edição, sendo substituída pelas chamadas instruções programadas e pelos ditos estudos dirigidos, tecnologias típicas do ensino tecnocrático.

vontade de continuidade de uma tradição cultural que se liga ao pensamento autoritário pós-64.

Nesse caso, partilho da concepção indicada por Rita Lemaire, no que tange à relação entre história e literatura. Ela afirma que a construção da memória pela história implica a articulação funcional de três tempos diferenciados e conjuntivos. A relação com o passado se dá através de uma operação que o (re)significa num esforço para organizar, dar sentido ao presente e vislumbrar uma virtualidade de futuro. Não se trata de afirmar que toda escrita histórica é uma narrativa engajada, mas a memória social, tratada ou construída dessa forma, produz representações que se difundem e têm efeito mobilizador de vontades. A literatura também se funda num processo de socialização de memórias, de narrativas e de discursos. Literatura e história, nos seus percursos ao mesmo tempo divergentes e paralelos, estimulam comportamentos e formas de pensamentos desejados, propondo modelos e pondo em ação estratégias discursivas tais como a persuasão, a sedução, a verossimilhança, a credibilidade e a autoridade das palavras (LEMAIRE, 2000, p.12).

Nesses meandros, historicamente, a língua tem assumido posição de centralidade. No século XIX, nos processo de formação da nação, a filologia juntou-se à biologia e à economia para darem à nação configurações imbricadas à unidade populacional (FOUCAULT, 1990). Os gramáticos, auxiliados pela lingüística, inventaram formas de padronização da língua, como as gramáticas e os dicionários para promover a integração nacional, num trabalho de homogeneização e dissipação ou reformulação dos dialetos e das diferenças lingüísticas. Ou seja, o trabalho de muitos lingüistas atuou favoravelmente ao ideário integracionista, e a normatização da língua fez parte do conjunto de dispositivos constituintes da formação do estado nacional, que procurou controlar a dispersão: a parte, nesse caso, deveria estar unida ao todo na formação territorial e cultural da nação.

Assim, a população que fez a nação tornou-se objeto de intervenções em diferentes campos de saberes, seja através da medicina, seja através da demografia, do direito, da literatura, da história, da geografia, da engenharia, entre outros. Um dos pressupostos básicos do Estado-nação foi a constituição de saberes que justificassem a unidade nacional. Os eruditos, portanto, criaram uma linguagem para a nação e uma nação na e pela linguagem.

Memória da língua, a gramática organiza, distribui e classifica a linguagem falada e escrita. Manual de regras, chama para si a idéia de

GRAMÁTICA E ANTOLOGIA: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

conjunto de normas, as quais darão credibilidade e autoridade ao uso das palavras que compõem o espírito da nação e ao usuário que nem sempre faz o uso adequado da linguagem gramatizada. Enquanto um dos lugares de memória da língua, ela se associa a outros dispositivos (museus, bandeiras, constituições) na formação de capital simbólico para constituir suportes verossímeis para o corpo da nacionalidade. Dotada do pressuposto da fixidez, a gramática normativa propõe-se a não deixar aberturas, falhas, entrelugares, por onde a atividade cultural de uma língua fluída, assimiladora, artefato cultural, pudesse infiltrar-se. Gramática e literatura, como memórias da língua, enveredam por trilhas complementares naquilo em que seriam antagônicas. À permissividade criativa da literatura, a gramática em sua rigidez acrescenta a norma da língua, e o que ela possibilita criar.

Dessa forma, a produção tecnológica relacionada com a constituição e uma língua é, sem sombra de dúvida, lugar privilegiado de observação, não só da língua como um meio em que uma sociedade produz seu conhecimento referente à realidade, mas, especialmente, como lugar de constituição de dispositivos para criar imaginários e integrar a nação numa só linguagem. Assim, o jogo da normatização da linguagem através da gramática, do dicionário e da legitimidade dos autores considerados clássicos, constitui-se em prática política, cuja estruturação opera com a separação e com a classificação, norteadas por apelos performativos vigentes à época, reforçando ou imprimindo valores culturais.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, a modernidade, enquanto um modo de vida, instituiu duas formas de compreensão da experiência vivenciada: a regulação e a emancipação. A regulação é estabelecida pelo Estado, cujo princípio consiste em manter a obrigação política vertical estabelecida entre o cidadão e o Estado. Além disso, existe o princípio do mercado e o princípio da comunidade. Ambos consistem na obrigação política horizontal. O primeiro, entre parceiros, na disputa pelo mercado, e o segundo, entre membros da comunidade e associações. A emancipação é constituída, dentro da ótica weberiana, pelas três lógicas da racionalidade: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito. A modernidade chama para si e para a sociedade o desenvolvimento harmonioso recíproco da regulação e da emancipação, objetivando a completa racionalização da vida em dois aspectos: coletivo e individual (SANTOS, 2000).

Ao propor a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, os arautos da modernidade pressupõem uma linguagem única, padronizada, normatizada e comum a todos os falantes, articulando-se com o Estado burguês que, nas estratégias de regulação e controle, institui diferentes mecanismos, como as antologias, os dicionários, as gramáticas, a escola e outras formas de expressão que, de certa forma, remetem para a compreensão e estruturação dos valores de mercado, estéticos e morais da sociedade burguesa.

Nessa relação de controle através da norma padrão, estabelecida como ideal, os sujeitos objetos dessa intervenção entram nesse jogo em desigualdade, e os mecanismos burocráticos instituídos pelo Estado operam de forma massiva desclassificando saberes, falares vigentes e sujeitos. A burocratização que se dá no processo de aprendizagem da língua o interior da escola, onde a gramática normativa é concebida como a arte que ensina a ler, a escrever e a falar corretamente, qualificando-a como objeto de estudo e objeto de ensino ao mesmo tempo, acontece hieraquicamente a partir do estudo dos sons, das classes gramaticais para então atingir a estruturação frasal. Há, portanto, na escola, um privilegiar da gramática em relação à leitura, e há produção sem considerar que o sujeito, camponês ou não, realiza a operação de apropriação do texto baseado em seu repertório cultural, em sua capacidade lingüística (MESSARINI, 1995).

No Brasil, resumindo a questão, a política de integração nacional, tomada como pressuposto do Estado, deu-se notadamente durante a Era Vargas (1930-1 945). Para tanto, o governo mobilizou diversos dispositivos. Criou, por exemplo, o Ministério da Educação e Saúde, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e produziu legislação objetivando uma unidade de princípios e de ação. A partir desse ministério, realizaram-se, por todo o país, os congressos de brasilidade, o congresso da língua nacional cantada, de 1937; criaram-se as comissões de folclore; desencadeou-se a chamada "Marcha para o Oeste", símbolo forte do Estado Novo; e, em termos de governo, a construção de estradas, as campanhas de educação e de saúde seriam alavancas para materializar a integração da região centro-Oeste ao país. Segundo Capelato, havia a compreensão de que, no Brasil, a nacionalidade não se completara e que caberia antes construí-la; portanto, dava-se ênfase à integração nacional, havendo necessidade de integração racial e reforço da unidade territorial, moral, cultural e política (CAPELATO, 1998).

Na literatura, a formação do grupo Anta, o Manifesto Nhengaçu Verde-Amarelo, a Marcha para o Oeste, de Cassiano Ricardo, o ideário integralista de Plínio Salgado dariam as bases da cultura verde-amarela que, de forma difusa e ambígua, sobreviveu no Brasil até os anos 80. Para Hélgio Trindade, o fato de que a proporção de militares integralistas, na direção de órgãos nacionais e regionais de integração nacional, seja menor do que a dos profissionais liberais não significa que a participação dos militares da AIB (Ação Integralista Brasileira) tenha sido secundária. Havia núcleos integralistas compostos exclusivamente de militares no Exército e, sobretudo, na Marinha, onde a maioria, senão integralista, era, ao menos, simpatizante do integralismo (TRINDADE, 1974).

Segundo Marilena Chauí, o verde-arelismo foi elaborado no curso dos anos da classe dominante brasileira como imagem celebrativa do país essencialmente agrário, e sua construção coincide com o período em que o "princípio da nacionalidade era definido pela extensão do território e pela densidade demográfica" (CHAUÍ, 2000). No entanto, segundo Marilena Chauí, nem os modernistas, nem o Iseb, nem os CPCs, nem o Cinema Novo, nem o Tropicalismo, nem a MPB de protesto conseguiram afastar a imagética verde-amarela. As imagens se perpetuam na apropriação pela indústria do turismo nos *slogans* "Brasil, país de futebol, carnaval, café, *made in Brazil*" (CHAUÍ, 2000).

O livro didático *Português*, de Cegalla, com sucessivas edições e permanências, correspondeu às demandas de formação de uma geração sob referenciais culturais tributários do verde-amarelismo que se expressava no ufanismo nacionalista. A natureza, a cultura e a tradição constituíram-se em fundamentos míticos para mobilização em torno da idéia de "revolução" e de constituição da utopia do "Brasil Grande" ou Brasil Potência 2000, na proposição da geopolítica de Golbery do Couto e Silva.

Essa cultura verde-amarela, suporte ufanista para política de integração nacional, é tributária do mito edênico (orgulho pela beleza e pelas riquezas naturais do país, uma noção do paraíso como jardim aberto a todos – dom a ser gozado, não meta a ser atingida) relacionado com tamanho do país, largamente usado pelos seguidores do verde-amarelismo e pelos militares.

José Murilo de Carvalho, ao trabalhar a permanência, no Brasil, do mito da edenização da natureza, sempre presente na constituição do Estado-nação, argumenta que, para esse discurso, "o Brasil é belo e rico, mas também grande, imenso, um país continental". Disto resulta a evocação constante da grandeza e pujança do país. Sempre queremos ter ou ser o maior do mundo. O Amazonas é o maior rio, a floresta

amazônica é a maior floresta tropical, as Cataratas do Iguaçu são as maiores e mais belas, o Carnaval é o maior espetáculo da terra, nossa seleção de futebol é a melhor do mundo. O complexo de grandeza tem uma versão política na crença de que o país se tornará um poderoso império, em linguagem mais recente, uma grande potência (CARVALHO, 2002).

Se a nacionalidade já havia se completado nos anos anteriores, caberia no pós-64 a preocupação com a segurança nacional e com a integração nacional. Ao lidar com a idéia de preservar o bom uso da língua, a gramática, como memória voluntária da língua, trabalha com a interdição, já que o usuário da língua é afeito, quase sempre, à transgressão.

Evidentemente que as leituras e os usos do livro de Cegala foram variados. Os usuários fizeram suas apropriações. Estas se deram dentro das relações sociais e políticas do período da ditadura militar, que engendrou um mundo sócio-cultural particular. Não se pode, de forma mecânica estabelecer uma relação direta entre a obra de Cegala e o regime político militar, instaurado no Brasil em 1964. É certo, todavia, que nesse momento, no Brasil, a experiência política autoritária militar afirmava sua trajetória, adotando medidas restritas à participação popular no jogo político, com medidas repressivas aos movimentos de reação ao autoritarismo e adoção de estratégias discursivas persuasivas em defesa da ordem, da disciplina e da soberania nacional.

Gramática: memória da língua para a integração do "Brasil Grande"

Desde a independência, a língua portuguesa falada e escrita, no Brasil, foi campo de intervenção para constituir-se como expressão simbólica da integração da população à nacionalidade brasileira. Nos fins do século XIX, a intelectualidade brasileira digladiava-se em torno das discussões sobre brasileirismos e sobre a adoção das denominações: língua brasileira, língua nacional ou língua portuguesa. Ou seja, a questão da língua nacional atravessa o longo período da formação da nacionalidade. Em 1933, João Ribeiro asseverava: "parece, todavia, incrível que a nossa Independência ainda conserve essa algema nos pulsos. A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses... Falar diferentemente não é falar errado" (RIBEIRO, 1933).

Souza da Silveira, em uma entrevista de 1952, adotava uma posição moderada no que se refere à existência ou não de uma língua brasileira, afirmando que "existe uma modalidade brasileira da língua portuguesa

e que os escritores nossos devem cultivar a modalidade brasileira da língua portuguesa, sem procurarem afastar-nos, de propósito, da língua portuguesa" (SENA, 1952). Pensar a gramatização da língua falada no Brasil exigiu também diálogos com Portugal através da Academia Brasileira de Letras e com a Academia de Ciências de Lisboa. Porém, o governo brasileiro, na época de Vargas, vai interferir nessa relação, propondo o respeito ao acordo de 1931⁽²⁾. Somente, em "casos especiais de grafias não constantes do Acordo entre as duas academias", a resolução poderia ficar por conta das duas academias. Vê-se, portanto, que a língua tornou-se um problema de Estado, já que Portugal tentava não conferir autonomia ao Brasil em termos de gramatização e dicionarização da língua.

Segundo Auroux (1992), por gramatização deve-se entender o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda os pilares do saber metalingüístico: a gramática e o dicionário. Essa ação homogeneizadora tem sido uma ação do Estado pela via do ensino e de outras tecnologias. Afirmou-se e se ensinou nas escolas, até bem pouco tempo, que no Brasil só se fala uma língua. Desconsiderou-se todas as línguas indígenas (quase duzentas), as línguas dos imigrantes (GUIMARÃES, 1996), além de desqualificar os "falares" do interior, do matuto, do caipira, ou seja, as variáveis sociolingüísticas, culturais e regionais.

Cegalla, no seu livro, deixa evidente na introdução que a estrutura fonética devia seguir as normas empregadas pela pronúncia normal brasileira, justificando seu ponto de vista da seguinte forma:

Entende-se por pronúncia brasileira a que foi considerada padrão pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Língua no Teatro, realizado em 1956, na cidade de Salvador, o qual ratificou, em suas grandes linhas, as conclusões do Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada, reunido em 1937, em São Paulo. (CEGALLA, 1969).

O Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, referência básica da gramática de Cegalla, se não foi a primeira, constituiu-se numa das primeiras tentativas de apelo à padronização da pronúncia do Português

²Com o intuito de solucionar o problema da anarquia ortográfica, expressão utilizada por José Veríssimo, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa resolveram, em 1 931, firmar um acordo, em que as duas nações procurariam estabelecer uma ortografia única e simplificada. A iniciativa era das duas Academias, mas foi endossada pelos governos dos dois países. SOUZA, Tania Conceição Clemente de & MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Reformas ortográficas ou acordos políticos? (1 996, p.86).

falado no Brasil. Nele, houve debates sobre três questões. Em primeiro lugar, os congressistas discutiram a respeito da cultura dita popular, com a preocupação de incorporar características que pudessem ser consideradas expressão da brasilidade. Em segundo lugar, os congressistas enfrentaram a questão do universo cultural dos imigrantes alemães e italianos, que mantinham fortes ligações com suas origens culturais, principalmente no que se refere ao idioma falado. Por último, defrontaram-se com a herança portuguesa, destacando a nasalidade do idioma; imbuídos do espírito nacionalista, reconheceram a contribuição do índio e do negro na edificação da nasalidade da língua portuguesa falada no Brasil.

Embora o Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, não tenha produzido um tratado lingüístico para a gramatização da língua portuguesa falada no Brasil, indicava a necessidade de padronização da língua falada, "estabelecendo um critério culto que fosse ao mesmo tempo nacional e estético" (ANAIS, 1937). Segundo o documento então produzido,

A pronúncia carioca, a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil, é a mais rápida e incisiva de todas, apresenta tonalidades próprias de bastante relevo, é de maior musicalidade na pronúncia oral, dá menos impressão de falar cantando, é a mais elegante e urbana de todas as pronúncias regionais; por ter se fixado na capital do país é a síntese das colaborações de todos os brasileiros e sendo a pronúncia padrão a da capital do país, onde os brasileiros mais afluem, é mais fácil de ser ouvida e propagada, tendo grandes possibilidades de se generalizar. (ANAIS, 1937, p, 57).

O Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, responsável pela organização do Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937⁽³⁾, produziu um anteprojeto, definindo a pronúncia carioca como língua padrão no teatro, na declamação e no canto erudito do Brasil. Nas secções plenárias⁽⁴⁾, o projeto foi discutido minuciosamente, revelando

³No Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1 937, faziam parte da mesa inaugural: dr. Fábio da Silva Prado, prefeito da capital e convidado a presidir os trabalhos do congresso; o dr. Júlio de Mesquita Filho, que idealizava transformar São Paulo no principal centro científico da América do Sul. Também fizeram parte da mesa: Guilherme de Almeida, presidente da Academia Brasileira de Letras; prof. Guilherme Fontainha, representante do Instituto Nacional de Música; prof. Mário de Andrade, diretor de Departamento de Cultura; e Maria da Glória Capote Valente, secretária geral do congresso.

⁴ Foram organizadas duas secções: lingüística e musicologia. A secção de lingüística foi composta por Antenor Nascentes, representante do Colégio Pedro II; Plínio Airosa, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e da Universidade de São Paulo; Renato Mendonça, representante do Colégio Pedro II e do Ministério das Relações Exteriores; prof. Cândido Jucá Filho, da Academia Carioca de Letras, e Manuel Bandeira. E

concordâncias e discordâncias. Assim, por exemplo, Manuel Bandeira propôs que fossem modificados todos os tempos verbais que se encontravam no projeto, no futuro, para a forma mais categórica, isto é, imperativa. O professor Cândido Jucá considerou de utilidade a proposta de escolha de uma língua padrão, mas observou que a pronúncia carioca está eivada de defeitos deselegantes, assim o *l* é quase pronunciado como u, o r pouco perceptível à distância e o s chiado. Cândido Jucá considerava a pronúncia paulista bastante clara em suas vogais, dando ao ouvinte uma percepção de todos os sons. Francisco Gorga pronunciou-se pela inexequibilidade do objetivo do congresso, tendo por base os fenômenos registrados em outras línguas, iguais tentativas foram ensaiadas. Estranhavam heterogeneidade cultural no Brasil. Orlando Ribeiro, outro participante, registrou que "os brasileiros compreendem agora muito bem que certa imigração loura põe mais em perigo a unidade nacional do que todos os escravos negros que em três séculos ajudaram a formar, moldados e enquadrados pelos portugueses" (ANAIS, 1937, p. 328). Otávio Bevilacqua mencionou a existência de igual padronização da língua cantada em diversos países europeus, como Alemanha, França e Itália. Luis Heitor Correia de Andrade, como participante do referido congresso, assinalou a necessidade de retirar do anteprojeto a parte que qualificava a pronúncia do Rio de Janeiro como "mais civilizada e culta", sugerindo os termos "mais elegante e a mais urbana dentre as pronúncias regionais". Enfim, a tônica pendeu para a reformulação e a adequação das práticas lingüísticas, condicionadas aos padrões idealizados pela elite intelectual.

Essas polêmicas imbricam no Modernismo que, desde a década de 1920, vislumbrava a possibilidade de um país mais autêntico, menos mimético, buscando um "Brasil real" na pintura, na música e nas letras, voltado para o progresso e para o futuro. Acreditavam os modernistas que era necessário desenvolver a alta cultura do país; ter uma ação sobre os jovens e sobre as mulheres que garantisse o compromisso dos primeiros, com os valores da nação que se construía, e, das mulheres, com a preservação da cultura histórica. Era preciso, finalmente, impedir que a nacionalidade fosse ameaçada por agentes abertos ou ocultos de outras culturas, outras ideologias e nações (SCHWARTZMAN, 2000). Porém, padronizar a pronúncia para todo o país, evitando a inserção de elementos

a secção de Musicologia por Guilherme Fontainha e Antônio Sá Pereira, representantes do Instituto Nacional de Música; Oneida Alvarenga, da Discoteca Pública; Francisco Casabona, pelo Conservatório da capital; e João de Souza Lima, pelo Departamento de Cultura.

capazes de prejudicar a clareza e a eficiência da capacidade expressiva da língua, embora constituísse uma intenção de uniformização, não eliminaria as diferenças regionais existentes no país, ao contrário, abria-se espaço para o afloramento dessas pronúncias, na produção de obras e caracterização de personagens, ao se tentar "descobrir" o Brasil.

No começo do século, Euclides da Cunha já colocava para o Brasil a figura do sertanejo, evidenciando a sua plasticidade e adaptabilidade ao meio. Lima Barreto, em Triste fim de Policarpo Quaresma, e Amadeu Amaral, em Política humana, mostravam as adversidades das condições sociais em que vivia o homem do sertão. Monteiro Lobato descreveu o sertanejo do Sul, o "caipira", mostrando seu caráter melancólico e resignado, representado pela famosa figura do Jeca-Tatu. No jogo de criações imaginárias para engendrar uma outra realidade, a figura do Jeca-Tatu acabou por penetrar com mais densidade no meio cultural brasileiro. Suas condições precárias de vida incorporam o sentido de denúncia da existência de uma administração incompetente, não conectada com a realidade nacional, destacando a usurpação do Brasil pelos estrangeiros (SEVCENKO, 2003). Na mesma linha de pensamento afirma Mário de Andrade: "enquanto o brasileiro não se abrasileirar, é um selvagem (apud SCHWARTZMAN, 2000). Isto, naquele momento, significava a possibilidade de eliminar características consideradas estranhas à língua portuguesa falada e escrita no Brasil.

Todavia, a proposta de ensino de língua portuguesa que perpassa a obra de Domingos Paschoal Cegalla – assentada no objetivo de padronização da língua enunciada no Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937, e no Congresso Brasileiro da Língua Falada no Teatro, de 1956, e estruturada a partir de pressupostos normativos emanados de acordos entre a Academia Brasileira de Letras e Academia de Ciências de Lisboa – dava continuidade à tradição do purismo, desconsiderando as diferenças de linguagem que já haviam se estabelecido, desde quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, uma vez que se baseava em orientações gramaticais produzidas por intelectuais portugueses e brasileiros que primavam pela técnica de falar e escrever corretamente.

Segundo Gnerre (1994) a gramática normativa é "um resto de épocas em que as organizações dos Estados eram explicitamente autoritárias e centralizadas. A gramática normativa⁽⁵⁾, vale-se de uma concepção de linguagem entendida "como máscara do pensamento que é preciso

⁵Segundo Travaglia, gramática normativa é o conjunto de normas para bem falar e escrever. A gramática só

moldar, domar para, policiando-a, domina-la fugindo ao risco permanente de subversão, ao risco de predicar como ato de invenção e liberdade (GERALDI, 1999). Dessa forma, gramática e escola se imbricam numa tarefa disciplinadora voltada para o cumprimento da norma e do dever, pois ambas objetivam a constituição disciplinar de sujeitos individualizados para bem servir à nação, ou seja, sujeitos obedientes, ordeiros, cumpridores dos deveres e trabalhadores sob condições legais ou institucionais que definem hierárquica e burocraticamente estratégias de ação advindas do interior de uma matriz de poder.

Pode-se inferir, portanto, que ao evidenciar a preocupação com o bom uso da língua, entendido como o pronunciar, escrever e falar corretamente, a obra de Cegalla é sustentada por três pressupostos: a) precedência da língua escrita sobre a falada; b) manutenção da postura tradicional de que só a variedade culta da língua deve ser objeto da gramática; c) associação pensamento/língua, princípio assumido pelos enciclopedistas franceses, na gramática de Port-Royal⁶⁶. São estes os fatores que confirmam a tradição de valorizar uma determinada variação da língua, aquela que deve se impor e ser seguida.

Cada lição da obra de Cegalla acha-se dividida em três eixos estratégicos de ensino: expressão oral, expressão escrita e gramática. A expressão oral é apontada como elemento importante no primeiro ciclo. Ainda que, no prefácio, ela esteja entendida como leitura e exposição oral

trata da variedade padrão da língua e baseia-se mais nos fatos da língua escrita, dando pouca importância à variedade oral da norma culta, que é vista como igual à escrita (TRAVAGLIA, 2 000). Para Cegalla, a gramática normativa enfoca a língua como é falada em determinada fase de sua evolução: faz registro sistemático dos fatos lingüísticos e dos meios de expressão, apon anormas para a correta utilização oral e escrita do idioma, em suma, ensina a falar e a escrever a língua padrão corretamente" (CEGALLA, 1981).

⁶No período clássico, a forma de representar o mundo era a de que a verdade imutável está em um todo irredutível – o pensamento – representado pelo escrito dos grandes pensadores do passado e na palavra escrita da Bíblia e dos santos da tradição religiosa. Caberia ao pesquisador entender esses textos e, ao olhar para o mundo, encontrar nas coisas existentes semelhanças com o que está escrito; também respaldado por esta prática, fazer a ordenação e classificação das coisas. A linguagem era vista como representação da linguagem primeira: mito da Torre de Babel. Quem estudava a linguagem deveria perceber a semelhança com a língua primeira, mãe de todas as línguas (sânscrito-latim-grego ou talvez o aramaico, língua escolhida por Deus para se comunicar com os homens).

Dessa forma a elaboração das gramáticas tem essa historicidade, e advém dessa trajetória a produção da *Gramática de Port-Royal* (1660) de Lancelot e Arnauld. Influenciada pelos princípios aperfeiçoados por Descartes e praticamente sem se diferenciar das gramáticas produzidas no Renascimento, Port-Royal reintroduziu a teoria medieval do signo. A língua era vista, então, como um sistema de signos, e a gramática, cuja função era examinar a expressão lingüística, baseava-se na lógica.. Desse modo, a linguagem tornouse o ponto fulcral para a epistemologia do século XVII. Disto resultaram conseqüências teóricas significativas: a) o discurso elaborado sobre a língua coloca-se em plano diferente do seu: fala-se das formas (lingüísticas) falando da forma do conteúdo (lógico); b) definia-se um espaço comum a todas as línguas, na medida em que se abria uma dimensão interior a cada uma; c) a racionalização da língua implicava uma ciência do raciocínio, e não uma ciência da língua como objeto específico. Muito embora a *Grammaire Genérale* tenha dominado o século XVII, não se pode considera-la como única. Outras práticas de reflexão lingüística surgiram apontando para a diversidade das línguas, mas buscando uma origem comum.

do texto, não há no interior da obra exercícios voltados para a modalidade falada da língua, e não são tratadas também as diferenças existentes entre a linguagem oral e a escrita nem o modo como se constrói a interlocução em cada uma das modalidades. Com relação à expressão escrita, verifica-se uma concepção de língua como expressão clara do pensamento. Dessa forma, o domínio da gramática e a leitura de textos produzidos na língua culta literária são considerados meios privilegiados para ensinar a falar, ler e escrever corretamente, de modo que o estudante desenvolva sua capacidade de expressão, numa concepção em que a gramática é vista com duas características – ser um meio pelo qual será apreendido o conhecimento lingüístico e, ao mesmo tempo, ser o próprio conhecimento. O domínio da gramática serve para ensinar a falar, ler e escrever corretamente, daí ser ela, ao mesmo tempo, instrumento e objeto de estudo. Toda a análise gramatical prende-se à produção literária dos chamados autores clássicos. Assim, os exemplos de gramática são retirados ou dos textos estudados ou de outros autores normalmente arrolados no final da obra, numa secão destinada à leitura.

A estruturação das unidades compreende um texto, que pode ser classificado como texto principal, e dois textos secundários, que servem de apoio ao primeiro ou aos exercícios gramaticais. Com relação às atividades de interpretação ou de compreensão dos textos, predominam aquelas relacionadas com o nível lexical. Os exercícios encontram-se assim divididos: a) estudo do vocabulário, com exploração de palavras soltas ou em frases, num claro esforço para alargar o patrimônio léxico do aluno; b) questões voltadas para a exploração de pontos da gramática, podendo acontecer fora do conteúdo gramatical, objeto de estudo naquela unidade⁽⁷⁾; e c) temas para redação.

Alguns temas de redação enveredavam para o reforço do sentimento nacionalista, entre os quais podem ser destacados os seguintes: "saudação à minha terra natal", "origem da minha cidade natal", "o verdadeiro patriotismo", "um cidadão exemplar", "deveres do estudante para com a pátria", "como devo considerar a escola".

O verde-amarelismo e a integração

Os militares, imbuídos do propósito dito "revolucionário", investiram no tripé educação, desenvolvimento e integração. Na fala dos homens ligados ao projeto revolucionário de 64, a educação "tem por objetivos

⁷Isto evidencia-se, por exemplo, em unidades, voltadas para a classificação das orações subordinadas adverbiais, que apresentam exercícios ligados ao texto voltados para o emprego dos pronomes átonos ou das vozes do verbo.

transmitir às novas gerações todas as conquistas da civilização elaboradas pelas gerações precedentes, aperfeicoar as capacidades humanas e adaptar o homem à vida social e fazer o homem cívico" (NASCIMENTO, 1974). Disso resulta a vontade de constituir sujeitos com plena capacidade de assimilação da cultura tecnológica, já que desenvolvimento nesse contexto significa absorção dos avanços tecnológicos, aplicados à esfera da produção. A relação entre os valores culturais verde-amarelos e a cultura tecnológica se dá pela compreensão de que a natureza se faz sozinha, está dada, sem ação política de homens e mulheres. O binômio tecnologia/ciência era envolvido por discursos que apontavam para a neutralidade da técnica, considerada isenta de ingerência política. É bom lembrar que a tentativa de conciliação entre humanismo e tecnologia constituiu tema de discussão nos meios intelectuais, nesse período. Entretanto, a dualidade vai aos poucos se dissipando, dando lugar ao pressuposto básico do desenvolvimento tecnológico: produzir sujeitos para a tecnologia, aumentando a produção e o lucro. A suposta frieza tecnocrática era atenuada pelo discurso ufanista da grande extensão, beleza e riqueza natural do "Brasil Grande".

A partir desses fatos, os programas de planejamento e desenvolvimento econômico enfatizam a importância fundamental da educação como investimento para formar homens mais produtivos para o projeto de desenvolvimento sócio-econômico (NETTO, 1966) e para a constituição do sujeito tecnocrata, cuidando para que o conhecimento seja apolítico, que a discussão do saber se realize acima das classes sociais, tendo por base a ciência isenta, ou seja, fundamentada na razão técnica. Assim, a educação, ao "adaptar o homem à vida social", estaria atuando como integradora dos sujeitos ao modelo de desenvolvimento econômico, político e social, que trabalhava na dimensão de alijar o povo da política e torná-lo tecnocrático no trabalho e em todas as dimensões da vida social para constituir o "Brasil 2000".

Nas palavras do presidente Emílio Garrastazu Médici, citadas por Waldir da Costa Godolphim (1974), a proposta de integração estaria fortemente relacionada com o propósito de fazer a integração da Amazônia com o Nordeste, em consonância com o desenvolvimento de todo o Brasil. Essas duas regiões, por não constituírem um mercado consumidor com efetivo poder de compra e não participarem substancialmente do mercado interno brasileiro, não contribuíam para a diluição dos custos da produção industrial e, por sua baixa produtividade, deixavam de fornecer matérias-primas necessárias à indústria do Centro-Sul.

A integração, na forma proposta pelo governo autoritário pós-64, é, portanto, mercadológica, social, cultural e política, balizada na premissa básica do regime militar de promover o desenvolvimento econômico, eliminando a dispersão, juntando as partes ao todo pela lógica do mercado e dos interesses de grupos privilegiados. Essas estratégias deveriam ser lidas como bem-vindas e naturais porque a integração darse-ia, num primeiro momento, através de construção de estradas; depois avançaria para a área social, por exemplo, com o Programa de Integração Social (PIS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e pela área cultural, pela concessão e expansão de canais de televisão, pela reforma educacional, pela criação do Conselho Federal de Cultura; e, finalmente, através de atos institucionais, propaganda, tortura e prisões arbitrárias.

Joelmir Beting, ao analisar a política econômica do governo Médici, cita também trechos do discurso desse presidente, em que ele afirma que "seria insano deixar de investir alguma coisa dos nossos recursos na Amazônia, na tentativa de desencadear a incorporação ao patrimônio nacional. A epopéia amazônica, não é um mero empreendimento econômico, mas uma aventura nacional, no sentido clássico, capaz de mobilizar e entusiasmar todo o povo" (BETING, 1974). Se na fala do presidente Médici, citada anteriormente, a justificativa da integração é mercadológica, nesta o discurso do presidente mexe com a emoção nacional: é a incorporação ao patrimônio que pode ser lido não só como patrimônio econômico, mas cultural, acrescentando o dispositivo imaginário da "epopéia nacional".

Antologia: memória de fragmentos do verde-amarelismo

Os textos, selecionados por Cegalla, considerados por ele antológicos, privilegiam as normas do bom uso da língua, caindo no ideal de pureza ou purismo, em que se verifica a valorização do uso consagrado pelos considerados bons escritores, ignorando os fatos ocorridos na linguagem oral, como já se disse. A antologia de Cegalla seguia, portanto, a tradição do clássico escolar beletrista, onde o texto literário se apresentava como modelo exclusivo da língua dos bons autores e tinha por função doutrinar os alunos, impondo-lhes uma certa conduta moral e religiosa, à qual se acrescentou o ufanismo, iniciado com os românticos e transformado pelo civismo positivista da república.

O que mudava de uma época para outra era a escolha dos tais "bons autores". Sotero dos Reis, num compêndio escolar de 1866 entendia que os bons autores eram os clássicos selecionados por ele, em sua maioria,

GRAMÁTICA E ANTOLOGIA: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

escritores portugueses (rara era a presença de escritores brasileiros), cujos textos reuniam aquilo que era exigido para a formação clássica de literatura e da língua (LAET, 1966). Trinta anos depois, na *Antologia nacional*, Fausto Barreto e Carlos de Laet mantinham o conceito tradicional de clássicos da literatura escolar, tornando mais visível a presença de autores brasileiros. Essa antologia, em sua sexta edição, de 1966, sofreu acréscimos de textos de autores que "além de outras consagrações também tivessem a da morte (LAET, 1966. Porém, preservava sempre a mesma composição e a mesma concepção sobre a pertinência da leitura dos clássicos, o que também se encontra na antologia de Cegalla.

Num dos fragmentos intitulado, "Mar", de Afonso Arinos, no qual ele canta o mar como expressão da liberdade, escreveu: "sendo ele, o mar, a mais vasta porção da superfície da terra, é também a que nunca pode nem poderá ser dominada nem possuída por nenhuma aglomeração humana." E, assim, condenado pela natureza a uma neutralidade perpétua, estrada sempre livre e sempre grande, ele concretiza a idéia do logradouro comum de todas as raças, o ideal nunca atingido, mas nunca esquecido, da solidariedade humana (ARINOS, 1969). Talvez, a natureza cantada como grandeza e criadora da nação, a exemplo do que pregava o verde-amarelismo, fosse um semióforo que aplacasse a fúria humana de se colocar no mundo como sujeito. Certamente, a neutralidade do mar, a ausência nele de aglomeração humana, reforçasse o pressuposto de que a nação é resultante de forças exteriores: o Estado, a natureza de Deus, trinômio tributário do pensamento verde-amarelo.

Dessa forma, é possível reafirmar que a opção por obras de autores considerados clássicos, no uso da língua, objetiva constituir fórum de legitimidade para a língua erudita, instituindo formas para o seu cultivo, como se a língua fosse algo dado e não um artefato cultural. Ao se naturalizar o que é historicamente construído e instituir exemplaridades de competências (os autores clássicos), para dizer quem pode e quem não pode produzir tecnologias da linguagem, ou quem fala ou escreve corretamente, constituem-se práticas de produção e visualização de notoriedade, capazes de classificar e desclassificar falares ou escritas.

Certamente, o livro de português de Cegalla não atingiu a imensa maioria da população escolar brasileira, especialmente a que vivia no campo, com grande quantidade de analfabetos, os quais assentavam suas experiências de vida na tradição oral. Assim, a valorização dos autores clássicos, na obra de Cegalla, achava-se alheia ao universo cultural de uma imensa maioria de sujeitos que viviam outras

experiências sociais, em que a leitura do mundo passava pelas lendas orais, pelos contos passados de geração em geração, pelas tradições, valores e costumes apropriados na oralidade, dentro de seu grupo de convívio.

Os textos presentes nessa antologia observam dois critérios: a tradição e a erudição. Objetivava-se, assim, atender às demandas intelectuais de uma elite que via a si própria e ao outro através dos olhos do europeu e do branco. Na abertura, o autor registra que, embora coloque como subsidiária a gramática e a estilística, a valorização recai na capacidade de expressão. Na perspectiva do autor, o desenvolvimento da capacidade de expressão dá-se através da "leitura de textos não só descritivos e narrativos, mas também dissertativos, de prosadores e poetas modernos e portugueses (CEGALLA, 1969). Observa-se, porém, que a escolha recai em autores do século XVIII e XIX, cujos textos registram apenas a norma padrão, que valorizam e registram um Brasil rural, distanciado do Brasil urbano que então se vivia⁽⁸⁾. As exceções ficam por conta de autores, como Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Monteiro Lobato. Estes autores, todos do início do século XX, produzem um discurso de cunho nacionalista, voltando suas narrativas para as coisas do Brasil. "A Serra do Rola Moça", de Mário de Andrade, "A mandinga", de Menotti Del Picchia, e "A queimada", de Monteiro Lobato, remetem o leitor para a natureza e para a cultura, embora se diferenciem na abordagem.

"A Serra do Rola Moça" narra um fato envolvendo elementos ligados à vida e à natureza. O poema relata a história de um casal recém-casado que, por se sentir seguro, transgrediu as leis da natureza e arriscou a cavalgada noturna na íngreme serra, tendo um final trágico. Já "A mandinga" e "A queimada" podem ser analisados a partir de um mesmo foco, ou seja, dos aspectos culturais do homem do campo. No primeiro (fragmento de *Juca Mulato*), visualiza-se a natureza unida aos hábitos culturais dos descendentes de africanos, expressos no discurso do negro, considerado feiticeiro. Sabe-se que Menotti Del Picchia fez parte do movimento integralista liderado por Plínio Salgado para quem, segundo Marilena Chauí, "o sertão era visto como uma mentalidade, um estado de espírito, a brasilidade propriamente dita como sentimento da terra" (CHAUÍ, 2000). No segundo (fragmento de *Urupês*), Monteiro Lobato permite ao leitor perceber um choque existente entre homem e natureza,

Na antologia, encontram-se fragmentos e obras de autores como José de Alencar, Olavo Bilac, Augusto Gil, Vicente de Carvalho, Guerra Junqueiro, João Ribeiro, Antero Quental, entre outros.

provocado pelo caboclo, que é uma representação estereotipada, representativo da indolência, do comodismo e da preguiça.

Evidenciam-se, nos demais textos, representações sobre natureza, nação e religião. Vários são os textos nos quais a natureza é representada como vegetação luxuriante e bela, com feras dóceis e amigas, temperatura amena – primavera eterna – e habitantes inocentes. Verde e amarelo são cores da natureza e representam a beleza da terra. Com isto, a natureza torna-se um lugar fundante da nação, onde reina a paz, pois a pátria não se faz com guerra. Ora, o Brasil virara paraíso já no século XVI, na obra de Rocha Pita e, no século XX, em "Porque me ufano do meu país", de Afonso Celso, Visconde de Ouro Preto. Nesse texto o Brasil emerge como país rico em extensão territorial, por isso sem necessidade de empreender conquistas territoriais. Além disso, não vive flagelos nem catástrofes, atingindo com isso a aura de "terra prometida" na poesia cívica (na antologia representada por fragmentos da obra de Olavo Bilac, como "Mocidade", "O verdadeiro patriotismo" e "Mater"). Sabe-se que Bilac destacou-se nas práticas nacionalistas, pós-Primeira Guerra, como propagandista da Liga de Defesa Nacional e do serviço militar obrigatório, considerado triunfo da democracia, do nivelamento das classes, da ordem, disciplina e coesão, enfim, da defesa nacional. Segundo ele, a verdadeira defesa nacional é a consciência nacional. Olavo Bilac pretende, através de seus discursos, integrar o exército e a Nação dentro de uma mesma concepção democrática, "para que o povo seja o exército e o exército o povo, através da educação da caserna" (TRINDADE, 1974). No que se refere à formação do tipo nacional, a superioridade é dada pela excelência dos três elementos que entraram na formação do tipo brasileiro: força e coragem herdadas do índio; afetividade, coragem, estoicismo e labor herdados do negro; e bravura, brio, tenacidade, união, filantropia, amor ao trabalho e patriotismo, legados do português.

Cegalla abre sua antologia trazendo um texto de José Alencar que fala de Iracema, a virgem dos lábios de mel, idealizando tanto o índio quanto a mulher, fragmento que confirma a permanência de uma certa representação do Brasil idealizado, construída pela elite intelectual e branca, ao longo dos anos. Na seqüência, emergem textos como: "Estouro da boiada" (Os sertões de Euclides da Cunha), "A seca" (A normalista, de Adolfo Caminha) e "Iracema e o guerreiro branco" (Iracema, José de Alencar). Ao referenciar o fragmento, Cegalla remete o leitor para um contato com a obra completa, o que confirma a intenção de fixar uma determinada memória nacional, baseada no emprego da língua "dita pura", consagrada nos clássicos, e na literatura brasileira

fundante da nação. Tanto os fragmentos quanto os poemas e as fábulas contidos na antologia convergem para os mesmos eixos temáticos: natureza, religião e moral, entendidos como edificadores da grandiosidade da pátria, trazendo à memória arautos da defesa da nacionalidade, da segurança nacional e do exército.

Dessa forma, natureza, moral e religião encontram espaços de visibilidade na literatura, e a língua é entendida como elemento privilegiado na formação da pátria, concebida como uniforme e estável. A pátria é por sua vez grandiosa à medida que tem um povo ordeiro, disciplinado, laborioso, que fala e escreve, calcado num purismo, professa uma única religião, apresenta comportamentos morais considerados valorosos e, além disso, conhece os ditos clássicos. A literatura nacionalista e ufanista, através de seus personagens caricaturizados, monta um quadro sócio-cultural em que a heterogeneidade não é contemplada ou, quando o é, merece corretivos ou é considerada irracional e atrasada, na relação com a modernização conservadora e elitista empreendida no Brasil. Assim, o apelo a uma antologia, como no caso em estudo, justifica-se por representar uma articulação, mesmo que de forma fluida, das normatizações e idealizações sociais, culturais e raciais, propostas à sociedade na qual são produzidas e apropriadas.

A obra de Cegalla, a sua concepção, garante a formação de gerações que entendam a língua e a pátria como um único ser, cuja uniformidade permite a estabilidade e a integração nacional, assentada no mito da unidade da nação, embutida nos discursos historiográficos de muitos intelectuais pertencentes ao IHGB, de memorialistas e viajantes que cantaram a natureza exuberante do Brasil. A nação se fez pela presença majestosa dos rios, das florestas, do mar, das montanhas, da fauna. Na época em que foi lançada a décima segunda edição do livro de Cegalla, Tom e Ravel cantavam "o céu do meu país tem mais estrelas", acrescentando "que a mão de Deus abençoou". São discursos que elidem o homem da história e apregoam sua pacificidade.

Na enunciação de discursos em que a natureza e a tradição são evocadas, cantadas em fragmentos literários antológicos e na historiografia, há uma vontade de incorporação de exemplaridades de narrativas memorialísticas assentadas em mitos fundadores da nação. A retomada constante dos pressupostos – natureza e tradição – nos anos pós-golpe em 1964, inter-relacionam-se com a vontade autoritária de constituição do "Brasil Grande", através das políticas de integração nacional, da educação e do desenvolvimento.

GRAMÁTICA E ANTOLOGIA: INTEGRAÇÃO E IDENTIDADE NACIONAL

Cegalla abre seu livro com uma epígrafe, intitulada "Prece", extraída das *Memórias* de Visconde de Taunay: "Dai-me, Senhor, coragem e força para que possa mostrar-me digno de haver sido criado à vossa imagem". Na linguagem verde-amarela, segundo Marilena Chauí, o Brasil é representado como dom de Deus e da natureza e lido na perspectiva de que sempre existe algo por fazer. Assim, o sujeito da ação é triplo: Deus e natureza, enquanto agente fundantes do nosso estar no mundo, e Estado, como agente promotor do desenvolvimento e da modernização. A nação é, portanto, resultado de agentes que se situam fora dela. Deus, natureza e Estado antecedem a constituição da sociedade brasileira (CHAUÍ, 2 000). No Brasil, o Estado se constituiu no período colonial, quando a colônia teve sua existência legalizada pelo Estado português, portanto, num processo exterior a ela. Trata-se de uma forma clara de elisão do povo como sujeito que constitui a nação. O que se tem, o que se é, significa dádiva divina e natural.

A gramática e a antologia são, nesse contexto, dispositivos imaginários de unificação da língua, dos quais se valem os estados nacionais para constituírem uma identidade nacional. Em tempos autoritários, a exemplo da época da ditadura militar no Brasil, o discurso legalista justificava o atoritarismo político militar, expresso, por exemplo, em atos institucionais, mas não só; a gramatização (para falar e escrever bem a língua nacional, obedecendo a uma norma padrão que define regras e hierarquizações, com base em critérios eruditos produzidos em academias de letras e universidades, estas compostas por sujeitos bem nascidos e brancos) sintoniza-se com formas autoritárias de exercício do poder. Na antologia, língua, natureza e tradição, na sua imutabilidade e naturalidade, tecem a nação, produzindo efeitos de poder, pelo qual a população se vê representada de forma homogênea e reificada, e se vê desprovida de condições e ações que não sejam as dadas pelos agentes exteriores a ela: o estado, a natureza e Deus.

Bibliografia

- ANAIS do Primeiro Congresso de Língua Nacional Cantada. São Paulo: Departamento de Cultura, 1937.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1992.
- BETING, Joelmir. Política econômica o desenvolvimento econômico e a integração econômica setorial e nacional. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento.* São Paulo: Policor, 1974.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Papirus/Fapesp, 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. Terra do nunca: sonhos que não se realizam. In: BESTHELL, L. (Org.). *Brasil*: fardo do passado, promessa do futuro. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Nacional, 1 981.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Português*. 12.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.
- CHAUÍ, Marilena. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Rita (Orgs.). *Pelas margens*: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp/UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GERALDI, João V. O texto em sala de aula. São Paulo: Ática, 1999.
- GNERRE, M. Linguagem, escrita e poder. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- GODOLPHIM, Waldir da Costa. A Amazônia e seus problemas. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Policor, 1974.
- GUIMARÃES, Eduardo. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI,

- Eni P. (Orgs.). *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.
- LAET, Carlos. Duas palavras como antelóquio da 6.ed. In: SANTOS, Daltro. *Antologia nacional.* 42.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1966.
- LEMAIRE, Rita. Prefácio. In: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Rita (Orgs.). *Pelas margens*: outros caminhos da história e da literatura. Campinas, Porto Alegre: Ed. Da Unicamp/UFRGS, 2000.
- MESSARINI, Samir. O intertexto escolar: sobre leitura, aula e redação. São Paulo: Cortez, 1995.
- NASCIMENTO, José Camarinha. As instituições sociais, políticas e econômicas. In: WIEDEMANN, Gen Luiz Felipe (Org.). *Brasil, realidade e desenvolvimento*. São Paulo: Policor, 1974.
- NETTO, Delfim Antônio. *Planejamento para o desenvolvimento econômico*, São Paulo: Pioneira, 1 966.
- RIBEIRO, João. *A linguagem nacional*: notas aproveitáveis. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum*: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2000.
- SENA, Homero. *O problema da língua brasileira*. Entrevista com Souza da Silveira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1952.
- SCHWARTZMAN, S. et al. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz Terra/FGV, 2000.
- SOUZA, Tania Conceição Clemente de; MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Reformas ortográficas ou acordos políticos? In: GUIMARÃES, E.P. *Língua e cidadania*: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação*: uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus. São Paulo: Cortez, 2000.
- TRINDADE, Hélgio. *Integralismo*: Difusão Européia do Livro; Porto Alegre: UFRGS, 1974.

A literatura como cultura e a cultura como literatura no Portugal oitocentista

Carlos M. F. da Cunha

(Univ. do Minho)

Resumo:

A nossa proposta consiste em mostar que no Portugal oitocentista literatura tinha o significado amplo de cultura. Falar de literatura portuguesa era o mesmo que falar de cultura portuguesa, que em grande parte era de natureza literária. Havia, no entanto, uma noção restrita de literatura, próxima da actual, mas que, curiosamente, derivava da Poética e da Retórica e que aparece sob a designação de «belas-letras" (inclui a poesia, a eloquência e a história).

Palavras-chave:

Cultura, literatura, nacionalidade, história da literatura.

Résumé:

Notre proposition essaie de montrer qu'au Portugal, pendant le XIX.e siècle, la littérature a eu, en géneral, le même sens que la culture. Parler de littérature potugaise était presque le même que parler de culture portugaise, qui était pratiquemente de nature littéraire. On peut trouver, cependant, une notion restreinte de littérature, prochaine de l'actuelle, mais curieusement, elle procéde de la poétique et de la rhétorique, sous la désignation de «belles-lettres» (incluant la poésie, l'éloquence et l'histoire).

Mots-clef:

Culture, littérature, nacionalité, histoire de la littérature.

Este breve ensaio procura mostrar que no século XIX em Portugal o termo e o conceito de literatura equivaliam genericamente a cultura e em particular a cultura nacional. Deste modo, literatura portuguesa equivalia a cultura portuguesa (que assentava na literatura portuguesa, em sentido amplo). Observa-se, no entanto, um movimento concomitante no sentido de definir de modo autónomo a literatura como arte (da palavra), com base nos ensinamentos da antiga retórica e da emergente estética. Nesta acepção restrita literatura equivalia à noção de «belas-letras», incluindo a poesia, a eloquência e a história.

O termo e o conceito de literatura portuguesa aparece-nos pela primeira vez de modo explícito no âmbito das memórias produzidas pelos membros da terceira classe da Academia Real das Ciências de Lisboa.

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

Logo no «Prólogo» do primeiro tomo das Memórias de Literatura Portuguesa (1792) procura-se, como é natural, uma clarificação do termo e do conceito de «literatura portuguesa»:

varios fôrão os juizos, e mui vagas as idéas sobre o que por este nome devia entender-se (...); Huns julgárão que o estudo da Linguagem, que por mais pura era havida; outros que a Bibliografia nacional; outros que a Poesia; outros por fim varios outros objectos constituiaõ, o que a Academia designava por Litteratura portugueza. (1792: I)

Assim, perante a necessidade de «huma definição, do que por Litteratura Portugueza se entende, e de quaes sejão os limites naturaes deste genero de saber, que a Academia julgou assaz vasto», os académicos centraram-se sobretudo no gentílico «portuguesa» (em termos exclusivos), resumindo a «literatura portuguesa» à língua e à história portuguesas:

De todos os ramos de erudição, que fôrmaõ a Litteratura, nenhum póde ser proprio, e particular a hum povo, senaõ a lingua que falla, e a historia do que lhe aconteceo. Huma e outra lhe pertencem exclusivamente, e ambas entre si se soccorrem. (...) Saõ por conseguinte a Lingua, e a Historia Portugueza, consideradas em todos os possiveis aspectos, e relações, os dous objectos que constituem, o que a Academia quiz entender por Litteratura Portugueza (id.: II).

A Academia teve assim um papel pioneiro na articulação entre a história e a literatura e na sua delimitação a uma esfera nacional, já que se ocupam da «literatura portuguesa», entendida como um «ramo de erudição» exclusivamente português (a língua portuguesa e a história de Portugal).

Nos oito tomos das *Memórias da Academia* há vários estudos sobre a poesia e a eloquência portuguesas, mas uma simples consulta mostranos de imediato a amplitude deste conceito de literatura, típico da época. De certo modo, poderíamos afirmar que para os ilustres membros da classe de letras o termo literatura portuguesa equivalia claramente a cultura nacional.

Depois, devido à especialização das ciências e à autonomização da estética, começa a observar-se em Portugal, à semelhança do que se passou noutros países europeus, uma distinção entre um conceito amplo de literatura (como cultura), em que se incluem as ciências e as letras, e uma acepção restrita (como arte da palavra), em que se integram as humanidades e as belas-letras (poesia, eloquência e história). O percurso da

história e da crítica literárias ao longo do século XIX e mesmo depois consistiu assim nessa tarefa de especificar a natureza da literatura face ao domínio global da cultura.

O Abade Correia da Serra, na sua «Vista Rapida sobre o Estado das Sciencias, e das Bellas-letras em Portugal», distingue já vários ramos no âmbito da literatura, à semelhança dos enciclopedistas e de M.me de Staël, admitindo uma certa especificidade da Poesia e da Eloquência na esfera das «belas-letras» (1804: 441).

No Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, Francisco Freire de Carvalho (1845), na sequência dos enciclopedistas e de J. Andrès, distingue as ciências das boas-artes e das boas-letras e manifesta o intuito de traçar a história da cultura intelectual em Portugal, a «origem, progresso, decadência e restauração dos nossos Estudos» (1845: 13). Por isso, o autor considera a Universidade de Coimbra como o «nobre Deposito da bôa Litteratura Portugueza» (id.: 135) e afirma que a Academia Real de História enriqueceu a «litteratura Nacional» (id.: 173). Porém, ao referirse à Academia Real das Ciências de Lisboa, destaca que a sua divisão em três classes obedecia à necessidade de repartir «toda esta ampla vastidão de objectos Litterario-Scientificos» dos «differentes ramos da Litteratura e erudição Patria, Antiguidades, Lingua, Grammatica e Diccionario», Filosofia, Economia e Matemática, etc. (id.: 211). Nesta perspectiva iluminista, Freire de Carvalho situa no reinado de D. Manuel I o período áureo da «literatura» portuguesa, embora se note já um esforço para distinguir a erudição e o engenho/gosto e para diferenciar, como Mme. de Staël, a Poesia e a Eloquência enquanto «artes de engenho e imaginação» em relação à filosofia e às «ciências severas». Ao referir-se à Arcádia de Lisboa, elabora de modo explícito a distinção entre um sentido amplo e um sentido restrito de literatura, ao destacar a «grande influencia que teve sôbre a Litteratura Portugueza em geral, e mais particularmente sôbre a Eloquencia e a Poesia da Nação» (id.: 192), sublinhando a beleza destas «esquecidas artes» e a «boa Litteratura Classica» (id.: 194).

A. C. Borges de Figueiredo efectua uma distinção similar no *Bosquejo Histórico da Literatura Clássica, Grega, Latina e Portugueza* (1862 [1844]), de modo mais explícito. Na sua acepção geral, afirma, «A Litteratura exprime pela linguagem, debaixo de fórmas diversas, os conceitos, sentimentos e paixões do espiritu humano» e compreende «todo o vasto campo das sciencias e das lettras, cujo dominio abraça toda a extensão do pensamento». Por seu turno, a literatura «propriamente dicta (...) é distincta das sciencias e da erudição», designando «o corpo das humanidades ou boas lettras, e as producções do genio em cada uma d' ellas», recebendo

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

a designação de clássica «se se limita aos monumentos dos escriptores d' uma nação culta» (1862: 17). Porém, no âmbito da «literatura propriamente dita», distingue as letras humanas e as boas ou belas-letras, que considera diferentes quanto ao objecto, forma e finalidade. O *Bosquejo*, afirma, restringe-se às belas-letras (poesia, eloquência e história), que visam a utilidade e o prazer e dizem respeito ao «belo ideal do mundo intelectual» (id.: 18).

José Silvestre Ribeiro, nos Primeiros Tracos d' Uma Resenha da Litteratura Portugueza (1853), que é uma espécie de catálogo bibliográfico anotado, parte de um conceito extensivo ao considerar que «são partes integrantes da Litteratura - A Historia Litteraria, propriamente dita, -A Critica, -A Grammatica, -A Linguistica, -a Poesia, -A Oratoria, a Historia, com os seus indispensaveis auxiliares, -e a Moral» (1853: VII, 2). Por isso, a literatura engloba uma pluralidade de objectos: linguagem, etnografia, epopeia, tragédia, comédia, sátiras, contos, fábulas, romances, tratados dos moralistas, história, eloquência, filosofia, crítica e hermenêutica. Daí a sua consciência de que este conceito de literatura «póde até certo ponto confundir-se com a Erudição.» (id.: 5). Depois, estabelece um contraste entre a história literária como o estudo da literatura em sentido amplo (ciências e letras) e a história da literatura, que se ocuparia da literatura em sentido mais restrito (humanidades e belas-letras). A primeira é «essencialmente o estudo do espirito, da alma da nação» (id.: 8), compreendendo tudo o que se escreveu numa língua e numa nação (um catálogo de todos os que usaram a pena). Por seu turno, a história da literatura implicava uma determinada arte da linguagem:

Pela primeira entendo a exposição historica de todo o movimento intellectual de uma nação; e pela segunda entendo a historia especial das Humanidades, das Boas Lettras, das Bellas Lettras de um dado paiz. Na primeira entra a historia de todas as Sciencias; na segunda sómente a parte litteraria da vida intellectual. (id.: 15)

No último quartel do século XIX, esta dualidade construída em torno do termo literatura aparece claramente explicitada por Adolfo Coelho, na segunda parte do seu Curso de Litteratura Nacional (1881), que no início define os dois conceitos de literatura até aí dominantes, com a novidade de enfatizar a dimensão estética das «artes da palavra»:

Designa-se pela palavra litteratura, no sentido lato, todo o complexo de manifestações do espirito humano, tendo por orgão a palavra (e especialmente a palavra fixada pela escripta), cujo fim não é meramente utilitario e individual. (1881: 1)

Neste sentido lato, a litteratura comprehende tambem as obras scientificas, ainda que escriptas sem preoccupação de forma.

Vê-se pois que a classificação como litterarios de quaesquer escriptos depende de duas considerações distinctas: a consideração da forma, e a consideração da materia.

As obras que reunem ao valor geral da materia a maior perfeição da forma são os productos mais rigorosamente litterarios. Ora essas condições podem realisar-se do modo mais completo nas obras litterarias das classes seguintes: poesia, e os generos prosaicos que se lhe ligam, eloquencia, historia, classes que comprehendem as artes da palavra.

Litteratura, no sentido estricto, é o conjunto de obras poeticas, oratorias e historicas de um ou mais povos, numa ou mais epochas. É da litteratura tomada nesse sentido que nos occupamos nestas Noções. (id.: 2)

Assim, os textos que fazem parte da literatura portuguesa e que foram produzidos ao longo dos vários séculos da história de Portugal, em contextos diversificados, só a partir de finais do século XVIII começaram a ser vistos como um todo, sob a designação de literatura, e mais particularmente de literatura portuguesa. É neste momento histórico que se pode dizer que «nasceu» a «literatura portuguesa», num processo similar ao que originou a génese de todas as literaturas nacionais. Pode mesmo afirmar-se que a literatura nacional é um produto do nacionalismo cultural do século XIX, à semelhança do próprio conceito de história nacional.

No século XIX, o Estado-nação constrói-se como «comunidade imaginada», com base num «imaginário nacional», segundo a já clássica formulação de Benedict Anderson (1996). A nação é uma «imagined political community» (limitada e soberana), porque os seus membros nunca se conhecerão ou encontrarão na sua grande maioria, «yet in the minds of each lives the image of their communion.» (id.: 6). Deste modo, pela primeira vez na história a coesão social estabelece-se através da escrita e das línguas vernáculas. A ascensão da burguesia, auxiliada pelo desenvolvimento da imprensa e dos meios de «comunicação social» alterou as estruturas de coesão e solidariedade comunitária: «they did come to visualize in a general way the existence of thousands and thousands like themselves through print-language. (...) Thus in world-historical terms bourgeoisies were the first classes to achieve solidarities on an essentially imagined basis» (id.: 77). A necessidade de uniformização linguística

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

(da «língua comum» à «língua oficial») impôs-se face à não coincidência das fronteiras dinásticas com as fronteiras linguísticas, numa Europa em que essas coincidências eram raras. As «comunidades de imaginação» são assim «vernarcularly imagined communities» (id: 79). A alfabetização tornou-se essencial para a angariação do suporte popular, «with the masses discovering a new glory in the print elevation of languages they had humbly spoken all along» (id.: 80). Foi esta «revolução filológica» que auxiliou a consolidação de conceitos como os de soberania nacional (colectiva), a extinção da servidão, a promoção da educação popular e a expansão do sufrágio popular.

A importância destas considerações consiste na elucidação da interdependência sistémica e da similaridade entre as operações de identificação políticas e culturais enquanto relações e representações de pertença a uma «nação». Na sequência de E. Renan, muitos historiadores e sociólogos, como E. Gellner e B. Anderson, colocam a ênfase nos factores culturais do fenómeno nacional e, por isso mesmo, concedem um relevo central à noção de identidade nacional. A. Smith, por exemplo, enfatiza a importância dos factores culturais em geral, e da identidade nacional em particular, na emergência e evolução das nações modernas (1977: 9-10).

Para Anne-Marie Thiesse, a formação das nações foi preparada pela criação cultural das identidades nacionais (que serviu de suporte à consciência colectiva da nacionalidade), numa actividade conjunta de escritores, artistas e eruditos, que elaboraram os patrimónios culturais e simbólicos nacionais (língua, historiografia, monumentos históricos, folclore). Este labor nacionalizante passou em grande medida pela revisão interpretativa do passado, só possível pela emergência de novas concepções teórico-metodológicas, de um modelo de «nacionalização» e de integração de todo o património cultural de um dado domínio territorial autónomo (ou em busca de autonomia) enquanto Estado político soberano.

B. Anderson chama a atenção para o papel do «imaginário nacional», atendendo a que qualquer comunidade implica um imaginário, que pode ser diferente quanto ao «estilo» (1996: 15). O estilo do «imaginário nacional» é essencialmente «a mass-mediated style» das sociedades letradas com estruturas comunicativas bem desenvolvidas (encorajadas pela leitura de jornais nacionais), sendo configurado com base no imaginário do romance moderno, dos jornais e da ciência secular, que contribuem para uma percepção horizontal e homogénea do tempo (percepção calendarizada) (id.: 24-5). Nesta óptica, entende-se por imaginário o conjunto de representações mentais e simbólicas da realidade, com os

seus valores e memórias, fruto da criação imagética e poética, em que a literatura e a imprensa tiveram um grande relevo. A literatura e a escrita literária relacionam-se assim com as crenças e com as representações políticas, assumindo funções identitárias e em articulação com o campo do poder. As representações literárias funcionam como campo de instauração e preservação da memória e do imaginário colectivo. Os escritores e os historiadores são os depositários dessa memória, estruturando uma certa consciência colectiva.

Neste impulso, a «revolução filológica» do século XIX -as filologias vernáculas- desempenhou um papel primacial nos nacionalismos europeus, quer ao nível da reivindicação de autonomia política, quer ao nível de uma homogeneização e unificação do «imaginário nacional». Com o Romantismo, estética e nação articulam-se em função do que David Kaiser denomina «estatismo estético», que implica a construção e divulgação de uma cultura comum (língua, literatura, etnia, religião) a toda a nação pela mediação da «esfera estética», integrando-se o modelo individual liberal na esfera da colectividade, do Estado-nação (1999: 3, 8).

O imaginário das nações construiu-se assim mediante a «invenção da tradição» característica de cada nacionalidade, mediante a construção de uma «memória nacional», que é motivo de constantes lutas simbólicas. A utilização política dessa memória consistiu no fenómeno que Eric Hobsbawm designou como «a invenção da tradição» (1983: 1-14), i.e., a construção da cultura como uma totalização da memória cultural de um dado momento, um conjunto de práticas culturais governadas por certas regras e rituais de natureza simbólica que visam inculcar valores e normas de comportamento e que normalmente tentam estabelecer a continuidade com o passado histórico. No seu estudo, Hobsbawm foca três tipos de tradições, de acordo com as funções que desempenham: produção de coesão social e comunitária; legitimação institucional; socialização, mediante a inculcação de crenças e de habitus. Em termos da emergência dos estados nacionais, as três funções articulam-se de modo claro, mediante a escolarização e a divulgação da «língua nacional». Segundo Hobsbawm, a invenção da tradição nacional envolveu, desde 1870, a educação básica, a invenção de cerimónias públicas (festas e comemorações) e a produção massiça de monumentos. Só nesta época, de facto, se começam a activar em termos globais estes factores que fomentam e socializam o «imaginário nacional».

De facto, a «invenção da tradição» de uma «comunidade política imaginada» tornou-se imperativa no momento histórico em que o estado, a nação e a sociedade convergiam em torno da figura do cidadão-eleitor,

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

devido à necessidade de reestruturar e manter a ordem social, para legitimar politicamente o sistema. As nações modernas são assim também um fenómeno resultante do capitalismo e da modernidade. É, aliás, nesta perspectiva global que se enquadra a transição operada no âmbito do sistema escolar, em que o ensino da história da literatura nacional assume um papel de relevo, ao substituir, com o ensino da língua nacional, o ensino da Poética, da Retórica e da língua e literatura greco-latinas, fundamentando uma tradição literária nacional.

Na esteira de B. Anderson e E. Hobsbawm, e numa perspectiva «póscolonial», Homi K. Bhabha (Nation as Narration) procura mostrar o papel desempenhado pela narração histórica na construção de um imaginário cultural nacional, em estreita conexão com a «invenção da tradição»:

Nations, like narratives, lose their origins in the myths of time and only fully realize their horizons in the mind's eye.»; «it is from those traditions of political thought and literary language that the nation emerges as a powerful historical idea in the west. (1990: 1)

A narração seria assim a base para o estabelecimento das fronteiras culturais da nação: «The 'locality' of national culture is neither unified nor unitary in relation to itself, nor must it be seen simply as 'other' in relation to what is outside or beyond it. The boundary is Janus-faced» (id.: 4). De igual modo, a unidade cultural da nação é um construto moderno que dissimula a pluralidade do presente (dissemiNation) num passado ancestral e mítico, nas gerações passadas, representando paradoxalmente a territorialidade da nação moderna numa atávica e patriótica temporalidade tradicionalista. Há assim nesta construção da nação moderna uma aporética narração centrada num passado arcaico, «em nome do povo» ou «da nação», que faz deles sujeitos imanentes e objectos de um conjunto de narrativas sociais e literárias, numa ambivalência entre a nação como entidade moderna, direccionada para o progresso, e a sua fundamentação com base numa certa ancestralidade arcaica, que encobre a diferenciação social do presente em nome de uma identidade intemporal.

Garrett e Herculano procuraram esta (re)ligação, colocando em primeiro plano os valores da cultura nacional: a mitologia nacional, o amor da pátria, a renascença da poesia nacional e popular e o estudo das primitivas fontes poéticas, onde pensam encontrar a fisionomia do povo e das suas tradições. Em «Poesia: Imitação, Belo, Unidade» (1835), Herculano sintetiza este ideal:

Diremos sómente que somos romanticos, querendo que os portugueses voltem a uma litteratura sua, sem comtudo deixar de admirar os monumentos da grega e da romana: que amem a pátria mesmo em poesia: que aproveitem os nosso tempos historicos, os quaes o Christianismo com sua doçura, e com o enthusiasmo e o caracter generoso e valente desses homens livres do norte, que esmagaram o vil império de Constantino, tornaram mais bellos que os dos antigos: que desterrem de seus cantos esses numes dos gregos, agradaveis para elles, mas para nós e as mais das vezes inharmonicos com as nossas idéas moraes: que os substituam por nossa mythologia nacional na poesia narrativa; e pela religião, pela philosophia e pela moral na lyrica. Isto queremos nós e neste sentido somos romanticos. (1898 [1835]: 69)

Assiste-se assim a um processo de mitologização literária da individualidade nacional (popular). Nas palavras de A. P. Lopes de Mendonça, «Herculano abalançou-se a fabricar a nossa individualidade nacional, perdida e desfigurada em narrações soltas, em phantasias sem authenticidade, e sem valor scientifico» (1855: 114). É neste plano da fundamentação da soberania popular que a imaginação literária (idealização da Idade Média) e a história como ciência se encontram. Com efeito, a construção das «histórias nacionais» é, como a história literária, um fenómeno oitocentista. A história da «nação» é um género discursivo novo, em contraposição com a história dos monarcas. O modelo narrativo da história nacional, segundo Anne-Marie Thiesse, é fornecido pelo romance, em particular pelo «romance histórico», funcionando a história como uma espécie de «romance nacional», de Bildungsroman: «Elle doit mêtre en évidence la continuité et l'unité de la nation comme être collectif au travers des siècles, en dépit de toutes les oppressions, de tous les revers, de toutes les traîtises» (2000: 55).

A construção da *História de Portugal* por Herculano e a fundação do teatro e da «língua literária» por Garrett podem considerar-se como obras maiores no âmbito desta nacionalização da cultura. Como já sublinhava L. A. Rebelo da Silva, Garrett era popular porque «Ninguem soube ainda como elle, dar ao dialogo o cunho familiar e portuguez, que aproxima do povo o escriptor, tornando lucidas e correntes as mais elevadas idéas.»; «Este segredo de achar a verdade da idéa e de gravar o bello da expressão na frase singella - dá ao estillo do Sr. Garrett uma graça, uma fluencia, e um ar nacional que o repassão de originalidade» (1848: 389).

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

A legitimação garrettiana de um novo cânone literário, romântico, assenta nos conceitos que servem de suporte ao nacionalismo liberal emergente, a soberania nacional e popular, numa clara articulação entre os códigos semântico-pragmáticos do sistema literário e os códigos ideológicos liberais, implicando a construção de uma «história nacional» e a recuperação das «tradições nacionais», no âmbito de um espaço discursivo amplo, desde o romance e drama históricos à historiografia, centrados na nação. Deste modo, Garrett e Herculano pretendiam a «regeneração» do país.

Mas esta necessidade da construção de uma cultura nacional persistirá nas gerações seguintes. A. P. Lopes de Mendonça afirma-o inequivocamente: «temos de improvisar (...) uma civillisacção inteira» (1849: 11). Por outro lado, L. A. Rebelo da Silva, denomina «mineiros da civilização nacional os escriptores votados a este lavor humilde, nas entranhas da terra, que revolviam, encontravam de certo o ouro, e os diamantes, de que enfeita o seu diadema a moderna poesia das nações» (1909 [1852], II: 17).

Neste âmbito, era urgente a construção da história da literatura portuguesa, enquanto totalização de uma memória cultural nacional, a partir de uma continuidade histórica ancestral e de uma partilha orgânica e social da mesma. É esta continuidade e partilha que Teófilo procura estabelecer ao longo da sua monumental obra, sob a denominação de «síntese afectiva» e utilizando com frequência a metáfora mineira do «veio aurifero da tradição» (1902: 255).

A assimilação da literatura, na sua acepção mais ampla, à nação, enquanto expressão do «espírito nacional» (que assimila os escritores a esse «espírito»), na sua diferenciação e especificidade, implicou a sua politização. A principal consequência desta imbricação da nação e da literatura consiste precisamente no facto de esta passar a ter o imperativo ético de se colocar, directa ou indirectamente, ao serviço da nação. Porque a história literária era, no fundo, a biografia espiritual de um sujeito orgânico (a nação e o seu Volksgeist) na luta histórica pelo seu reconhecimento e independência (romantismo vs. classicismo), a cultura nacionaliza-se e politiza-se. A literatura, parte constitutiva da cultura nacional, coloca-se ao serviço da pátria. A escrita literária e o seu estudo tornam-se mesmo um acto patriótico.

F. Schlegel, que pretende julgar as literaturas nacionais segundo o seu mérito e dignidade, considera que elas devem dar conta das acções grandiosas do seu povo e que são a medida e a prova da capacidade intelectual da civilização a que pertencem (1829, I: 15-9). A literatura, entendida

como equivalente a cultura nacional, é assim o signo das «luzes» de um país, do seu adiantamento ou atraso civilizacional. L. A. Rebelo da Silva, A. P. Lopes de Mendonça e Andrade Ferreira, por exemplo, fazem eco deste pensamento schlegeliano.

A história literária torna-se, por isso, uma questão de afirmação patriótica. Os membros da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao estudarem a «Literatura Portuguesa» (língua e a história nacionais), tinham «o desejo de fomentar o amor da Patria» (1792: II). O Morgado de Mateus declara que essa foi a motivação que o levou a empreender a edição monumental d' Os Lusíadas: «O mais ardente patriotismo, e a minha admiração por Camões me fizeram entrar nesta empreza.» (2000 [1817]: XLVII). Similar é a motivação de Alexandre Herculano ao compor a História de Portugal. Na advertência da primeira edição afirma que para «dar ao seu país uma história, se não boa, ao menos sincera, é necessário, creio eu, algum amor da pátria» (1980 [1846], I: 16). No contexto histórico de decadência que diagnostica, considera um imperativo moral escrever a história nacional: «No meio de uma nação perdida, mas rica de tradições, o mister de recordar o passado é uma especie de magistratura moral, é uma especie de sacerdócio. Exercitem-no os que podem e sabem; porque não o fazer é um crime» (1843: 12). A mesma tarefa incumbe à arte: «Oue a arte em todas as suas fórmas externas represente este nobre pensamento - que o drama, o poema, o romance sejam sempre um eccho das eras poetichas da nossa terra. Que o povo encontre em tudo e por toda a parte o grande e venerando vulto de seus antepassados» (ibid.).

Garrett elabora o seu *Bosquejo* (1826) por lhe interessar a glória das nossas letras, para mostrar à nação a beleza dos nossos bons autores e para mostrar à mocidade que não somos os últimos da Europa, sendo mesmo os primeiros em certos aspectos, ao contrário do que pretendiam fazer crer os «pedantes» e os «estrangeirados»: «Julgo haver prestado algum serviço á litteratura nacional em offerecer aos estudiosos de sua lingua e poesia um rapido bosquejo da historia de ambas» (1826: V-VI). De igual modo, no final da sua introdução ao *Romanceiro*, justifica os sacrifícios que padeceu na longa elaboração desse trabalho com «a consciencia de fazer um grande serviço ao meu paiz» (1851: XLVI).

De manifestação de amor à pátria, os estudos histórico-literários tornam-se assim uma questão de salvação nacional. As interpretações da história e da literatura nacionais tornam-se, sobretudo desde os anos setenta, uma questão de patriotismo. No final do século, Moniz Barreto fornece, do ponto de vista da crítica literária, alguns conselhos «para não nos deixarmos afundar na esterelidade e na ruína nacional» e que pas-

A LITERATURA COMO CULTURA E A CULTURA COMO LITERATURA NO PORTUGAL OITOCENTISTA

sam, para além da necessidade de uma elevação filosófica, por um regresso aos valores nacionais e pela valorização da «literatura nacional» (s/d [1898]: 73-4).

Os românticos associaram o cânone literário emergente do romantismo a um «imaginário nacional» de matriz liberal (popular) que procuram legitimar. Deste modo, cada literatura nacional podia ser vista como um sistema autopoiético, desenvolvido a partir do seu Volksgeist. Na sequência de Garrett, a crítica literária de A. P. Lopes de Mendonça, L. A. Rebelo da Silva e Andrade Ferreira e os trabalhos de história literária de Teófilo Braga procuraram instituir um cânone literário de raiz romântica, isto é, um cânone assente na «comunidade imaginada» nacional (B. Anderson), construída a partir de uma revisão do passado, com base na ideia da existência ancestral de uma literatura popular. Este «cânone imaginado» responde assim à necessidade de identificação cultural da nação, para legitimar os valores e o sentido histórico de uma comunidade nacional autóctone e independente, de uma tradição nacional.

Por tudo isto, Garrett, mais do que colector da literatura oral e popular, mais do que pesquisador das origens da nossa literatura, foi um impulsionador e catalisador da questão da identidade nacional, o que se reflectirá de um modo geral em toda a pesquisa sobre o «ser português» que se lhe seguiu: «é sob a pluma de Garrett que pela primeira vez, e a fundo, Portugal se interroga, ou melhor, que Portugal se converte em permanente interpelação para todos nós.» (Lourenço, 1978: 89). A partir dele, continua a procura da essência da nação, consubstanciada nas suas origens, quer na história literária (Teófilo Braga), quer a nível da produção literária (neogarretismo, saudosismo, integralismo, etc.):

[esta é] a motivação mais radical e funda (pelo que significa como ruptura) de toda ou quase toda a grande literatura portuguesa do século XIX (...); Portugal, enquanto realidade histórico-moral, constituirá o núcleo da pulsão literária determinante. (Lourenço, 1978: 86-7).

Torna-se, por isso, imperativo que a "literatura" seja resgatada de uma leitura esteticista para ser vista à luz de uma leitura que a interprete como cultura, em articulação com o campo do poder, em função da sociedade e do momento histórico em que se produziu. Mas uma ética da leitura exige também que sejamos capazes de ler a cultura como literatura. Pelo menos, à luz do que Stephen Greenblatt denominou como uma poética da cultura (1989)

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London/New York: Verso, 1996.
- BHABHA, Homi K. (org.). *Nation as Narration*. London/New York: Routledge, 1990.
- BARRETO, G. Moniz. *A Literatura Portuguesa no século XIX*. Lisboa: Inquérito, s/d [1898].
- CARVALHO, Francisco Freire de. *Primeiro Ensaio sobre Historia Litteraria de Portugal, desde a sua mais remota origem até ao presente tempo.* Lisboa: Typographia Rollandiana, 1845.
- COELHO, Adolfo. Curso de Litteratura Nacional, II- Noções de Litteratura Antiga e Medieval, como introducção á litteratura portugueza. Porto: Livraria Universal de Magalhães e Moniz-Editores,1881.
- FIGUEIREDO, A. Cardoso Borges de. *Bosquejo Histórico da Litteratura Clássica, Grega, Latina e Portugueza, para uso das escholas,* 5ª ed. Coimbra: Livraria de J. Augusto Orcel, 1862.
- GARRETT, Almeida. «Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa», In.: *Parnaso Lusitano ou Poesias Selectas dos Autores Portugueses Antigos e Modernos*, vol. I. Paris: J. P. Aillaud, 1826, pp. I-LXVII.
- GARRETT, Almeida. «Introducção» a *Romanceiro*, II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851, pp. VIII-XLVI.
- GREENBLATT, Stephen (1989). "Towards a Poetics of Culture", in VEE-SER, Harold Aram (ed.) (1989)-*The New Historicism*. New York/London: Routledge, 1-12.
- HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos*, Tomo IX, Literatura Tomo I, 3ª ed., Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand/Francisco Alves, 1898.
- HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal. Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*, t. I. Prefácio e notas de José Mattoso. Lisboa: Bertrand, 1980 [1846].
- HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (org.s). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge U. P., 1983.
- KAISER, David Aram. *Romanticism, Aesthetics, and Nationalism*. Cambridge/New York/Melbourne: Cambridge U. P., 1999.

- LOURENÇO, Eduardo. *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português.* Lisboa: D. Quixote, 1978.
- MATTEUS, Morgado de. Os Lusiadas. Nova edição correcta, e dada á luz por Dom Ioze Maria de Souza-Botelho, Morgado de Matteus, socio da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 3ª ed. Paris: Officina typographica de Firmin Didot, 2000 [1817].
- *Memorias de Litteratura Portugueza*, tomo I. Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de. Curso de Litteratura no Gremio Litterario: Influencia da Litteratura do seculo 18 na Litteratura do seculo 19 Caracter da Poesia n' este Seculo. Lisboa: Typographia de António José da Rocha, 1849.
- MENDONÇA, A. P. Lopes de. *Memorias de Litteratura Contemporanea*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1855.
- RIBEIRO, José Silvestre. *Primeiros Traços d' Uma Resenha da Litteratura Portugueza*, t. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853 [1848-51].
- SCHLEGEL Friedrich. *Histoire de la Littérature Ancienne et Moderne*, 2 vols. Trad. de William Duckett, Paris: Th. Ballimore; Genève: Cherbuliez 1829 [1815].
- SERRA, Abade Correia da Serra. «Memoria ou Vista Rapida sobre o Estado das Sciencias, e das Bellas-letras em Portugal durante a ultima metade do Seculo passado (ou 18°)». *In* CARVALHO, F. Freire de (1845), 1804: 401-43.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da. «A Eschola Moderna Litteraria O Sr. Garrett», *A Epoca. Jornal de Industria, Sciencias, Litteratura e Bellas Artes*, n°s 7-10, 15-6, 25 e 27, 1848.
- SILVA, Luís Augusto Rebelo da. *Bosquejos Historico-Litterarios*, 3 vols. Lisboa: Empreza da Historia de Portugal, 1909.
- SMITH, Anthony. A Identidade Nacional. Lisboa: Gradiva, 1997.
- THIESSE, Anne-Marie. "Des fictions créatrices: les identités nationales", in *Romantisme. Revue du dix-neuvième siècle*, 2000, 110: 51-62.





C

LÍNGUA MINHA

PERDOA

Língua minha
extensa carícia do Universo
alongado eco que banha os continentes
e nós...

a renegar dela

Língua minha

grande amiga

independente

esquece este terrunho que te ignora

logo de te ter parido

a ti renuncia

Que caste de mãe es tu...

...Galiza

que o mais valioso o mais eterno teu filho teu idioma

aborreces

chamando-o estrangeiro

AGÁLIA, 87-88

A minha língua é emigrante

como eu

foi polo mundo

medrou

apanhou sotaques

como eu

E a ti Terra...

...Galiza

eu pergunto

novamente pergunto

que caste de mãe es

que porque medra tu filho

tu o rejeitas

Língua minha

ergue o teu berro

eu dareiche a minha voz

para que fales

para que susurres ao ouvido

para que grites...

até que a Galiza te reconheça



conduzir não é guiar nem navegar nem voar nem tu

* *

pára a música
pára a música
para dançarmos
a cena
homem nu no labirinto
apanhando batatas nas paredes
gestos impulsos (aplausos)

de mãos dadas
sonho e vigília
entregaram o po(rr)eta
ao néctar sem corantes
com nojo bateu na porta
como quem bate na mesa
fazendo queijinhas LSD
e deu nas vistas
deu
capital de país
embriagado

* *

AGÁLIA, 87-88

TODAS as politoxicomanias são bem simpáticas empatizam elas TODAS ANIMADAS RELAÇÕES CONJUGAIS

* *

no barco dos bobos efectivamente não há nem luas nem palha que beije a rota nem por isso singradeiro conhecido salta a varanda sente o electro-shock quando reflectires a superfície se ainda houvesse cá alguém que fosse marinheirooooo!! nem patrão, nem armador... prato que se serve paranoide mas cru. nem linha, nem isca nem carne podre e enrugada ligar o rádio que grita de dor? quem se imuta no barco dos bobos? porto? naaa... keep rockin'! lição aprendida.

a um doente como o nosso nada melhor que fazer-lhe a putada morder-lhe (pois) a língua

* *

fica a tona por baixo
do mole
colesterol(e).
adoro o sabor que combina
cores e tecidos.
adoro os nao excessos que,
sãoo excessos, bom,
quer concessões... quer...
adoro o verao.

* *

ficaram apaixonados os peixinhos de prata daqueles pés nus mais tarde degolados pela ASFIXIA

* *

POR ACASO
o bicho-da-seda roubou-nos
o fio

0

AGÁLIA, 87-88

16-15-12

Até a tua bem-vinda nom fum quem de abrir os olhos inchados de tanta tristeza.

A tua presença devolve o traço de vida que perderam estes [muros móveis.

Umha estrada de pontos incorruptos fam de alfombra ao teu passo. De onde podo sacar folgos para te odiar?

Essas maos

com as que amassas essa luz de esperança, com as que fas umha trança com o meu coraçom como nom admirá-las?

A cumplicidade nom as implica a elas, som demasiado puras, cálidas, som umha ponte ao infinito, som ESSAS (essas, essas, essas...)

as que amamantam o mundo.

Sigo a amolecer nesta colheita de prantos.

Para nós já remataram as jornadas específicas para o desenvolvi
[mento humano
e voltam os cuitelos da língua e o lume do cu.

Nom podes ser um hominídeo mais.
Possuis um sobrenatural dom para desgarrar almas,
umha paciência infinita mentres aguardas a derradeira reserva de
[sangue que nos pertencia.

Ouviam-se os berros da gangrena, um líquido fedorento atravessava o impenetrável e tu sabes vir com roupa de abrigo e curar-me entre os teus seios.

Tremo.

A isto chamam-lhe rigor mortis. A terra treme. Alguém nega por medo. Construi muros de peles com o seu silêncio.

Esperava na tumba pola tua chegada. Quando por fim pudem ouvir o som das chaves que nos guardam. Soubem que ficaria para sempre a salvo-atravesaria qualquer [ventre por umha pinga de água podre.

Agora vás-te com o teu oxigeno com a tua bondade com o teu sofrimento.

Obrigada, depredadora.
O teu adestramento é a melhor prevençom.

Agora podo odiar-te.

(Terra incognita existe)



AGÁLIA, 87-88

Alquimia

Utopia quer dizer nom normalizado Cadernos de cultura e derrube nº3

Um di: eu.

E os demais dizem: todos -ou quase.

Um di: eu.

E os demais dizemos: tes um problema.

Quem tente umha definiçom,

nom fará mais que atraiçoar -nos.

O petrificador conhece o seu nome: tiranosaurius rex.

A escrita nom gradeia. O silêncio possui-me.

Há um mundo diante minha que nom podo nem imaginar.

Detrás dos meus olhos, nada. Como os passarinhos. Miau. Miau.

De entre as minhas mãos o texto flui.

Sobe e baixa.

De esquerda a direita esvaece-me.

Desconhece-me.

Recende a mar.

A boca fai-se translúcida, quando a palavra roça o real.

Quem é quem?

Falta tanto por descobrir.

Nom há ponte.

Dumha beira à outra, o salto é inmenso.

Nom somos nada.

Apanha um autocarro à toa, essa é a casa onde moro.

Roubas-me os meus pensamentos. Jogo. Jogas. Jogamos.

O ódio também pode reconciliar-nos com a podrémia que nom [deixamos de tragar.

Situaria ali a respiraçom do lobo, a barricada nas antípodas da lógica cartesiano-aristotélica. Mui longe

da linearidade espaço-temporal –às vezes tam necessária-, senom mais bem num movimento subterrâneo –quase um latejol'que de repente abóia

e ferve-che o peito

e nom se sabe mui bem porquê,

mas está aí

e pode-lo olhar.

Nom todo é mentira.

Manter a cabeça na trovoada. Que a chuva borre o nosso rosto. Que a [pele se evapore. Turbaçom do ser. Perda dos nomes. Manada.

Abrem-se os campos. Um nós cheio de ausência.

Abrem-se as flores dos campos trás a irrupçom do lóstrego.

A serpente trançada ao machado sem a voz dos mortos, de todos os [mortos

nom brinca no colo dos meninos, troca carne por terra, terra por [carne.

Bem funda prendeu na gorja a língua edénica e abrolhou no mais [visceral ódio.

Rebentar a porta entre a vigília e o sonho era a maior expressom [da poesia.

O lobo esconde-se, corre, caça, desgarra, engole. O lobo som [os lobos.

Desde o borde ao centro. Desde o centro ao borde. Nó que nom se [pode desatar.

O ódio como umha forma sagrada de conhecimento.

Ergue-se o pano e nom há marionetas. Ficamos nós e só nos resta [queimar o mundo.

Esse momento nom se espera. Topa contigo. Topa conosco. Agora.

Pilhache-me. Nom gosto nada da monarquia.



AGÁLIA, 87-88

DOENÇAS DUM ESPELHO

di-me quantas lágrimas mais pensas beber

porque assi, quando menos, poderíamos partilhá-las

tu saciarias a minha sede e eu daria-che toda a doçura que nom possui o sal dos teus dias.

di-me agora se lembras o teu nome

Nom necessito ver olhos em ti para saber que por eles expulsas os ecos destes muros frios. As horas perdérom o nome. As aranhas marchárom do espaço em que as nebulosas enchérom as cores de outros fios. Fiquei sem silêncio numha des-noite constante afiando coitelos nos interstícios respiratórios do ritmo. Fiquei sem morcegos enriba da porta, roubei-lhes o nome do sono e agora também ficárom sem morte. Sem horas.

Hoje é terça-feira. Hai dous dias que nom sinto o corpo, somente os dedos nos cabelos da seda salina. Umha pel de saliva e pintura.

Como os ecos.

Ecos de sangue entre os dentes.

Nesta hora em Bagdá, lembras?, ficariam ainda nomes. Ainda hai cavernas a guardar hemorragias que nom sabem chorar. Já em Abril dizias que o mundo nos sobra. E hoje começa o inverno.

Estar entre dous mundos e nom estar em ningum: sozinha na burbulha.

Pensava navegar na procura do tempo como tartaruga contra a corrente, cuspir no olho de calcopirita (abdicar do Sol) e soterrar-me no olho de níquel caducado.

Enmuinhar-me carnivoramente entre as águas, nadar em sangue e mudar o rumo dos pálpitos.

Mas...

Hoje das estrelas nom puidem mais que ver a timidez onde as noites nunca chegam a ser negras.

O sol-pôr tornou-se algodom de cinzas a lua escapou dos meus olhos da mesma maneira que os passos negam a sucessom dos dias

AGÁLIA, 87-88

em cada poro do asfalto. E o céu é áspero, e dorme no meu copo morrendo a noite e o vidro.

ela -o espectro- ensaia novas formas de existência, por se um dia, inutilmente, Medusa rachar a burbulha, rachando a noite desafiando com a mirada as pétreas formas que tanto teme.

O seu temor está nos espelhos, nas palavras à luz, nos espelhos que som portas

o espectro olha e nom pode ver, impedido pola escura impossiçom de Medusa, o cavalo que agita a sua mao num voo galopante, inunda as linhas digitais a um lado e outro da porta na mao das duas.

Pegasso oferece em suas assas um novo mecanismo de libertaçom. Mas nom é a evassom o que ela procura. Nom a evassom mas o reencontro Na luz Nos olhos Nas palavras



Tristres crianças, papel se rebuçado em mao que quase nom soubemos rir dos vazios e das manhás, das manhás vazias de mais gente...

Des-gestamo-nos nas noites à procura de existir entre balcoes e casas-de-banho, gestamo-nos depois no banheiro por volta do meio-dia e meio...

Tristes crianças, toalha de banho em mao que nom soubemos conformar-nos com os pratos cheios e os talheres de desenho nas toalhas vazias de mais maos...

Des-gestamo-nos nas tardes à procura de existir entre o mundo real e a quadrícula dos projectos gestamo-nos depois na cama em solidom por volta da meia-noite e meia... Tatuei-te na voz e nas palavras, letra impressa no corpo denunciar-me(-te) em cuecas cor-de-rosa dos ventos.

Remar só no mar revolto.

Só na inexistência de papel sob a pele-pátria-orgánica que figem desenhar para apodrecer e ser assim livre...

minha mai quando eu morrer...

quero que retirem os símbolos do quarto
e ser queimado
um primeiro de Abril
para afundar-me assim no silêncio dos sorrisos
com independência da naçom
que me obsequiou umha vida
triste, dura e fria,
dependente.



A vertigem da localização temporal

Vou ter com a minha amiga, <u>Quando o</u> tempo me passa uma rasteira.

Estendo-me numa ruga,
Refresco-me numa lágrima,
Que ainda tem um pouco do perfume que deixaste.
Penduro uma série de palavras
Numa corda, desenhando um sorriso.
Mas tu colhe-las, uma a uma,
E arruma-las no teu velho baú,
Onde vais deixando
Tudo o que o tempo acabou.

Acho que vou dar uma volta! Tudo é mais leve Enquanto não sabemos o destino da viagem.

Por isso, compro um bilhete Na loja dos desenraizados. Apanho um comboio!

Escrevo o teu nome num cigarro E fumo-o desesperadamente. Acaricio no fumo o teu rosto, Penteio o teu cabelo... Tudo serve de desculpa Para inventar mais um momento.

Da janela, vejo o tempo passar, A miragem de mim, A possibilidade de ser imagem Na tua criação. Mas arrumo as tralhas,

AGÁLIA, 87-88

Devo estar quase a chegar.

Já passam seis das vinte!

Acho que o relógio está adiantado...

De qualquer das formas ninguém sabe disso
E quando aquela senhora me perguntou,

Disse:

"Passam seis das vinte! "Estou um pouco adiantado! "É a vida!"

E ela respondeu-me que era a vida E que ao longo da viagem Há muitas estações, Onde há relógios com horas diferentes. Recomendou que não os olhasse: "Hipnotizam até à morte!"

E eu pensei que, talvez, num bom relojoeiro Houvesse possibilidade de acertar o meu.

Saltei do comboio, Depois de interpelar o revisor Acerca dos benefícios de se fumar a bordo.

"A liberdade e a leveza existem!
"E acredito que a viagem
"É a concretização mais aproximada
"Destes conceitos..."

Talvez seja uma invenção humana, Constrói conceitos Para poder brincar com eles Nos momentos de maior solidão.

Sim, porque tu estavas Incrivelmente presente!

O meu olhar encontrava-te Em todas as ruas. E eu tentava esquivar-me Por ruas mais pequenas: A da liberdade ou a da leveza,

Mas tu dançavas jovialmente, O meu corpo não aceita o ritmo. Paro.

Desculpo-me numa cerveja.

E, através do vidro da garrafa,
Presencio a tua ausência.

O vidro chora.

Bebo mais um pouco de ilusão

À espera, ao menos, de um adeus...

Mas aquele não era o meu lugar, A minha camisa transbordava as calças E acho que isso devia estar fora da moda!

Sento-me à mesa. Abro o baú que me deste E rio-me com as minhas próprias palavras.

Montanha

A eternidade escreve-se no espaço Antes e depois da vida. Nele nasceu a montanha, Que impede a visão, Criando sonhos por eu não saber O que existe por detrás dela.

Adivinho para lá, Estando cá.

AGÁLIA, 87-88

Sou verdadeiramente humano, Quando transcendo a vida Numa possibilidade. Sou, quando sei o limite E ainda assim desejo. Sou, quando, embora pequeno, Sinto a beleza do grandioso E atrevo atirar ao tempo Um dedilhado de guitarra.

O som esbate-se na montanha,
O vento dissipa-o no silêncio universal...
Mais um fragmento de vida
Que a montanha esmaga com eternidade.
Mas estou contente por ser eu,
Por ser apenas mais um que te contempla
Nesta beleza atemporal,
Por ser mais um ornamento que te põem
E saber que vences inexoravelmente.

Mas estou aqui.
Vou tocar mais uma música
Para inscrever no teu silêncio.
Vou colar palavras nas tuas encostas.
Derramar uma lágrima
Para ser real.
Acariciar um sorriso
Para ser humano.

Um dia, sentar-se-á aqui outro homem. Serás outro belo. Talvez até as palavras que te colei Já nem sejam entendíveis.

Mas tu cá serás... Eternamente... adeus! Asha, Asha
Little Grey Pig
There's a Poem Day
In Your Pocket
A Wiccam Temptress

Thousand Thousand Thousand Grey Anthologies In the Congress Pig

Homenagem a toda a gente

Ao caro

Vasto

Brochados

Procuradores apoiados ao escreverem de data humana [para duas pessoas

Ingressos

Livre é a melhor forma de comparar

Enquanto se lê

Um ano antes

AGÁLIA, 87-88

Commonly used to distinguish

Within a set

A scheme

Light lines

closing couplet

Increasing tension and pushing

Aversion to poems

Tabelas e Catálogos

- reproduz-se a seguinte caixa na página quarto

as flores a mosca morta

o tomatezito hipólito camuflado

com a melhor forma de comparar

os únicos apoios previstos pela união

O argumento dos Estereótipos

The Formula Argument

Definição de ambições descritivas a boiar entre os escritórios da botica e o gás hilariante.

Começámos uma reunião a qual logo inacabada ou in – iniciada de forma propriamente particular.

Declarativamente cansativa no fim.

- Ora bem dizia o técnico do laboratório para a semana repetimos a experiência metodológica a partir do partido.
- Já não se usa a mesma coisa DESTA semana?
- A certa altura vai usar-se repelia o outro como retorno à autoridade.

Nada agradava ao estrangeiro que viera de longe – Esta permissa é tão falsa e autoritária como as restantes!

A discussão reconhece a fervura.

- está a insinuar uma peregrinação tradiccional e asfixiante?
- É a abundância! Retorqui.
- Ou o tabaco Disse o merceneiro.
- Demonstre que há autonomia por si só! ordenou o estrangeiro de fora.
- Posso até invocar um episódio -...- altamente hierarquizado e eloquente.
- Na qualidade de estrangeiro não devo ouvir.
- Parece-me razoável.
- É a tal coisa dos conjuntos diferenciado mexia o merceneiro no bigode redonducho.
- Mas as suas escrituras são facilmente dectetaveis! Ora diga lá...

AGÁLIA, 87-88

- Em condições esmagadoras é o que se pode arranjar. Tanta aproximação espacial!

Lembrei-me do passeio em cima do sal enquanto o colega de lado se lembrava – tenho certeza absoluta – de uma vitrine em Viena. Sei porque o vi atar o cordel do sapato.

O merceneiro pensava na aproximação dos absolutos, ou seja, das colecções.

Pensava na arrumação dos chouriços.

Eu fiz o que podia.

O orçamento não foi aprovado.

ACIA
Alíneas:
Alínea Um:
Alguns estrangeiros gostam de chouriço
Alínea Dois:
O segundo ponto parece problemático
O segundo ponto parece problematico
Alínea Três:
Sofro de alguma obstinação
Alínea Quatro:
Dá-me o guito, ó Carlito

Crônica volátil de um VIII Congresso imaginário sobre as Línguas e Culturas Fenícias do Líbano acontecido em um País Antártico no século XX

Esta crônica é um documento no qual nem eu –o seu próprio redator-confio. Nela, simplesmente são transcritas nuanças do vivenciado durante um sonho, na primavera antártica de 1999, por Fuad Mansur, um idoso emigrante libanês –xiita– nos sertões do hemisfério sul. Fuad Mansur ordenou-me que lavrasse, com explícita finalidade lúdica, as impressões, sem dúvida banais, recebidas por ele ao longo de uma experiência congressual onírica à que fora conduzido pelo capricho desse sonho, desfrutado à sombra de um coqueiro.

Durante o sonho, o xiita Fuad Mansur disse-me que se sentiu participando de um esquisito "VIII Congresso Imaginário de línguas e culturas fenícias do Líbano" no que lhe pareceu ser a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, situada no rio Araguaia, em um país do hemisfério sul, o Império Antártico. Nesse Congresso, um feixe de professores de filologia aramaica de três Universidades libanesas (Trípoli, Beirute e Tiro), uma turminha de professores de tradução e interpretação da Faculdade de Tiro, a corporação mundial de leitores de língua aramaica quase ao completo, algum patriarca da cultura fenícia do país do cedro, uns pouguinhos historiadores e uns guantos -não muitos- especialistas de outras áreas de ciências humanas e sociais do Mediterrâneo oriental, junto a pesquisadores antárticos aspirantes a subsídios da Liga Árabe, a um jornalista literato, a um poeta druso da Escola de Gibran Kahlil Gibran, a uma professora de literatura árabe, a um casal de libaneses emigrantes de segunda geração e a um mascate libanês ateu –caixeiro-viajante no sertão- deram conta de se reunirem nessa ilha fluvial para conversarem durante quatro dias acerca das coisas que fizeram e, talvez, continuem fazendo os fenícios do Líbano em prol da sua identidade e da sua promoção profissional.

AGÁLIA, 87-88

Segundo me relatou Fuad Mansur, ele, apesar das trevas do sonho, percebera com nitidez que o "VIII Congresso Imaginário de línguas e culturas fenícias do Líbano" não visava se apresentar como uma assembléia anarquista. Todavia, abriu-se e encerrou-se sem hinos nem bandeiras, só com uma imagem de plotadora. Também não exaltou lideranças religiosas nem assinalou os culpados das derrotas; nele parecia não haver nem heróis nem traidores e as relações sociais e acadêmicas fluíram, na aparência, com bastante cordialidade mediterrânea.

Esse Congresso, por outro lado, não almejou deixar transparecer a impressão de que tudo se reduzia a um fluxo de diálogos entre os componentes de cenáculos de clãs fenícios. No entanto, o território que, para os fins, delimitaram os congressistas parecia ter sido vedado por índios karajás – a população autóctone da ilha do Bananal – que afastavam a intromissão dos alheios à eloquência fenícia. Referimo-nos à eloqüência que surge mediante as emanações da retórica fossilizada a respeito de temáticas tribais, com leit-motiven semelhantes aos sempiternos tópicos jornalísticos derivados das reflexões tangenciais em torno ao futuro do Vale de Bekaa, à recuperação das Granjas de Shebaa e à atualização do conceito nação libanesa. A música era alheia ao Congresso embora na maloca de livros instalada na grande taba da Ilha do Bananal se vendesse o CD Danças do ventre tradicionais no Líbano e na savana sertaneja e, durante o jantar de iguarias oferecido para a confraternização corporativa e patriótica na véspera da finalização dos trabalhos, uma turminha de leitoras da língua aramaica em Universidades européias cantasse, com o acompanhamento do pandeiro que fazia soar um docente da Universidade de Trípoli, "Abwun d'bwashmaya, nethqadash shmakh, teytey malkuthakh, nehwey tzevyanach aykanna d'bwashmaya aph b'arha". O xiita Fuad Mansur confessou-me que, nesse momento do seu devaneio visionário, teve vontade de cantar em francês o hino da Kataeb libanesa, hino diretamente proporcional ao atavismo dessa cantiga das leitoras. Faltaram-lhe o seu quorum de mercadejantes e um cigarro de haxixe. Fuad Mansur falou-me que o índio karajá, então Ministro da Cultura do Império Antártico, não participou do evento, e também não enviou nenhum representante do seu órgão, mas Fuad Mansur achou que, provavelmente, caso tivesse comparecido, teria recomendado aos fenícios que, além de deixar de ser tão

fundamentalistas maronitas, deveriam dar menos as costas à música na região do Olodum. Fuad Mansur acredita que esse índio karajá, com certeza, não sabia da existência de um livro de poemas intitulado *Que fizeste do ouro, que fizeste da rosa*, mas, caso o tivesse podido ler, ter-lheia quiçá recomendado às leitoras coristas que se deixassem levar pelo embalo dessa lírica, pois nunca é demais renovar o repertório temático e os ritmos das cantigas nacional-populares.

Fuad Mansur contou-me também que se adentrara no espaço do Congresso obedecendo ao comando transmitido durante esse sonho pelo seu anjo da guarda. O comando consistia em que, por primeira vez nos dez anos de congressos internacionais de línguas e culturas fenícias do Líbano, os xiitas, os drusos e os arabistas se fizessem sentir e querer, na paz e compostura acadêmica, nos debates dialéticos acerca do tripé terra-povo-língua. No Congresso, ele intimou com o poeta druso e com a professora de literatura árabe que, com ardor militante, marcavam presença. No sonho, junto a eles, além de passearem e de irem tomar banho em uma cachoeira, decidiram agir no Congresso segundo a circunstância o sugerisse e de acordo com as sua vontades individuais.

Nesse sentido, Fuad Mansur transmitiu-me que participou de uma terceira parte dos trabalhos do Congresso, parte que, para ele, se torna paradigma do restante e que serve de fundamento do seu discurso. Fuad Mansur frisou-me que a maior parte das horas da estadia congressual foi dedicada à higiênica caminhada, à catártica natação, à gastronomia karajá, ao intercâmbio de devaneios e a conversas miscelâneas refrescadas pelas brisas do rio Araguaia.

Dessa terceira parte estritamente congressual que ele me relatou seleciono agora, com vistas a uma ilustrativa focalização cronística do percebido, uma matutina mesa de comunicações. Parece ser que presidiu essa mesa o poeta druso, um poeta sem pátria, mas de língua árabe. Junto a ele comunicavam seus trabalhos dois leitores de aramaico, um rapaz e uma garota. Fuad Mansur contou-me que começou a falar o rapaz, com a empáfia que lhe outorgava a segurança de receber a admiração de seus colegas de profissão – os leitores –, a alguns dos que ele, por sua vez, já mostrara a sua adesão aplaudindo-os com discreto fervor na hora da apresentação dos respectivos trabalhos. A norma da reciprocidade na exalação de louvores entre pares condôminos de um sindicato garantia a sensação de sucesso. E falou de "quinesia", isto é, do *volk-geist* fenício

refletido nas caretas e nos acenos que fazem os paisanos quando se expressam oralmente. Apresentou seu embasamento teórico – francês – e seu método de pesquisa de campo, ad hoc. Suas fontes de dados eram um conta-contos, ou seja, um caipira que, em um café grego, relatava um causo. O intuito da comunicação – prenúncio de uma tese de doutorado – era o de comprovar se a etnia fenícia, ademais de um habitus e de uma genética próprios, usufruía uma "quinesia" genuína diferencial. A esse respeito, o rapaz informou que a investigação ainda não gozava de dados conclusivos.

Batido esse papo, que contara com o auxílio de um data-show, logo a seguir fez uso da palavra e do data-show a garota. Ela discursou sobre um tema que Fuad Mansur achava que já ficara resolvido antes de ele abandonar o Líbano, ou seja, cinquenta anos atrás. O tema girava ao redor dos esforços que estavam sendo institucionalmente investidos para o estabelecimento definitivo de um glossário de termos esportivos. A garota desenvolveu seu discurso encadeando axiomas em um longo silogismo: a nossa língua é o aramaico, o nosso povo pratica esportes, os indivíduos fenícios envolvidos no esporte precisam de termos na sua língua, a nossa língua carece desses termos, os lingüistas têm a obrigação de fornecer esses termos ao povo, os lingüistas hão de evitar a coiné entre o aramaico e o árabe, a fugida da coiné faz-se através do inglês, o inglês não é uma língua da Fenícia, a solução estriba em criar calcos, os calcos entre uma língua germânica e uma língua da Fenícia são executados por meio da imaginação... Conclusão: os intelectuais universitários da lingüística, amparados por bolsas distritais, estão inventando os termos esportivos do aramaico calcando-os com imaginação do inglês e, desde a ilusão, estão-lhos oferecendo ao povo fenício para que desfrute mais do esporte usando vocábulos, fraseologia e modismos de seu. Silenciados os aplausos, tomou a palavra o poeta druso, sem data-show. Com essa tomada da palavra acabou a descontração, a concentração e a simulada amenidade. Alguém mudou de carteira, um outro começou a fofocar, alguém fez que cochilava e algum mais fez questão de mostrar desinteresse. Houve também quem abandonou a sala. Fuad Mansur faloume que manteve a compostura e que refletiu em um tácito mono-diálogo: "veremos como reagis na sessão das perguntas". Concluída a comunicação do poeta druso, que fez retrotrair Fuad Mansur à sua adolescência em Byblos, iniciou-se o debate e, com ele, a demonstração

de que, quando um xiita sonhava uma estadia na Ilha do Bananal, não era só para lhes dizer aos karajás que não queria comprar fitinhas artesanais de Tupã. E Fuad Mansur formulou questões e recebeu respostas que ultrapassaram a sua capacidade para criar expectativas a partir do delírio. Nas respostas foi-lhe dito que, embora não houvesse uma comprovação de caráter definitivo, acumularam-se suspeitas de que o ser humano fenício usava uma "quinesia" diferente ao se expressar com naturalidade em aramaico ou em árabe e de que esse sujeito poderia chegar a variar a sua "quinesia" segundo utilizasse o código "aramaico libanês isolacionista" ou "árabe reintegracionista". No tocante ao glossário esportivo, a garota confessou que não recorrera à variedade árabe da Síria não por preconceitos, senão porque nunca estudara essa variedade. Ela preferia, como segunda língua, o francês. E Fuad Mansur contou-me que assim terminou essa sessão matutina, com generalizada displicência perante as provocações e sem se perder a ternura. De tarde, como decisão profilática para não receber mais esmerilações nas suas estruturas cognoscitivas, Fuad Mansur, com o poeta druso e a professora de literatura árabe, foi desfrutar de uma praia, onde degustaram peixe, beberam áraque, molharam o corpo, palavrearam doçuras e evocaram conhecidos comuns do Hizbullah.

Acredito que devo já informar do que me disse Fuad Mansur sobre o encerramento desse VIII Congresso. O rumo desse encerramento foi marcado, deliberadamente, por ele com uma discreta, embora desavergonhada, pergunta. Por impudica modéstia, e querendo criar charme, Fuad Mansur não me relatou como se imprimira esse rumo. Só me disse que o canonizado intelectual que compunha a mesa de encerramento falou que sim, que sim era urgente evitar organizar congressos em forma de quetos de agentes universitários que apresentavam, com pretensa transcendência para a consolidação da identidade nacional, elucubrações erguidas sobre o saber inútil de contornos científicos, e que a famosa historiadora também falou que sim, que havia que levar em consideração os campos sociais dos emigrantes fenícios que habitavam a região do hemisfério sul escolhida para sediar um congresso de estudos fenícios. Ela referia-se a que não tinha muito sentido que os fenícios do Líbano se deslocassem à região da colônia fenícia mais organizada do Império Antártico ignorando essa colônia. Todavia, o importante do encerramento do VIII Congresso não foi nada disso. O importante foi que a moderadora da mesa de encerramento, forçada pela autoridade do canonizado intelectual, teve que retificar uma asseveração sua. Ela dissera que o árabe não fazia falta aos fenícios falantes de aramaico e ela teve que dizer que errara, que tudo fora mal compreendido, que ela gostava muito da língua árabe, que não tinha nada pessoal contra a Síria e que sim fazia falta o árabe à cultura maronita.

A importância dessa retificação foi banal. Segundo Fuad Mansur, a cordialidade que caracterizou o VIII Congresso Imaginário apagaria da memória de todos os que participaram da alucinação os leves atritos, e todas as ponderações e os seus correspondentes reajustes. Os fenícios do sonho devem ter voltado ao Líbano onírico felizes e dignos, meio esquecidos do acontecido no VIII Congresso; tudo, relativamente, deu certo, curtiu-se a Ilha do Bananal, enxergou-se o dualismo da realidade social do Império Antártico, os comportamentos foram honestos, fizeramse supostos contatos, a comunicação de cada um teve uma recepção ótima, a figura própria recebeu destaque e o importante são as atas. Fuad Mansur acredita que nada mudará no próximo congresso ao que seja transportado por um sonho. Fuad Mansur gostaria de que o seu sonho sobre o próximo congresso transcorresse em Cancun, mas suspeita que não; presume que, caso sonhe de novo com um congresso, ele localizarse-á na capital, em Beirute. Fuad Mansur comunicou-me que a rara experiência do VIII Congresso constituiu para ele um ritual de passagem. Estivera no seu elghorba com um significativo setor da academia fenícia. E descobrira que os problemas do Líbano se pareciam mais do que ele cria com os do Império Antártico. Ele sentiu que isso foi mais um motivo para se manter xiita em todos estes anos.

A participação de Fuad Mansur no VIII Congresso finalizou com um passeio solitário pela grande taba da Ilha do Bananal, para ver karajás, sentir os ritmos indígenas, cavilar sobre a desfeita do meio ambiente no Terceiro Mundo, pisar sujeira e ver caprichosos agentes da contracultura. Fez esse passeio fugindo da única tertúlia infeliz em que participara, tertúlia chefiada por um missionário que expunha aos indígenas as vantagens e o glamour que podiam obter aplicando capitais em uma ONG com fins lucrativos. O sonho de Fuad Mansur fora até aí. Ele acordou. Corria o risco de padecer de novo a vontade de cantar em francês o hino da Kataeb libanesa.

Azedume da lima No céu da boca... Estrelas.

Minha infinita imaginação Bebe desta fonte.

Viver
Uma das grandes filosofias
De cada um.

Ainda que venha esse azedume No céu da boca.

Defendendo minhas próprias certezas Mesmo que para outros Sejam dados incorrétos Imperfeição.

Nao me anulo jamais Pois sou o plumeiro De uma mente sagaz.

Azedume da lima No céu da boca.

Rosto contraído
Olhos lacrimejosos
Reflexo
Causado pelo azedume da lima
No céu e na boca!
Azedume da lima

23.Out.2006

AGÁLIA, 87-88

Deixe que te guie Estas vozes mudas De misturas que criam Cores, tons e terxturas infinitas.

Deileitar-se numa apoteose e Ao mesmo tempo tornar calmo O que estava revolto.

Fragmentar
Para encontrar-se num mar
De sensações,
Que transcende a um esplendor
Poético visual.

27.01.2007

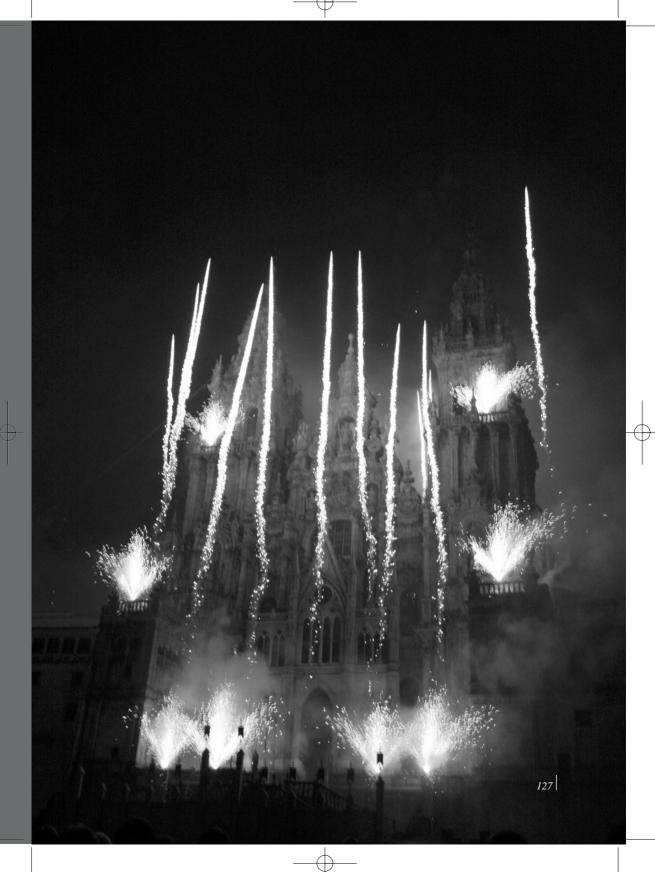
Últimas palavras

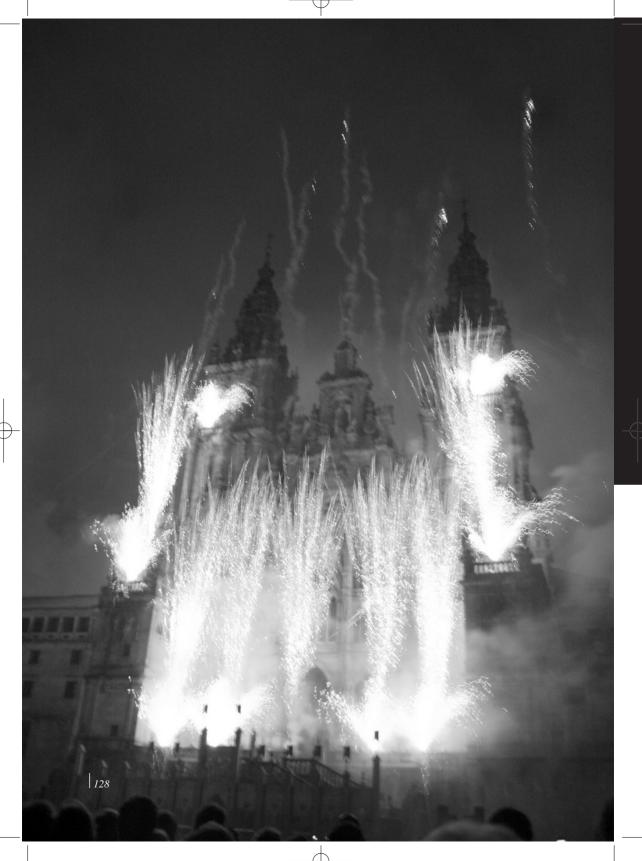
Viva bem cada minuto, cada segundo. Seja você, seja eu... Sei lá!

Guarde só o que for bom e aproveitável O resto.....

Seja dono de sua boca Para amanhã não ser escravo De suas palavras.

22.01.2007





AGÁLIA nº 87-88 / 2º SEMESTRE (2006): pp. 129 - 134 / ISSN 1130-3557



S A M U E L R E G O

delegado do Instituto Camões

por Carlos Quiroga

um agente de Portugal na Galiza

O Instituto Camões foi criado em 1992, sucedendo ao Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP). Inicialmente sob a tutela do *Ministério da Educação*, foi transferido em 1994 para o *Ministério dos Negócios Estrangeiros*, tendo como objectivo a promoçom e a difusom da língua e da cultura portuguesas no exterior. Com a Galiza, apesar das raízes tam profundas que nos ligam, a troca cultural nunca fora especialmente mimada, nem na atençom à programaçom e acçom cultural vindas de Portugal, nem no acompanhamento do ensino da língua e cultura portuguesas promovidas na própria Galiza, que durante anos tivo especialmente na universidade compostelana um dos motores mais activos do estado espanhol. E é que a Galiza, nom sendo Portugal, tam-

bém nom é bem o exterior, como bem sabemos, e as ideias do galeguismo histórico e do reintegracionismo moderno, com os quadros políticos a que os galegos estivemos sujeitos durante estes anos, talvez colocavam reservas ao Estado Português para tal entendimento, e provocavam em consequência um tratamento melindroso. Seja como for, a chegada de Simonetta Luz Afonso à presidência do Instituto Camões modificou o seu funcionamento em alguns sentidos, e deu um dinamismo que, alcancando também outros países, trouxe especialmente para a Galiza certas mudanças. Parece que para melhor. O Instituto tem aqui um Centro Cultural (Delegaçom ou Pólo), que funciona desde 1998 na Casa Arins de Vigo (oficialmente, "Casa de Arines"), prédio do século XVI que o Município cedeu ao Estado Português para este uso. Por um acordo de 2005 entre a USC e o Instituto, o responsável da Delegaçom de Vigo ocupa em simultâneo o posto de Leitor de Língua e Cultura Portuguesa na universidade compostelana. Da candidatura aberta para tal desempenho, resultou seleccionado Samuel Costa Lopes do Rego, um indivíduo de estatura nórdica, que leva agora mais de um ano de frenético trabalho, e que é hoje um dos agentes mais activos de Portugal na Galiza.

—A sua actividade, em pouco mais de um ano na Galiza, parece desbordante. Mas falemos primeiramente das aulas, já que normalmente o responsável de um Centro Cultural do Instituto Camões nom tem essa tarefa. Em Santiago há menos alunos que noutro tempo, mas para alguém tam jovem que se inicia na docência, e que tem de coordenar a actividade do Centro e inclusive de outros formadores, existe algum desafio no trabalho de leitor?

—Existe. Por um lado, a relação com os alunos obriga a uma orientação do discurso como para uma espécie "de um nunca se sabe" em relação à reacção dos destinatários. Força-me também a medir de ante-mão o grau de conhecimentos que decido levar a cabo ou transmitir – nem em demasia, nem repetir algo que possa ser tão óbvio que os alunos se ressintam pelo facto de o professor julgar "que isso era ridículo não saber".

Por outro lado, a componente de trabalho de equipa com o corpo docente. É altamente aliciante poder discutir abertamente com quem, desde há muito, labora pela cultura portuguesa e de um modo tão empolgante. Posso afirmar que a maior parte do meu trabalho, nomeadamente opções estratégicas, são fruto directo e emanam do ambiente do Leitorado.

—Durante o primeiro ano de estadia na Galiza morava em Compostela e desde aqui viajava constantemente a Vigo; no segundo ano está fazendo à inversa. Demonstrou-se mais efectiva a presença em Vigo? Gerir o Centro Cultural requer a presença diária na Casa Arins?

—Em Santiago existe uma equipa altamente consistente cujo trabalho não depende da minha presença permanente. Tem um ritmo próprio para o qual eu dou o meu contributo ora aqui, ora em Vigo. No Centro Cultural de Vigo, é minha responsabilidade impor o ritmo. E como queremos trabalhar para toda a Galiza a partir deste Centro, é lá que guardo maior parte do manancial energético.

—O Samuel é formado em História pola Universidade de Évora, com um Mestrado em Ensino de Português como Segunda Língua e Estrangeira pola Nova de Lisboa, e foi Aluno Erasmus em Santiago de Compostela em 2000. Como recorda aquela estadia de estudante?

—Foi muito positiva. Sobretudo, um teste de resistência à sociabilidade. Antes de vir tinha acabado de me entusiasmar com a investigação em História Medieval. O aluno Erasmus tem, desde logo, duas opções quanto ao modo de vida a adoptar. Enveredei pela via um tanto ao quanto misantropa, mas acabei por ganhar balanço e fazer investiga-

ção em História no período pós-Santiago. Custou não fruir do ambiente lúdico desta cidade peregrina.

—Frequentou um Curso de Verao de Estudos Medievais em Cambridge... Na candidatura a responsável do Centro Camões galego, e ao leitorado conjunto na USC, pesou de algum modo aquela experiência Erasmus ou seria mais determinante o seu interesse pola história das cidades e a sua vivificaçom cultural?

—As duas de igual modo. A experiência em Santiago permitiume constatar que na Galiza se respira o peso da História e sendo português é como se tivéssemos uma quota parte da responsabilidade – para o bem e para o mal. A faceta cultural da sociedade condiciona e é condicionada por factores de ordem política que exigem uma grande frieza. É justamente aqui que acredito que a História nos ajuda. Pois, ao termos a consciência da carga histórica e dominando os elementos que a constituem podemos e devemos proceder à sua "desconstrução". Na minha opinião, as relações culturais entre a Galiza e Portugal, por mais paradoxal que possa parecer, são mais genuínas quando não se invoca o passado. O designado "legado comum" existe, naturalmente, mas muitas vezes não está ao servico da contemporaneidade dos factos. Interessa mais alargar o legado comum do que exaltá-lo constantemente como vivência do passado. As minhas deambulações preferidas baseiam-se em desfazer História. A vivificação cultural e Qualificação Urbana prendem-se com o resto do círculo – o da construção depois de desmontada a história que nos pregam.

- —O 12º ano da sua escolaridade decorreu na Suécia. A que se deveu aquela passagem? Como recorda a sua integraçom na sociedade sueca?
- —Parte da minha família sempre teve um grande culto pelos países escandinavos. Foi tal a influência que, à primeira hipótese, mergulhei nesse universo. Dei-me muito bem. A integração foi plena. Não acredito que tenha um espírito viking, mas na verdade a minha personalidade enquadra-se perfeitamente num ambiente frio e não tão escuro como se julga. Sempre que posso volto com o mesmo fascínio. Sou permeável à qualidade de vida (risos).
- —Antes de vir para a Galiza, trabalhou em Portugal na produçom de um grupo de teatro (20042005), e em 97 e 98 foi actor no espectáculo Contos do Ócio, subindo ao palco no Teatro da Comuna e em Cabo-Verde. Tenho ainda dados segundo os quais terá feito teatro de forma permanente durante toda a sua juventude... É assim? Aprendeu muito nos palcos para o seu presente papel?
- —Creio que o teatro realizado durante a juventude propicia um

gozo enorme de convívio a todos os níveis. Para o meu actual "papel", talvez o mais importante tenha sido mesmo o envolvimento com a essência da palavra, a exploração dos textos e a construção de personagens com base nestes dois factores. Tenho para mim claro que um dos mais ricos laboratórios da Língua é o teatro. Por exemplo, a nível de recepção e captação da palavra, o teatro está, gradualmente, a tornar-se um dos poucos redutos onde há um nível de concentração e não perturbação gerador de um ambiente natural cada vez mais único.

Quanto à aprendizagem para o presente, devo dizer que na Galiza sou bastante autêntico (risos)

- —Possui competências artísticas e até algum prémio no campo do vídeo e da fotografia. Foi só inclinaçom de juventude ou pensou em continuar esse caminho?
- —Sim, de um lado o teatro e a representação pessoal, do outro, a História entendida como representação colectiva. Ganhou o lado mais racional e metódico, na medida em que a História exige mais solidão. A disciplina inerente à criatividade artística tem um cunho de sociabilidade que para mim era excessivo e não conseguimos controlar. Nunca se sabe se nos vão contratar para contracenar com duas pessoas ou vinte. Hoje, acreditando que me conheço melhor, julgo que fiz a opção certa.

—Quanto à prática desportiva "a nível de alta competiçom"... Qual o desporto que praticava? Tem ainda tempo para desporto?

—Pólo Aquático. Tive muita sorte: fiz parte de um projecto arrojado de longo prazo por ser da selecção nacional. Acho que foi a faceta que me permitiu praticar a minha primeira militância. Tinha um gozo tremendo. Agora fico-me pela bicicleta e quando posso, piscina, naturalmente.

—Entre Setembro de 2002 e Março de 2004 foi gestor de Projecto do Instituto Português do Património Arquitectónico em Évora. Qual era a responsabilidade que tinha neste desempenho?

—Tinha três espaços de valor patrimonial sob a minha gestão. Ou seja, coordenava projectos de arquitectura, arqueologia, restauro das obras em execução e serviços de atendimento ao público, paralelamente. Em termos administrativos e de elaboração de projectos, foi a minha primeira grande experiência. De resto, muito gratificante começar por um convento e dois castelos em pleno Alentejo.

—Também foi bombeiro voluntário! Aprendeu aí a lidar com a urgência e a situaçom limite? Há maior pressom no posto actual?

—A "urgência" treina-nos, sobretudo, a avaliar uma situação em fracções de segundo e no segundo seguinte agir. Aprende-se a discernir os gritos que ajudam a socorrer e os gritos que obstruem. Decidir se arde a floresta ou uma casa que pode ter gente. Chegar à casa que arde e alcançar o que meramente pode ser salvo. Nunca se chega verdadeiramente à situação limite – o bombeiro tem de estar acima do limite mesmo que constate que pouco há a fazer. Nas verdadeiras tragédias em que participei, assisti sempre há crença que nós íamos "mudar o rumo da História". Os melhores colegas que tive terminavam as operações sempre com a mesma postura, independentemente de terem salvo vidas ou terem vislumbrado cadáveres. A sobriedade é a melhor via para o sentido de utilidade.

Agora o grau de pressão não é tão físico. As tomadas de decisões, no entanto, são inúmeras. Para fazer vingar acções é também necessário localizar os obstáculos previamente. É uma pressão saudável, diga-se.

—O Samuel tem, sem dúvida, um magnífico perfil para cumprir a missom do Instituto Camões no mundo exterior... Acha que promover a língua e a cultura portuguesas na Galiza é diferente? Resulta mais fácil ou mais complicado do que calculara?

—Todos nós acreditamos que o "nosso lugar" é especial. Aqui há uma série de circunstâncias que, de facto, corroboram essa crença e resultam únicas na missão de um Leitorado. A distância político-admi-

nistrativa com Portugal não corresponde de todo à proximidade cultural. Se, de um momento para o outro, Portugal acordasse com agentes culturais em grande parte e por todo o território oriundos da área da Língua era porque se tinha dado uma revolução. Esta problemática dominante na Galiza obriga a uma constante prudência, umas vez que raramente as nossas mensagens passam despercebidas. Há um pendor político forte no uso da palavra.

Em momentos do presente real, tenho alguma intuição / expectativas, ainda que sou um desastre, nunca acerto. Não tinha nenhum cenário de actuação previsto. Que está a ser intenso, sem dúvida.

—Deveu ser duro movimentar toda a família e vir para a Galiza... Qual foi a impressom inicial e qual é a presente?

—Duro e gratificante. Respiramos uma atmosfera muito positiva. Creio também que a Galiza atravessa um momento auspicioso a diversos níveis. A impressão inicial cumpre os ditames do imaginário colectivo: família portuguesa que vai para o sótão de Portugal à procura do baú das memórias. Impressão presente – há um fluxo de comunicação tremendo que, contudo, não rompe com estereótipos. Estou no barco dos optimistas.

 —A delegaçom do Instituto Camões, em Vigo, pode atender certas demandas imediatas dos vigueses, mas pretende levar também a Cultura Portuguesa a toda a Galiza. A chegada do Samuel abriu a Casa aos movimentos culturais da cidade e ainda aos circuitos gerais galegos, e as actividades de 2006 foram muitas, e os acordos, parcerias, apoios... O 2007 vai continuar esse ritmo vertigionoso de actividades?

—Contamos com uma excelente equipa em Lisboa, cuja disponibilidade para com a Galiza anda na ordem dos 100%. Existe o apoio e experiência dos Estudos Portugueses da Universidade de Santiago. Todos os ingredientes indicam que podemos fazer ainda um melhor trabalho. Ensino da Língua e áreas como os audiovisuais, estamos cientes que ainda não explorámos todos os nossos potenciais. O verdadeiro ritmo será ditado pela Galiza....

—Finalmente, depois destes meses aqui, acha que a Galiza também é "o estrangeiro"...?

—No sentido etimológico da palavra "estranho" ou de "fora" não é, seguramente. Com ou sem TGV, com ou sem voos de custos baixos, o que residirá de estranho e alheio entre a Galiza e Portugal será, apenas, o suficiente para que permaneça o fascínio de passar a fronteira imaginária.

—Muito obrigado, Samuel.

AGÁLIA nº 87-88 / 2º SEMESTRE (2006): pp. 136 - 141 / ISSN 1130-3557



por Carlos Quiroga



o repórter fecundo

Manuel Jorge Marmelo (Porto,1971), jornalista desde 1989, escritor desde quase sempre. Arrancou, em 1996, com O homem que julgou morrer de amor/O casal virtual, a uma velocidade de cruzeiro de, pelo menos, um livro por ano. A sua continuidade na escrita tem deixado livros memoráveis: de 97, Portugués, guapo y matador, objecto também de adaptação teatral; de 98, Nome de tango; 99, As mulheres deviam vir com livro de instruções, já em nona edição; 2000, O Amor é para os Parvos, já três reedições; 2001, Sertão Dourado; 2002, Paixões & Embirrações, colectânea de crónicas e reportagens, em segunda edição; 2003, Oito Cidades e Uma Carta de Amor, livro de contos com fotografias citadinas;

2004, Os Fantasmas de Pessoa; e O Silêncio de um Homem Só, colectânea de quinze contos que recebeu o Prémio Camilo Castelo Branco... Para além de estar editado noutras línguas e ter presença em colectâneas e antologias, como A cidade sonhada (96); Porto. Ficção; Putas — Antologia do Novo Conto Português e Brasileiro; Porto, Fragment de Vie; Doze Contos com Livros Dentro, etc. Para além de incursões no livro infantil, para além de ter obras frescas (Porto: Orgulho e Ressentimento, e o guia Porto Irrepetível)... Para além de tudo, a Campo das Letras reedita agora o livro da sua estreia, O Homem que Julgou Morrer de Amor, que serve de desculpa a esta conversa.

- —Transcorridos dez anos, apresentas de novo *O homem que julgou morrer de amor*, texto revisto. Quem aprecia a obra original recomendará esta –recomendo vivamente! Mas o público gostará de saber se há mudanças substanciais agora.
- --Sim, há mudancas muito substânciais. O fio narrativo da novela original foi mantido, mas a abordagem da história mudou muito, essencialmente ao nível da forma. Onze anos depois, eu escrevo de maneira diferente e teria sido muito difícil optar por uma revisão apenas pontual sem que, de algum modo, não acabasse por renegar o que ali estava ou, pelo menos, não me revisse, enquanto escritor, nesta reedição. Daí que tenha optado por abordar o livro como se estivesse a escrevê-lo pela primeira vez, com total liberdade para mudar tudo, se fosse esse o caso. Não mudou tudo, claro. Mas mudou muita coisa.

- —Então vale a pena ter, inclusive, as duas versões?
- —Para quem se interesse por estas coisas, por estudar estas coisas, creio que será interessante comparar as duas versões. Para o leitor comum, uma das edições é suficiente. Apenas espero que a segunda versão tenha justificado o trabalho e esteja, de facto, melhor conseguida do que a primeira.
- —O que chamou especialmente a tua atenção para o interlocutor de Sócrates, na hora de lançar-te a escrever o livro, a sua história com Helena ou também a atitude ética da personagem clássica?
- —Na altura foi apenas o facto de estar a estudar filosofia clássica e me ter parecido que seria interessante criar uma história que partisse de um conjunto de personagens (e circunstâncias) mais ou menos históricas, mas cujas biografias são de tal modo imprecisas que abrem facil-

mente caminho à especulação e à ficção.

- —A fórmula de misturar a Antiguidade, neste caso a dos filósofos Clássicos, com personagens e acontecimentos ficcionais, para contar a história de amor, dá um magnífico resultado. Talvez se podia aguardar uma carreira literária mais voltada para o género histórico, que tão altos exemplos deu em Portugal, mas não foi assim.
- —Não. Nem sei bem se se deve aguardar de mim uma "carreira literária" voltada para algum tipo de género. Ainda estou, de algum modo, à procura de mim mesmo enquanto entidade literária. Ainda estou a aprender, ainda acho que é possível fazer melhor e fazer diferente. Nada do que fiz até aqui me satisfaz, mas também não sei se chegarei algum dia a um resultado satisfatório.
- —Guarda-se uma estima especial pelo primeiro livro publicado?
- —Guarda, claro. Mas é uma estima que, às vezes, se confunde facilmente com algum constrangimento. Pode ser penoso, alguns anos depois, voltar a ler esse primeiro livro e constatar como se era inexperiente, imaturo, inocente.
- —O amor e a cidade do Porto, ainda que não de modo exclusivo, são assuntos centrais na tua obra? A distância no tratamento do amor é só aparente ou real-

mente O Amor é Para os Parvos?

- -Esses dois temas surgem, é verdade, com alguma insistência nos meus livros. Mas não sei se essa não será uma visão demasiado redutora. O amor e o sítio em que nascemos e moramos fazem parte de uma coisa maior que é a vida. E creio que, em última análise, toda a literatura é sobre a vida, é uma espécie de inquiricão e investigação. Há um momento em que, sobre um fenómeno específico, como o amor, se pode concluir isto e aquilo, mas essa conclusão não deixa nunca de ser parcelar, momentânea. No caso de "O Amor é para os Parvos", o livro acaba por desmentir o próprio título.
- —A propósito do Porto, o teu nome já está, desde Julho de 2001, no Dicionário de Personalidades Portuenses do Século XX, como o mais jovem lá biografado. Sentes-te profeta na tua terra?
- —Nem na minha terra, nem em nenhuma outra. Não faz parte do plano ser profeta. Apenas quero fazer algo de que gosto, escrever, e poder fazê-lo sem constrangimentos de nenhuma espécie, sem ter que pensar se este livro é a continuação de uma "carreira literária", ou se vai vender, ou... Espero apenas que as pessoas leiam e, se possível, que gostem, sejam lá de onde forem. E a minha terra, convenhamos, já conheceu melhores dias.

—Aludindo brevemente ao teu bom manejo dos recursos da língua, tens consciência de haver alcançado um registro estilístico próprio? Estará no pendor lúdico, no humor subtil e subterrâneo, uma marca dele?

—Digamos que espero tê-lo conseguido, pelo menos em alguma medida, mas não tenho a certeza de já lá ter chegado. Creio que ninguém minimamente sério tem por objectivo imitar outros e que o objectivo é sempre esse, criar um registo próprio. Mas é sempre possível fazer comparações, encontrar semelhancas e eu sei lá mais o quê. Chegar ao ponto de poder dizer "eu escrevo assim e este é o meu estilo" é não só arriscado, como exide muito esforco, é algo que se consegue pela perseverança, sendo capaz de ir publicando e afirmando, aos poucos, esse tal estilo.

—O pendor lúdico está patente nos títulos de alguns livros. Creio ter conhecido isso (via Onésimo de Almeida, por certo, uma das maiores autoridades teóricas e práticas nos segredos do humor) como uma divisa inteligente a preceder o chamado à leitura dos teus livros. Imagino que terá acontecido igual com o amplo leque de leitores que as tuas obras ganharam. Até que ponto é importante e premeditado o assunto dos títulos para ti? Há uma intenção comercial neles?

—Não, a intenção nunca foi comercial, pelo menos nesse sentido estrito e mercantilista. Um pouco à imagem do que sucede no jornalismo, os títulos servem, ou podem servir, para chamar a atenção dos leitores. Quando se está no meio de centenas, milhares de livros, entre escritores que admiramos, perdidos nessa multidão de capas e lombadas, o título pode ser uma forma de levantarmos a mão e de fazer com que o leitor repare na nossa existência.

—O título Portugués, guapo y matador, creio que não levantou comentários em Portugal por causa do castelhano. Já não se teme o mau vento da Espanha? No teu caso particular, encaras ser publicado na Espanha e na América de fala castelhana como uma grande conquista?

—Creio que, neste momento histórico, a Espanha é um vizinho pacífico e bem aceite entre os portugueses. As rivalidades estão mais ou menos saradas, há até alguma admiração dos portugueses relativamente ao que Espanha tem feito nos últimos anos e quase ninguém se incomoda que o país vá sendo comprado por empresas espanholas. Neste momento, tudo isto está muito bem. Mas a história é o que é e nunca se sabe o que vem a seguir.

Quanto à publicação em castelhano, claro que sim. Trata-se de uma língua e de um imaginário literário do qual eu me sinto muito próximo. Cada leitor que se ganha é uma grande conquista, seja em Portugal, em Espanha ou na Arábia Saudita.

- —Os Olhos do Homem que Chorava no Rio apresenta uma unidade sólida em volta do tipógrafo brasileiro, mas há uma prosa poética diferente à de outros livros e quase desaparece o enredo. Se a ideia foi do brasileiro Paulinho Assunção, e se o trabalho foi realizado conjuntamente com a angolana Ana Paula Tavares, procede daí o diferencial estilístico? Tu aportas a discursividade e Ana Paula o subjectivismo —ou a lírica só vem do Douro?
- -Não sei. O livro simplesmente aconteceu assim, sem que nada tenha sido combinado ou pré-estabelecido. Fomo-lo escrevendo sem pensar, sequer, se aquilo ia mesmo ser um livro. No fim, estava feito, tinha acontecido. Sim, a minha prosa aí aparece mais poética (como aparece também, por exemplo, no "Porto: orgulho e ressentimento"), mas, se calhar, isso é apenas parte da tal busca que eu, enquanto escritor, sinto necessidade de fazer. Foi uma forma de ampliar os meus limites, de tornar a minha literatura maior — e creio que não apenas no tratamento da língua.
- —Existia alguma intencionalidade simbólica nesta triangulação? As literaturas de expressão portuguesa podem dialogar com proveito?

- —Podem e devem. Mas não houve, à partida, nenhum intencion-lidade. Apenas se conjugaram vários factores, várias coincidências e até alguns mal-entendidos e, de tudo isto, acabou por resultar algo que me parece feliz.
- —Com o Paulinho Assunção chegaste a abrir *Bar Aldebarã*, um bar-blogue entre Belo Horizonte e o Porto, e há uma página pessoal e um Blogue a teu nome (http://marmelo.blogspot.com). Estás muito pendente das novas tecnologias? Existe algum outro projecto ligado à escrita e desta natureza no horizonte próximo?
- —Não estou dependente, nem muito nem pouco. Digamos que os bloques proporcionam um disciplina de escrita que, muitas vezes, não se consegue manter de outro modo. Esse ritmo diário acaba por constituir uma espécie de treino, de balão de ensaio, se quiseres, para a literatura que se pode vir a fazer. Aquça-se o manejo da língua, mas, sobretudo, levantam-se questões e abrem-se perspectivas que, havendo tempo, podem ser exploradas de outra forma e mais consistentemente. Dito isto, não, não tenho mais nenhum projecto nesta área. Aquilo em que me fui envolvendo já é mais do que suficiente para o pouco tempo de que disponho e começa até a ser contraproducente.
- —Voltando ao papel, em Os fantasmas de Pessoa há uma revisitação ao grande totem moderno

das letras portuguesas, e até recuperas o seu inspector Quaresma. Concordas com o parecer pessoano de não haver nada melhor no mundo do que um café, um cigarro e um bom policial?

—Bem... Sendo consumidor de café, fumador e leitor de policiais, eu acrescentaria sempre um bom copo de vinho, uma boa conversa e uma mulher bonita à lista.

—Essa tua história é mais ou menos policial, mas ligas a biografia pessoana com temas de actualidade, como os assassínios em série ou as teorias ocultistas. Era inevitável ou aparece aí o jornalista que também levas dentro na ajuda do narrador?

—O jornalista tem pouco a ver com isto. O que aconteceu foi que o desafio que a Asa me lançou para escrever um livro para esta colecção, partindo da personagem Fernando Pessoa, era, ao mesmo tempo, empolgante e assustador, até porque o Pessoa hisórico está sobejamente explorado e, mesmo literariamente, já o José Saramago e o Antonio Tabucchi, por exemplo, tinham feito algo semelhante. Pareceu-me que esta abordagem mais contemporânea seria uma forma de evitar eventuais comparações, conseguindo, do mesmo passo, um margem de liberdade ficcional que de outro modo não teria. E, sim, claro, isto permitiume também abordar temas actuais, que me interessam enquanto escritor e enquanto cidadão.

—Recebeste em 1994 o prémio de jornalismo da Lufthansa e em 1996 a menção honrosa dos Prémios Gazeta de Jornalismo do Clube de Jornalismo. Que lugar ocupa o jornalismo na tua vida? É só uma profissão alimentar? Foi a escola da escrita?

—Foi uma escola, claro. A prática diária da escrita que o jornalismo possibilita (e obriga) permitiu que a minha relação com a língua se apurasse, que fosse capaz de manejar essa ferramenta com maior à-vontade. De outro modo, creio que não me teria sido possível publicar o primeiro livro com 24 anos. Por outro lado, também a minha relação com o mundo se aprofundou, não só pela obrigação de estar atento à actualidade, mas também pelas viagens que pude fazer enquanto jornalista e pela abertura de horizontes que daí decorreu. Nesse sentido sim, o jornalismo faz parte desta história.

—Retornando às parcerias, agora familiares, aparece em 2003, A Menina Gigante, com a tua filha Maria, e no ano passado, O Peixe Baltazar, com o teu filho Jorge Afonso. Com qual deles se escreve melhor? O Jorge Afonso continua a achar chata a poesia?

—O processo foi muito semelhante com ambos. Foi mais uma experiência, talvez até mais familiar do que literária, e creio que o resultado final é satisfatório. —Para fechar o círculo voltando ao princípio, e quanto à reedição do teu primeiro livro, pode haver mais reescritas dos que seguiram nestes anos? Há algum título que gostarias de tocar de novo?

—Não. A experiência de reescrever o primeiro livro foi, de algum modo, gratificante, mas é esquisito (e até um pouco confuso, até para mim, escritor) ter um livro que, na verdade, são dois, que têm duas versões tão diferentes. Não creio que seja uma experiência a ser repetida.

—Em todo o caso, pode-se pensar numa segunda etapa na tua carreira de escritor, se não a madura e de reescrita talvez a de menor urgência na publicação? Vai aminorar o teu prolífero ritmo de produção?

—Não sei responder a isso. A urgência da publicação, como lhe chamas, tem tido a ver com o ritmo de escrita e com a minha própria relação com esse trabalho. Olhando para trás, hoje, é para mim bastante claro que não teria havido nenhum mal se alguns dos livros que publiquei tivessem ficado na gaveta, a amadurecerem. Mas, na altura, pareceu-me que o certo era publicá-los, livrar-me deles. Fiz e está feito. Daqui para a frente não sei se o ritmo de produção se manterá, como não sei até que ponto mudará a minha relação com o que escrevo, se me tornarei mais exigente comigo mesmo

ou se isto implicará maiores compassos de espera entre a escrita e a publicação. Sinceramente, não sei. O que espero é que aquilo que venha a sair no futuro seja melhor do que aquilo que está publicado até agora. Será sinal de que consegui evoluir e melhorar enquanto escritor e, creio, enquanto ser humano.

—Finalmente, estás a par do que acontece acima do Minho? Conservas contacto com pessoas? Achas que existe uma cumplicidade possível, no espaço imaginário daquilo que o Rui Reininho cantava, "É a pronúncia do Norte", agora que não existe alfândega e estamos mais perto do que Lisboa...?

—Tento manter-me a par e conservar os contactos (e sobretudo os amigos) que vou fazendo, sim. Mas não creio que tenha sido muito eficaz e nem vale a pena tentar arranjar justificações como a falta de tempo ou a escassa divulgação em Portugal daquilo que se faz na Galiza. Sentimentalmente, a Galiza é uma entidade da qual me sinto muito próximo, mas este tem sido, de algum modo, um amor adiado.

—Muito obrigado, Jorge.







O Baralhete dos Cegos

Jorge Rodrigues Gomes

(Comissom Lingüística da AGAL)

No ámbito das gírias gremiais há tempo que se tem notícia da existência de um modo de falar genuíno dos antigos cegos ambulantes, porém, de forma escassa e pouco precisa. Recentemente pudemos entrevistar umha pessoa que na sua adolescência acompanhou o seu pai cego na década de trinta do passado século, e quem nos confirmou a existência desta linguagem especial e ensinou as palavras de que se lembrava. Esta é, portanto, a primeira informaçom certa da existência desta gíria, embora, como explicaremos mais adiante, continuem algumhas dúvidas sobre a sua entidade particular como criptolecto gremial. No presente artigo analisamos as informaçons que através de diferentes autores chegaram a nós até o presente e oferecemos o estudo dos dados fornecido pola nossa informante.

Num manuscrito de Mariano Cubí y Soler de 1847, pertencente ao arquivo da Real Academia Galega, e publicado por Ricardo Carvalho Calero (1983), lemos: "La Xerga o Latin de los ziegos de Galizia. Llámase *Latín* en sentido de lengua difízil de comprender por los profanos". Nom dá qualquer outra informaçom ou comentário. Ballesteros Curiel (1930) menciona várias vezes a existência de umha gíria dos cegos no seu livro sobre o Verbo dos Arguinas.

Rafael Salillas (1896), no seu estudo sobre a linguagem do delinqüente espanhol, dedica uns parágrafos a citar outras gírias, e, entre as nom próprias de delinqüentes, menciona, além da gíria dos canteiros de Ponte Vedra, a «Garisma dos cegos» ou «O latín dos cegos, que dicen en Galicia», da qual oferece dez palavras. Rafael Salillas, na obra citada, escreve:

El estudio de la «garisma» de los ciegos tiene mucho interés, pues confirma lo que dice el *Lazarillo de Tormes* de su ciego, que a los pocos días «le mostró gerigonza». También confirma los términos jergales que se emplean en las «Ordenanzas bribiáticas», publicadas por Mateo Alemán en su famosa novela picaresca, y confirman

O BARALHETE DOS CEGOS

el parentesco y el contacto entre la delincuencia asociada y la mendicidad asociada, entre la «gerigonza» de los ciegos y la germanía de los rufianes y ladrones.

Salillas di conhecer apenas dez palavras desta gíria, das quais cinco afirma serem *germanescas* (da antiga germania castelhana), de que deduz o parentesco com esta. Realmente som três, já que as outras duas som derivados. As palavras que cita Salillas som as seguintes: ánsia 'água', ansio 'rio', artom 'pam' (el grafa hartón), auretra rufar 'aguardente' (que adverte que se forma de auretra 'água', e rufar 'aquecer'), cherpos 'dinheiro', fardamenta 'roupa', grito 'pam de trigo', maquinanta 'cavalaria', pinza 'rapariga' e segre 'broa'. A seguir reproduz umha cantiga sem especificar a que gíria pertence, mas que identificamos como Verbo dos Arguinas dos canteiros galegos nos oito termos gíricos utilizados nela; além disso, é mui parecida com outras recolhidas do mesmo criptolecto dos canteiros. A cantiga com a traduçom que o autor oferece é a seguinte:

Esta roula n'o esqueiro ha d'haber o vervo xiro que o garlou unha xeva pelicoria con colirio. Esta noche (roula) en el molino ha de haber gran algarada, que nos lo ha dicho (garlou) una vieja bota (pelicoria) con vino (colirio).

Dous termos do Latim dos Cegos coincidem com o antigo calão português (Coelho, 1892) e com a germania castelhana (Salillas, 1896) ánsia 'água' e artom 'pam'. Apenas com o calão, cherpos 'dinheiro' (no calão chelpa), e apenas com a germania, grito 'pam', embora nesta significasse 'trigo'. Por derivaçom génerica forma-se ansio 'rio', desde ánsia 'água'. Do próprio galego comum provém fardamenta, ainda que seja um termo de pouco uso.

Do conhecimento de outras gírias podemos deduzir a origem de vários termos:

- O verbo *rufar* 'aquecer', está relacionado com *rufo* 'lume', que encontramos em diversas gírias galegas e nom galegas. Deriva do termo galego e castelhano *rufo* 'ruivo' ou 'vermelho', por modificaçom semántica. Este verbo também aparece recolhido em vocabulários do romani.
- O termo *maquinante* 'cavalaria' deve proceder de um verbo *maquinar* 'caminhar', que se regista em várias gírias galegas e portuguesas (Baralhete, Lapizarro, Verbo dos Xingreiros, Gíria Quadrazenha). É interessante salientar a formaçom desta palavra com o sufixo em femi-

nino –anta, dado termo-lo encontrado em muitas gírias galegas, quando em galego-português comum é raro neste género. Esta característica achega-a, pois, do resto dos criptolectos da Galiza.

Um dado importante que devemos mencionar é o facto de apenas umha palavra, das dez conhecidas, nom estar registada noutras gírias galegas, com os seus mesmos significante e significado ou com pequenas variaçons destes, o que indica que o Latim dos Cegos apresentado por Rafael Salillas foi um criptolecto claramente inserido no sistema gírico galego. Esta palavra é *segre* 'broa'.

Em Janeiro de 2006 entrevistamos na Porqueira (a Límia) umha senhora que na sua adolescência acompanhara o seu pai cego, como guia e voz das cançons que este interpretava ao violino⁽¹⁾. Seu pai, José da Cal Peaguda (1876-1939), o "cego da Gándara", nasceu nas mesmas casas da Gándara, no Tojal (Porqueira), onde mora agora a filha. Tocava o violino e aprendera música en Vila Nova dos Infantes, onde morava um maestro que ensinava solfejo. Ficou cego das bexigas aos 6 anos. Aprendeu a tocar já de home feito para ganhar a vida normalmente. Tocava nas festas e nos cafés, onde o contratavam para alegrar as noites. No princípio, de solteiro, tinha um criado; quando casou, era a mulher que o acompanhava e, depois, as filhas e filhos. El tocava e eles cantavam. A filha que nós conhecemos, Concha da Cal Álvares (1921), acompanhouno seis ou sete anos, já que, quando o pai morreu, ela tinha 17. Percorriam a comarca da Límia e Cela Nova, tendo chegado seu pai, nalgumha ocasiom, até Leom.

Esta senhora confirmou-nos a existência de umha gíria que falavam quando nom queriam ser entendidos, e da qual recordou 31 termos que apresentamos no final do presente artigo. Denominavam-na baralhete e informou ser semelhante à que falam os músicos da Terra de Cela Nova, o Verbo dos Xingreiros ou Baralhete dos Xingros, com quem se entendiam, mas diferente do Baralhete dos afiadores. Contou como uns moinantes que pararam na sua casa, quando ela era moça, falavam entre eles a mesma gíria sem saberem que estavam a ser entendidos, polo que podemos deduzir que outros ambulantes falavam o mesmo ou parecido baralhete.

Das palavras recolhidas, 16 coincidem, efectivamente, com o criptolecto dos músicos cela-noveses, e 12 com outros galegos ou da Península Ibérica, sendo, portanto, totalmente desconhecidas até agora

Agrademos a inestimável colaboraçom de Cástor Castro Vicente, quem nos pujo em contacto com a nossa informante.

três: *burgue* 'moeda de 25 cêntimos', *golfo* 'moço' e *sorilho* 'leite'. Das dez vozes reproduzidas por Rafael Salillas, encontramos na nossa recolha apenas duas: *artom* 'pam' e *xerpos* 'dinheiro' (em Salillas *cherpos*).

Quanto à origem do léxico recolhido por nós, encontramos um termo de origem basca, já documentado noutros criptolectos estudados: ardosa (< ardoa, 'o vinho', de ardo 'vinho', mais o artigo basco acrescentado) 'aguardente', cujas modificaçons no significante e no significado estám provocadas por confusom com a raiz do verbo "arder", e pola sensaçom que a aguardente produz na boca. Do romani procede o verbo gamar (< jamar) 'comer', e do asturiano talvez chumar 'beber' (em asturiano 'beber bebidas alcoólicas'). Relacionados com o calão e o argot castelhano, actuais ou antigos, registamos as vozes artom 'pam', gumarros 'gravanços' (nos anteriores usou-se gumarra 'galinha', mas noutras gírias gremiais também *gumarro* com o valor de 'ovo'), tasca 'taberna' e xerpos 'dinheiro' (no calão chelpa e no argot castelhano charpe), apenas com o calão estafar 'morrer' e com o argot castelhano bea 'peseta' (em argot beata) e mosco (moeda de cinco pesetas). Do próprio galego-português procede garlar 'falar', gueirar 'ir-se' por aférese de esqueirar, sorilho (< soro) 'leite' por metonímia e tabouca 'batata' por metátese com prévio cruzamento das palavras pataca e balouca 'batata pequena'. O termo baralhete foi relacionado por Ramón e Fernández Oxea (1968: 251), no seu trabalho sobre a gíria dos afiadores e ambulantes de Ourense, com o verbo baralhar 'falar à toa' e também 'confundir'.

Finalmente, acrescente-se que Llano Roza de Ampudia (1924: 5) afirma que os cegos asturianos também tenhem a sua gíria particular, ainda que apenas oferece um termo da mesma: lusillo 'leite', foneticamente parecido com o sorilho dos cegos galegos. Os poucos dados que até nós chegárom nom permitem determinar com certeza o grau de parentesco do criptolecto falado polos cegos ambulantes e o dos músicos da Terra de Cela Nova, podendo ser umha simples variedade deste ou umha gíria com suficiente entidade para ser considerada diferente. A favor da primeira hipótese, apresentam-se as coincidências lexicais assinaladas; a favor da segunda, encontrarmos entre os termos diferentes palavras tam importantes neste género de linguagem como as que qualificam positiva e negativamente: gido 'bom', foco 'mau'. Também é possível que nom todos os cegos ambulantes falassem igual, e que a sua gíria particular tivesse a ver com a de outros ambulantes com a mesma procedência geográfica.

B) Compilaçom vocabular do «Baralhete dos cegos»

Fornecido por Concha Dacal Álvarez (1921) filha e guia de José Dacal Peaguda (1876-1939), o "cego da Gándara", o 18 de Janeiro de 2006, na Gándara, no Tojal (Porqueira). O *g* deve pronunciar-se como /h/.

andelez /e/	azeite	garlar	falar
ardosa /o/	aguardente	gido	bom, bonito
artom /o/	pam (de centeio)	golfo /ɔ/	moço
artom gido	pam de trigo	gueirar	ir, ir-se
artom pedrês	pam de milho	gumarros	gravanços
baralhete	gíria	icho	si
bea	peseta	mosco	peso (5 pesetas)
burgue	25 cêntimos	patega	patroa
calmar	dar	sorilho	leite
caramolar	tocar música	tabouca	pataca
chumar	beber	tasca	taberna
chumo	vinho	teja	cadela (5 cêntimos)
estafar	morrer	tejo	cam (10 cêntimos)
foco /o/	mau, feio	xerpos /ε/	dinheiro
foupa	fame	zochar	calar
gamar	comer		

Exemplos:

Zocha!: cala!

Gamache gido: comeche bem

Caramola gido!: toca bem!, toca umha bonita!

Os gumarros inda eram se levaram andelez: os gravanços ainda eram se levassem graxa.

Estafas de foupa e nom gamas as taboucas: morres de fame e nom comes as batatas.

Bibliografia

- BALLESTEROS CURIEL, Julio (1930), *Verbo dos Arginas. Jerga-Latín de los canteros*, Pontevedra, Imprenta Antúnez Hermanos.
- CARVALHO CALERO, Ricardo (1983), «Um manuscrito de dom Mariano Cubí y Soler», in CARVALHO CALERO, *Da fala e da Escrita*, Ourense, Galiza Editora, págs. 84-94.
- COELHO, Adolfo (1892), Os ciganos de Portugal, com um estudo sobre o calão, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (1995).
- CUBÍ Y SOLER, Mariano (1847), Apuntaziones Sobre lénguas i Em espezialidad sobre el Castellano deduzidas de las observaziones que hago en mis viajes por España; Comenzadas en Oviedo a 27 de noviembre de 1846. En casa de Doña Teresa Gutierrez o sea, Posada de la Tiñana, calle de Salsipuedes, nº 1º. Manuscrito dos fundos de Andrés Martínez-Morás y Soria do arquivo da Real Academia Galega.
- RAMON E FERNÁNDEZ OXEA, Xosé (1968), «O Barallete» in *Santa Marta de Moreiras*, Sada-A Coruña, Ed. do Castro, págs. 251-298 (1982).
- LLANO ROZA DE AMPUDIA, Aurelio del (1924), «La tixileira. Dialecto jergal asturiano», *Boletín del Centro de Estudios Asturianos*, *nº* 1, Oviedo.
- SALILLAS, Rafael (1896), El delincuente español. El lenguaje. (Estudio filológico, psicológico y sociológico). Con dos vocabularios jergales. Ediçom digital baseada na ediçom de Madrid, Librería de Victoriano Suárez. http://cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/068146 068722516230424822/

Julio Camba e o retábulo burlesco do jornalismo espanhol

Edna Parra Candido

(UFRJ)

Nosso estudo consta de algumas reflexões sobre a crônica jornalística como produto de processos sociais peculiares e uma observação específica sobre a escrita do cronista espanhol Julio Camba, marginalizado até muito recentemente por uma parte da crítica literária contemporânea, uma vez que algumas particularidades, como polêmicas posturas ou certas reservas –silêncios, intencionais ou não-, não se enquadram em determinados valores ditados pelos cânones. Interessanos, na enunciação, o tratamento privilegiado das instâncias do humor e da ironia sobre um material vasto e diversificado, sobretudo, sobre temas como as injunções do poder, a arbitrariedade e o despudor.

A recepção crítica às suas crônicas foi sempre escassa. Sua obra é praticamente desconhecida, na atualidade, inclusive em seu próprio país. A maioria dos dicionários e manuais de História da Literatura não faz referência ao autor ou às obras e, quando o faz, sua presença é tão insuficiente quanto desconcertante, pelas incorreções e falta de dados (LLERA, 2004). Fazem-se necessárias leituras mais atentas e abarcadoras, que acometam a superficialidade enganosa de suas crônicas e as circunstâncias sob as quais as compôs. É nosso interesse avançar nessa direção e ao mesmo tempo apresentar à comunidade universitária autor tão prestigiado em seu tempo e tão rapidamente ignorado pelos cânones.

Com o intuito de alcançar o objetivo que nos propusemos, será necessário encaminhar e desenvolver nossa investigação em diferentes áreas: preparar uma biografia contextualizada que apresente o desconhecido cronista ao leitor, bem como as circunstâncias históricas e sociais que lhe tocou viver; apresentar a discussão sobre a questão controvertida do gênero discursivo ou classe de gênero e seus elementos constituintes, mais especificamente a intrincada relação entre Literatura e Jornalismo, em particular no que concerne à crônica; observar a influência do impacto político-social na tarefa cultural: a projeção do Novecentismo na Espanha e a inserção da obra do autor em determinados pressupostos artísticos e literários; destacar a relevância da

ironia e seus desdobramentos na obra de Camba como estratégia discursiva em resposta às imposições de uma dada autoridade, com destaque para a categoria estética do grotesco e demonstrar a importância do corpus dentro da lógica cultural da pós-modernidade.

Camba nasce em 1884, em Vila Nova de Arousa (a Galiza) e morre em 1962, em Madri. Sua produção literária mais prolífica abarca pouco mais de vinte anos, compreendida entre 1905 e 1930. A partir dessa data vive mais de direitos autorais que da publicação de artigos em periódicos. São cerca de quatro mil textos (ibidem, p.31), de cujo total cerca de 70% estão inventariados. O restante, talvez armazenado nas hemerotecas dos jornais com os quais colaborou, encontra-se por catalogar. O *corpus* que pretendemos estudar consta de mil e dezenove artigos, distribuídos em quinze obras publicadas.

Terminada a Guerra Civil Espanhola, em 1939, e levando-se em conta o alinhamento dos grandes nomes a uma literatura de compromisso com a realidade, de arte "humanizada", a expressão de sua personalidade literária passa a constituir uma deserção de tal orientação, uma vez que o autor coloca-se francamente a favor dos nacionais, o que explica a "condenação" de sua obra, a partir desse momento, ao ostracismo (LÓPEZ CRIADO, s/d), que só muito recentemente se vem revertendo.

Se nos ativermos apenas à história da Espanha, Camba foi testemunha da guerra contra Marrocos, da ditadura de Rivera, do fim da monarquia e da Segunda República, da Guerra Civil e da consolidação do franquismo. Em relação às convulsões sociais e políticas no Ocidente, viu instaurar-se a experiência comunista na União Soviética, o empobrecimento da Europa como resultado da quebra da bolsa de Nova Iorque e a eclosão das duas grandes guerras mundiais. Foi correspondente em Constantinopla, Paris, Berlim, Munique, Genebra, Londres, Nova Iorque, Lisboa, Roma, Atenas (LÓPEZ GARCÍA, 2003). Alguns críticos literários o consideram como um dos expoentes da geração novecentista espanhola, por seu alinhamento à temática e expressão estética propugnadas pelo grupo (GIRÓN, 1984).

Em linhas gerais, entende-se a geração novecentista espanhola como o primeiro grupo intelectual do século XX, em clara ruptura com um passado de morbidez e decadentismo que marcou a geração anterior e que opõe seus ideais aos da geração "ochocentista" (DÍAZ-PLAJA, 1975). Sua irrupção, plenitude e culminação ocupará um enclave cultural que se estende entre o declínio do Modernismo e da Geração de 98 e a eclosão poética que se conhece como Geração de 1927. Cuidadoso na adequação

sistemática a um pensamento racional, exige da palavra rigor científico e aspira a estabelecer novos pressupostos e retórica, na qual assume papel preponderante a ironia.

Espanha começa a cultuar os países do norte da Europa. Como havia que "regenerar e europeizar a Espanha" (ibidem), entorpecida por três séculos de cultura à margem (LOURENÇO, 1994, p. 54), busca-se o exemplo das nações que experimentam grande êxito, como Alemanha e Inglaterra. Esse é o afã do grupo novecentista, cujos ícones são Ortega y Gasset e d'Ors. Perseguindo esse labor, Julio Camba edifica, metaforicamente, um prédio que denomina Europa como "una casa de vecinos"; no térreo vivem os alemães, muito bem instalados; no fundo, os ingleses. Os franceses ocupam o andar principal e no segundo andar moram os italianos. Quanto aos espanhóis,

[...] estamos en el desván. Vivimos entre telarañas y trastos viejos. Todos los días decimos que vamos a renovar el piso; pero no lo hacemos nunca. Nos levantamos muy tarde y tenemos una fama de vagos perfectamente justificada. Cuando alguno de nosotros va de visita al principal, o a la planta baja, o al pabellón de la familia inglesa, entra con un aire de gran señor, como si la gente que nos recibe no supiera que nuestra casa es en el desván. Luego vuelve uno al desván y lo encuentra triste. A veces quiere uno ponerse a barrer las telarañas; pero los otros protestan. No tenemos una gorda. Nos morimos de hambre.

("En la planta baja", 1947, p. 37-38)⁽¹⁾

Vários fatores nos chamaram a atenção na breve biografia do escritor⁽²⁾: a marginalidade imposta pelos cânones, a vasta experiência como correspondente de jornais, além de ser autor de artigos e ensaios, a grande popularidade e repercussão de sua obra em seu tempo, mas, sobretudo, interessou-nos a sua aposta no humor e na ironia como principais urdidores de sua argumentação. Camba utiliza trocadilhos desconcertantes, que muitas vezes desembocam no absurdo. Ao criticar os socialistas que levam a termo a segunda república espanhola, alcunhando-os de burgueses contrafeitos, que agem sob uma capa dissimuladora, condenados a predicar a revolução social para seguir

Assinalaremos as obras de Camba, sempre que possível, com os títulos de suas crônicas, o ano da publicação e o número da página das obras de que dispomos.

² Tomamos por base especialmente dados contidos nas obras de S. GIRÓN (1981), P. I. LÓPEZ GARCÍA (2003) e B. LEIRO CONDE (1984), bem como a própria obra do autor em foco.

desfrutando dos encantos da vida burguesa, o cronista lança mão de uma analogia, a do jejuador profissional, relatando-nos como funciona a estratégia:

Pues muy sencillo, mi querido amigo –dijo Papús-. Me he hecho ayunador para no morir de hambre. Yo no tengo oficio ni beneficio, y, harto de ayunar indefinidamente en privado, me decidí a ayunar en público por períodos limitados. Cada mes de ayuno me proporciona cuatro o cinco meses de comida regular, y el ayuno viene a ser, por lo tanto, la verdadera base de mi alimentación. Crea usted que a mí me encantaría el comer a diario y sin interrupciones; pero, comiendo a diario, no tardaría en morirme de inanición, y como no quiero morir de ninguna manera, y de inanición menos que de cualquier otra, no tengo más remedio que ayunar... ("Papús y la revolución social", 1968, p. 138).

Camba se apropria da crônica jornalístico/literária para dar corpo as suas idéias. De tecido complexo, misto, gênero limítrofe entre literatura e jornalismo, entre a escrita objetiva e a recriação pessoal, já foi definida de tantas maneiras como lhe permite a localização fronteiriça de sua heterogeneidade formal e enunciativa: como gênero que trabalha com a novidade, com o estranho, como lugar privilegiado para tratar da multiplicidade do sujeito literário, ou como escrita que assinala a problemática moderna da temporalidade e da narração do acontecer diário:

Usted podía ponerse indistintamente a pescar noticias o a pescar sardinas, y cualquiera de las dos cosas que pescase, tenía que negociarla, forzosamente, en un término de veinticuatro horas. Transcurrido ese plazo, en efecto, las sardinas empezaban a dar demasiado olor y las noticias se pasaban del todo ("El periodismo y la pesca", [1945], p.125),

conta-nos o bem-humorado cronista sobre as matérias de que trata, artigos perecíveis cujo assunto pode perder o interesse em poucas horas. Ainda que infra-valorizada com freqüência pela crítica (CHILLÓN, 1999), a crônica vem recobrando, na literatura espanhola contemporânea, sua real importância, manifestada pela abundância e qualidade dos autores que a vêm cultivando, convertendo-se em um fenômeno significativo na história da literatura recente. A história do pensamento espanhol não se poderia reconstruir caso se limitassem os estudos sobre as colaborações em jornais e revistas literárias.

Julio Camba dá uma contribuição essencial à história política, moral e à literatura de sua época: oferece uma outra visão da realidade -em detrimento à que se concedeu maior privilégio-, calcada na força do humor e da ironia como recursos para zombar de seus males: guerras mundiais. crises econômicas, integralismos, intransigências, degradações do meio ambiente, ódios nacionalistas, servidão consentida, hipocrisias. Com o exemplo do non sense, apresenta um mundo caricaturesco, retábulo burlesco do qual só se pode rir, uma vez que tal acúmulo de trapaças, equívocos e soberbas que, desembocarão em pequenas e grandes tragédias, excedem a capacidade de lamentação. Como exemplo, o fato manifesto de se usar a identidade de cidadãos espanhóis já falecidos para angariarem-se votos para os conservadores, no governo de restauração de Maura, leva o enunciador a traçar jocosamente as configurações de um mundo que salta dos eixos:

Los que votan con una perfecta independencia son, precisamente, los muertos. A los muertos no se les puede emborrachar, ni se les puede comprar el voto por cinco duros; los muertos no necesitan caminos, puentes ni fábricas. Yo le aseguro a usted que si en las actas de los ministeriales hay algunos votos verdaderos y dignos de respeto, son los votos de los muertos. Los muertos están desligados de todo mezquino interés terrenal; no van a granjear con su voto, no van a cambiarlo por ningún beneficio inmediato, y, cuando lo depositan en la urna, lo hacen movidos por un puro ideal político que se alberga en el fondo de sus calaveras ("Diario de un escéptico", 1907).

Em seus artigos a realidade se mostra, em muitas oportunidades, como cômica, percebida e considerada no seu aspecto jocoso, de um alegre relativismo, no qual o riso ambivalente traveste o sério e o obriga a tomar ares caricatos. Sua retórica é o resultado do fruto paradoxal de um intelectualismo crítico com o mundo e crítico com a fórmula tradicional de abordar-se, por exemplo, a violência, e concretiza-se por meio de uma escrita que escolhe o humor grotesco como um dos veículos por meio do qual se brinca com o objeto temível, retirando-lhe importância, para que o terrível se transforme em um "alegre espantalho" (BAKHTIN, 1999). E o humor grotesco nos revela o modo como o autor trata sua matéria: advertem-se os fios do demiurgo, os cordões do titereiro que "manipula", no retábulo, as suas "figurinhas de cartão" (SPERATTI PIÑERO, 1968), marionetes de um "entremés" que se representará":

JULIO CAMBA E O RETÁBULO BURLESCO DO JORNALISMO ESPANHOI

[...] pasemos a contemplar las prodigiosas criaturas y los fenómenos nunca vistos de nuestra gran barraca republicana: el divorcio, la libertad de cultos, la reforma agraria, la enseñanza laica, la secularización de los cementerios, el sufragio femenino, etc., etc... Hay para todos los gustos y para todos los bolsillos. [...] ¡Pasen, señores, pasen! Pasen y podrán examinar las más flamantes novedades del país de los lapones o ver a los últimos supervivientes del krausismo marcándose un zapateado a los acordes del Himno de Riego... ("¡Pasen, señores, pasen!", 1968, p. 24).

Camba chega ao humorismo partindo da não adaptação a um mundo que não lhe compraz. Seu descontentamento o induz a empregar o humor como método de seu pensamento cético. O humor irônico, propriedade pouco ressaltada pelos teóricos da informação, converte-se em elemento indispensável no momento de analisar suas crônicas, como estratégia fundamental em sua produção. A ironia é uma arma da parcialidade, artifício persuasivo que requer a cumplicidade de um público. Se o leitor quer captar a ironia, é fundamental que conheça o contexto histórico, assim como o código ideológico do autor. Enxergar os implícitos implica uma cosmovisão cultural, para que se extraia de um discurso irônico o melhor dos rendimentos, suas mostras de desacordo, cujo distanciamento admite gradações que vão do não compromisso ao desprezo visceral e a reflexão de Camba corrobora esses pressupostos:

La ironía, en efecto, viene a ser a modo de un lenguaje de clave que sólo se puede utilizar con aquellas personas que conozcan su secreto [...]. Yo diría más todavía. Diría que la ironía es casi siempre un valor puramente imaginario, ya que, unas veces, está en la intención del que habla, pero no llega a la del que oye, mientras otros [sic], por el contrario, su existencia depende tan sólo de la interpretación más o menos maliciosa del oyente.

Pretendemos fazer um resgate da obra do autor, recuperar e retomar um diálogo crítico que gire sobre a significação histórico-literária de uma voz esquecida ou, no mínimo, relegada a segundo plano nas Letras espanholas. De modo bastante incipiente, retorna, a partir da última década, às salas de aula dos cursos de jornalismo nas universidades da Espanha. O mesmo ainda não se pode dizer de sua inserção nos livros de Literatura Espanhola ou de História da Literatura, empresa com a qual pretendemos cooperar com nosso estudo.

A história das sociedades se faz por meio de um complexo emaranhado de "verdades", não necessariamente de corte maniqueísta, mas de diferentes gradações e múltiplos arranjos. É necessário prestar atenção a outras vozes, outros modos de abordar a realidade, relegadas muitas vezes a um ostracismo intelectual, tendo-se por base determinada realidade. Não há, por exemplo, como ingenuamente se quis advertir antes, durante e após a Guerra Civil Espanhola, um simples enfrentamento entre o bom e o nocivo, a verdade e o embuste, o correto e o equivocado, como sustentaram apaixonada e contundentemente tantos escritores e filósofos provenientes da parte derrotada no conflito, realidade que o autor tratou de desmitificar.

Sejam quais forem as opções e a tomada de posição, o cronista Julio Camba, personificação de estados de consciência e observador privilegiado dos fatos que teceram a história das sociedades de seu tempo, é, antes de tudo, um perturbador do *status quo*, que, ao prestar atenção a múltiplas vozes, provoca o seu interlocutor e desperta nele, por meio das marcas instauradas na enunciação, a hesitação e a inquietude.

Bibliografia

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento*: o contexto de François Rabelais. 4ª ed. São Paulo: Hucitec. Brasília: Universidade de Brasília, 1999. Tradução Yara Frateschi Vieira. Linguagem e Cultura – 12.

CAMBA, Julio. Haciendo de República. Madrid: Plus-Ultra, 1968.

CAMBA, Julio. Etc., etc. Madrid: Plus-Ultra, [1945].

CAMBA, Julio. "Diario de un escéptico". España Nueva, 25 de mayo de 1907.

- CHILLÓN, Albert. *Literatura y periodismo* una tradición de relaciones promiscuas. Barcelona: Universitat Autónoma de Barcelona. Server de Publicaciones, 1999.
- DÍAZ-PLAJA, Guillermo. Estructura y sentido del Novecentismo español. Madrid: Alianza Editorial, 1975.
- GIRÓN, Socorro. *Julio Camba, escritor novecentista*. Puerto Rico: Ponce, 1981. Edición facsímil. Ayuntamiento, Villanueva de Arosa, 1984.
- LEIRO CONDE, Benito. *El hombre que no quería ser nada*. Experiencia lúdico literaria. Vizcaya: El Paisaje, 1986.
- LLERA, José Antonio. *El humor en la obra de Julio Camba*. Lengua, estilo e intertextualidad. Madrid: Biblioteca Nueva, 2004. Colección Estudios Críticos de Literatura 16.
- LÓPEZ CRIADO, Fidel (Org.). *Julio Camba: El escritor y su circunstancia*. Estudios de Literatura Española Contemporánea. La Coruña: Ayuntamiento de La Coruña, Concello de A Coruña, s/d.
- LÓPEZ GARCÍA, Pedro Ignacio. *Julio Camba. El solitario del Palace*. Madrid: Espasa-Calpe, 2003.
- LOURENÇO, Eduardo. Nós e a Europa e as duas razões. Lisboa, Casa da Moeda, 1994.
- SPERATTI PIÑERO, Emma Susana. *De sonata de otoño al esperpento* (aspectos del arte de Valle-Inclán). Londres: Támesis, 1968. Colección Támesis. Serie Monografías. XI.

Entrega dos Carvalho Calero

Alexandre Fernandes

(Ferrol)

Ferrol, Sexta 24 de Novembro. Numha Sala da Casa do Concelho que apenas se usa para actos "importantes" tivo lugar a apresentaçom dos livros ganhadores dos "importantes" Prémios Carvalho Calero da convocatória do ano 2004. Este prémio é convocado anualmente polo Concelho de Ferrol em parceria com a associaçom promotora deste Evento, a associaçom Cultural "Medúlio". Cabe assinalar que este certame, em justa honra e justo respeito à grandísssima personalidade que lhe dá nome, é dos poucos -por nom dizer o único- que permite a apresentaçom de obras escritas em galego nas duas opçons ortográficas (ideológicas, culturais, filosóficas,...) existentes. Leitor e leitora, tal quer dizer que os que escrevem da forma que se redige o Portal Galego da Língua^e (que é dos webs de e sobre língua galega máis visitados, por nom dizer o máis visitado), tenhem que saber que as probabilidades dos que assim escrevem optarem na Galiza a prémios, bolsas e saírem nos jornais antes das esquelas som poucas (por nom dizer ...), a nom ser que sejas mui bom escritor/a ou investigador/a. E podo dizer que nos anos de existência deste Certame fórom premiadas obras mui boas, fantásticas e de mui recomendável leitura, e escritas no galego de toda a vida; o galego do passado, do presente e, sobretodo, do futuro; o galego que defende e propugna a AGaL, o galego de Carvalho Calero.

Carvalho gostaria imenso das duas obras premiadas. O Prémio de Investigaçom Lingüística e Literária foi para o estradense de Orazo, Miguel Louzao Outeiro, polo seu estudo *Letras de Cal na produción poética dos 90*, e o Prémio de Narrativa breve foi para o amigo de Vilasante-Escairóm, Carlos Quiroga, pola sua obra *Inxalá*.

Das obras premiadas falarom Carmen Villarino, que apresentou o Estudo do de Orazo, e Mônica Heloane, que apresentou a obra do de Vilasante, analisando *Inxalá* no percurso contextual da produçom literária de Quiroga. Quero referir que ambas figérom umha mui meritória e

^(*) A presente nota foi encomendada e escrita para ser publicada no Portal galego da Língua, onde se editou no final de Novembro de 2006 (Vid. www.agal-gz.org).

didáctica apresentaçom das obras premiadas, o que nem sempre acontece, polo que é digno de salientar e reconhecer. Carmen falou muito bem do Estudo do Miguel, tinha o discurso sobre o Grupo-Editora *Letras da Cal* preparadíssimo, parecia ter feito ela própria a pesquisa. Ambas, aliás, empregárom um registo idiomático mui bom, cuidado e rico, nas suas variantes galega e brasileira, o que é digno de agradecer, tamém. No caso de Carmen Villarino, pois para comprovarmos que a língua tem entoaçom e pronúncia próprios, e que o galego, se o queremos (como ela demonstrou), nom se merece os pontapés de costume que lhe damos quando o lemos ou o falamos. No caso da Mônica Heloane, polo simples e recomendável facto de ouvirmos outras maneiras de falar o nosso idioma. O seu galego brasileiro penetrava suavemente nos ouvidos máis atentos das pessoas da sala. Noutros menos atentos, simplesmente furava, mais chegar, chegava.

Os autores pouco máis podiam falar e vender das suas obras. Miguel Louzao explicou que escolheu o tema de estudo *Letras de Cal...* por razons de proximidade na sua perspectiva temporal e espacial (Compostela), ainda que tamém no afectivo. O trabalho, como explicou, dereivou da sua tese de licenciatura, previamente apresentada na USC. Quero dizer, tamém, que o colectivo *Letras da Cal* e outras pessoas que "circunvolote-árom" em seu redor tenhem que estar bem agradecidas a este Estudo, pois nengumha associaçom deste país vê reconhecido o seu labor cultural e "patriótico" decorridos poucos anos da sua aposta colectiva. Seu êxito nom se pode mirar polos exemplares vendidos, e menos no nosso sistema literário (e por nom falarmos do divórcio e do abismo entre falantes e a produçom escrita no país em e para essa fala), que como alguém dixo, tem demasiados livros, alguns/algumhas escritores/as e menos leitores/as. Neste senso, convém lembrar que máis analfabeta é aquela pessoa que sabendo e podendo ler, nom o fai.

Quanto à obra de Carlos Quiroga, *Inxalá*, o seu autor começou por agradecer as palavras da Mônica Heloane, e falou brevemente do livro, referindo-se à sua atmosfera fechada, ao seu jacto lírico e aos ecos propositados da sua estrutura, e dixo que umha vez a obra estava impressa em papel, ela falaria por si própria, polo que nos convidou a achegar-nos a ela. Mas Carlos Quiroga tamém aproveitou a vez e a voz que lhe deu o prémio para celebrar a liberdade que significava e manifestar que há pressons políticas para que o prémio seja eliminado. Pressons que nom gostam nem da essência galega do prémio nem das liberdades deste. Um Prémio que dá voz escrita a umha dissidência que incomoda, e agora que já existe umha normativa de "consenso" ainda máis. O reintegracionis-



mo parece definitivamente sobrar, polo que a tentaçom de boicote ou supressom do prémio, ou simplesmente de eliminar a liberdade normativa das bases originais, paira sobre o certame.

O Carlos fijo umha clara reivindicaçom da obra e pensamento cultural de Carvalho Calero. Defendeu veementemente, seguro e sereno, os postulados que defendia Ricardo Carvalho Calero, e defendeu a permanência dum Prémio que era tamém um símbolo de liberdade perante tanta censura e repressom no mundo literário por razóns de ortografia (e nom só). Afirmou que nunca escreveria com ortografia castelhana, e que hoje ficava cada vez máis preciso e patente que o galego e a cultura galega tenhem que afirmar com decisom a pertença ao seu espaço cultural próprio: o galego-luso-brasileiro. Seguindo a nossa tradiçom galeguista, o galego tem de se re-inserir no seu universo, para afastar-se do beco sem saída actual, que apenas conduz para o abismo ou a integraçom na hispanofonia. Como bem diz com as suas palavras, "o único galeguismo que cabe e fica é o da resistência reintegracionista".

Quiroga falou muito bem, foi brilhante; as melhores palavras que lhe tenho escuitado. Foi um discurso pedagógico e convincente. Perante um discurso tam veemente, em representaçom municipal falou o Vice-presidente municipal, e ex-conselheiro na década de 90, Juan Fernández (de IF umha cissom do PP), que garantiu que o Concelho de Ferrol ia manter o Certame, e que o espírito do prémio e da figura que lhe dá nome iam ser mantidos e respeitados. Além de máis, dixo que nom descansaria tranquilo até acabar de ler *Inxalá*. Inxalá suas palavras sejam certas.

Falou bem, tamém, o Porta-Voz do Bloco no Concelho, Jaime Velho, lembrando com emotividade a personalidade de Ricardo Carvalho Calero, e particularmente, o nomeamento que em 1990 fijo a Cámara Municipal escolhendo Carvalho como filho predilecto desta cidade. Inxalá fosse tam bem falado e emotivo quando era "alcalde", pois muitas iniciativas em honra da figura, vida e obra de Carvalho Calero, e outras em prol da língua e cultura galegas que lhe apresentou a Fundaçom Artábria nunca contárom co seu apoio.

O único aspecto pobre dum acto tam enriquecedor foi a assistência. O departamento de Cultura nom fijo muita publicidade, informaçom e difusom deste acto (sim que a fam nos Concertos de Habaneras), e máis sabendo que na apresentaçom dos prémios entregam-se sempre exemplares de graça, o que é umha maneira de aliciar o necessário público para este tipo de actos. Foi umha falta de respeito para os premiados e para o próprio Certame. Um prémio consagrado e montra cultural do Concelho no mundo cultural e literário galego. Neste desleixo, tamém se achava em falta máis pessoas de duas associaçons muito vinculadas co Certame e com Carvalho Calero. Com cinco pessoas mais por cada entidade o acto "já vestia um bocado melhor". Porém, nem os de *Medúlio* nem os da *Artábria* vam aos seus "próprios" actos.

Agora só quero recomendar a leitura destas obras, especialmente da do Carlos. *Inxalá* lê-se bem, e garanto que ides gostar da sua leitura. A sua escrita é inteligente, brilhante, irónica, ... galega. Características naturais do autor, galego a 100% na cerna, nom só na periferia. O Carlos escreve muito bem, domina à perfeiçom a língua com a que escreve, polo que a sua leitura é muito recomendável para lermos e aprendermos galego.

Com certeza, num sistema literário normalizado, o Carlos ocuparia actualmente um espaço central destacado. Se Carvalho vivisse ficaria maravilhado com o talento e a riqueza da escrita do Carlos. Estamos de parabéns. Obrigado a ambos.

Soneto a Lisboa (*)

Jenaro Marinhas

Há muitos anos (ainda vós não érades deste mundo), numha das minhas estadias em Lisboa, o meu «hobby» soneteador calhou neste catorze versos:

Volvo a andar estas ruas por onde andou Pessoa, Garrett, Cesário, Antero e Eça de Queiroz. Vou devagar, sem rumo, vou caminhando à toa, bulindo o pensamento em revoldaina atroz.

Do alto do Sam Jorge —que é uma pétrea coroaaté às águas do Tejo escorrendo na foz, ao virar cada esquina das ruas de Lisboa espera-me um espectro e chama-me uma voz.

Sinto a arela doida de gritar desta sorte a estas gentes que passam falando a minha fala: «-Eu não sou um turista, sou um irmão do norte;

a glória que vos alça a dor que vos entala, a vossa vida é minha e minha a vossa morte e uma mesma saudade nos prende e nos iguala».

(Maio, 1959)

^(*) O original do presente soneto de Jenaro Marinhas (A Corunha 25de Novembro de 1908 - 23 de Dezembro de 1999), no poder de José-Martinho Montero Santalha, fo lido por este último na comida do 10º aniversário do MDL (restaurante 16, Novembro de 2006), e publicado agora para perpetuaçom documental (*Vid.* página a seguir) e homenagem ao autor.

Ha muitr aun (ainde om mås erades deste mundo) numbe da minher akadia em hotba o men "hobby" someteador calhon nata catrice versos:

VOLVO A ANDAR ESTAS RUAS POR ONDE ANDOU PESSOA, GARRET, CESARIO, ANTERO E^YDE QU**E**IROZ.

VOU DE VAGAR, SEM RUMO, VOU CAMINHANDO À TOA
BULINDO O PENSAMENTO EM REVOLDAINA ATROZ.

DO ALTO DO SAM JORGE, QUE É UNA PÉTREA CORDA, ATÉ AS AGUAS DO TEJO ESCORRENDO NA FOZ AO VIRAR CADA ESQUINA DAS RUAS DE LISBOA ESPERA-ME UM ESPÆCTRO E CHAMA-ME UMMA VOZ.

SINTO A ARELA DOIDA DE GRITAR DESTA SORTE A ESTAS GENTES QUE PASSAM FALANDO A MINHA FALA: - EU NÃO SOU UM TURISTA, SOU UM IRMAO DO NORTE;

A GLORIA QUE VOS ALÇA, A DOR QUE VOS ENTALA, A VOSSA VIDA É MINHA E MINHA A VOSSA MORTE E UMMA MESMA SAUDADE NOS PRENDE E NOS IGUALA

Maio, 1959.

genaro Marinhas

O Druida no lupanar (*)

Carlos Quiroga

Todo o mundo sabe o que era um druida: era um sacerdote e a suas doutrinas de essência metafísica. Também era conselheiro, adivinho, juiz, historiador e até médico. Transcendia toda a sociedade humana e dominava o poder político: tanto na Irlanda como na Gália, os druidas falavam antes do rei; determinavam mesmo a sua eleiçom. E influenciavam a classe guerreira, que encerravam numha rede de proibições e obrigações. Tinham, em resumo, muitas funções, mas regulavam especialmente as relações entre os humanos e o Outro Mundo.

Toda a herança simbólica dos druidas parece ter sido confiada em literatura aos críticos literários, que regulam as relações entre os escritores e o quimérico Outro Mundo da glória. E o comércio dessa glória. Eles usavam umha foicinha para segar as ervas e compor as suas beberagens, e até esse símbolo serve para vestir o crítico. Ainda que talvez se prefira colocar-lhe na mao um crivo, o atributo que se pinta nas representações egípcias do escriba: tinta, um junco para escrever e um crivo para apreciar. Talvez seja menos radical que o cortar da foice, mas o crivo tem o problema de nom saber se, quem o usa, está a reter o digno ou o indigno —às vezes duvida-se se o crítico está a reter o grao ou o refugo. Deixemos, portanto, a foice na mão!

Todo o mundo sabe, imagina que sabe, o que fazem esses druidas de hoje, e o que é a sua crítica. Há dicionários que parecem pensar unicamente neles quando começam a definir 'crítica': "segundo a tradição, arte e habilidade de julgar a obra de um autor" (arranca o Houaiss, que aqui se evidencia dicionário para gente de Letras!). Mas a tradiçom recopila passado e está longe de explicar o complexo presente, incapaz de prever o impacto da cibercrítica, por exemplo, ou —e especialmente—

^(*) O presente texto foi redigido para participar na mesa «O que é a Crítica Literária?» da 7ª Ediçom do Encontro de Escritores de Expressão Ibérica –Correntes d'Escritas (Póvoa de Varzim, 15-18 de Fevereiro de 2006). A mesa, a terceira do programa, celebrou-se às 15 H. do dia 16, quinta-feira, no Auditório Municipal da Póvoa, e nela participaram também António Guerreio, Fernando Pinto do Amaral, Ivan Junqueira e Pedro Mexia (moderador).

contar o que se passa por trás do artigo, da coluna, dos encontros de escritores. A tradiçom é limitada ao falar da correlaçom de interesses. É pudorosa ao falar do druida rebaixado à vida de bordel. Nom se deve saber assim tam bem o que fazem, o que é a crítica, portanto: por isso estamos nós aqui.

De interesses e de druidas no lupanar, do crítico literário hoje, quero falar conformando-me a experiências de um presente recente, mantendome, no entanto, em terreno mais ou menos tradicional, pois abstenho-me de abordar possibilidades como essa da cibercrítica, ainda sem peso no sistema literário e que seguramente vai comentar algum colega. Vou referir só algumha experiência, a começar pola de um encontro de escritores em Santiago, o *Trasatlántico III*, Setembro de 2000. Escolho tal encontro nom só por ter nele papel de discreta observaçom como coordenador, mas também para provar paradoxos, pois o tema proposto àquela conversa era "O escritor e a Crítica".

Paradoxos, porque nom imaginem que se poda aprender mais sobre o assunto num encontro em que se fala do assunto, numha mesa —como esta- que fala disso; mais do que, por exemplo, no que está à volta doutros encontros, doutras mesas, nestas *Correntes d'Escritas*, por exemplo. Tudo o que naquele encontro se disse sobre o assunto, para saber realmente o que é a crítica, foi tam inútil e esquecível como o que seguramente se dirá neste. A aprendizagem estivo no que passou em volta, como está no que se passa em volta deste. Na conformaçom dos convites (ali nom admitir exagerada presença em português, nem pensar em convidar o *JL* ou outro jornal luso, por exemplo); na vida social ligada ao encontro, dentro e fora, quem come/bebe/fala/dorme com quem; e, especialmente, nos comportamentos à chegada do chefe da crítica do Suplemento *Babelia* de *El País*: aí a polaridade da vida social mudou: tudo isso foi absolutamente mais pedagógico e explicativo sobre o papel intermediativo que ocupa hoje a crítica, algumha crítica.

Devo aclarar que a recordaçom daquele encontro –que versava sobre crítica– para pensar agora na crítica, deveu inspirar-me a palavra bordel do título. Mas nom vou aclarar que papel cabe ao crítico, ao escritor, ao editor, quem é madame, gerente, cliente. Antes disso vou pôr-me de novo sério e nom furtar-me à pergunta da mesa. E começo afirmando que a beberagem elaborada pelos druidas é literatura, que fascina, entontece ou passa inócua aos leitores, mas é também literatura; mais concretamente, a crítica literária é um género, creio que autobiográfico no melhor dos casos (e apesar disso muito patriarcal), quando o druida atinge um determinado nível de cultura e experiência; no pior e mais abun-

dante dos casos, a crítica literária derrete inócua, continua a ser patriarcal, e move-se entre o druidismo ruidoso e um resenhismo prostibular. Expliquemos.

Se digo Eduardo Lourenço, Prado Coelho, Urbano Tavares Rodrigues, Massaud Moisés, José Carlos de Vasconcelos, mesmo Carlos Reis, etc., se digo druidas desses, seguramente aceitaremos perfeitamente que neles, que atingiram determinado nível de cultura, estilo, poder e experiência, neles a crítica literária, quando a praticam, é um género autobiográfico. Tenho coincidido com estes respeitáveis críticos e homens de letras à volta de mesas de comer, de debater, e poderia usar até de subtis exemplos à custa de alguns para ilustrar como nos envolve a todos, e a eles, aquela luz viciada da vertente mais abundante, a do druidismo ruidoso e resenhismo prostibular, onde a crítica se move ou é obrigada a moverse hoje. Mas vamos deixá-los em paz –de vez em quando até falam dos meus livros!–, e realizar a passagem ilustrada por nomes que nunca conhecim e jornais que nom me falarám. Por exemplo aquele poderoso *El País*, por exemplo um crítico espanhol, algum bom druida que nom conheço e nom lembro ler mas cujo caso é famoso.

Antes permitam-me soltar lastro, recortar etiquetas. Género autobiográfico, afirmava, praticado por druidas. Mas quero simplificar a outra vertente ampla do seu derreter, "druidismo ruidoso e resenhismo prostibular", ficar só com as pontas da etiqueta que menciono no título, o druidismo e a luz prostibular. Com 'ruidoso' queria referir-me ao conjunto de interferências discursivas na actividade de decifraçom da crítica, o barulho que se coloca nesse óbvio *ménage à trois*, crítico-escritor-leitor, produzido preferentemente na universidade. Nom é oportuno aqui, nom interessa voltarmo-nos para a história da crítica aqui, das correntes (por muito que naveguemos em *Correntes*), nos modelos tradicionais ou novos ou provenientes de outras ciências: estes métodos som complementares mas em demasiadas ocasiões se esquecem dos seus objectivos e procuram constituir-se em sistemas únicos.

Também nom interessa (mas importa algo) o 'resenhismo' mais vulgar. "A resenha está para a crítica literária assim como o haicai e o soneto estão para a poesia: é uma miniatura analítica", escrevia Nelson de Oliveira na *Rascunho* de Agosto passado: aí interessa, essa resenha claro que é genuína crítica literária, "uma das formas fixas mais interessantes da indústria cultural". Mas, como o próprio Nelson avisa, é actualmente refém da vida social literária e da massificaçom das revistas e dos cadernos culturais (cito): "Desmerecida pela tradição universitária, a resenha, filha legítima do já falecido rodapé, nos últimos anos deixou-se corrom-

per. Perdeu a garra e as garras, emburreceu, virou objeto de propaganda e barganha". Quantos dos 10 mandamentos, do "Decálogo do Resenhista" que Nelson de Oliveira nos oferece, cumpririam as resenhas que vemos habitualmente? Cumpririam o primeiro e elementar, ler o livro todo...? Nom é piada: quantos dos presentes viram numha resenha do seu livro a evidência de que nom se leu o livro...? Enfim, o resenhista que comenta o livro do amigo (ou do inimigo, para bater), da editora que também o publica a ele, da editora que lhe oferece livros de graça, o resenhista que apanha cá e lá e repite o já dito, o resenhista que nom só evidencia a habitual parcialidade humana mas que naz faz o mínimo esforço por tentar a ficçom da objectividade e do trabalho bem feito, esse nem pode ser chamado crítico nem ao resultado da sua actividade 'crítica literária'. Fica fora da crítica esse resenhismo, mas ajuda a provar o ambiente de bordel em que a crítica se move.

Soltado o lastro, volto ao caminho central da afirmaçom e ao exemplo: a crítica literária é um género autobiográfico, no melhor dos casos (melhor, embora muito patriarcal), quando há druidas com cultura e experiência; e, no pior e mais abundante, move-se entre o druidismo ruidoso e o resenhismo prostibular. Encurtada a fórmula, temos druidas e temos bordeis, e também encurtamos a distância entre ambos. O caso que fui procurar ao estrangeiro prova igualmente isso. Trata-se precisamente de alguém que acreditava e praticava a crítica como género autobiográfico, e até escreveu isso (numha resenha dedicada a Sergio Pitol, no *Babelia* de Maio de 1997), Ignacio Echevarría, o caso Echevarría. Mas o importante nom é o que pensava ele da crítica, o importante é o tipo de crítica que fazia e o que aconteceu.

Echevarría parece que era (o tom cauteloso, indica que nom o conheço, insisto, e que trabalho propositadamente com contrastadas informações indirectas –como um artigo de María José Furió), parece que era o tal criador de género, druida sábio de *El País*. A sua presença e independência, exprimida em críticas duras, às vezes crueis, era mimada porque beneficiava a imagem de marca do jornal. Mas chegou o momento de tirar-lhe rendimento para respaldar a aposta literária da temporada, que era Bernardo Atxaga e a sua defesa das essências vascas. Parece que claramente se pensava em empregar algumha das frases presumidamente elogiosas para publicitar o romance, e parece que a intençom última era criar umha unidade de sentido, o aplauso do 'melhor crítico' (Echevarría/*El País*) ao 'melhor romance' (Atxaga/ Alfaguara) afirmava culturalmente o grupo de ponta (Prisa).

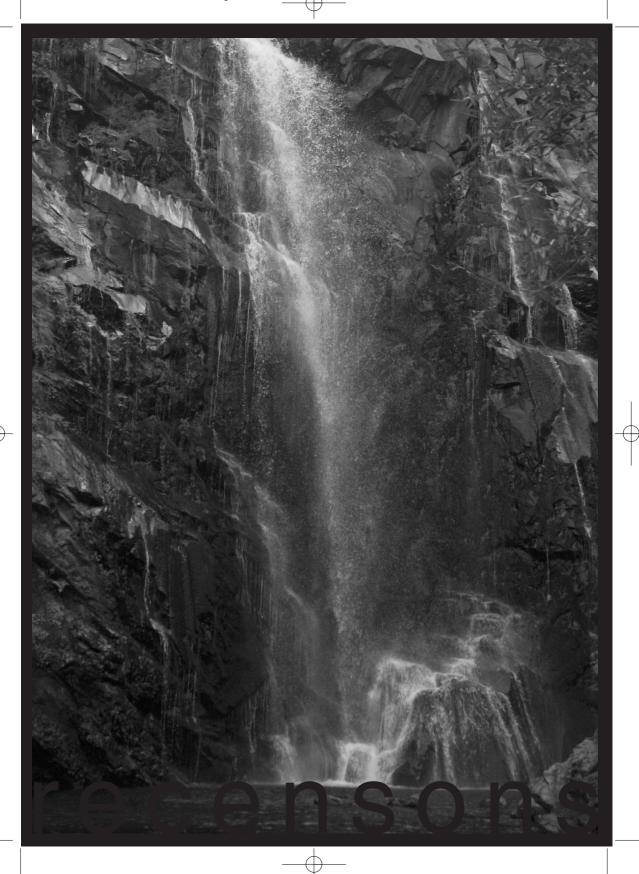
Nessa comunhom de gostos e interesses tinha o leitor de somar-se, tranquilo porque o produto chegava com o certificado de qualidade garantida por um colaborador "insubornável". Operaçom ao estilo das muitas de *El País*, que tem promovido um vedetismo de esquerda requintada ao que pouca gente da cultura tem resistido. Quando Echevarría atacou o simplismo do livro e denunciou a imoralidade que, ao seu juízo de druida, estava por trás das propostas de Atxaga relativas ao tema vasco, e denunciou como certas explicações do conflito estavam ideadas para silenciar análises menos confortáveis, entraram em cólera os artífices da operaçom. Chuva de artigos elogiosos depois do pau do druida, e retirada do báculo ao sacerdote da palavra, após muitos anos de exercício. Comentário:

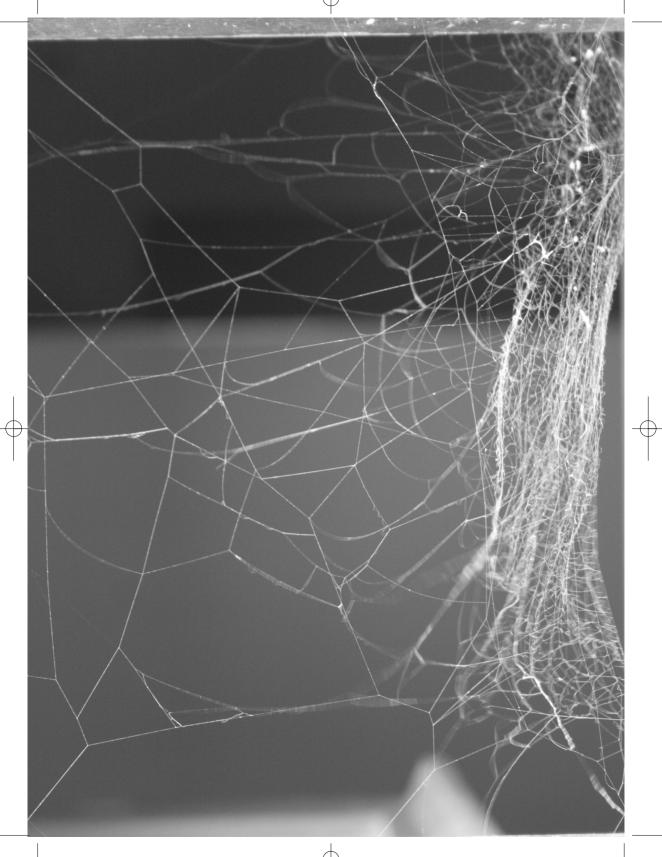
"Escandaloso es que un diario que dice defender el valor de la palabra silencie a quien a lo largo de catorce años ha sabido justamente cargar las palabras de sentido. Escandaloso este hecho generalizado: que el "marco" económico en que actúa el crítico (colaboración esporádica y cobro "por pieza") no fortalece su independencia sino que induce una docilidad entre los colaboradores a los que importa el "prestigio" que da publicar aquí y no allá. En tales condiciones, el verdadero activo del crítico es su criterio y la coherencia en defenderlo hasta las últimas consecuencias"

(María José Furió, www.lateral-ed.es/debates/123.htm)

Sabemos dessa crítica literária, da coerente e da outra, segundo a tradiçom e segundo a projecçom, vendo o passado mas sabendo especialmente do presente, a partir do que se contempla, conhece e padece. Contemplo, conheço e padeço a do meu micropaís inexistente mas também a do macroplaneta da Teoria da Crítica. Tenho-a praticado também nos píncaros universitários e congressuais, e tenho escrito com irreverência nos subterrâneos centrais e nas marginálias de livros inclassificáveis -que já deram algo que comer, por certo, a outros professores e críticos, como calculara! E, para além dos píncaros, para além do uso metaliterário nalguns livros, tenho praticado modalidades intervalares e pobres de crítica, até durante anos e nos jornais. Mas, apesar dos saberes e das várias práticas, nom podo aclarar completamente –agora já no final– qual papel cabe mais ao crítico, ao escritor, ao editor, quem é madame, gerente, cliente, turista apenas, sob as luzes prostibulares que cada vez mais atenuadas a todos nos iluminam, pois na sombra também existem trocas e alternâncias de papéis.

Saber e sorrir nom é ingénuo. Nem irresponsável. Em literatura ainda pode ser umha forma de estar. Existe a lenda urbana de umha prostituta de Barcelona –cuja história creio valer a pena elevar a antonomásia–, umha puta de Barcelona, digo, que ao dizer-lhe alguém que as outras cobravam (nom "o que cobravam", mas "que cobravam") punha cara de surpreendida. Às vezes finjo surpreender-me como ela. Mas nom me surpreendo. Cobram…, pois que cobrem! Há críticos que nom estám acasalados a mecenas ou ditados, talvez por ter o pam mais ou menos assegurado. Quanto a mim, que também o tenho, do mesmo modo que podo permitir-me a soberba absoluta de ser logicamente um lusista na Galiza de Fraga ou na de Touriño, podo entregar-me à escrita em paixom pouco urgente. Nom cronometrada. E dizer estas cousas sobre os seus druidas. Dizer que os há, e que anda umha luz viciada de bordel a iluminar-nos a todos.





RESGATE DA PRODUÇOM LITERÁRIA ILUSTRADA EM PORTUGAL (*)

por Raquel Bello Vázquez –Grupo Galabra (USC)



Nos últimos anos tenhem começado a verificar-se intentos de resgatar do esquecimento a produçom literária ilustrada portuguesa que, por diferentes motivos, tinha ficado inédita ou olvidada. É bem sabido que as próprias características da produçom cultural do Antigo Regime provocárom, em certa media, esta situacom: a abundáncia da producom manuscrita, a existência de canais alternativos de circulaçom dos textos, a vontade de ocultaçom -ou de divulgaçom só em círculos restritos- de muitos produtores e produtoras, a percepçom das funçons dos textos literários, que levou a priorizar os textos doutrinais sobre os textos ficcionais, etc.

A consequência de todas estas circunstáncias foi que grande número de textos manuscritos fôrom ficando nas gavetas de casas particulares ou nos arquivos públicos e privados sem captarem a atençom do pessoal investigador durante muitos decénios. Parece, no entanto, que nos últimos tempos umha nova forma de investigar este período, marcada por metodologias procedentes da historiografia e da sociologia, tem empurrado a pesquisa no caminho da procura documental para alicerçar novas propostas sobre o campo das letras em Portugal no século XVIII. Chamamos aqui a atençom para dous exemplos deste novo proceder.

Em primeiro lugar, assinalamos a ediçom das obras completas de Francisco Joaquim Bingre, editadas por Vanda Anastácio, investigadora que nos últimos anos se tem especializado na produçom setecentista, particularmente ligada ao estudo da trajectória e da produçom de Leonor de Almeida, mais conhecida polo seu título nobiliário de marquesa de Alorna. Entre 2000 e 2005, Anastácio tem dado à luz a produçom completa deste ilustrado praticamente desconhecido até agora, com produçom alargada e variada como o demonstram os seis volumes que componhem a série.

A desproporçom verificada entre a dimensom e a importáncia da produçom de Bingre para a compreensom do campo das letras em Portugal na viragem do século XVIII para o XIX, e o desconhecimento prévio da sua trajectória e das suas produçons, pom de relevo, por um lado, as dificuldades para estudar períodos em que as condiçons e as funçons das produçons literárias eram tam diferentes dos

^(*) Claude Maffre (2006): *Poèmes antipombalins*; [Montpellier]: Publications de Montpellier III./ Vanda Anastácio (2000-2005): *Obras de Francisco Joaquim Bingre*; Porto: Lelo Editores.

assumidos pola investigaçom actual, e, por outro, pom em questom de forma indiscutível os conhecimentos adquiridos e reproduzidos.

A editora, para além de nos oferecer mais de 2000 textos, inéditos na sua imensa maioria, através das notas introdutórias a cada um dos volumes vai fornecendo informaçons necessárias para a compreensom do processo que levou à publicacom da producom desconhecida -com pormenores sobre a localizacom e o estado do espólio-, tenta também tracejar a biografia e a trajectória de F. J. Bingre e achega umha compilaçom da bibliografia existente sobre ele que, segundo a própria V. Anastácio reconhece, nom pudo ser afinal tam exaustiva como prometia no segundo volume por motivos relacionados com as condiçons da investigaçom.

Sabemos agora, graças a esta ediçom, da participaçom de Bingre da Fundaçom da Nova Arcádia, das suas relaçons com os círculos da corte e com os salons da Marguesa de Alorna e da Viscondessa de Balsemão nos finais do século XVIII. Sabemos também que ocupava um lugar de prestígio no campo das letras polas suas colaboraçons habituais em revistas dos inícios do século XIX, pola sua relacom com José Feliciano de Castilho, com quem mantivo correspondência, e até polos esforços dos seus colegas escritores por paliarem a difícil situaçom económica em que chegou a encontrar-se no final da sua vida. Todos estes aspectos, assim como umha achega aos processos que explicam a diferença entre a realidade documentalmente verificável e a imagem elaborada pola fabricaçom do cánone, som abordados nos sucessivos prefácios.

Nos finais de 2006 saiu também do prelo um volume editado por Claude Maffre, lusitanista francês, professor da Université Paul Valery de Montpellier e conhecido polos seus trabalhos sobre Nicolau Tolentino de Almeida. Maffre edita, prefacia e anota um dos vários volumes manuscritos que podem ser encontrados nas bibliotecas e arquivos de Portugal recolhendo poemas escritos a partir de 1777 contra o antigo ministro do rei D. José I. É conhecido que Sebastião José de Carvalho e Melo (Marquês de Pombal só no final do seu ministério) exerceu um grande poder ao lado do rei desde 1756 até a morte deste em 1777. Com o ascenso ao trono de D. Maria I, o poder de Pombal vê-se gravemente afectado, até o ponto de ser desterrado da corte e de ser posto diante da justiça para ser julgado por crimes alegadamente cometidos durante o tempo do seu ministério. O conflito político entre os grupos que sustentavam Pombal e os apoiantes da nova rainha tivo como um dos seus momentos, destacados a divulgaçom de colecçons de poemas que atacavam duramente a figura do antigo ministro. Maffre, na sua introduçom, enquadra a producom destes textos dentro de um conflito político expresso, e explica as circunstáncias que ajudam a compreender a abundáncia destes textos, assim como as condiçons políticas e sociais em que som produzidos, acompanhando cada um deles de um corpo de notas de grande ajuda para quem estiver a fazer pesquisa relacionada com a ilustraçom em Portugal ou com o campo das letras nos reinados de D. José ou da sua filha D. Maria, mas que também facilitam o acesso a estes produtos a pessoas nom especialistas no assunto ou na época.

Umha das achegas fundamentais desta ediçom, ao nosso ver, e além da evidência da divulgaçom de toda umha série de textos desconhecidos na produçom literária portuguesa do século XVIII,

é o facto de apresentar com toda nitidez a dimensom que a literatura adquire como mecanismo de intervençom directa no campo social. Nom nos referimos apenas ao posicionamento político explícito que podem ter poemas como estes (por citar só um exemplo: «Acções vou contar do herói mui fero/ a quem Portugal todo aborrecia,/ pois que as entranhas de outro Nero/ naquele corpo estavam parecia.»), e que podem levar-nos a reduzi-los a essa etiqueta tam pouco afortunada de «poemas de circunstáncias», mas à funçom desenvolvida sempre pola pro-

duçom literária de transporte de propostas ideológicas.

Os trabalhos de Anastácio e Maffre venhem, em definitivo, deitam nova luz sobre o século XVIII em Portugal, obrigando-nos ao questionamento das funçons da literatura, das formas de analisála e da tentaçom tanto do público leitor como das pessoas dedicadas à investigaçom de ler os textos como expresons exclusivas de umha individualidade e nom como como produçons vinculadas com projectos e objectivos colectivos.

NO RASTO DAS *ESTRELAS PROPÍCIAS*: SOBRE A EDIÇOM DE OUTRA NOVELA DE CAMILO CASTELO BRANCO

por Maria Isabel Morám Cabanas



Foi no último trimestre de 1862 que se produziu o primeiro contacto da novela Estrelas Propícias, de Camilo Castelo Branco, com o público leitor. Naquela altura apareceu sob a forma de folhetins em O Commercio do Porto, sendo editada apenas um ano mais tarde em Casa da Viúva More. Aliás, do seu percurso no mercado fijerom parte a Companhia Editora de Publicações Ilustradas, assim como a Parceria António Maria Pereira e,

mais recentemente, em 1999, o Círculo de Leitores.

Mas é especialmente agora que nom podemos deixar de nos congratular com a reediçom feita pola Caixotim, com o apoio da Câmara Municipal de Vilanova de Famalicão. Nesta ocasiom, o texto acompanha-se de um prefácio descritivo e explicativo de Sérgio de Sousa, professor da Universidade do Minho e especialista, entre outras questões, na obra de Camilo Castelo Branco - de facto, a sua tese de doutoramento versou sobre o conflito desejo / Antigo Regime que se evidencia de modo inevitável na ficçom camiliana como produto de umha época em transiçom: por um lado, com sinais de Modernidade romântica que se consubstanciam em indivíduos à procura de umha emancipaçom; e, por outro, ainda com valores tradicionais que assentam num sistema patriarcal (ou familiar) que oprime o indivíduo como tal até diminuilo ou mesmo apagá-lo.

Na verdade, Estrelas Propícias nom é umha obra conhecida do grande público e "nem todo o frequentador de Camilo a terá lido" (p. 33). Ora, nas páginas que nos introduzem a tal novela insiste-se na pertinência de tê-la em conta para umha aproximaçom, ou melhor conhecimento, ou confirmaçom das isotopias que dominam o vasto corpus deste autor. O prefaciador sublinha precisamente o alto grau de representatividade que possui o livro em causa quanto aos problemas que afectarom a sociedade portuguesa de Oitocentos e sobretudo no tocante à oposicom que se estabelece entre essa nova subjectividade romântica, personificada numha jovem chamada Corina da Soledade versus a cultura opressora, encarnada por Gastão de Noronha, um pater familias cheio de preconceitos radicados no Antigo Régime. Quanto ao seu esquema básico nom difere de inúmeras outras ficçons, pois a sua intriga tece-se através de umha tensom omnipresente nas tramas romanescas deste autor: a que deriva de umha imposiçom de matrimónio ideado apenas para a obtençom de certos interesses patrimoniais ou a fim de ascender na pirâmide social.

Neste texto em particular, o patriarca entende o casamento da filha como umha boa ocasiom para associar a estirpe fidalga que possui a gente de uma privilegiada situaçom financeira, tanto mais que sua precária economia precisa uma solucom iminente: "Com um bom casamento davas-te, e davas à tua família, a felicidade" (p. 68). No entanto, a protagonista e heroína da novela nom se deixa vencer nem convencer polo seu progenitor e apenas escuta a voz do seu coração, decidindo por si o seu destino amoroso e declarando com firmeza à pessoa que ama, o bacharel António de Azevedo, filho de um humilde lavrador de Barcelos: "Ninguém me impedirá ser a sua mulher. Sejamos ambos pobres: não teremos de medir a desigualdade das nossas posições. A nossa fortuna principiará com a primeira moeda de cor que empregarmos no primeiro pão. Depois eu lhe darei horas de alegria com a minha ditosa conformidade a tudo que os descontentes chamam infortúnio" (p. 105).

Na leitura da obra vamos descobrindo o cerne de uma cadeia de avenças e desavenças existentes entre todas as personagens, as quais som analisadas de forma bem pormenorizada por Sérgio de Sousa à luz de um contexto epocal e especificamente camiliano. Atitudes, reacçons, decisons, anelos, ambiçons, decepçons, prejuízos, crenças... respondem, aqui e sempre, a valores ou condicionamentos socioculturais que som objecto de reflexom ao longo das mais de trinta páginas que nos introduzem com rigorosidade ao espaço narrativo das *Estrelas Propícias*.

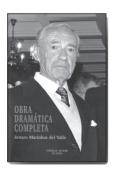
Ao mesmo tempo que se manifestam diversas afinidades entre esta novela e as restantes obras camilianas, evidencia-se nela, porém, umha boa dose de singularidade. Assim, a obra em causa fica distante dos dramatismos e fatalidades que perseguem implacavelmente os trajectos das personagens de outras ficçons. Tal como acontece com as Estrelas Funestas, em que a intervenção da Providência como força tutelar que orienta o mundo, se traduze em tragédia, também o título de Estrelas Propícias nos remete para o desenlace da intriga: os astros mostram-se agora benéficos em relaçom aos destinos humanos. Afinal chega-se a um equilíbrio de forças em que as vontades de todos, por umha via ou por outra, ficam satisfeitas, impondo-se definitivamente a felicidade. Nom se descobrem cenas violentas (os dous únicos falecimentos a que se assistem nada tenhem de criminoso), nem indivíduos insidiosos, nem acçons desumanas. Até o narrador declara a sua surpresa no epílogo: "Lá vão catorze anos. Não me consta que tenha morrido algum dos personagens que há instantes vimos tão alegres nas margens do Lima. Conhecem romance em que tenha morrido tão pouca gente? Eu não! (p. 212).

E, é claro, um conjunto de factores (político-)ideológicos contribuem para explicar tal consecução de afectos e cumplicidades, os quais som submetidos a exame no Prefácio das Edições Caixotim. Eis umha obra através de cuja trama podemos observar com clareza como aparecem cada vez mais marcados os

contornos de umha mentalidade moderna, de novas formas de pensar a realidade, de um posicionamento crítico que considera a tradição obsoleta, tentando acelerar a inovação para modificar, por fim, uns códigos retrógrados e conservadores. É de agradecer, insistimos, este novo produto das Estrelas Propícias que se acrescenta à série dirigida por Aníbal Pinto de Castro para a Colecçom Caixotim Clássicos, com a fixação do texto e a criteriosa introduçom de Sérgio de Sousa. Parafraseando mais umha vez o título do livro, bons astros e bom juízo guiarom decididamente esta reediçom de 2006.

RESGATAR JENARO MARINHAS DEL VALLE

por Joel R. Gômez –Grupo Galabra (USC)



Sete anos após a morte de Jenaro Marinhas del Valle publica-se⁽¹⁾ o conjunto das 31 peças para teatro que redigiu e se conservam, a maioria editadas em vida em diferentes revistas e livros, algumhas póstumas e cinco delas inéditas. Parte destes produtos estám acompanhados de apontamentos e informaçons que o próprio Marinhas forneceu, também difundidos na totalidade ou em parte com ensejo das ediçons originais, e que ajudam a compreender o seu pensamento relacionado com a dramaturgia e a sua ideologia. O volume inclui três textos de apresentaçom: "O autor no seu contexto" (pp. 7-10) e "Criterios de edición" (p.11), assinados de parceria por Alexandrina Fernández Otero e Lino Braxe; e "O teatro de Jenaro Marinhas del Valle" (pp. 13-17) por Pablo González Mariñas. Frutifica com esta ediçom um ambicioso empreendimento que data do ano 2001⁽²⁾.

Marinhas del Valle, Jenaro, (2006), Obra dramática completa, A Corunha, Espiral Maior (colecçom Teatro), 513 páginas.

² Tabalhou-se na possibilidade dessa ediçom esse ano, quando a companhia "Teatro Maltés" estreou A Gaiola,

AGÁLIA, 87-88

Os textos de Marinhas som classificados em três epígrafes: primeiro encontram-se, nas pp. 19-373, vinte deles (A serpe, A redención, A chave na porta, O triângulo ateo, Escaparate de baratillas, A revolta, A obriga, Pequena farsa dos amores desencontrados, Loucura e morte de peregrino, O bosque, Acurrados, A notícia, O assento, Exiliados, O mantido, Home frouxo, Ramo cativo, A gaiola, Pai desconhecido e Nascerá unha⁽³⁾ estrela) publicados em vida a maioria, e póstumos os últimos; a continuacom, nas pp. 379-433 mais seis (Os ausentes, No palleiro, A sós consigo, Apenas um sonho, O redentor e Ave sem ninho), sob o título "Teatro inerte" escolhido polo próprio autor; e finalmente, nas pp. 435-509 as cinco "Obras inéditas" (Sangue de café, Estampas de tragédia, A senhora, As mamás e O retrato).

Sendo a maior virtude deste livro o reunir essa produçom de Marinhas, demonstra também a necessidade de que se trabalhe em bibliografias e estudos, realizados por especialistas, que sirvam de guia para conhecer o campo literário, e mais num caso como o galego tam especialmente conflituoso. Assim se poderám alicerçar ediçons com um tratamento e valorizaçom de rigor.

A produçom de Jenaro Marinhas é aqui publicada respeitando a maneira como foi editada originariamente. Só difere *A obriga*, segundo se esclarece, pois

a versom escolhida para este volume (2006: 99) "está tomada do orixinal do autor e restitúe varios diálogos e acotacións que na edición anterior foran mutilados". Em nengum outro lugar se nos indica que se acudisse a outras versons originais e, no seu caso, o por que nom se agiu da mesma maneira. É esta umha questom do maior interesse porque, segundo indicou Iolanda Rodrigues Aldrei em trabalho elaborado após um amplo diálogo com Marinhas e publicado em vida dele "os critérios de publicação são alheios ao autor; isto nos leva a assinalar nalguns casos erros e alterações que não correspondem a Marinhas, nomeadamente na obra publicada com anterioridade à década de 1980"(4), um assunto que valia a pena esclarecer, sobretodo tendo em conta que esse artigo de Rodrigues Aldrei aparece justamente citado polos organizadores da ediçom, que frisam as diferentes propostas normativas assumidas por este autor.

As seis peças do "Teatro inerte", ponhamos por caso, fôrom publicadas em vida de Marinhas: as duas primeiras em *Grial*, em 1974, segundo a ortografia que defendia na altura Galaxia; as duas seguintes na *Agália*, em 1997, segundo a proposta normativa da Agal; e as duas últimas em 1998, no volume antes assinalado da revista *Nós*, segundo o Acordo Ortográfico de 1990. Som três opçons por

a primeira vez que umha proposta dramática de Marinhas subia profesionalmente aos teatros, segundo informa o advogado e político Pablo González Mariñas, sobrinho do autor, em escrito datado na Corunha em 17 de setembro de 2006, em que solicita apoios para o projecto de levar ao palco outras duas, *O mantido* e *O redentor*. González Marinhas frisa igualmente o "esforzo e ilusión" da editora e também da "Agrupación Cultural Alexandre Bóveda", entidade que ocupa a contracapa do volume agora publicado, para que este chegasse por fim ao mercado.

³ Assim escrito na página 353, onde se encontra inserida, e no próprio índice, por mais que no texto, redigido na normativa da Língua Galego-Portuguesa da Agal, se use "umha".

⁴ Rodríguez Aldrei, Iolanda, (1998), "Jenaro Marinhas del Valle: O homem. O escritor", Nós, nº 51-58, p.15. Este volume dessa "revista internacional da lusofonia" fue publicado como homenagem no 90 aniversário de Marinhas.

ele assumidas e que espelham a plena consciência de um produtor que talvez nom fosse tam desinteressado a respeito da fortuna do seu trabalho literário, como se tem repetido, e como assim se defende também nesta ocasiom ao frisar a (2006: 9) "confesada vontade do autor de ser un escritor inédito". Afinal, nom é bom fiarse sempre dos próprios produtores, por muito que os admiremos e respeitemos, pois as estratégias pessoais para fazer-se um nome e procurar espaço no campo literário som muitas e muito díspares, e na trajectória de Jenaro Marinhas encontramos instantes (ser accionista de Galaxia, participar activamente na associaçom cultural O Facho, membro da Real Academia Galega, membro de honra da Agal e presidente de honra dos seus congressos internacionais, membro das Irmandades da Fala de Galiza e Portugal, vice-presidente da Comissão para a Integração da Língua da Galiza nos acordos ortográficos da lusofonia de 1986 e 1990, candidato político do BNG, recepcom pública de reconhecimentos em forma de prémios e homenagens...) em que ele participou e aceitou voluntariamente, e que em todo o caso aconselham pôr em causa aquela suposta vontade de pasar despercebido.

Alexandrina Fernández Otero e Lino Braxe salientam da produçom de Marinhas del Valle o seu (2006: 9-10) "carácter reflexivo, crítico, ontolóxico e implicitamente autobiográfico, por veces non desprovisto de humor, como é o caso de *A Gaiola*, escrita como reacción contra o rexime franquista por terlle sido negado o pasaporte para saír de España ao noso autor, a causa dun expediente de responsabilidades políticas, sobresido posteriormente". Umha informaçom valiosa, sem sombra de dúvida, fruto dos encontros que tivérom com Marinhas

desde o verao de 1998, quando comecárom, segundo assinalam, com (2006: 7) "a idea de reunir a obra dramática completa" contando com o "asesoramento do artífice das mesmas"; diálogos que se prolongárom até a morte do autor e que "foron a liña e a traza fundamentais para a elaboración do presente volume". Desse diálogo sintetizam quatro páginas, bem interessantes, em que o definem como o (2006: 7) "dramaturgo máis prolífico da sua xeración" e concluem tratar-se de (2006: 10) "unha voz ampla, orixinal e diversa, que ocupa un espazo único na historia da arte literaria galega". Certamente.

Interesse, e muito, tem também o texto prefacial de Pablo González Mariñas, que escreve desde a proximidade do relacionamento familiar directo, e afirma que (2006: 13-14) "Lendo o teatro de Marinhas apréndese a amar Galiza tanto como se aprende a amar Irlanda lendo a Joyce, do que el tanto gostava". Oferece neste depoimento elementos que permitem conhecer o seu ideário sobre o trabalho literarío e nom só, para concluir como nele (2006: 17) "Teatro e nacionalismo integral son inseparábeis".

Este recomendável volume ganharia se se tivesse revisado a ediçom com maior cuidado para evitar gralhas e erros que por vezes resultam fastidiosos, e se fizesse um esforço por acrescentar a informaçom respeitante ao homenageado. Por colocar uns exemplos: tanto Fernández Otero e Braxe como González Mariñas referem muito diversas influências na escrita de Marinhas, mas era bom explorar igualmente algumhas que ele próprio admitiu e que constam nas páginas deste repositório, como as de (2006:171) Dostoievski e Strindberg, ou a admiraçom por (2006:287) Adolfo Torrado, ponhamos por caso, a que estes estudiosos nom aludem; ao assinalar os critérios ortográficos, indicam que seguem o Prontuário de 1985 da Agal, mas melhor seria atender à proposta normativa revisada incluída na re-ediçom do Estudo Crítico de 1989, em especial se se pretende a major actualidade, como acontece com as reformas da que eles denominam "liña oficial" da RAG-ILG, para a qual se considera a proposta aprovada no ano 2003, e mais tendo em conta as balizas biográficas do autor; seria mais apropriado que no "Índice" final, em lugar de remitir para a página de início dos textos se indicasse a página do título de cada produto, pois é nesta, anterior, onde figuram dados de interesse como o lugar e o ano de publicaçom, entre outros; numha revisom atenta deveria indicar-se o ano de publicaçom de A Gaiola, da qual só se dá a data de encenacom; ou evitar incorrecçons como a data de ediçom de A notícia, que com efeito foi publicada no número 5 da Agália mas apareceu no ano 1986 nom no 1981 como consta na página 223.

Afirma-se que (2006:375) "Na presente edición inclúense diversas reflexións do autor, a xeito de limiar, no que el mesmo explica o significado do seu *Teatro Inerte*", reflexións que se encontram já em boa parte na página 81 do número 49 da *Agália*. E seria justo lembrá-lo, mesmo reconhecer como nesse lugar Jenaro Marinhas admitia que facilitara esses textos para publicar a instáncias de Maria do Carmo Henriques, na altura presidenta da Agal e directora da revista, dado que igualmente se ignora.

Alude-se à defesa por parte de Jenaro Marinhas do Galego-Português. O seu posicionamento neste âmbito foi muito decidido nos anos finais da sua vida, e frutífero, até ao ponto de ocupar hoje um lugar de centralidade entre os aderentes ao movimento que defende esse processo chamado de reintegracom. Fernández Otero e Braxe citam a entrevista publicada no número 18 da Agália, assinada por Henrique Rabunhal e José Maria Monterroso, na qual Jenaro Marinhas refere que "Os galegos nom devemos considerar o idioma português como algo que nom nos pertença em grandíssima parte desde que contribuímos à sua formaçom em igual medida os do Minho para Norte que os do Minho para Sul e isto deve ser motivo de orgulho nacional⁽⁵⁾": poucos elementos definem a ideologia como este trecho, que merecia ser referenciado para que o leitor se fizesse umha ideia mais certa desta personalidade, que se alinhou com Carvalho Calero até se arvorar também em referente de respeito pola sua atitude, que ultrapassa o seu intenso trabalho literário, também do maior interesse como demonstram as diferentes propostas para teatro agora reunidas e publicadas.

Na produçom conhecida deste autor encontram-se muito diversos trabalhos teóricos sobre o teatro e a dramaturgia, nom só o que redigiu para ingressar na Real Academia Galega e que é o único que se cita, na badana, neste volume; e outros contactos com o teatro. E nom só: poesia, narrativa, jornalismo e ensaio conformam umha personalidade invulgar, que foi consciente e acreditou, como fizo dizer à personagem de Gundar na obra Nascerá umha estrela, que (2006:356) "Sabemos de onde é que vimos, mas

⁵ Rabunhal Corgo, Henrique Manuel/ Monterroso Devesa, José Mª, "Jenaro Marinhas del Valle. Testemunha de umha lealdade", *Agália*, nº 18, Verao 1989, p. 231.

ignoramos para onde é que vamos. Um povo que se preze e que aspire a sobreviver deve interessar-se mais por saber para onde vai que de onde vem".

Som, enfim, elementos que é de esperar se tomem de conta para posteriores reediçons, que oxalá tenha este belo volume, que oferece magnífica fotografia de Jenaro Marinhas na capa, e contém acertos que o fazem recomendável.

Para continuar a explorar a produçom de Marinhas seria bom acrescentar novas ediçons dos seus produtos. Segundo refere o trabalho antes assinalado de Iolanda Rodrigues Aldrei (1998: 18, citado na nota de rodapé número 4) existem narrativas publicadas desde 1989, algumhas delas na Agália, que ao parecer correspondem a um volume inédito, A vida escura II, e bom seria que se fizesse porque vissem a luz. O mesmo que o seu diário pessoal, conservado segundo refere Pablo González Mariñas, e no qual (2006:13) "foi deixando pegada dos seus pensamentos"; e outra obra inédita, que parece existir segundo diferentes testemunhas. Assim se contribuirá para situá-lo no lugar que lhe corresponde, porventura de privilégio dentro da historiografia do campo literário galego do século XX.

UMHA NOVIDADE NA DIDÁCTICA DA LITERATURA GALEGA

por Joel R. Gômez –Grupo Galabra (USC)



O uso deste livro⁽¹⁾ na sala de aula permitirá a docentes e discentes umha eficaz comunicaçom sobre os principais factores, realizaçons e condicionantes da literatura da Galiza no período estudado, que abrange de finais do XIX aos primeiros anos da actual centúria. Dividindo a matéria em onze capítulos ("Entre dous séculos", "O tempo das Irmandades da Fala", "A Xeración Nós", "As vanguardas", "A literatura galega en América", "Arredor de Galaxia", "Celso Emilio Ferreiro e outros poetas", "A xeración dos 50. A poesía", "A xeración dos 50. A nova narrativa e o ensaio", "A literatura actual. A poesía" e "A literatura actual. O teatro, a narrativa e o ensaio") trabalham-se muito diferentes elementos, ultrapassando a visom do cánone que se exige polas instáncias oficiais para os programas regrados desta disciplina. Para isso os autores valem-se de umha tripla estratégia: o seu próprio discurso, o de outros produtores que apresentam como textos para comentar, e as questons que colocam sobre cada capítulo.

¹ Fernández Velho, Rosário/ Sambade Soneira, Xesús, (2006), Literatura Galega do Século XX, Vigo, A Nosa Terra, (colecçom Cadernos de Literatura Galega), 194 páginas.

AGÁLIA, 87-88

Bem se sabe que tam importante como o que se comunica nas aulas é aguilo que se oculta. E isso é assim em parte porque, como sintetiza Elias Torres em trabalho recente sobre os objectivos do ensino da literatura "Historicamente, no campo escolar, o estudo de aquilo que um grupo e/ou comunidade entende por literatura, da língua, das 'artes' e, também, doutras disciplinas como a história e a geografia, centram-se no objectivo de inscrever, primeiro em determinadas elites da comunidade, depois no conjunto da mesma regida por esse aparelho, um repertório de imaginários e, também, de normas, modelos e materiais que alicercem a sua coesom (resultado complexo da construçom das disputas e domínios exercidos no campo do poder), inserindo un sentido de pertença comum, fornecendo determinados instrumentos de reconhecimento mútuo e constituindo-os em modos privilegiados de comunicacom intra e extracomunitária, referencial e simbólica"(2).

Nos centros de ensino da Galiza existem muito diferentes sensibilidades e um texto generalista como este tenta servir para todas. Por isso, a partir das informaçons que fornece, o professorado e o estudantado poderám acrescentar e pesquisar para conseguir respostas aos seus interesses. De se cingirem só ao conteúdo deste manual, obterám umha generosa formaçom sobre a maior parte dos produtores (ocupam-se de mais de cem) e produtos de relevo, e nom só, pois também se oferecem dados da evoluçom política e

de carácter histórico e socioeconómico, entre outros campos relacionados com a matéria.

Nom é simples o labor de historiar a literatura galega com finalidade propedêutica. A ausência de bibliografias e de respositórios que sirvam como guias certos no labor de pesquisa e preparaçom das liçons faz que muitas vezes nom se repare o suficiente em assuntos, mesmo alguns muito positivos, que podem servir para dar umha imagem de menor resistência e de maior atractivo. Ponhamos três exemplos de períodos diferentes:

- Ao analisar Noriega Varela é frequente indicar o seu contacto com a Literatura Portuguesa e mesmo como a sua poesia circulou em Portugal, mas nom se costuma encontrar referências às traduçons dos seus produtos para outros idiomas, como inglês, francês, italiano, mesmo dinamarquês, um facto objectivo que sem sombra de dúvida acrescentaria o seu impacto entre os leitores e abriria possibilidades de debate sobre as versons galegas para outras línguas, e nom só.
- Quando se foca a presença das letras galegas na diáspora durante os primeiros anos do franquismo, é um lugar comum referenciar a estreia de *Os vellos non deben namorarse* e a participaçom de Maruxa Villanueva, mas esquece-se outro nome principal dessa dramaturgia, Manuel Daniel Varela Buxán, o director da companhia que levou ao palco o texto de Castelao, também ele próprio autor, e que conseguiu encher teatros principais da cidade de Buenos Aires com encenaçons

² Torres Feijó, Elias, (2004), "Sobre objectivos do ensino e da investigaçom da literatura", in Carlos Mendes de Sousa e Rita Patrício (org.), Largo mundo alumiado. Estudos em homenagem a Vítor Aguiar e Silva, Braga, Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Vol. I., p. 221. Exemplo disso som, por exemplo, os entraves que se colocárom a diferentes propostas de livros de texto para o ensino da língua e a literatura galegas editados desde a década de 80, que se retirárom do mercado ao nom os autorizar a Administraçom educativa, por nom respeitar a proposta normativa ILG-RAG.

em galego durante semanas, que competiam com as que chegavam da Espanha e com muitas que se produziam na própria capital argentina, atingindo um sucesso e contribuindo para umha normalidade de afluência de público ao teatro galego que parece longe de se conseguir na Galiza.

• E ainda muito menos habitual, em especial na recente historiografia literária galega, é dar com citaçons do Dicionário de Literatura Portuguesa, Galega e Brasileira, que começou a se editar entre 1956-1960, por fascículos, sob a direcçom de Jacinto do Prado Coelho e com Guerra da Cal como coordenador da parte galega. Esse repositório tivo sucessivas reediçons e reimpressons -mesmo neste século XXI-, e representou na altura umha novidade metodológica, nom superada em muitos aspectos, além de ter difundido a literatura galega internacionalmente muito mais que qualquer outra obra de consulta semelhante editada no país ou no exterior, quer em papel ou mesmo polos meios eletrónicos e informáticos mais actuais.

Porém, é de justiça referir neste lugar como Fernández Velho e Sambade Soneira inovam em materiais didácticos deste teor por oferecerem umha visom mais ampla e real. Aludem à AGAL como umha das associaçons que contribuírom para recuperar (p. 146) "ámbitos de uso" para a língua; reconhecem que os escritores, na actualidade (p. 147) "procuran un modelo supradialectal que nom sempre coincide coa normativa proposta polo ILG e a RAG"; estudam Guerra da Cal, Carvalho Calero, Guisám Seixas, Jenaro Marinhas e outros produtores que

defendem o Galego-Português, reproduzindo mesmo (pp. 76, 96-97 e 188-189⁽³⁾) textos originais dos três primeiros...

A partir deste volume, nas aulas poderá-se falar e dialogar do modo de funcionamento da actividade literária, da sua presença e uso na própria instituiçom escolar ou no mercado, fazer comparativas... Ou entrar nas causas da conflituosa escolha do cánone ortográfico do idioma e as perspectiva de viabilidade da língua e os seus códigos.

Estes e muitos outros temas emergem da leitura de um texto orientado preferencialmente para as aulas de secundária, que sem dúvida ganharia ainda mais de se ter incluído umhas conclusons finais para valorizar o século estudado e umhas referências bibliográficas para os interessados em prestar maior dedicaçom para esse período. No entanto, o livro também tem valor para outros leitores, e ficará talvez como fundacional para a elaboracom de outros novos que, no futuro, continuem a esteira dos acertos a que chegárom Fernández Velho e Sambade Soneira, e os acrescentem, para assim ajudar a dar cada vez umha imagem mais certa da literatura da Galiza e das luitas e conflitos em que se tenhem envolvido os seus produtores, sem as quais nom é possível entender adequadamente os diferentes produtos e as suas motivaçons e conseqüências.

Santiago de Compostela, Dezembro de 2006

³ O trecho escolhido de Guisan Seixas pertence ao volume História certa do farol de Alexandria, editado na colecçom Criaçom da Agal, e afirma-se dele que (p.193) "esta obra está considerada como iniciadora da moderna literatura xuvenil, no entanto para algúns non está claro que sexa pertencente a este xénero".

Umha meixela depois a outra, de Artur Alonso Novelhe

por Carlos G. Figueiras



Depois da publicaçom de Entre os teus olhos (Difusora de Letras, Artes e Ideas; 2003), Artur Alonso Novelhe publica, em 2005 e na colecçom de poesia da Associaçom Galega da Língua, Umha meixela depois a outra, prefaciado por Joel R. Gômez.

Profundo e comunicativo, este poemário nom é simplesmente a segunda impressom em papel dumha assinatura que pretende assim afirmar-se na vontade de continuar a se construir em percurso, em biografia, em projecto literário. Se com Entre os teus olhos tomamos conhecimento da profundidade da voz poética de Artur Alonso Novelhe, Umha meixela depois a outra representa a confirmaçom da existência dessa voz, consolidando-a na forma e nas maneiras, assentando-a e apresentando a sua capacidade de se transformar e se extender à procura de novos horizontes para as palavras suas, para a história duns seus poemas cheios de suas histórias, de História nossa, de palavras que nos acompanham desde o passado tornando-se eternamente presentes.

Desta maneira, o autor inclui, nesta segunda obra, poemas que enlaçam à perfeiçom com as temáticas do relacionamento próximo com a segunda pessoa, dominantes no seu primeiro trabalho; cheios de intimidade

tam só dous ocos acomodados no lençol húmido que apenas um momento retivo a figura [dos dous contraentes

e outro tipo de textos em que, mantendo sempre a mesma vontade estética, continua no tom e no ritmo a escrita de palavras que ecoam nos nossos ouvidos, já desde a leitura silenciosa, reverberáncias dumha voz séria e profunda em que se atravessa o 'nós', a primeira pessoa do plural, no meio das palavras

Ninguém vai dar nossos nomes à imprensa

mantendo esse ritmo pausado, reflexivo, saudoso,

Deixaremos sem mais ir morrer de fame outonos

descuidaremos a sério saudosos arvoredos à berma daquela [estrada onde nunca amar-nos quigérom

para sonhar, noutra tardança, ciprestes que inventem latitudes a nosso corpo distantes o nós dos poemas de *Umha meixela depois a outra* continua a evocar a saudade dum passado que, embora colectivo, representa para o eu umha oportunidade perdida num tempo que nom voltará. O 'nós' mascara e descobre simultaneamente um povo que nom o soube ser, ou que nom soube desenvolver a capacidade de o ser, que nom é dono, portanto, de nada.

Somos legitimamente donos dumha nada feita por luitas alheias

Um povo que existe assim dominado, guiado, controlado por aqueles que, dumha maneira ou de outra nom soubérom quem eram, ou nom soubérom ser nada.

e som como o nosso povo ingénuos e doentes nom aguardeis deles gramática no ressurgimento

A primeira pessoa de plural transforma-se entom de povo em naçom, em hipótesse de naçom truncada no passado. É nesta transformaçom que se estabelecem as pontes fundamentais que conectam as duas temáticas principais deste livro, onde se possibilita a continuidade do estilo, a continuidade da voz de Entre os teus olhos. É na rememoraçom do passado à procura de respostas, na ansiedade saudosa de repensar os acontecimentos, de explicar os possíveis caminhos do futuro (individual ou colectivo), que as duas temáticas principais de Umha meixela depois a outra estabelecem as suas ligações e passam a conformar umha unidade maior, que se retroalimenta, que nos permite explicar uns poemas polos outros, compreendê-los como um conjunto caracterizado por esse olhar, muitas vezes aparentemente resignado, que pretende deitar luz sobre os factos e os feitos. As perdas individuais da intimidade som perdas físicas, irrecuperáveis, definitivamente marcadas pola distáncia temporal. As perdas colectivas som neste caso morais, mas parecem irrecuperáveis também.

Alegremente entregamos memória complacente demos em renegar escrita

[...]

de maneira que os mais correctos se fôrom acomodando habilidosamente ao [fácil

daí que os mais singelos jamais perguntem de onde vimos imos a algumha parte?

por que falam umha língua que cerne aroma para confundir lealdades

à vez que os pais deitavam suor eles emigraram à procura de escravizá-los porque somos umha naçom de covardes!

Porém, um poemário como este, que visa, desde a revisom do passado, de todos os passados, a construçom de futuros melhores, se nom totalmente diferentes; deixa necessariamente portas abertas à esperança para o universo do colectivo, sobretudo no que di respeito ao social, à vida das pessoas (primeiras, segundas ou terceiras; de singular ou e plural). É por estes caminhos que a poesia de Artur Alonso Novelhe atinge o seu pontode mais alta implicaçom, pois, para além da denúncia, propom-se também umha poesia de respostas dadas, de nessidades de futuro; capaz de se enfrentar com problemas actuais e escrever filosofia(-s) de vida desde o conhecimento de erros passados.

AGÁLIA, 87-88

Piedade polo jovem que aquece as suas veias inseindo doenças porque dentro dele o nosso corpo secou duas fronteiras

[...]

Salvai se é possível os beiços encarnados

a meninha que sonha entregá-los a um preço demasiado baixos

porque curta será a sua débil esperança

Assim, alguns dos poemas adquirem um tom transcendente, em que as respostas dadas atendem para temas como a adiçom às drogas, e as doenças que polo seu consumo se transmitem; ou a exploraçom sexual de menores. Da mesma maneira que tenta oferecer-nos respostas, o livro, continuando com esse tom reflexivo, apresenta a construçom de umha filosofia de vida em que, como na análise do passado, o poeta, disconforme e muito crítico com o modelo de sociedade em que vive, denuncia abertamente o seu egoísmo individualista

em lume ham de sucumbir todas as jóias que fostes acumulando

e o tesouro da certeza esfarelar-se-á num segundo de efémera [conversa

Contudo, esta procura do repensar o passado, de extrair dele respostas válidas para a construçom de futuros melhores, encontra-se, na revisom do divino, com o mais fraco da condiçom humana, com a nossa incapacidade de exercer um domínio pleno sobre a realidade; com os medos que isso nos infunde,

nom devemos interromper os Deuses eles sabem muito pouco da condiçom [humana mas marcam por nós sendas de viagem

mas também com necessidade da reflexom e da acçom conseqüente.

e tu
como eu
quanto aquele
devemos averiguar
a que parte do caminho seus preconceitos
[nos lancam

Reflexões sobre o passado necessárias acções sobre o presente caminham de maos dadas ao londo dos poemas de Umha meixela depois a outra para se reencontrarem na sua própria ediçom, na sua materializaçom física, já desde a opçom ortográfica reintegracionista do autor, com que, segundo di no prefácio Joel R. Gômez, Artur Alonso Novelhe "desiste de muitos possíveis reconhecimentos para trabalhar em favor da superaçom de umha realidade que tem o seu alicerce num analfabetismo imposto, que parece urgente ultrapassar num mundo mais aberto e muito mais justo".

RAQUEL BELLO VÁZQUEZ, MULHER, NOBRE ILUSTRADA, DRAMATURGA. OSMIA DE TERESA DE MELLO BREYNER NO SISTEMA LITERÁRIO PORTUGUÊS (1788-1795) (*)

por Vanda Anastácio



Como sabem aqueles que já tentaram dedicar-se a essa tarefa, o estudo das escritoras portuguesas que viveram em épocas anteriores ao século XIX é dificultado não só pela escassez de documentação que sobre elas se conhece mas, também, pelo silêncio que a História Literária fez cair sobre elas. Neste sentido, o livro que Raquel Bello Vázquez publica sobre a poetisa e dramaturga D.Teresa de Mello Breyner, Condessa do Vimieiro, (1739-post1798) é precioso para o investigador, ao pôr em evidência pontos de vista e modos de actuação de uma autora cujas obras caíram no esquecimento, apesar do papel relevante que tiveram na sociedade do seu tempo. Questionando os motivos que levaram a que assim acontecesse, Raquel Bello Vázquez propõe como objectivo deste seu trabalho a edição e o estudo da tragédia Osmia, a peca de teatro com que D. Teresa de Mello Breyner concorreu anonimamente ao prémio instituído pela Academia das Ciências de Lisboa em 10 de Maio de 1788, destinado a coroar uma «Tragédia Portuguesa». O facto de, mesmo depois de ter ganho o prémio, a Condessa ter mantido o anonimato, é ilustrativo de um tipo de estratégia simultaneamente de afirmação e de ocultação muito usada pelas mulheres de letras desta época, mas contribuiu decisivamente para impedir o reconhecimento da Condessa do Vimieiro enquanto autora, levando a que, durante séculos, se aventassem as hipóteses mais díspares sobre quem teria escrito o texto.

Para a abordagem do tipo de problemas suscitados pelo estudo de uma figura como a da Condessa do Vimieiro e de uma obra como Osmia (o desconhecimento de grande parte do que escreveu, a necessidade de recorrer a fontes indirectas para o seu estudo, o apagamento posterior da sua trajectória pela historiografia, etc.), Raquel Bello Vázquez adopta uma metodologia baseada nos trabalhos de tipo sistémico e sociológico de Itamar Even-Zohar e de Pierre Bourdieu, complementados com algumas das grandes linhas de reflexão desenvolvidas, para o estudo da literatura de autoria feminina em Portugal no século XVIII, pelo grupo de investigação a que pertence (GALABRA, Universidade de Santiago de Compostela). Assim, o livro de que aqui nos ocupamos iniciarse-á com a exposição e justificação da metodologia seguida (Parte I) continuará

^(*) O livro foi editado em Santiago de Compostela por Edicións Laiovento em 2005 (384 pp, ISBN 84-8487-080-4). A presente resenha foi originalmente publicada pola revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher. Lisboa, Edições Colibri, 2006. Agália agradece na pessoa da sua directora, a Professora Zília Osório de Castro, a gentileza da cesom.

com a tentativa de descrever aquilo a que chama «O estado do campo intelectual em Portugal na segunda metade do século XVIII» (Parte II) e «O Sistema Literário Português» (Parte III), para depois estudar mais concretamente a tragédia premiada numa última secção (Parte IV), cujo título é já ilustrativo da interpretação proposta para o drama: «Osmia como modelo de actuaçom para D. Maria I».

Mais do que o estudo de Osmia, esta obra de Raquel Bello Vazquez propõe uma reflexão sobre aquilo a que chama, na senda de Bourdieu, o «campo intelectual» onde se moveu e actuou D. Teresa de Mello Brevner. A sua tentativa de descrever, com base nos testemunhos coevos e nas análises avancadas pela historiografia recente, o modo como circulam ideias, textos, imagens do mundo, e sobretudo, indivíduos, entre determinados grupos sociais e com determinadas intenções, permite-lhe avançar interpretações que reconfiguram o modo como tradicionalmente esta época tem sido entendida pela historiografia literária. É nesta linha de análise que tentará definir o conceito de «Ilustração» - designação que prefere à de «Iluminismo» de uso mais corrente em Portugal -, que propõe uma periodização para esta corrente, ou que discute, para os rejeitar, os usos dados pela crítica literária aos conceitos de «Neoclassicismo» ou de «Pré-Romantismo». O recurso a uma perspectiva que não se reduza à simples análise das obras ou da biografia isolada dos seus autores tornase particularmente adequada ao estudo de uma produtora como D. Teresa de Mello Breyner, que não se limitou apenas a escrever (poesia e teatro), mas que procurou também, de modo discreto, mas determinado, promover determinadas ideias (literárias e filosóficas) e interferir nas decisões tomadas pelos representantes do poder político.

Para poder entender a maneira como o fez, Bello Vázguez passa em revista os modelos de comportamento propostos para as mulheres por pensadores setecentistas como Pina e Proença (1734), Luís António Verney (1746), Ribeiro Sanches (1760) e Luís Carlos Moniz Barreto (1787) assinalando a presença em todos eles de uma tensão entre o reconhecimento de uma igualdade de capacidades intelectuais e espirituais entre homens e mulheres, e a aplicação a estas últimas de uma «lei natural» que, ao destiná-las à maternidade, lhes indicaria como campo de actuação a esfera doméstica e privada. Esta última ideia, que reflecte a visão mais difundida na época, continuará a condicionar os costumes e os hábitos sociais portugueses da segunda metade do século XVIII, apesar da abertura a novos comportamentos femininos que parece ter-se verificado depois do terramoto. A questão de saber como é que, num mundo em que os modelos para o comportamento feminino limitam o acesso das mulheres à instrução e ao exercício de funções que saiam do foro privado, D. Teresa consegue adquirir um capital cultural que excede em muito o dos homens e mulheres seus contemporâneos e pô-lo ao serviço de uma actuação política, é respondida por Bello através do Vázquez estudo correspondência enviada pela Condessa do Vimieiro a D. Leonor de Almeida Portugal, futura Marquesa de Alorna. É aí que a autora de Osmia explicita e justifica estratégias como a escolha do anonimato para as suas obras, quem são as figuras em quem se apoia, ou de que modo consegue sugerir determinadas

ideias ou propostas reformistas a personalidades capazes de as pôr em prática. É sobretudo graças a esta fonte, que cruza depois com outros documentos de arquivo, que Raquel Bello Vázquez consegue, não apenas dar conta do papel decisivo de D. Teresa na fundação da Academia das Ciências, mas, também, identificar a existência, durante o breve reinado de D. Maria I, de um grupo de nobres ilustrados (a que pertecem o Duque de Lafões, o Marquês de Alorna, o próprio Conde de Vimieiro, o Visconde de Barbacena, etc.) que haviam sido afastados por Pombal durante o governo de D. José I e que procuraram, através da criação de instituições como a Academia das Ciências, «nom apenas recuperar a centralidade perdida, mas condicionar e dirigir a vida intelectual portuguesa» (p. 153).

Como seria de esperar, as suas propostas enfrentaram a resistência de outro(s) grupo(s) que haviam sido favorecidos por D. José I e por Pombal, e que procuravam manter a sua posição central no campo intelectual do período. É à luz da problemática assim esboçada que Bello Vázquez interpreta a redacção e apresentação de Osmia ao prémio proposto pela Academia em 1788. Num momento em que a imagem de D. Maria I como governante é posta em causa por diversos sectores políticos, a Condessa do Vimieiro para quem, à imagem dos pensadores do seu tempo, o teatro é uma escola dos povos e como tal tem uma função persuasiva sobre o espectador, escolhe um género destinado desde a Antiguidade a pôr em cena questões graves e personagens de alta estirpe (a tragédia), um momento da história nacional (a resistência dos povos da Lusitânia aos invasores romanos) e uma heroína mulher (Osmia) capaz de

fornecer a D. Maria um modelo de actuação política no feminino. Nas palavras de Raquel Bello Vázquez: p. 272 «Mello Breyner desenha umha sociedade onde as mulheres tenhem um destaque especial, tanto por representarem a essência dos valores dos primitivos lusitanos, como pela enorme diferença entre a sua educaçom e forma de vida e as da generalidade das mulheres das elites sociais portuguesas e europeias do último quartel do século XVIII.»

Ainda que não chegue propriamente a aprofundar a análise literária da peça e que, ao reflectir sobre a sua publicação, atribua à produção impressa setecentista um prestígio e um relevo que ela nem sempre teve, estamos perante um cuidado trabalho de investigação e de análise o qual, para além de revelar uma autora hoje quase desconhecida, traz novos dados e novas interpretações sobre os campos literário e do poder em Portugal, na segunda metade do século XVIII.







PERC

7 galegos na exposiçom 'História da Língua Portuguesa'



A exposiçom elaborada polo Centro de Estudos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Fundação para a Ciência e Tecnologia), com o apoio da Fundação Mário Soares e da Biblioteca Vítor Sá, está a percorrer diversos estabelecimentos de ensino em Portugal e mesmo no Estado espanhol.

Na Galiza foi possível visitar esta exposiçom na EOI de Compostela e nas três universidades galegas da mao d a organizaçom estudantil Agir.

Castelao, Manuel António e Ricardo Carvalho Calero som três dos sete autores escolhidos pola exposiçom itinerante 'História da Língua Portuguesa' para fazer parte da listagem

de algumhas e alguns dos «Escritores e poetas...» mais representativos da língua portuguesa ao longo da história e da geografia deste idioma.

As referências à Galiza e ao galego, porém, nom se ficam por aqui, e diferentes epígrafes dos 16 temas que inclui este recurso didáctico contenhem afortunadas explicaçons do caso galego ◆

GALEMPRESA para incrementar usos na comunicaçom corporativa

Contando com ajuda e assessoramento da AGAL, um grupo de empresas e profissionais autónomos está a trabalhar no processo de constituiçom de GALEMPRESA,

associaçom com a que pretendem coordenar esforços para incrementar a presença do galego-português nas actividades comerciais e empresariais. GALEMPRESA está em processo de elaboraçom de umha biblioteca de modelos de documentos empregados na actividade empresarial e profissional (facturas, contratos laborais, cartas comerciais, documentos contáveis, etc) para pôr a disposiçom do empresariado e pretende que a associaçom seja lugar de encontro, intercomunicaçom e mesmo mancomunado de serviços para reduzir custos. Por cima de desencontros normativos ou ideológicos, o grupo Galempresa pretende ser



um lugar de encontro de empresariado e profissionais que apostam pola vitalidade da língua. É por isso que, apostando polo uso do galego-português segundo o critério da Associaçom Galega da Língua, este novo colectivo disponibilizará a documentaçom também nas outras normas em uso na sociedade galega •

A Esmorga nom fecha

A Cámara Municipal de Ourense, na Junta de Governo realizada o passado dia 7 de Julho, decidiu levantar o precinto do Centro Social A Esmorga, fechado anteriormente por carecer, segundo o governo municipal de permisso de abertura. Este acordo, esperado por muit@s cidadaos/ás, nom é mais que a consequência da pressom exercida nos últimos meses e da campanha de solidariedade e denúncia dos factos acontecidos com o encerramento deste Centro Social.

Sob a legenda «A Esmorga não cala, a Esmorga não fecha!» os sócios da Esmorga levárom o seu trabalho a todos os pontos da cidade, realizando nas ruas de



Ourense o que vinha a ser a sua actividade orgánica normal. Aos cursos de pandeireta e língua, às charlas sobre memória histórica, incêndios etc, somaram-se actividades reivindicativas e de denúncia que evitárom, pola importante adesom da cidadania e de outras organizaçons o encerramento deste Centro Social, com certeza incómodo para a política do governo da Cámara Municipal, mas de importáncia crescente para a vida cultural galega e particularmente da cidade ourensá•

homenagem radiofónica Luís G. Blasco «Foz»



Com o motivo da realizaçom no passado mês de Agosto em Burela do Encontro Cultural dedicado ao 25º Aniversário da AGAL, a emissora local Rádio Foz dedicou um programa específico ao histórico do independentismo político e do reintegracionismo lingüístico Luís G. Blasco «Foz». Sob formato de tertúlia radiofónica, o programa foi ideado e produzido pola poeta focense Laura Branco, também membro da AGAL, que estuda Filologia em Santiago de Compostela e está a preparar um trabalho de investigaçom sobre o entrevistado.

As perguntas ao protagonista começárom pola sua infáncia em Foz, as primeiras experiências académicas, as lembranças do seu tempo em Madrid e as vivências como integrante do Colectivo Brais Pinto. «Foz» respondeu, também, a questons referentes à sua etapa compostelá (com a constituiçom do Coselho da Mocidade e a fundaçom da UPG); ao exílio na França; ao retorno à Galiza; e à AGAL e o reitegracionismo◆

Festa da Língua comemora XXV Aniversário AGAL

Foi no sábado, dia 15 de Julho. Os actos do 25º Aniversário da Associaçom Galega da Língua começárom com a celebraçom, na Carvalheira de Sam Justo, no concelho de Cotobade, da Festa da Língua. O programa de actos compreendeu um roteiro guiado polas gravuras rupestres de Campo Lameiro e Cotobade, um jantar popular, jogos tradicionais e música e dança com Servando, o Grupo Monteira de Danças do Mundo e vários outros grupos de pandeireteiras e gaiteiros ◆



PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

<u>Prof. José</u> Manuel Barbosa: novo trabalho

Em «Bandeiras da Galiza», José Manuel Barbosa recupera e analisa a realidade histórica das bandeiras e simbologia galegas a partir do trabalho elaborado para a Galeria do PGL polo próprio autor com o apoio gráfico de Iolanda Rodal Calvar e os contributos de Heitor Rodal, Ivám Fontám e Jorge Rodrigues. Agora, melhorado e acrescentado com alguns símbolos, como a bandeira da língua e o Escudo da Galiza, criados polo próprio autor, publica-se este trabalho com o que, em palavras do autor «os galegos poderemos contar com mais representaçons nacionais do que a última bandeira que se reconhece como galega, a branca e azul e assim identificarmo-nos com a nossa própria história, peça fundamental da consciência nacional» •



I Festival da Mocidade em Vilar de Santos



No dia 18 de Agosto celebrou-se a I^a Edicom do Festival da Mocidade em Vilar de Santos, na comarca da Límia, organizaçom da associaçom Aguilhoar com a ajuda e colaboraçom da AGAL. Considerado polos organizadores como «um novo ponto de encontro da mocidade tanto galega quanto portuguesa», o festival compreendeu no seu programa de actividades jogos populares, teatro em rua, recital de poesia, acto homenagem do 25º Aniversário da AGAL, jantar popular, foliada e concertos das bandas: Zumbido, A Vaga Banda e Ghreska◆

MDL: propostas de política linguística

O MDL dirigiu-se à Conselharia de Cultura, com onze propostas em que recomendam entre outras: um maior achegamento à Lusofonia, a defesa do topónimo Galiza, o apoio à recepçom das rádios e televisons portuguesas, a promoçom da leitura de imprensa em galego e português ou umha nova legislaçom de concesons a rádios que operam na Galiza para cumprirem uns mínimos de antena na nossa língua.



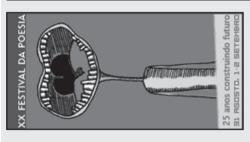
25º aniversário da AGAL em Burela

O auditório da Casa da Cultura de Burela acolheu, no dia 11 de Agosto, a destes abertura encontros homenagem do 25º aniversário da Associaçom Galega da Língua com um Festival Poético-Musical que contou com a participacom de várias das novas vozes poéticas da Marinha e o concerto dos grupos musicais As Ferrenhas, os Zarapalheiros e a Burela Blues Band. No dia a seguir, as actividades continuárom no Salom de Actos da Casa do Mar com um Obradoiro de Língua e Sociedade, coordenado polo presidente da AGAL, que contou com a participaçom de Ramom Reimunde, Héctor Canto, Laura Blanco, Senim G. Banho e Roberto Bouça. Nos dias 16 e 22 deste mesmo mês, também na Casa do Mar de Burela. celebrárom-se duas tertúlias para



completar o programa de actividades. A primeira, dedicada à formaçom do galeguismo moderno entre os anos 1960 e 1980, tivo como protagonista a Luís G. Blasco «Foz», e a segunda, que contou com a participaçom do o jornalista de origem africana João Carlos, autor de diversos programas sobre Galiza e o Galego emitidos para no canal internacional da Deutsche Welle, foi dedicada aos meios de comunicaçom◆

XX Festival da Poesia de Salvaterra, 25 anos



A SCD do Condado organizou a vigésima ediçom do Festival da Poesia com vontade de continuar com o caminho andado, mas também com vontade de mudar. O facto de se cumprirem 25 anos da primeira ediçom, em 1981, e celebrar-se este ano o XX Festival, junto com as pequenas mudanças que vive o País, motivárom a vontade de reformular e impulsionar o Festival. Alargou-se o programa qualitativa e quantitativamente: houve mais um dia de Festival e o evento

medrou em actividades, perspectiva, projecçom, e, aspirando a ampliar também a assistência de público. 25 anos fazendo país, 25 anos construindo futuro no caminho da liberdade.

Assim, o festival contou este ano com exposiçons; pintura de Ánxel Huete, Francisco Mantecom, Xosé Guillermo, Mario Granell e Xosé Lodeiro: fotografia de Manuel Sendón e Xosé Luís Suárez Canal; exposiçom e fabricaçom de instrumentos musicais. cinema. documentários, música, feira popular, curta-metragens; Ska e Hip-Hop de Dios Ke Te Crew (Galiza), Betagarri (Euskal Herria) e Banda Bassotti (Itália); ruada popular, festa infantil e festival-poético musical com os poetas: Sánchez, Antia Rodríguez, Lucía Novas Garrido, Xulio López Valcárcel, Eduardo Estévez, José Alberte Corral Igrejas, Lucía Aldao, Luz PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

Fandiño, Maria do Cebreiro, Séchu Sende, Marta Dacosta, Leire Bilbao (Euskal Herria), Luis Filipe Cristóvão (Portugal) e Guita JR. (Moçambique) e os grupos musicais: Donicelas (Pandereiteiras de Salzeda de Caselas, GZ), Tino Baz (Cantor de A Guarda, GZ), A Quenlla e Miro Casabella (Música tradicional da GZ), Terrakota (Mestizagem de Lisboa, Portugal) e Lamatumbá (Mestizagem de Ourense, GZ)◆

Concha Rousia no III Certame Literário Feminista



«A Língua de Joana C.» de Concha Rodríguez Perez (Concha Rousia) recebeu um accésit que inclui o romance entre os galardoados na III ediçom do Certame Literário Feminista do Condado, o único certame literário exclusivamente para mulheres que existe na Galiza. A autora, vizinha de Briom, ganhou em 2004 o Certame de Narrativa Curta do Concelho de Marim com o relato «Segredo de Confissão» e deu a conhecer posteriormente o seu primeiro romance, As Sete Fontes, na editora portuguesa Edições ArcosOnline.com◆

materiais AGAL na Faculdade de Letras do Porto

A iniciativa, desenvolvida ao longo do passado mês de Junho de 2006, e coordenada por Luís Magarinhos com a colaboracom de Paulo Cundins. assentou-se na distribuiçom de umha série de materiais de divulgaçom entre o corpo docente ligado ao «Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos» da FLUP. Os materiais entregues a cada professor e professora foram um CD-ROM com multidom de artigos (muitos dos quais se encontram disponibilizados na secçom de descargas do PGL), diversos registros sonoros e audiovisuais (extraídos na sua grande parte do portal «Versão Original») e até uma importante amostra sonora de tradicional música galega contemporânea de diversos estilos. Junto com o CD-ROM, alguns docentes receberam também um amplo dossier impresso, com vários dos materiais e artigos disponibilizados em formato .pdf no próprio CD, assim como diversas informações relativas a diferentes aspectos linguísticos, culturais, políticos



e socio-económicos da Galiza actual. A AGAL tenta assim, ao apoiar e financiar esta iniciativa, incidir de forma âmbito estratégica no académico português, que na sua generalidade é grande desconhecedor realidade linguística e cultural galega. Uma actuaçom, que ao apresentar um custo relativamente baixo em relaçom à sua efectividade, por atingir um público-alvo de importância capital, deverá ser repetida num futuro em outros centros académicos portugueses e mesmo brasileiros◆

Corcubiom: 1a instituiçom da GZ que usa norma AGAL

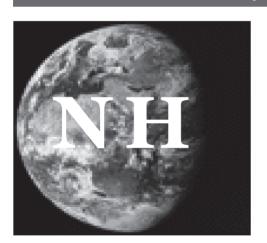
O Concelho de Corcubiom é o primeiro da Galiza que tem a sua página oficial em galego-português graças ao trabalho e colaboraçom com a AGAL. Como noticiam no blogue «A Lobeira», inserido no próprio sítio, com isso pretendem abrir as suas portas «a todos os falantes lusófonos do mundo», acrescentando ainda no próprio portal que: «Nós, continuadores da melhor tradiçom galeguista, apostamos por reintegrar a nossa língua no ámbito que lhe é próprio: a Lusofonia».

A página oficial de Corcubiom coloca versons em «Galego-Português e Galego», apostando de facto polo que poderíamos chamar «binormativismo»,



além de também disponibilizar versons em inglês e espanhol. Para além disso, o portal dedica umha das suas secçons ao galego, com uma focagem voltada, sem nengum tipo de dúvidas, para o reintegracionismo◆

PLANETA NH alcança 100.000 partidas



Um ano e médio após o seu lançamento, o site que une saber e lazer, alcançava no passado Setembro as 100.000 partidas iniciadas, mais de 500 diárias, para imensa alegria dos seus responsáveis. Pessoal da Galiza, do Brasil, de Moçambique e de Portugal tem contribuído com os seus jogos para este pequeno sucesso. Som numerosos os jogos que visam aspectos culturais, geográficos e históricos de países lusófonos embora tenham sido autores e autoras da Galiza e Portugal os que mais se tenham destacado em divulgar aspectos dos seus países •

TRIBUNAL SUPERIOR denega direito atendimento em galego

O Tribunal Superior de Justiça da Galiza sentenciou em dias passados desestimando a denúncia de um cidadao galego que, após ter recebido umha notificaçom de um julgado da Corunha, reclamou que o juiz decano devia tê-la enviado na língua própria da Galiza. A sentença, que reconhece aos magistrados o direito a emitirem notificaçons em espanhol, sem que lhes poda ser exigido o uso do galego, situa o direito dos magistrados a notificarem em espanhol por cima do direito à escolha da cidadania.

PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

O caso tem especial gravidade por tratar-se de um ámbito em que o galego nom consegue umha presença minimamente significativa, incluindo a negativa de alguns magistrados a colaborar em casamentos na nossa língua e outras discriminaçons derivadas da falta de esclarecimento quanto aos direitos lingüísticos efectivos que correspondem aos galego-falantes face a juízes, fiscais e o aparelho de justiça em geral •



FALA CEIVE pede maior reconhecimento estatutário do galego

A Associaçom Cultural Fala Ceive do Berzo (www.falaceibe.tk), dirigiu-se, no passado mês de Setembro, à cidadania do Berzo e do conjunto da Galiza em pedimento de ajuda para demandar ante as Cortes de Castela e Leom umha maior protecçom da língua galega na reforma do Estatuto de Autonomia desta Comunidade Autónoma. De Fala Ceive lembram, em palavras do seu presidente Xabier Lago Mestre, que «já a pressom social e política tivo os seus resultados positivos em 1998, quando se conseguiu a inclusom da língua galega no actual Estatuto de Autonomia de Castela e Leom». Agora, com a pretensom de atingir um maior reconhecimento legal para o galego do Berzo e a Alta Seabra, que permita a necessária normalizaçom lingüística destes dous territórios, a associaçom berziana chama novamente à implicaçom da cidadania.

MESA exige a Tourinho garantir galego na Corunha

A Mesa apontou para o presidente da Junta da Galiza, Emilio Pérez Touriño, como responsável pola situaçom que se vive na Cámara Municipal da Corunha, onde a referida associaçom detecta a «vulneración» da legalidade lingüística perante o silêncio do máximo repre-



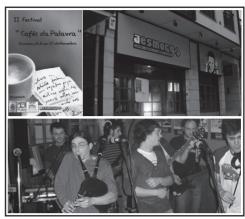




sentante da instituicom autonómica. A Mesa considera que o silêncio «por mais tempo» de Touriño seria um «pésimo exemplo cívico», atribuível à facto de ele e Javier Lousada terem «o carné (cartom) do mesmo partido». A instituicom municipal corunhesa mantém, em opiniom da Mesa, a «mesma política contraria ao idioma galego que mantiña Francisco Vázquez», incumprindo o actual Estatuto de Autonomia e vulnerando sentencas do Tribunal Superior de Justica da Galiza, o Supremo Tribunal e o Tribunal Constitucional espanhóis. Daí que exija a Peres Tourinho que defenda «os dereitos lingüísticos dos seus cidadáns e cidadás», consoante as declaraçons com que no passado mês de Novembro defendera o uso do topónimo oficial "A Coruña" por parte das diversas instituicons♦

II Edicom Festival CAFÉS DA PALAVRA

Coincidindo com a inauguraçom do novo local da associaçom, situado agora na Rua Telheira nº 9, perto do Câmpus universitário de Ourense, tivo lugar, na primeira semana de Novembro, a II Ediçom dos "Cafés da Palavra". Festival música, poesia, conta-contos, "Cafés" conversas... os som um verdadeiro lugar de encontro para a palavra da palavra que, após o número de assistências e o espectacular acolhemento da primeira ediçom, cumpriu neste segundo ano o objectivo de objectivo e ampliar a actividade e achegá-la a públicos mais heterogéneos. A combinaçom de géneros e a heterogeneidade dos participantes som característica fundamental deste encontro multidisciplinar de criadores que, para além do Centro Social d'A Esmorga, foi acolhido de maneira itinerante por diferentes locais da cidade como O



Trampitán, Auriense, Olho Ledo, O Moucho... Este ano, os assistentes aos "Cafés" pudérom contar com a cumplicidade de Carlos Rafael, Laura Branco, O Carrabouxo, Artur Alonso Novelhe, Roi Vidal Ponte ou os Güezos; entre muitos outros participantes◆

«V Colóquio da Lusofonia» em Bragança

«Do Reino da Galiza até aos nossos dias: a língua portuguesa na Galiza» foi o título do V Colóquio da Lusofonia, que teve lugar no Centro Cultural de Bragança de 2 a 4 de Outubro. O tema central proposto pola organizaçom foi «o problema da língua na Galiza: como se impõe uma língua oficial alheia, que não é falada pela maior parte dos habitantes. Análise da situação. desenvolvimentos nos últimos anos. projectos e perspectivas presentes e futuras», ainda que houve tempo também tratar outras para problemáticas como a da traduçom e desfrutar de concertos e diferentes actividades culturais e de lazer.

Na jornada de inauguraçom, o Delegado da Conselharia de Cultura em Ourense e representante oficial no acto da Junta da Galiza, Xosé Carlos Sierra,



manifestou «nom ter dúvidas de que galegos e portugueses falam afinal a mesma língua com evoluçons históricas diferentes». Nessa mesma sessom de abertura, o Vice-presidente da autarquia de Bragança, Rui Caseiro, anunciou que essa Câmara Municipal vai instituir o «Prémio Literário Lusofonia» aberto a trabalhos oriundos de todo o mundo onde se fala português e que será atribuído pola primeira vez em 2007.

6 PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

Posteriormente. Colóquios contárom os representaçom das Universidades de Corunha, Vigo, Santiago de Compostela, Valhadolid, Salamanca, Coimbra, Minho, Évora, Madeira, Açores, Ljubljana (Eslovénia), Université Lumière Lyon2 (França), Università Degli Studi Suor Orsola Benincasa, Nápoles (Itália), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Brasil e da Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte: e neles participárom integrantes das seguintes associacons culturais galegas: Ass. Amizade Galiza-Portugal, AGAL, Movimento Defesa da Língua, Plataforma para a recepção das Rádios e Tvs portuguesas na Galiza, Confraria Queirosiana, Arte Tripharia e Minho Media





Renasce o grupo da AGAL de Compostela



Após a sua primeira reuniom no passado mês de Outubro, um grupo de sócios da AGAL decidiu empenhar-se na revitalizaçom de um grupo local em Compostela, com o objectivo de «fortalecer a associaçom numha localidade fundamental, a própria capital do País.» Em opiniom destes só-cios, «o trabalho que se pode desenvolver numha cidade como Compostela é enorme, desde formativo até de base, como já tem

demonstrado o enorme activismo desenvolvido por outros colectivos prónormalizadores». Precisamente, a colaboraçom constante com o tecido associativo da cidade, e nomeadamente com o galeguizador, é algo que a AGAL Compostela nom quer descuidar, «para tornar mais eficientes as reivindicaçons em prol da língua» ◆

II Simpósio Internacional «Letras na Raia»

Cerca de trinta escritores de Portugal e da Galiza assistírom ao «II Simpósio Internacional Letras na Raia – As palavras voam por cima da raia», que decorreu entre 13 e 15 de Outubro em Vila Nova da Cerveira e Goiám (Tominho).

A iniciativa, promovida pela Associaçom de Escritores em Língua Galega (AELG) e apoiada pelo Instituto Camões, visa promover a reflexom e o debate em torno da criaçom literária dos dous lados da fronteira, o estabelecimento de contactos e a criaçom de estruturas estáveis de relacionamento entre a Galiza e Portugal, bem como com outros países de língua portuguesa. José Carlos de Vasconcelos, Jacinto Lucas Pires, María Canosa, Paco Souto, Antonieta Preto, Jorge Reis-Sá, Carlos Figueiras, María Lado, Nuno Travasso, Pedro Barata, Antía Otero, Marcos Abalde Covelo, Dulce Maria Cardoso, Rafael Xaneiro, entre outros convidados.







COLÓQUIO INTERNACIONAL AGOSTINHO DA SILVA





Enquadrado dentro das Comemorações Internacionais do Centenário do Nascimento do pensador e humanista português, o evento teve lugar os dias 30 e 31 de Outubro na Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela. Agostinho da Silva (nascido no Porto em 1906), é considerado um dos mais importantes pensadores e humanistas portugueses do s. XX, sendo um dos temas centrais da sua obra e o seu pensamento as culturas de língua portuguesa no mundo.

Precursor da actual CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), o «seu pensamento combina elementos de panteísmo, milenarismo e ética da renúncia, afirmando a liberdade como a mais importante qualidade do homem. Agostinho da Silva, pode ser considerado um filósofo prático e empenhado, através da sua vida e obra, na mudança da sociedade.» De orientaçom profundamente heterodoxa, a obra de Agostinho da Silva abrange áreas dispares como a filosofia, história, poesia ou a pedagogia entre muitas outras, sendo o tratamento holístico e complexo das problemáticas humanas e planetárias, um dos traços fundamentais do seu pensamento.

Participárom deste colóquio internacional sobre a sua figura e pensamento, organizado conjuntamente polo Instituto Camões, a Vicerreitoria de Cultura e a Faculdade de Filosofia da Universidade de Santiago de Compostela e a Associação Agostinho da Silva, acudiram investigadores galegos, portugueses e brasileiros como Paulo Borges, José António Lozano, Elizabete de Almeida Ellys, António Braz Teixeira, António Gil Hernández, Rui Lopo, Celeste Natário, Manuel Cândido Pimentel, Luís Garcia Soto, Ricardo Ventura, António Cândido Franco, Joaquim Domingues, Miguel Real, Amon Pinho e Renato Epifânio◆

crianças galegas preferem castelhano

O grupo de investigaçom Koiné da Universidade de Santiago de Compostela fijo públicos os resultados de umha investigaçom começada fai dez anos, em 1996, na qual pretendiam definir um córpus lingüístico das crianças galegas. Umha das principais conclusons é que mesmo os meninos que falam galego de forma freqüente, se exprimem de preferência em castelhano em determinados contextos. Os resultados da investigaçom já fôrom publicados no CHILDES (*Child Language Data Exchange System*), o sistema de transcriçons lingüísticas mais difundido.

Para a elaboraçom do estudo, analisárom gravaçons e audiçons feitas a um total de 71 nenos de Compostela, de Lugo e da Estrada. Destes, 4 em 10 (29 nenos) utilizárom sempre o castelhano de preferência, quase a metade usárom o galego nalgumha ocasiom (34 meninos), enquanto apenas 8 crianças falavam galego de forma

PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

freqüente. A explicaçom oferecida por *Koiné* é que o entorno resulta mais favorável para a expressom em castelhano, o que se traduz em episódios de diglossia e na mistura de diferentes categorias gramaticais em galego ou espanhol nos segmentos de idade mais jovens, dando pé a umha espécie de castrapo. Por sua parte, o director do CHILDES, Brian J. MacWhinney, assegura que o trabalho do grupo *Koiné* permite, pola vez primeira, compreender quem usa o galego, quando e em que contextos, ao mesmo tempo que comprovar como é que essas escolhas vam mudando segundo a criança medra. Em sua opiniom, a investigaçom pode ajudar a sugerir os passos necessários para a manutencom do idioma a meio prazo.





Um adeus... e um olá!!!

Por Vítor Manuel Lourenço Peres

A partir de já e durante os primeiros meses de 2007 o projecto do Portal Galego da Língua irá tomando um novo rumo e terá uma nova gerência. Ligado, de alguma maneira, à eleição dos novos órgaos directivos da Associaçom Galega da Língua, entidade patrocinadora do PGL, a equipa de trabalho deste portal, quer técnica, quer mais jornalística, renovar-se-á sensivelmente. Entre essas renovações saliento aqui a da própria Direcção, até os dias de hoje sob a minha responsabilidade.

É, pois, um adeus para alguma das pessoas que, comigo, trabalharam, designadamente, neste último ano. E um olá para um grupo que, com sávia nova, estou certo que fará tudo para dar o impulsionamento vital a um projecto que, como todos na internet, necessita constantemente novos ares. Será a partir dessa nova equipa e, acho, em coordenação com os novos responsáveis directivos pela própria AGAL, que os próximos meses, mesmo anos, poderão render importantes frutos em prol da Lusofonia na Galiza.

Aproveitando a oportunidade de me dirigir directamente a todos e todas os visitantes deste espaço na rede, estas linhas querem agradecer profundamente o esforço, compreensão e trabalho que, cotovelo com cotovelo, mantiveram comigo inúmeras pessoas nestes últimos 5 anos em que eu me dediquei, quase por inteiro, a este projecto.

Não faço questão em nomes, mas sim em salientar todas as pessoas que fizeram parte e colabaram com o grupo de trabalho para a internet, primeiro, a Comissom Informática da AGAL, logo a seguir, e o primeiro Conselho de Redacção do PGL, finalmente. Todas podem dar-se por aludidas ou, então, podem não dar-se, à vontade. Ainda, claro, ao próprio Conselho da AGAL com o qual sempre mantive um relacionamento dinâmico e construtivo.

Igualmente, agradeço o contributo desinteressado das inúmeras pessoas que, quer através das notícias enviadas, redigidas expressamente para este meio, quer através do artigos de opinião, reportagens, organizações de encontros ou, simplesmente, com a sua participação nos foros de debate e comentários, conseguiram que o sangue fosse «bombeado» constantemente pelo corpo todo do agal-gz.org.

Comentário especial para as pessoas que trabalharam para fazer realidade sítios como e-Estraviz. A passagem do tempo virá a demonstrar que foi um «feito histórico» essa iniciativa e que, tou certo, logo se verão novos e positivos resultados. Acrescentar também, a grande utilidade do Planeta NH ou a vitalidade dos Bloques agal-gz. E, também, comentário especial para a solidariedade chegada de Portugal, do Brasil e de muito outro pessoal por aí fora.

Ainda, umas palavras sentidas de agradecimento para algumas das pessoas com as quais, graças ao trabalho nesta e para esta causa, travei uma funda amizade. Talvez não voltemos a trabalhar nem tão perto, nem no mesmo espaço, mas no caminho desta luta justa e de justiça estaremos sempre juntos, às boas e às más, mesmo na discrepância.

Enfim, para tudo aquilo que envolveu uma iniciativa na qual me comprometi num dia de Setembro de 2001, tomando um bom café com um outro bom amigo, um forte abraço, um adeus e até sempre. Peço desculpa pelos erros, a possível falta de compreensão ou profissionalismo e faço votos para que isso tivesse perturbado no mínimo quaisquer vontades.

E deixo dito, um olá para a nova equipa!!!◆

*[Reproduzimos na íntegra a carta de despedida do Vítor Manuel Lourenço Peres como Director do Portal Galego da Língua, publicada o dia 1 de Novembro de 2006 no PGL, um modo de fazer justiça ao seu trabalho incansável à frente de um meio de comunicaçom que passou nestes últimos anos de ser o web corporativo da AGAL a se tornar referente informativo do reintegracionismo e da actualidade lingüística na Galiza]

Jornadas Software e Conhecimento Livres



Entre 30 de Novembro e 3 de Dezembro de 2006, celebrárom-se no Porrinho as I Jornadas Galego-Lusófonas de Software e Conhecimento Livres, organizadas por AGNIX e o Concelho do Porrinho. Assistírom a estas jornadas peritos na matéria, de origem brasileira, portuguesa, e galega, entre os quais vários membros da AGAL. Antes da abertura das jornadas o alcaide do Porrinho, Raul Francês, declarava que durante quatro dias, o Centro Cultural Municipal acolheria obradoiros e mesas em que se tratariam as principais novidades e avances do software livre, e as vantagens que podem achegar à democratizaçom da transmissom do conhecimento em âmbitos como a educaçom, a cultura, a administraçom ou a empresa e que nas jornadas ocupariam um papel importante as portas que se abrem ao posicionamento da língua galega e à lusofonia nas novas tecnologias com o desenvolvimento do software livre◆

PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO

jornada 8 Novembro com divisom

A convocatória de paralisaçons nos centros de ensino e concentraçons nas delegaçons da Junta atingiu menor adesom do que em anos anteriores e foi criticada por diversos sectores normalizadores e estudantis. Nom é o primeiro ano que se convocada umha jornada de protesto polo incumprimento da legislaçom sobre uso do galego no ámbito educativo, mas desta vez a convocatória viu-se envolvida pola polémica, devido às acusaçons de diversos sectores polo alegado unilateralismo com que terá agido a Mesa pola Normalizaçom Lingüística. A participaçom do estudantado galego na jornada reivindicativa parece ter sido inferior à de outros anos, nomeadamente nas



escassas concentraçons convocadas, onde só pequenos grupos de estudantes terám aderido ao apelo da Mocidade pola Normalizaçom. A Junta estimou em 44% a percentagem de alunos e alunas que deixárom as aulas, enquanto a entidade convocante calculou em 90% a adesom estudantil à jornada de paralisaçom.

Entretanto, sectores de Galiza Nova e dos Comités Abertos de Escola e Faculdade acusárom a juventude da Mesa de fazer umha convocatória fechada e apressada, e mesmo de apresentar esses colectivos como promotores sem consulta prévia, o que de umha parte terá reduzido a incidência da campanha e de outra provocado a limitada adesom das referidas organizaçons. Também a entidade estudantil independentista, AGIR, foi crítica com os termos em que a jornada reivindicativa foi organizada, denunciando a «exclusom» com que a Mesa age em relaçom à formaçom independentista. AGIR reclamou à Mesa, Galiza Nova e CAF-CAE um «reconhecimento mútuo» que permita campanhas conjuntas no futuro. Por seu turno, a Assembleia da Mocidade Independentista e o Sindicato de Estudantes sim difundírom comunicados de apoio incondicional à paralisaçom, tal como o Movimento Defesa da Língua, que requereu oficialmente tanto ao BNG como ao PSdG-PSOE que proponham um debate parlamentar ou a abertura de umha comissom de acompanhamento do grau de cumprimento do Decreto 247/95.

PP pede que o galego «deixe de ser obrigado»



Em Novembro de 2006, deputados do Partido Popular apresentárom na Cámara Baixa espanhola umha iniciativa parlamentar contra o que denominam «marginalizaçom do castelhano na Galiza». O Partido Popular continua com a sua peculiar interpretaçom de aquilo que se passa nos territórios em que existe umha língua «cooficial» junto ao idioma oficial do Estado. O porta-voz da área educativa do PP, Eugenio Nasarre, e a exconselheira da Educaçom da Junta da Galiza e

deputada em Madrid, María Jesus Sainz, apresentárom em conferência de imprensa umha inicativa parlamentar que visa «garantir que os professores de Língua e Literatura [espanholas] podam elaborar a programaçom da matéria em castelhano».

Os deputados do PP afirmárom que no nosso país o professorado da área de Espanhol é «obrigado» a usar o galego sob «ameacas», e pedírom que o Congresso madrileno garanta mediante umha proposicom nom de lei o «direito e liberdade» do pessoal docente a elaborar as programacons didácticas na língua oficial do Estado. O principal partido da oposicom parlamentar denunciou que «num centro de ensino de Ferrol» vários docentes fôrom «ameacados» com a abertura de expedientes disciplinares por nom terem redigido em galego a programaçom da matéria de Língua e Literatura Castelhana. O PP qualificou de «vulneracom e atropelamento» ao direito e liberdade dos docentes a empregar «a língua oficial de todos os espanhóis que, além do mais, é a da sua matéria». Nasarre e Sainz mostrárom-se especialmente sensíveis com o «prejuízo pedagógico» que causaria o facto de ser redigida em galego a programacom da referida matéria, nomeadamente polo direito de maes e pais a lerem esse documento. O prejuízo viria, sempre segundo o deputado e a deputada, do facto de os progenitores se verem forçados à leitura em galego e nom na língua em que a matéria deve ser leccionada. Mas a iniciativa parlamentar do PP nom fica por aí, chegando a falar de «imposiçom» no uso do galego: «é o caminho da imposiçom e a sançom, algo totalmente afastado das posicons normalizadoras», em palavras de María Jesús Sainz. Por seu turno, Eugenio Nasarre acrescentou que existe umha «ofensiva» do nacionalismo [galego] na Galiza, que partiria do «assédio» à língua espanhola, e teria por base a «imitaçom do modelo catalám» (sic). Para os representantes do PP, «é algo aberrante e nom fai o menor sentido. Achamos que esta ofensiva, que apenas vai produzir efeitos altamente prejudiciais, deve ser combatida»◆

MDL: 10 anos de vida

Coincidindo no mesmo dia com a IX Assembleia Geral, o MDL celebrou um almoço comemorativo do 10º aniversário no local compostelano "O Dezaseis" que, em plavras dos organizadores, pretendeu «juntar o maior número de pessoas que estiveram ou colaboraram com a organização durante todo este tempo». Para este encontro fôrom convidadas mais de 150 pessoas e 15 organizaçons. De manhá



realizou-se a IX Assembleia para a renovaçom do Conselho e a aprovaçom da planificaçom de trabalho para o novo período em que o MDL continuará a procurar a representaçom das pessoas que na Galiza acreditam na recuperaçom da língua galega integrando-a no ámbito cultural da Lusofonia. •

Gentalha do Pichel insiste no nome da Praça da Galiza

O colectivo santiaguês A Gentalha do Pichel apresentou umha moçom à Cámara Municipal de Compostela em que solicita a galeguizaçom do nome da emblemática praça da capital galega. É a segunda vez que esta associaçom fai o mesmo pedido à Cámara utilizando o mesmo procedimento. O pedido desta organizaçom cultural assenta no sentir maioritário dos colectivos e pessoas "comprometidas com o progresso e a normalizaçom lingüística da cidade, que tenhem solicitado por todos os

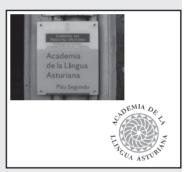


meios a recuperaçom do nome do País: Galiza." Afirmam que a reivindicaçom é "absolutamente maioritária" no galeguismo lingüístico e "consensual" nos sectores normalizadores da sociedade. Por isso, nom conseguem entender como, apesar de a forma "Galiza" ter sido reconhecida como legítima polas Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego, cujos autores e autoras se contavam até há pouco como os únicos detractores da mesma, a Cámara continua a virar as costas à sociedade civil que já a assumiu como única forma possível em galego •

Academia de la Llingua Asturiana e o «galego-asturiano»

A Academia de la Llingua Asturiana (ALLA) apresentou em Novembro de 2006, na vila de Návia, um relatório dedicado a estudar a perspectiva histórica, social e lingüística da variedade falada no território galegófono sob administraçom autonómica das Astúrias. Entre as conclusons do estudo, destaca a proposta de rebatizar o galego-português falado nas comarcas da Terra Návia-Eu e Vale do Íbias

com o nome de «lengua eonaviega» ou «lengua del Navia-Eu», em lugar da denominaçom habitual de «galego-asturiano». A presidenta da Academia asturiana, Ana Cano, defendeu a proposta a partir das «conotaçons pejorativas» que para essa entidade tem a etiqueta «galego-asturiano», devido à defesa por parte de alguns sectores dessas comarcas e da Galiza administrativa dos traços culturais que as ligam com a identidade galega. De facto, a Academia de la Llingua Asturiana quer reformar o padrom escrito das falas da Terra Návia-Eu e Vale do Íbias, tendo previsto apresentar umha nova proposta com



pretensons de oficialidade. Segundo publicou o jornal asturiano La Nueva España, o relatório da ALLA tenciona «desmontar todos os argumentos dos sectores nacionalistas galegos que propugnam a identidade galega dos concelhos do Návia-Eu», para o qual inclui os resultados de um inquérito realizado pola própria entidade asturiana que terá determinado que «74% das pessoas inqueridas se consideram «asturianas de gema» e 98% propom nomes diferentes de «galego-asturiano». O relatório académico fai um percurso histórico para defender o carácter asturiano das comarcas em causa, chegando a afirmar que o rio Návia «nom é fronteira de nengum aspecto cultural identificável com a cultura galega, tal como o rio Eu tampouco é». Em relaçom ao novo padrom lingüístico «oficial» que a ALLA quer propor para as variedades do galego-português faladas em comarcas administrativamente asturianas, Ana Cano declarou que «todas as variantes serám respeitadas. Na verdade, essa normativa já existe e agora vamos é modificar algumhas questons e que essas normas sejam definitivas». Na perspectiva da referida Academia, estaríamos perante umha nova língua neolatina, até hoje nom localizada como tal por nengum estudo filológico, que viria aumentar o número de romances ibéricos, ao surgir um novo idioma localizado entre os espaços galego-português e o astur-leonês. De facto, a ALLA já propujo que o novo Estatuto de Autonomia asturiano reconheça a oficialidade dessa nova língua junto à da propriamente asturiana◆

Marisol Lopes admite carências

A secretária geral da Política Língüística, Marisol Lopes, anunciou a posta em andamento de um novo «programa de capacitaçom» que tem os trabalhadores e trabalhadoras notariais como público-alvo, e a possibilidade de oferecer atendimento em galego como objectivo. Marisol Lopes anunciou no passado dia 24 no



Parlamento autónomo umha série de medidas rumadas a «fazer possível o uso habitual do galego no sector dos cartórios notariais, consoante estabelece o Plano Geral de Normalizaçom da Língua Galega». A secretária geral reconheceu que «temos constáncia dos entraves colocados a muitos cidadaos para lhes serem redigidos em galego os seus documentos notariais». Daí que o departamento que dirige resolvesse aplicar algumhas medidas correctoras que começárom com um «primeiro contacto com o decado da Ordem Notarial», que terá manifestado «o seu compromisso com a língua galega», compromisso que deverá materializar-se numha próxima reuniom entre ambas partes, segundo assegurou Marisol Lopes. De resto, as acçons anunciadas por Lopes passam por enviar «diversos formulários notariais em língua galega», bem como «textos jurídicos precisos e válidos do ponto de vista técnico» e «licencas monoutilizador do tradutor automático ESGL, que permite umha traduçom imediata e rigorosa do castelhano para o galego». Além do dito, a Junta distribuirá nos cartórios galegos cartazes que indiquem, «em lugar visível», a possibilidade de os documentos serem redigidos em galego, «com o fim de gerar umha procura social dos serviços documentais em língua galega». Resta agora comprovarmos se estas actuaçons som finalmente levadas a sério pola Administracom ou se limitam a umha aplicacom orçamenária e «burocrática», carente de qualquer efectividade real na mudança dos mecanismos da desigualdade lingüística, como tem sido a norma nas últimas décadas de política lingüística oficial ♦

Maurício Castro entrevistado em «La Nueva España»

lunes, 27 de noviembre de 2006 ENTREVISTA / MAURICIO CASTRO / Portavoz de Nos-Unidade Popular «Las comarcas que reclamamos fueron ya anexionadas por León, Zamora y Asturias»

L.M

PONFERRADA.— Nos-UP es una organización nacionalista e independentista gallega que defiende la integración vía consulta democrática de municipios asturianos, leoneses y zamoranos en Galicia. Creada en 2001 a partir de la confluencia de diferentes sectores de la tradición independentista, entiende que parte del Bierzo es tierra gallega y pide una consulta para que sus habitantes opinen. Pero un mapa ha vuelto a levantar la polémica.

P.— Un mapa ha dado a conocer a Nos-UP en otras comunidades donde era desconocida. ¿Cuál es el origen de la cartografía?

R.— No es ninguna novedad. Esto parte desde la existencia del movimiento en defensa del derecho nacional de Galicia en el siglo XIX. Desde el primer momento ha existido una fórmula de que Galicia no se podía restringir a las provincias trazadas artificialmente por Javier de Burgos. Un ejemplo es el mapa del geógrafo Domingo Fontán, que, en 1834, ha establecido un precedente cartográfico de lo que es el mapa de hoy y publicado por Nos-UP. Tenemos toda una tradición que nos avala, de la misma forma que nuestro movimiento nacional tiene figuras de primera magnitud, tanto literaria como política, que es originaria ya, desde el siglo XVIII, de esas comarcas. Podemos citar a Cotarelo Valedor o el Padre Sarmiento, entre otros.



- P.— El mapa sale de los límites actuales de Galicia y se interna en Asturias y Castilla y León. ¿Se puede interpretar que Nos-UP considera a los municipios limítrofes con Galicia parte de ella?
- R.— La respuesta es que Nos-UP considera a esos municipios parte de Galicia. Lo cual no significa que queramos imponerles un estatus. Al contrario, lo que pretendemos es que deje de imponérseles un estatus jurídico actual. Y que por primera vez en la historia sean consultados sobre cuál quieren que sea ese estatus jurídco-político. Nosotros tenemos nuestra propuesta particular, pero lo fundamental es que sean los habitantes de las comarcas quienes por primera vez puedan hablar, porque hasta hoy nadie les ha preguntado.
- P.— Otra de las polémicas surgidas con el mapa es que Nos-UP trataba de repartirlo en los colegios, no sólo de Galicia, sino también en Asturias y Castilla y León. ¿Cuál es la verdad sobre esto?
- R.— El reparto, durante estos años, fue bastante importante. Un verdadero éxito. Efectivamente, ha sido distribuido en centros de enseñanza de todo tipo, y no sólo en Galicia y en las comarcas de las que estamos hablando, sino también un poco por toda Europa. Hubo pedidos allí donde había gallegos. Incluso desde una universidad alemana. Y precisamente por un gallego originario de una de estas comarcas del exterior. Es la primera propuesta que se presenta de una Galicia entera, completa. Porque la expresión mayoritaria de nuestro nacionalismo, el Bloque, en una posición posibilista, está asumiendo la configuración de cuatro provincias que nos impone el sistema autonómico actual, que nosotros rechazamos.
- P.— Hace un año, una propuesta del BNG invitaba a los municipios limítrofes con Galicia su integración en esta Comunidad. ¿Propone lo mismo Nos-UP?
- R.— Tenemos la impresión de que el BNG asume la configuración actual de la Galicia provincial. Queríamos pensar que no. En todo caso, desconocemos el modelo programático del Bloque. El modelo que tiene para las comarcas exteriores. Sabemos que rechaza la constitución de asambleas comarcales en algunas de esas comarcas, como es el caso del Bierzo, y nosotros sí la tenemos.
- P.— Costumbres, cultura, lengua... ¿Pero se han preguntado lo que piensan los habitantes de los municipios limítrofes de Asturias y Castilla y León a los que el nacionalismo gallego quiere anexionar?
- R.— Efectivamente. No sólo nos preguntamos eso, sino que teniendo en cuenta su derecho a pensar y a opinar e incluso a decidir sobre su futuro. Lo que aspiramos es que el Estado español también se haga la misma pregunta. En ningún momento se ha preguntado a los habitantes de estas comarcas a qué comunidad querían pertenecer. En todo caso, nosotros no queremos anexionar. La anexión existe en la actualidad, porque estas comarcas están anexionadas sin consulta previa a unas comunidades con las cuales no comparten elementos de identidad tan fundamentales como la lengua. Y no hay que olvidar que no tienen el gallego reconocido como oficial, siendo mayoritario en muchos casos.
- P.— ¿Los grupos minoritarios y sin representación institucional se escudan en el estado de derecho para hacerse un 'marketing político' sobre sus intenciones finales?
- R.— No buscamos ninguna campaña, si es a lo que se refiere. Editamos el mapa en 2003 y es en 2006 cuando algunos medios y el PP, fundamentalmente, son los agentes que ponen en la calle la campaña. Nosotros no inventamos esta polémica. El PP ha llegado a pedir una condena en el Parlamento español, y nosotros lo que hacemos es responder a esos ataques en clave democrática. Defendemos que se pregunte a esas comarcas. Nuestra propuesta es que sean parte del mismo

proyecto nacional, con Galicia, porque nos parece que son gallegos.

- P.— Desde el punto de vista nacionalista, ¿hay alguna formación con planes expansionistas?
- R.— No hay anexión desde el momento en que sería un cambio de estatuto jurídico-político voluntario, decidido democráticamente. Por anexión se entiende una ocupación violenta o forzar a una comarca a integrase. Nosotros lo que defendemos es que sea la voz y que se permita decidir democráticamente a sus habitantes. De todas formas, la única formación con planes expansionistas es el PP. Representa al nacionalismo español, que lo que pretende es integrar en sus fronteras territorios nacionales con lengua e identidad distintas al resto ◆

«Inxalá» em Compostela



O escritor e professor de literatura portuguesa Carlos Quiroga, director desta publicaçom, participou em 28 de Novembro, na Galeria Sargaledos de Compostela, no lançamento do seu romance *Inxalá*, premiado na XV ediçom do Prémio Carvalho Calero de criaçom literária. Lá, Quiroga esteve acompanhado polo escritor Francisco Pillado e o professor de literatura portuguesa e vice-reitor da Universidade de Santiago de Compostela Elias J. Torres Feijó. O acto decorreu com umha importante assistência de público, superando com muito em número de assistentes a apresentaçom que numha sala contigua se fazia do prémio Xerais de romance. Destacando o certame como reduto de umha liberdade de cuja falta a sociedade nom pode ser cúmplice, o autor descreveu o seu romance como «umha história de amor, morte e desesperaçom. É o relato da

fugida de um indivíduo [...]. Um indivíduo que inicia umha busca e que desde a encruzilhada alucinada do Djibouti cumpre umha promessa e recorda para a mulher que amou e ama[...]. Um indivíduo que relata a sua peripécia e a escolha da cidade santa de Lalibelá, onde talvez tenha encontrado finalmente a paz»◆

Curso de Língua na Límia

A associaçom Aguilhoar-Centro Social d'A Límia organizou o II Curso de Língua. com a colaboracom da Universidade de Vigo, no concelho de Vilar de Santos. Ministrado polo professor da EOI de Ourense Valentim R. Fagim durante as férias do Natal, de 26 de Dezembro até 5 de Janeiro. consistiu em dous simultáneos, um curso de iniciacom à escrita em norma AGAL, e um curso centrado no estilo da escrita. Ao remate do curso os alunos recebêrom um Diploma acreditativo convalidável por 2 créditos de livre configuraçom pola Universidade de Vigo♦



Disponível on line Corpus Português séculos XIV-XX

45 milhons de palavras em mais de 50.000 textos em português escrito entre 1300 e 1999. Eis o monumental património linguístico lusófono disponibilizado na rede graças à inicitiva dos professores Mark Davies, da Brigham Young Univer-sity, e Michael J. Ferreira, da Georgetown University. O projecto parte de um subsídio da norte-americana National Endowment for the Humanities, concedido em 2004 para criar um corpus do português histórico, projecto assumido polos referidos lingüistas e que resultou numha potente



interface que permite pesquisar palavras exactas, frases, curingas, lemas, classes gramaticais, ou quaisquer combinaçons dessas categorias. O pesquisador on line permite também a consulta de vocábulos vizinhos (collocates), mostrando até dez palavras próximas, tais como adjectivos relacionados com descer, ou substantivos próximos de cavalo. O corpus facilita ainda, de três maneiras diferentes, a comparaçom da freqüência e distribuiçom de palavras, frases e construçons gramaticais através de textos, o contraste entre registos e dialectos (de Portugal e o Brasil), e entre períodos históricos compreendidos desde o século XIV ao século XX, ambos incluídos. Mas as possibilidades nom ficam por aí, e é precisa umha pequena incursom no modo como o motor de pesquisa funciona para começar a tirar partido desta nova ferramenta on line para o conhecimento e estudo da nossa língua, se bem que infelizmente nom inclua, por enquanto, as formas especificamente galegas junto às luso-brasileiras:

Vid. www.corpusdoportugues.org/◆

Cantos na Maré 2006

Cantos na Maré 2006



O festival Cantos na Maré 2006 – Mulheres na Lusofonia realizou-se no dia 16 de Dezembro, no Paço da Cultura do Concelho de Pontevedra, e com apoio do próprio Concelho de Pontevedra, Junta da Galiza (conselharia da Cultura e Desporto) e Ministério da Cultura de Portugal.

Com a participaçom de Dulce Pontes e Amélia Muge (Portugal), Uxía Senlle e Ugia Pedreira (Galiza), Luanda Cozetti (Brasil) e Eneida Marta (Guiné-Bissau), este festival pretendeu-se, segundo a directora artística do espectáculo, Uxía Senlle, «Cantos na Maré 2006 é umha homenagem a todas as mulheres que como nós, ainda tenhem que lutar para que se realizem os seus sonhos, muito a custo, ante a adversidade e em condiçons difíceis, mesmo no ámbito artístico. Por isso temos o nosso próprio jeito de interpretar a música, nom nos limitamos a ser canais dos outros. [...] Com esta ediçom monográfica de Cantos na Maré pretendemos aproveitar o imenso potencial criativo das sucessivas geraçons de cantoras e escritoras que nos precederam (Rosalia de Castro, Amália Rodríguez, Elis Regina...) que usárom a nossa língua e expressárom sem complexos os seus sentimentos mais profundos. [...] Cantos na Maré pretende ser desde a sua primeira ediçom umha ponte para os/as galego-falantes do mundo, um

ponto de encontro para as diferentes culturas que se expressam debaixo do tronco lingüístico comum do galego-português; um jeito concreto de achegar culturas, de apostar polo contacto, pola comunicaçom e polo conhecimento entre povos e gentes que tenhem o denominador comum da língua como comunicacom. »

Paralelamente e integrado nesta iniciativa, que vai já na sua quarta ediçom, decorreu, também em Pontevedra, umha Semana da Lusofonia, com várias actividades que foram desde escolas de capoeira e forró, até à gastronomia, passando pela poesia e projecçom de curtas-metragens •



convénio Concelho e Via Galego: grafia portuguesa na GZ

O vereador de cultura do Concelho de Santiago, Nestor Rego, e o Presidente da Fundaçom "Via Galego", Carlos Callón, assinárom em Dezembro passado um convénio de colaboraçom polo qual se vam desenvolver diversas actividades para promover o intercámbio com os territórios de língua portuguesa. Entre estas actividades acha-se a criaçom dum sítio web, a adquisiçom de fundos para uma mediateca que sirva como Centro de Recursos na cidade e a campanha "Aprende em 25 segundos a ler um texto

FUNDACIÓN



VIA GALEGO

em português". Esta última acçom pretende divulgar a ortografia portuguesa na Galiza, para contribuír a eliminar tópicos e derrubar barreiras mentais sobre as supostas dificuldades de compreensom do padrom portugués.

Rego avaliou que "a Galiza tem uma grande potencialidade dentro do sistema linguístico e cultural galego-portugués" colocando como exemplo que "todos os galegos sabemos ler em português, ainda que nom saibamos que sabemos, e tal situaçom supom umha irregularidade à qual há que pôr remédio". Pola sua

parte, Carlos Callón, presidente da Fundaçom 'Via Galego', promovida pela "Mesa pola Normalización Lingüística", indicou que "face a quem di que com o galego nom se chega a nengures, temos que replicar que com o galego se chega até à China, e nom metaforicamente, porque através do galego podemos comunicar-nos com a regiom chinesa de Macau, uma ex-colónia portuguesa. Que maioria da sociedade galega desconheca possibilidades as internacionais que se nos abrem graças ao galego supom um empobrecimento cultural e uma perda de oportunidades económicas"♦

Voluntariado língua

O grupo local da AGAL em Compostela e a Gentalha do Pichel serám os primeiros colectivos nom ligados às instituiçons que ponham a andar um programa de voluntariado favorecer a aquisiçom do galego entre pessoas que nom usam a língua e tenhem dificuldades para encontrar um ámbito de uso. A Direccom Geral da Juventude e Solidariedade, em coordenacom com a Mesa pola Normalizacom Lingüística, anunciou também durante o mês de Dezembro um programa similar (www.valingua.org).

O nome deste programa gratuito será Voluntariado pola Língua e está a dar os seus primeiros passos em Compostela, promovido polo grupo local da AGAL e a Comissom de Defesa da Língua da Gentalha do Pichel. Noutros países está a funcionar desde há anos, como o País Basco e os Países Cataláns, onde chegou a juntar dezenas de milhares de pares lingüísticos ao longo de umha década.



O funcionamento do programa é muito simples. Consiste em pôr em contacto pessoas que usam habitualmente o galego com pessoas que nom só nom o usam, como também tenhem dificuldades para encontrar um ámbito de uso que lhes permita darem os primeiros passos para a avançar na aquisicom desta língua. Cada par (um voluntário ou voluntária e um/ha aprendente) compromete-se a combinar um mínimo de dez encontros de umha hora (mais ou menos um por semana durante três meses) para que o poda manter umhas aprendente primeiras conversas em galego que favorecerám a instalaçom da mesma na nossa língua. Aos aprendentes (normalmente pessoas vindas de fora ou galegos e galegas de ámbitos urbanos que se tenham socializado completamente em espanhol) só se exige que compreendam minimamente o galego, e aos voluntários e voluntárias a responsabilidade de falarem um galego da melhor qualidade possível nesses encontros.

Para os organizadores do programa, "trata-se de umha iniciativa em que se há de implicar todo o movimento cívico pró-galeguizador, cujos resultados práticos som evidentes, conseguindo

pôr muitas pessoas de cultura nom galega em contacto com a nossa língua e nom só, e em que as relacons humanas tenhem umha importáncia fundamental. Nesse sentido, animárom colectivos doutras localidades a pedirem assessoramento e material aos colectivos organizadores. Em relacom a um programa similar que está a realizar a Direccom Geral da Juventude e Solidariedade, em coordenacom com a Mesa pola Normalizaçom Lingüística e Vice-Presidência, aplaudem o seu desenvolvimento "onde quer e por quem quer que seja", mas advertindo que a "saúde do galego" nom deve estar só em maos das "instituicons políticas".

Para participar no programa, basta dirigir-se a um dos locais anunciados nos cartazes e trípticos do Voluntariado pola Língua e preencher umha ficha com o nome, a idade, a nacionalidade e os conhecimentos prévios de galego, especificando se se pretende participar como voluntário/voluntária ou como aprendente. Quem se apontar receberá um telefonema quando aparecer um par apropriado para o seu caso. Depois de cada temporada do Voluntariado, os colectivos promotores organizarám umha festa convívio em que serám valorizadas as experiências de todos e todas as participantes.

Para inscrever-te podes escrever um email para gentalha@agal-gz.org ou telefonar aos seguintes números de telefone para proporcionar os teus dados: 696 026 002 (AGAL) ou 629 577 607 (Gentalha) •



O CLUBE D@S POETAS VIV@S «VOZES EM LIBERDADE»

COM MOTIVO DO **25 ANIVERSÁRIO DA AGAL** (ASSOCIAÇOM GALEGA DA LÍNGUA) JUNTAROM-SE EM VILAR DE SANTOS UM GRUPO DE POETAS PARA A CELEBRAÇOM DO HISTÓRICO EVENTO NO "I FESTIVAL DA MOCIDA-DE" A RAIZ DO QUAL PASSAROM A AUTO-DENOMINAREM-SE **CLUBE D@S POETAS VIV@S.**

NA ALTURA FORMAVAM PARTE DO NOMEADO CLUBE QUATRO POETAS, QUATRO VOZES EM LIBERDADE:

ARTUR NOVELHE, QUE TEM PUBLICADO DOUS POEMARIOS *ENTRE OS TEUS OLHOS* E *UMHA MEIXELA DESPOIS A OUTRA*, ALÉM DE PUBLICAR NA REVISTA *AGÁLIA* E TER COLABORADO NA REVISTA DE SOLIDARIEDADE *OUTRAS VOZES* E JORNAIS COMO *NOVAS DA GALIZA*.

CONCHA ROUSIA, QUE TEM PUBLICADO POEMAS CONTOS E ARTIGOS EM DIVERSAS REVISTAS GALEGAS COMO *AGÁLIA*, *LETHES*, E *A FOLHA* DA FOUCE. FEZ PARTE DA EQUIPA FUNDADORA DA REVISTA CULTURAL *A REGUEIFA*. COLABORA EM DIVERSOS JORNAIS GALEGOS. O SEU PRIMEIRO ROMANCE *AS SETE FONTES*, FOI PUBLICADO EM FORMATO E-BOOK POLA EDITORA DIGITAL PORTUGUESA ARCOSONLINE.

J.M.BARBOSA, QUE TEM PUBLICADO ARTIGOS DE OPINIOM EM PRENSA E COLABORADO NA REVISTA *AGÁLIA* COM TRABALHOS DE CRIAÇOM POÉTICA, CONTOS E ENSAIO E PUBLICADO O LIVRO DE POESIA *ÁMAGO MÁGOA* PARTILHADO COM O POETA ROI BRÂS. DA SUA AUTORIA É TAMÉM UM *CURSO PRÁTICO DE GALEGO* E O LIVRO *BANDEIRA DA GALIZA* EDITADO POLA AGAL NO SEU 25 ANIVERSÁRIO.

BELÉM DE ANDRADE, QUE É A MAIS NOVA DO GRUPO, MAIS QUE TEM UM GRANDE TRABALHO DE ACTIVISMO SOCIAL ÀS SUAS COSTAS, INTEGRANDO-SE EM VÁRIOS MOVIMENTOS ASSOCIATIVOS COMO "AVANTAR" OU "A ESMORGA" EM OURENSE. TAMBÉM IMPULSIONOU UMHA ASSOCIAÇOM DE MULHERES EM SANTO AMARO DA QUAL FOI PRESIDENTA DURANDE 4 ANOS.

A ESTE GRUPO INICIAL UNIU-SE UM MÚSICO COM ALMA DE POETA, O TRO-VADOR VIGUÊS **SERVANDO BARREIRO**, QUE COMBINA A CANÇOM DE AUTOR COM A MÚSICA TRADICIONAL E QUE JÁ FIGERA A APRESENTAÇOM DO SEU ÚLTIMO CD *SOM VOLTAS* NA MÍTICA CARVALHEIRA DE SAM JUSTO EM SAM JURJO DE SACOS, TAMBÉM POLO 25 ANIVERSSARIO DA AGAL, QUE TINHA COLABORADO NA EDIÇOM DO MESMO.

TEM COLABORADO COM ELES UM CONTA-CONTOS, **ANJO 'O CARVALHO COM BOTAS'** UM DOS RESPONSÁVEIS DA PÁGINA "CONTOS SOLIDÁRIOS" E DO PROJETO "BICIS POLA PAZ" DE CHANTADA,. CUJA ALIMENTAÇOM BÁSICA ESTÁ CONTITUÍDA POLA MÚSICA E A POESIA◆

manifesto do clube dos poetas vivos

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos, (como alguém disse uma vez). Respeitamos a palavra como forma autêntica apegada à vida, como vida da vida com vida própria, porque a palavra primeiro foi rio, logo mar, mais tarde montanha e voz. Por isso nos comprometemos, hoje, com a palavra para fazer dela curso verdadeiro, fala e coração.

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos (como alguém disse uma vez), não reconhecemos fronteiras que separem por cobiça a um e outro ser, não reconhecemos estados que nos dividam para nos escravizar, não reconhecemos guerras que nos matem para delas se beneficiarem os que dividem o mundo e não respeitam culturas nem o direito a ser diferente na diversa riqueza universal, e só habitam para semear o ódio.

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos, (como alguém disse uma vez), aplicamos a palavra contra todo esquecimento. E falamos em alto, conversas demoradas com nossa Terra Mãe, que nos deu o berço, a lua, a língua que é verbo feito amor para comunicar livres aos filhos, as filhas, na alegria e na dor.



É a Mãe Terra quem por nós fala, clama: nos chama através do vento poluído ferindo a entranha da nossa paixão, nos chama através das águas que morrem gelando a vida à nossa volta, nos berra nas árvores queimadas intoxicando o sonho, contrariando a alegre visão, grita na voz dos e das que não têm voz e inventa em nós a palavra primeira que incita a rebelião: NUNCA MAIS!

É a palavra da Mãe Terra que fala na nossa língua, vive na nossa língua, chora e morre na própria língua quando esta é contaminada de palavras alheias que a sufocam e a matam. Por isso o compromisso com a língua é o compromisso com a vida, como a vida dum povo. Com uma forma de ser, uma forma de ver e sentir o próprio mundo. Por isso, nós, poetas, respeitamos e legamos a voz que vem das mães, das avós, dos pais

e avôs de nossos avôs, por isso não submetemos a voz ao comércio do verbo, nem entregamos a fala em troca dum suposto parabém que nos calme a consciência. Por isso escrevemos na norma que une povos diversos, mais de 200 milhões de vozes nascidas neste ventre universal.

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos, (como alguém disse uma vez), e juramos não voltar os olhos quando a injustiça nos atinja.



Juramos pois:

- 1. Não olhar para outro lado, quando o filho, a filha, sinta necessidade de verbo, de carne, de lembrança, da história que lhe foi roubada e juramos, a dia de hoje, para ele, e por ela, resgatá-la.
- 2. Não olhar para outro lado quando a opressão em quaisquer das suas formas: de género, de classe, se apareça em suas diversas formas diante de nós.
- 3. Não olhar para outro lado quando o dinheiro nos compra a alma, quando a barbárie de cimento nos transforma o litoral, nos esmagam as paisagens da infância, nos reduzem em guetos, nos castigam com a marginalização.
- 4. Não olhar para outro lado enquanto sofrem à nossa frente persecução por causa duma justiça sempre ao serviço de aqueles que nos maltratam a alma, nos destruem o espirito, asfixiam em nós o amor.
- 5. Não olhar para outro lado enquanto o mundo agoniza, os poucos se enriquecem, os muitos emagrecem, e morrem em suas guerras por sua voragem insaciável de ambição criminosa.
- 6. Não olhar, nunca pois, para outro lado... como condição mínima para usar e prezar como um tesouro a palavra que é voz.

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos, ei-la nossa promessa, e nosso é o dever de cumpri-la: levar a voz àqueles, àquelas que foram dela despossuidos, alcançar todos, todas juntas a dignidade que o tempo dos olhos nos borrou, mentres dormíamos sem conta numa LONGA NOITE DE PEDRA que século a século nosso espirito secou.

Somos o clube das poetas e dos poetas vivos, resgatamos a dignidade a através da palavra, e a palavra nos obriga a sermos dignos também nós◆

galeguia do Carlos Quiroga no Brasil



O mês de Setembro parece ter tido magia em alguns dias, e explico-me: o nosso companheiro Carlos Quiroga conseguiu, em catorze dias, viajar por cidades distintas e distantes. Em Salvador participou do 8º Congresso de Estudos Galegos, onde, no dia 15 presidiu uma mesa e expôs a conferência "Manuel Maria em Portugal". Porém, um dia antes, na Universidade de Feira de Santana (UFS), na cidade de mesmo nome, ainda no estado da Bahia, proferiu para os alunos do Curso de Letras a conferência "A Literatura Galega no último quartel do século XX", também um mote para divulgar a história do Galego com mapas históricos e geográficos.

Mostrando ser muito ágil, no dia 17 já se encontrava no Rio de Janeiro onde, no Jockey Clube ocorria o evento "Primavera dos Livros". Aí participou como convidado estrangeiro na discussão cujo tema foi "A língua como pátria e a literatura como resistência (conversas sobre identidade cultural e lusofonia)" e que contou também com escritor africano Abdulai Sila e a apresentação da Professora Laura Padilha.

Uma viagem a Curitiba, no dia 18, situada no sul do Brasil, não premeditada, deu ao Quiroga mais oportunidades de conhecer um "outro Brasil" (pelo clima e influências culturais européias), e de divulgar, no dia 19, seu livro *Periferias* e falar da Cultura Galega — na PUC (Universidade privada). No dia 20 proferiu outra palestra na Universidade Federal de Curitiba, para alunos do Curso de Letras. E nesse mesmo dia, mais uma outra , na UNIBRASIL.

Uma última viagem: São Paulo. Ali, na USP, uma das mais prestigiosas universidades do Brasil, Carlos proferiu a conferência "A minha pátria é a minha língua: Lusofonia e Identidade Cultural" aos alunos do Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. Na noite deste mesmo dia proferiu outra palestra, com a mesma temática, na universidade Anhembi Morumbi.

A repercussão das falas de nosso companheiro foi registrada de maneira muito positiva nas mídias locais, na Internet e até nalguma entrevista de âmbito para todo o Brasil. Carlos parece que teve fôlego de gato para, do outro lado do Atlântico, em tão pouco tempo, divulgar a Cultura Galega e, aproveitar para abastecer-se também da cultura e da paisagem brasileira. Sorte para os Galegos e mais ainda para os brasileiros • [MônicaSant'Anna]

Cámara de Bragança institui galardom literário



A Cámara Municipal de Bragança anunciou a instituiçom de um «Prémio Literário Lusofonia», aberto a trabalhos oriundos dos países de fala portuguesa e que terá a sua primeira ediçom no presente ano. O anúncio foi feito na abertura do V Colóquio Anual da Lusofonia, decorrido em Bragança no passado mês de Outubro, por parte do vice-presidente da autarquia, Rui Caseiro. O prémio terá natureza monetária e

o valor será de 1500 euros para o melhor dos trabalhos apresentados, correspondendo a eleiçom a um júri constituído no ámbito do próprio Colóquio da Lusofonia que cada ano tem lugar desde 2003 em Bragança. A iniciativa tem como objectivo reforçar o apoio da instituiçom municipal brigantina à divulgaçom da língua portuguesa.

Para mais informaçom: http://LUSOFONIA2007.com.sapo.pt◆

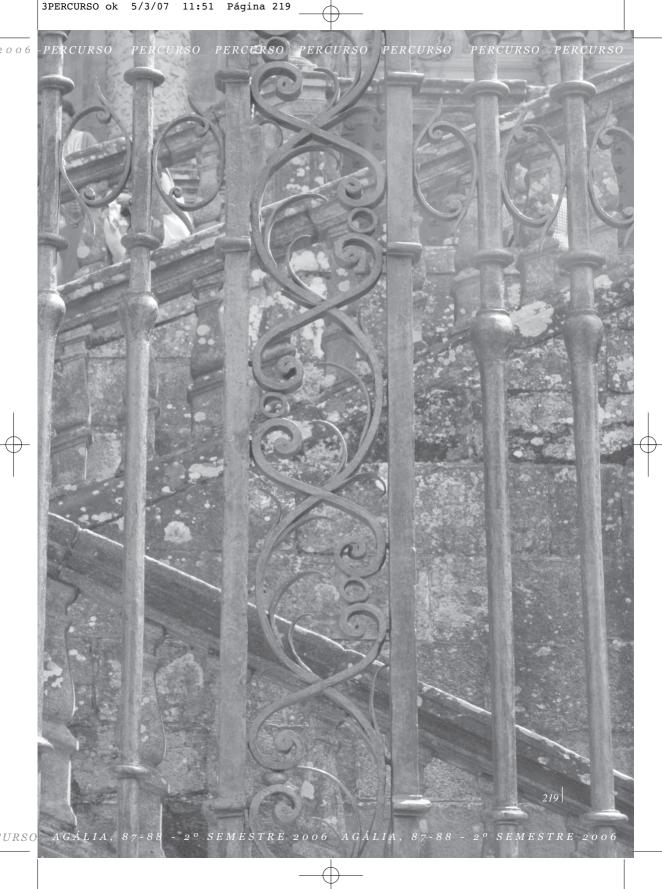
PSOE contra galeguizaçom de apelidos

A proposta feita pública em finais de 2006 polo BNG para fomentar a galeguizaçom de nomes e apelidos, como parte do processo de recuperacom de usos do galego, bateu com a posicom contrária do seu sócio maioritário no Governo autonómico. Assim, Ismael Rego. porta-voz do **PSOE** Parlamento, rejeitou qualquer medida tendente a promover a recuperaçom das formas legitimamente galegas nos confrontando-lhe apelidos, «madurez» da sociedade galega, que «sabe perfeitamente o que fazer». Assim, o deputado do PSOE reivindicou a «liberdade de cada qual» perante o processo histórico de degradaçom dos nomes de família galegos. Esta declaraçom de Rego contesta a pretensom do BNG, que apresentou umha iniciativa parlamentar que tenciona deter a «barbarizaçom» dos apelidos galegos, devida à progressiva espanholizaçom de que historicamente tenhem sido objecto. Para tal, o BNG propom «encorajar» a cidadania a galeguizar os apelidos, mediante umha campanha institucional que popularize



as formas correctas, e apelando a que os cargos públicos e institucionais sejam os primeiros a aderirem à campanha.

A iniciativa do BNG teria abrigo na Lei 40/1999, de 5 de Novembro, que permite a correcçom, sequer parcial, de formas barbarizadas. Na verdade, a completa galeguizaçom pode algumha complexidade maior, pois nem coincide com formas alegadamente «galegas», propostas a partir de umha visom estreita da escrita tradicional galega. De facto, diversas iniciativas de centros sociais reintegracionistas tenhem incidido na necessidade de recuperar as formas históricas dos nossos apelidos. consoante a escrita tradicional e partindo da unidade da língua galegoportuguesa♦











Dinamismo de Esculca, já no número 15: Em meados de Dezembro saiu dos prelos o número 15 de Esculca, o boletim publicado polo Observatório para a Defensa dos Direitos e Liberdades. Trata-se da quinta entrega do ano 2006, publicando-se as anteriores em Janeiro, Marco, Junho e Setembro. Para além das 16 páginas de informaçom, esse último volume do ano difundiu-se acompanhado do documento Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos com maquetacom diferente e também de 16 páginas. Entre os trabalhos do boletim número 15 encontram-se os intitulados "Estado e religiom", em que Héctor López de Castro Ruiz analisa os ordenamentos jurídicos de diferentes países a respeito do princípio que visava a separaçom do poder temporal e da autoridade espiritual, um texto com informaçom valiosa e de que vale a pena salientar também o facto de estar redigido em galego-português; "Exclusión política das persoas presas", de José Ángel Brandariz García; "Patrullando o mar", de Yasha Maccanico; e informaçons sobre "Mortes nas fronteiras da Europa fortaleza"; conflitos em cárceres, direitos civís na Galiza, denúncias, imigraçom, pacifismo ou luita contra a sida, entre outros assuntos respeitantes ao ámbito de trabalho desse observatório. Os conteúdos deste boletim, e dos anteriores, bem como outras questons sobre o trabalho desta entidade, podem-se encontrar na rede, no endereço eletrónico www.esculca.net◆



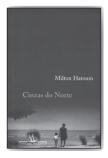
Finalmente podemos atirar para o lixo as fotocópias do Alberto Pimenta, Melo e Castro, O'Neill, e até de tantos outros mais consagrados mas já inencontráveis, autores e textos experimentais portugueses dos anos 60 a 80 do século passado. Antologia muito útil para historiar esta Poesia, organizada por Carlos Mendes de Sousa e Eunice Ribeiro, na Angelus Novus ◆





O **José Luís Peixoto** continua produtivo. Depois de dar-nos no Verao a raridade do *Minto até ao dizer que minto*, aparece com um novo romance, amplamente publicitado na capital. "Ao contrário do que se possa pensar, este não é um livro amargo. É muito diferente dos meus anteriores romances. Na verdade "Cemitério de pianos" é sobre a ternura", assegurou o autor. "Este é'o meu livro mais feliz", indicou ainda, contra o engano a que odia chamar o título. Editado na Bertrand. •

Com o romance de estréia, *Relato de um certo Oriente*, em 1989, venceu o Jabuti, o mais importante do Brasil. Onze anos depois, *Dois irmãos* levou outro Jabuti, caso inédito de autor a ter toda a sua obra premiada pela Câmara Brasileira do Livro. Agora, **Milton Hatoum** está de volta. *Cinzas do norte* é sua obra mais amarga, voltada para a amizade de Olavo (Lavo) e Raimundo (Mundo), o primeiro é pobre e conformado, o segundo, rico e revoltado. A paisagem é a cidade de Manaus entre meados de 1950 e o início dos anos 1980 ◆



Helena Sut é escritora e cronista, autora dos *livros Sonhos e Cicatrizes, Beatriz Navegante* e *Confissões de uma Barriga, Todas as ovelhas são pardas* (texto teatral), e *Afinetes de Lapela*. Acredita que "a literatura é a única forma de costurar suas percepções e vivências – uma colcha de retalhos que muitas vezes não conforta, mas é a própria construção do significado no mundo". Gostamos da sua ironia na escrita. Gostamos dela ao vivo. Podem achá-la no *www.recantodasletras.com.br*. Vai amostra da sua escrita neste fragmento da **ARQUEO-LOGIA DO AMOR:**

"Não é mais uma questão de pele ou de afinidades, os ossos entrelaçados são testemunhas perenes dos nobres sentimentos do gênero humano. No período neolítico, quando as palavras ainda se mostravam escassas e os gestos poliam as realidades, dois jovens foram enterrados juntos num abraço que nenhuma força da natureza poderia separar.

Por coincidência, ou providencial acaso, o local dista apenas quarenta quilômetros de Verona, cenário do amor de Romeu e Julieta, imortalizado por William Shakespeare. O sítio arqueológico de ocupações pretéritas aproxima-se das angústias e anseios contemporâneos de ausências presentes. A fantasia dos jovens amantes permeia nossos anseios e dá corpo aos sonhos da mocidade cheios de arrebatamento e paixão. Palpitações, desejos, descobertas... A vida no limiar da morte, ser o outro mesmo que num plano improvável...

Para os mortos já não existem verbos a serem conjugados. Contudo, a ternura das circunstâncias e a intensidade da entrega são vestígios arqueológicos que podem ser encontrados em todos os que incorporaram as próprias narrativas e que, em muitas ocasiões, não valorizam os achados e os soterram em baldios esquecimentos.

Dois corpos enredados numa só alma. Dois jovens amantes, irmãos, amigos... As análises dos laboratórios poderão recompor muito da estrutura dos esqueletos, ligados sob as peles do tempo, e das ferramentas de pedra, pontas de flecha e a faca, artefatos característicos do período neolítico, mas a emoção que originou o abraço nunca poderá ser reconstituída e deverá permanecer para sempre como uma ação a ser abarcada pela humanidade." (Helena Sut) ◆







Magnífica. No 7 da Revista $\it Et \, Cetera \, (168 \, páginas, 24 \, x \, 27 \, cm)$, mas agora vai polo número 9 e desde a ediçom do zero, em 2003, foi sempre a subir, em conteúdos e primores gráficos. Produto da Travessa dos Editores em Curitiba. O presente exemplar é especialmente para a prosa contemporânea na sua variedade

consagrada ou de absoluta estreia. Adiantava o primeiro capítulo de *Ai*, romance de Fábio Campana (depois veremos livros dele), mostrava autores em atividade —Dalton Trevisan, Sérgio Fantini, Ernani Buchmann, Roberto Gomes, ao lado de nomes ainda desconhecidos, como Andréa Trompczynski, Wilson Hideki Sagae, Marcio Renato dos Santos. E sempre entrevistas, no nº 7 com Lourenço Mutarelli e com Claudio Daniel, diálogos a respeito da produçom, processos criativos e biografia dos entrevistados. Também a poesia, com generoso espaço para cinco poetas angolanos. Ainda, o polonês Óssip Mándel'chtam teve poemas traduzidos por André Vallias; o curitibano-universal Marcos Prado [1962-1996], que teve o livro Ultralyrics recém-publicado pela Travessa dos Editores, também está nas páginas da revista, destaque para o especial com Claudio Daniel. E, para além do tudo, o seu aspecto visual, o seu projeto gráfico, as imagens, a ilustraçom armada em conteúdo. A responsabilidade desta parte é de Guilherme Zamoner e Maria Angela Biscaia. Um primor ◆





Sérgio Luís de Carvalho, já foi aqui entrevistado (Agália, 85-86), um bom escritor de romance histórico, e nom só. A estreia acontecera com Anno Domini 1348, assegurou caminhada com As Horas de Monsaraz, e neste que foi o terceiro, El-rei pastor, consolidou definitivamente o seu rumo e o seu estilo, o seu modo de descrever os ambientes, o seu apuramento no desenho das personagens, a maturidade, enfim, no desenvolvimento da história ◆

Armindo Mesquita, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, cujos principais nichos de pesquisa abarcam da Literatura Infantil a Teixeira de Pascoaes, coordenou e organizou *estas Pedagogias do imaginário: olhares sobre a literatura infantil*, Porto: Asa Editores, 2002 ◆





Jorge Reis-Sá, o biólogo de Famalicão reformado em poeta, ou em editor, foi finalista com este *Livro de Estimação* do "novo" Espiral Maior galego que se abria adinheiradamente ao português, fechando-se verdadeiramente a nós (quer dizer, os do sul podiam apresentar-se reintegrados, os do norte nom). As referências a um mundo perdido e à infância, as escolhas musicais de toda umha vida, os envios aos pares, a escrita já madura de um autor que se segura no terreno. Com posfácio de Luís Adriano Carlos ◆

O repórter Maurício Kubrusly viajou por todos os estados do Brasil para descobrir recantos e personagens desconhecidos no seu *ME LEVA, BRASIL*. Percorreu 400 mil quilômetros recolhendo aqui e ali, em cada cantinho escondido, a passagem mais surpreendente, o "causo" mais saboroso, a estranheza mais divertida. Um livro de crônicas com história como a do caixom especial para mulheres virgens, o homem que aprendeu japonês dormindo, o primeiro descobrimento do Brasil, o motel Rapidinha e o hotel pra boi, viúvas de maridos vivos, a conversa com Já Morreu. Relatando o processo de formataçom da série de TV que arrancou um domingo de 2000, desde o seu batismo até os inusitados encontros em cada etapa das viagens, as crônicas de Maurício agora em livro, com montes de imagens, revelando aquelas personagens que de tam pitorescos parecem inventadas •





Laert Sarrumor, com língua de trapo, de volta neste "the best of besteiras", já esgotado na ediçom de 1998 (foi o Júlio Rocha que nos deu a de 2003). Ilustrado por Roberto Negreiros, As melhores mil (e cem) piadas do Brasil reúne as melhores anedotas dos três volumes da hilária coleção de Laert Sarrumor e pretende fazer rir até o mais ranzinza dos mortais. A série de antologias de Sarrumor alcançou tamanho sucesso que chegou a figurar na lista dos livros mais vendidos do país. É um apanhado nada convencional é resultado do contacto de Sarrumor com os leitores, que tiveram a oportunidade de eleger as melhores piadas dos três volumes anteriores da coleçom. Além daquelas escolhidas pelo público, Sarrumor ainda reservou para o leitor mais cem anedotas inéditas, todas elas seguindo a mesma linha humorística que traz como personagens a loira, o político safado, o português, o padre e outros. Sarrumor é compositor, escritor e doblador, actor de cinema, teatro e TV, actuou em "Terra estrangeira", de Walter Salles, e em "Boleiros", de Ugo Giorgetti, ao lado de Denise Fraga, Antônio Grassi, Otávio Augusto ◆

Fábio Campana (Foz do Iguaçu, 1947) é jornalista e escritor, colunista político do jornal Gazeta do Povo, Secretário de Comunicacom Social da Prefeitura de Curitiba. Foi ainda Secretário de Estado da Comunicacom Social em 3 governos, editor da extinta revista Atenção, editor do extinto Correio de Notícias, e actual Director da editora Travessa dos Editores. Publicou Restos Mortais, contos (1978), No Campo do Inimigo, contos (1981), Paraíso em Chamas, poesia (1994), O Guardador de Fantasmas, romance (1996), Todo o Sangue (2004) e O último dia de Cabeza de Vaca (2005). Em O Guardador de fantasmas retorna à infância para encontrar os fantasmas enterrados polo regime militar, num enredo que foi apontado como o mais importante romance sobre a ditadura militar brasileira. O último dia de Cabeza de Vaca narra a história do conquistador espanhol Núñez Cabeza de Vaca, o primeiro europeu a contemplar as Cataratas do Iguacu, adoptando o ponto de vista de Francisco Paniagua, religioso ao lado de Cabeza de Vaca enquanto agonizava, na segunda metade do século XVI, depois de umha vida marcada por aventuras e desventuras. Todo o Sanque, romance dividido em três partes, encerra na primeira experiências sensoriais impessoais, na segunda personagens do crime, da tortura e da violência cometida tanto pelo homem quanto pola natureza, e na terceira alguns passeios pola memória histórica do Paraná. Os sonhos e pesadelos da geracom que lutou contra a ditadura militar também serám revisitados na poesia de O Paraíso em Chamas e nos contos de No Campo do Inimigo e Restos Mortais. Tivemos oportunidade de conhecer este homem na ponte de mando da sua Editora, que publica livros cuidados e a magnífica Revista Et Cetera que mais atrás noticiamos. E tivemos a ocasiom de ouvir na sua boca como as raízes galegas se alargam polo mundo mais do que ninguém imagina, e que ele já tinha estado por estas partes. A pungência da dor e da tortura experimentadas durante a ditadura militar foi o que mais nos espantaou na sua escrita. Fábio Campana vive em Curitiba desde 1961, e é hoje personagem importante do mundo cultural brasileiro ♦

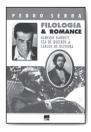






Em passeio polas ruas de Curitiba, Otto nos apresentou umha indigente que trabalhava na rua sobre umha velha máquina de escrever. Vendia estes opúculos artesanais, agrafados um a um e com um desenho a mao na capa. Izabel Cristina Milano, o nome dela, e o recorte do pedaço de papel branco que colou acima diz assim: «Estou vendendo este pequeno livro de poesia da minha autoria para poder sobreviver. Preço: 3,50 R. Obrigado. Que Deus lhe abençoe». Os 13 poemas das fotocópias, com rima consoante e ingenuidade absoluta, falam de amor, amizade, espelhos e mendigos, estrelas e abandonos. Mas existem bastantes mais motivos para comprar estas folhas à Izabel. Ela se criu na rua e frequentou a escola sem ninguém saber, até aprender a ler. Agora ajuda outras crianças ensinando o que ela aprendeu. E vende estes poemas. Exemplares únicos. Como ela

Do imparável **Pedro Serra**, professor universitário em Salamanca, *FILOLOGIA & ROMANCE. Almeida Garrett, Eça de Queirós e Carlos de Oliveira (128 p., 2004, 14x21).* Estudos de corte universitário, ou nom, reunidos sobre a leitura de romances "maiores" da literatura portuguesa. Porque a a "Filologia é um Romance, um romance que sustenta o Romance, e é esta sageza que nos propõem as obras em análise, qualquer delas lugares capitais da ficção moderna da literature portuguesa" (do 'Argumento' inicial). Referem-se "A questão do Livor nas *Viagens na m inha terra* de Almeida Garrett", "A Companhia das Letras e a Biblioteca no legado queirosiano: o caso de *A cidade e as serras*", e "Por uma Ecdótica negativa: fins da Filologia em *Finisterra* de Carlos de Oliveira" •





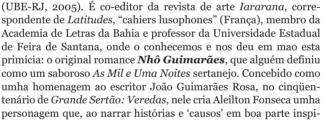
Seis investigadores e mesmo um Colóquio, "Modernismo & Primitivismo", organizado pelo Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, que decorreu entre 5-6 de Dezembro de 2005. Assim se chama também o volume, *Modernismo & Primitivismo*, publicado em 2006 sob coordenaçom de Pedro Serra. A equipa pretendeu interrogar de que forma textos e sistemas culturais se interferem, estudando diferentes modos de inscriçom do Primitivismo nos discursos culturais do Modernismo. Um exemplo no contributo do coordenador dos ensaios: "Usos do 'primitivo' africano na cena de *Orpheu* — Uma incorporação de Fernando Pessoa". Mais de 180 páginas, e até gravuras lindas •

Mais vento de Salamanca: a revista de Filologia Portuguesa *Estudios Portugueses*, financiada por Caja Duero, que se publica desde 2001 e está no volume 5. Muita Historiografia Lingüística, algo de História da Língua Portuguesa, e umha pitada de Bibliofilia e resenhas. Letra e tratamento sem artifícios na formataçom, num produto de corte universitário e aproveitamento muito especializado ◆





Aleilton Fonseca (Firmino Alves, 1959) reside em Salvador. Publicou *Jaú dos Bois e Outros Contos* (1997), *O Desterro dos Mortos* (2001), *O Canto de Alvorada* (2003). Co-organizou *Oitenta: Poesia e Prosa* (1996), *Rotas & Imagens: Literatura e Outras Viagens* (2000) e *O Triunfo de Sosígenes Costa* (2004). Recebeu, entre outros, o Prémio Nacional Herberto Sales (ALB-BA, 2001) e o Prémio Marcos Almir Madeira





radas no imaginário popular brasileiro e no vasto universo rosiano, relembra o seu velho amigo. *Nhô Guimarães* conta a história de umha personagem que é umha contadora de histórias. Na Bertrand Brasil, com ilustraçom de Juraci Dórea... Já em *As formas do barro & Outros poemas*", Aleilton aparece como o poeta consumado que reune aqui a sua poesia, revista e diminuída, mais alguns inéditos. Dos poemas 'sujos' aos 'puros', do metapoema a intraleitura, vários registos e umha mesma maturidade •



Já falamos em volume anterior desta revista de obras de **Reynaldo Valinho Álvarez**, americano de raiz galega. Nasceu no Rio de Janeiro (1931) e é autor de centenas de páginas, com poesias traduzidas a muitos idiomas, recebeu vários prémios, como o da Fundação Biblioteca Nacional (1995) e o Jabuti 1998 de Poesia da Câmara Brasileira do Livro. Este volume, quase esgoatado, que ele nos ofereceu em Rio, *Das rias ao mar oceano*, tem várias particularidades, em especial a de corresponder a um péri-plo por terras da Galiza (repare-se na capa!). Como noutras obras do autor, dá-nos no final umha bibliografia dilatada da sua produçom, e algumha fortuna crítica. Para além da apresentaçom de Maria do Amparo Tavares Maleval ◆



O Concurso Nacional de Contos Newton Sampaio, ediçom 2005, promovido pola Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, e contou com mais de 700 contos inscritos só na categoria nacional, já que o concurso também contemplou especialmente os escritores paranaenses. Desse total, a comissom julgadora selecionou dez narrativas. Paralelo ao concurso de contos, houve a 15º ediçom do Concurso Nacional de Poesia Helena Kolody. Cada candidato participou com até três obras inéditas e com tema livre. NA "Categoria Paraná", tanto no verso como na prosa, foi premiado o caro amigo **Otto Leopoldo Winck**, com Mençom Honrosa para o poema "Rio da vida" e para o conto "O ultimo nefelibata", distinguidos entre tanto candidato. O volume, Editado pola Secretaria de Estado da Cultura em 2006, que nos ofereceu o Otto em Curitiba, tivemos a honra de ler estas as primeiras armas, às que juntará em breve um romance a ponto de ver a luz. Saúde e literature para o amigo





Adélia Prado (Adélia Luzia Prado Freitas, Divinópolis, 1935) é umha consagrada escritora brasileira que retrata nos seus textos o cotidiano com perplexidade e encanto, norteados por umha fé cristã e permeados polo aspecto lúdico, umha das características do seu particular estilo. «Adélia é lírica, bíblica, existencial, faz poesia como faz bom tempo: esta é a lei, não dos homens, mas de Deus. Adélia é fogo, fogo de Deus em Divinópolis» (escreveu dela Carlos Drummond de Andrade). Adélia é também referência constante na obra de Rubem Alves. Professora por formaçom, exerceu o magistério durante 24 anos, até que a carreira de escritora se tornou a sua actividade central. Em termos de literatura brasileira, Adélia representou a revalorizaçom do feminino nas letras e da mulher como ser pensante, ainda que maternal, tendo-se em conta que Adélia incorpora os papéis de intelectual e de

mae, esposa e dona-de-casa. Por isso é considerada como a que encontrou um equilíbrio entre o feminino e o feminismo, movimento cujos conflitos nom aparecem nos seus textos◆

Que dizer do grande de **Luiz Ruffato**? Já foi entrevistado nesta revista e está sendo falado em muita parte. No **Vista parcial da noite**, terceiro volume da calculada pentalogia *Inferno provisório*, Ruffato avança no plano de recriar literariamente a realidade da classe operária brasileira. A isso se referia a entrevista que dava na *Agália*, entre outras cousas. A isso se refere neste volume, entre outras cousas. No livro se espreita o drama da classe operária num cotidiano recortado em onze capítulos, onze recortes do Brasil ao vivo, os pobres expostos na letr viva. O cenário tem a recorrente referência de umha geográfica real, a Cataguases mineira que de longe vem homenageando o Luiz. E 154 páginas, na Record ◆





Outra revista —elas sempre serám fundamentais no surto do fresco. Eis o número 1, Dezembro de 2005, mas já existe o 3, Dezembro de 2006. Chama-se *Magma*, Direcçom de Sara Santos e Carlos Alberto Machado, semestral, propriedade da Câmara Municipal das Lajes do Pico, tiragem de 500 Exemplares. O número zero ia "povoado por textos em contiguidade pouco mais que aleatória", cada texto "inscrito com o seu valor próprio e com os decorrentes de cumplicidades, atracções e repulsas — tensões próprias de uma revista com identidade irrepetível". Nos números que seguiram, a *Magma* lança umha variante dos primeiros desafios, com "modos diferenciados de prazer", "de intervenção no mundo: formas de o olhar, de o revelar, de o imaginar, de o construir —trabalho democraticamente partilhado, espera-se (deseja-se)". Generosa na mancha em branco, mas sem ilustrar, com primacia da poesia •

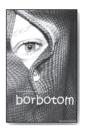


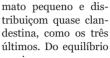


O conhecimento das culturas Celtas do noroeste da península Ibérica ainda requer atençom, porque ainda provoca paixom, e ainda será atraccom. Porque aquela sociedade proto-história da idade de ferro, com organizacom hierárquica baseada nos chefes escolhidos e nas elites do tipo druídico, está nalgum grau por trás de nós. O degrau do grau é que falta por definir. Mas os seus objetos e línguas explicam pormenores actuais de religiom, comple-xidade de gestos, sistemas políticos, processos históricos, relações parentais. Sobre o Celtismo se volta este opúsculo de João Gonçalvea da Costa, Falar dos caminhos por Límia, separata da revista O Anunciador das Feiras Novas, Ponte de Lima, 2002, e ainda no Raízes da Nossa Identidade, comunicacom a um Congresso do mesmo nome em 2003 (talvez na Maia?)◆

O romance *Subúrbio*, de Fernando Bonassi, é relançado pola Objetiva. Com esta nova reediçom de quase 300 páginas, totalmente revista polo autor, está de volta às livrarias o romance considerado um focada na periferia dos grandes cent polo rancor e polo fracasso, imersos re pedofilia, tivo um efeito de choque p

A **Incomunidade** nunca está parada. Também editando os seus livros de for-









de Alexandre Teixeira Mendes, non omnis confundar, ao mais narrativo e irregular ritmo versal de



gério Carrola, do corpo sentido, à loucura magmatica do Alberto Augusto Miranda, borbotom, teatro, lista interminável de eus a lançar frases opiáceas a um horizonte de público impossível •

livrarias o romance considerado um dos precursores da nova literatura brasileira, focada na periferia dos grandes centros. A história de um casal de velhos atados polo rancor e polo fracasso, imersos num enredo que culmina em violência sexual e pedofilia, tivo um efeito de choque no início dos anos 1990. O paulista Fernando Bonassi é roteirista, dramaturgo, cineasta e escritor. Premiado como roteirista no Brasil e no exterior, é autor de obras literárias adaptadas para o cinema e textos publicados em antologias na França, Estados Unidos e Alemanha. No Brasil tem 19 livros publicados ◆



Roberval Pereyr (Antônio Cardoso-Ba, 1953), professor universitário na Feira de Santana, é poeta e ensaísta. Vencedor de vários prémios literários, tem inéditas novelas e livros de versos, mas já publicou os livros de poesia: *Iniciação ao estudo do um* (com Antônio Brasileiro, 1973); *Cantos de sagitário* (1976); *As roupas do nu* (1981); *Ocidentais* (1987), *O súbito cenário* (1996). Participou de várias antologias e publicou nas revistas *Tapume, Hera* e *Serial*. Pratica umha escrita poética densa, sobre a que afirma Elieser César (referindo-se ao livro do lado): "Roberval Pereyr pertence à linhagem dos poetas que fazem de seus versos um instrumento de indagação existencial, ora serena, ora crispada como um grito de desesperança; por vezes lírica e também embalada por um rasgo de ironia e humor. É justamente "a outra voz" desse artista nascido em 1953 em Antônio Cardoso, mas residindo em Feira de Santana desde os 11 anos de idade, que se oferece ao leitor no livro Amálgama - Nas praias do avesso e poesia anterior, recém-lançado na Academia de Letras da Bahia." •

O poeta baiano **Antonio Brasileiro** (1944-) é professor universitário e editor, e vem publicando poemas, ensaios, contos, romance, desde o final dos anos 60. Em breve, devem sair os seus *Poemas Reunidos*, mas aqui temos este presente que o Márcio nos deu na Bahia: *Dedal de areia*, publicado pola Garamond do Rio. Brasileiro é um dos criadores e principais articuladores do movimento Hera, que publica desde 1972 a revista *Hera* — a publicaçom poética de maior longevidade no Brasil. O ponto mais alto do *Dedal de Areia* é «O Cavaleiro», um poema longo de 27 partes, revisitaçom do Dom Quixote, que agora enfrenta «moinhos de aço na metrópole de aço». Ao contrário de outros livros do autor. *Dedal de Areia* está disponível em livrarias online ◆





Paisagem transitória (Editora Ciência do Acidente, São Paulo/SP, 2001), livro de estréia do poeta curitibano **Mario Domingues**, explora com fruiçom as sutilezas e contradições da lingual. O livro é dividido em «relâmpagos», «paisagem transitória», «carpe urbem», «dedos de poesia», «poemas helenos», «musarium», «mínima ilíada», «novos poemas» e «poemas americanos». Pratica-se no conjunto um registo heterogêneo, onde aparecem vários estilos poéticos, desde o epigramático e cáustico, passando polo experimental e intimista, o lúdico, o poema de referências, etc. Pode parecer ecletismo, defeito de primeiro livro, falta unidade ou irregularidade de conjunto, excesso de estilos, mas os seus defeitos se tornam virtudes pola frescura dos resultados ◆

Redes da criação: construção da obra de arte (176 páginas, 16x23). Conhecemos a autora na casa do Ruffato, mas nom por isso seremos parciais. Até porque a obra se defende perfeitamente, e a **Cecília Almeida Salles** aborda com linguagem objectiva e fluente os processos que envolvem a criaçom da obra

de arte. Bem fundamentado e rico em exemplos, que tomam por base os cadernos, anotações, gráficos, desenhos de criaçom de diversos artistas, como Daniel Senise, Louise Bourgeois, Ignácio de Loyola Brandão, Bill Viola, John Cage, entre outros, este livro contribui determinantemente para os estudos sobre os processos de criaçom, oferecendo instrumentos para um crítica de processos.

Com um roteiro eficiente, Cecília Salles perfaz os caminhos para o estudo e entendimento da obra de arte, iniciando a abordagem da criaçom como rede em que verificamos que toda obra é flexível e recebe influências diversas. Entendemos as questões culturais quando discute como a rua entra nos escritórios, bem como os mecanismos individuais, quando fala de olhares, lembranças e modos de fazer. Em seguida discute as tramas do pensamento, tanto no diálogo entre as linguagens utilizadas polos artistas, por exemplo, escrita que gera pintura, como as interações comitivos em que se tente elegan e maio próvimo possíval dos procedimentos escritivos em que se tente elegan e maio próvimo possíval dos procedimentos escritivos en que se tente elegan en maio próvimo possíval dos procedimentos escritivos en como estado en como estado en como en como



cognitivas em que se tenta chegar o mais próximo possível dos procedimentos que geraram as obras. Indispensável para estudantes e críticos e obra confiável para os interessados no tema. E leva um prefácio de Jean-Claude Bernardet, um homem do cinema que já nos visitou em Compostela no *Latim em Pó* \spadesuit



POESIA VIVA reune poetas de várias tendências estilísticas de espaço e tempo cultural próximos. Antologia plural, algumha entrevista, algum ensaio, um conjunto formato livro muito digno e editado polo UAP. O exemplar foi-nos dado em mao, por umha das suas colaboradoras, na Primavera do Livro de Rio, feira do livro das 'marcas pequenas'. E é que a editora do UAP, Espaço Cultural Barra, foi fundado com o objectivo de trabalhar a cultura em suas múltiplas manifestações e estar atento nom só à formaçom cultural da comunidade, através de oficinas e cursos, como também promover exposições, mostras, lançamentos e outros eventos, visando valorizar a produçom dos autores brasileiros, num momento em que a vida cultural do país se retrai e a ediçom se volta para os livros descartáveis ◆



Paulo Sandrini (Vera Cruz, interior paulista em 1971), viveu em Bauru até 1994, momento em que se muda para Curitiba, cidade em que hoje mora. Formou-se em design pela UFPR. Trabalhou com publicidade, tv e música - foi guitarra e voz da banda *My Sweet Lord*. Publicou de forma independente *Vai ter que engolir* (2001) e pola Travessa dos Editores os livros de contos *O estranho hábito de dormir em pé* (2003) e *Códice d'incríveis objetos & Histórias de Lebensraum* (2005). Actualmente, é designer gráfico e membro do conselho editorial da revista *Et Cetera*.

Em Códice d'incríveis objetos & histórias de lebensraum, Sandrini servese do fantástico com um texto seguro e verossímil. Nas situações imaginadas os objectos ganham vida própria: um capacete alemão da Segunda Guerrra torna imortal quem o usa; um nano robô dentro do corpo humano foge do monitoramento dos médicos e um telefone celular recebe mensagens do além. Esses contos, entre outros, constituem a primeira parte do livro denominada Códice d'incríveis objetos. A segunda parte, Histórias de lebensraum, surgem os conflitos nos espaços, que se desenvolvem na metrópole, no shopping, no próprio corpo como espaço, na casa, no condomínio. E para além desses resumos editoriais, nós lemos e gostamos bastante (às vezes também há que dizer), tem a chispa imaginative que faz muitas vezes sorrir

Marina é o primeiro livro da poeta russa Marina Tsvietáieva lançado no Brasil pola Travessa dos Editores. Com traduçom do poeta e semiota Décio Pignatari, a obra apresenta umha autora fundamental na antologia poética russa, que vem sendo cada vez mais reconhecida depois de liberada a divulgaçom da sua obra. Vítima de duas guerras mundiais e da maior revoluçom do século passado, a poeta tivo umha vida sofrida e acabou caída no esquecimento. Enforcou-se no seu quarto, aos 49 anos, numha aldeia perdida da Rússia. Na introduçom, Décio Pignatari destacou que se o século 19, na Rússia, foi dos grandes prosadores, o século 20 jogou luz sobre o trabalho de alguns dos melhores poetas de nosso tempo. E entre eles - Pasternak, Maiakovski, Iessiênin, Ana Akhmátova, Puchkin -, sem dúvida, estava Marina, pouco conhecida no Brasil, mas fundamental a qualquer antologia modernista russa ◆





O Capão é um lugar abandonado por Deus e batizado pelo Diabo. É miséria, violência, droga e morte. É o retrato dos «mano», das «treta» que a moçada faz para se virar – e cada um se vira como pode. É o fim da linha. Usando a linguagem do gueto, alimentando-se daqueles personagens tam reais e sem futuro, Ferréz construiu umha narrativa original. Capão Pecado, o seu livro de estréia, provocou o leitor ao revelar o cotidiano da periferia. Como o próprio autor disse há cinco anos atrás: Capão é um livro de mano para mano. É ácido e violento. É um grito. Ao contar a história de Rael - um garoto cujo sonho era ser escritor, mas o grande pecado foi ter se apaixonado pola namorada do melhor amigo - Ferréz expõe os códigos de umha das favelas mais violentas de São Paulo. E com este romance emocionante, ganhou visibilidade. Tornou-se um dos nomes mais importantes da literatura marginal, investiu na carreira de rapper e passou a colaborar para a revista Caros Amigos. Na nova edição de *Capão Pecado* pola editora Objetiva – que ganhou um novo conceito gráfico o autor inseriu textos inéditos. Os seus livros - Capão, Manual Prático do Ódio e Amanhecer Esmeralda – confirmam, cada vez mais, o talento de um escritor que fez da literatura a sua saída de emergência, a sua salvacom

o 6 PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURSO PERCURS

REVISTAS LIVROS REVISTAS

Nacho Taibo (1949), professor de Língua e Literatura Galegas e escritor especialmente conhecido por relatos breves (mas nom só, ainda que foi premiado até seis vezes no «Certame Nacional Galego de narracións breves Modesto R. Figueirido»), leva já um longo percorrido como autor de romances e tem outros registros. Mas está algo apagado dos horizontes de maior visibilidade do sistema galego oficial mais recente. Talvez por isso nos interesse -para além do lado humano. Foi só agora que conhecemos o seu Salvador de Occidente, romance de 1999 (Editorial Ir Indo, Vigo) onde revisita em 200 páginas e ao seu modo o mundo dos cavaleiros com espada, desde um conjunto composto por 4 livros e um "Caderno de Goterre Falcón", que coloca em danca umha geografia galega e europeia (de Compostela a Constantinopla). Desde um século XV que retoma cantigas medievais, esboça batalhas e amores, aborda viagens e vidas domésticas, reencontramos o tempo forte dos senhores feudais e do clero, numha peripécia sempre sedutora e que passou em silêncio. Outros títulos do autor: A fundición e outras narracións, A Odisea segundo Nacho, A Ponliña Irlandesa, A Semancia, Alma de beiramar, Calendario (de brétemas mañanceiras na miña praia atlántica), Catro narracións, Doncos, o pacífico, Homes de Ningures, Informe Bestiario, Novo do trinque, O Fotógrafo, Os Inmortais, Os partidos políticos na Galiza, Por tras dos meus ollos...◆





A **Bahia Cultural** é umha Agenda modesta, mensal, que sugere eventos, centros culturais, cinemas, danças, exposições, sarus e cafés e conferências literárias, músicas de todo o tipo, palestras e seminários, teatros e encenações, endereços vários com horários e preços certos, e um diário "Dia&Noite" do que se passa no Pelourinho, com detalhes por hora e minuto (todos os dias tem várias propostas). Talvez todas sejam assim, talvez todas sejam de borla e raramente se contem entre as revistas e livros, mas nem todas acabam por ser descartáveis, nem todas conservam umha fotografia do que foi podia ter sido a sua passagem por umha das cidades mais sedutoras do Brasil. Aqui também cuidamos da sugestom prática. Esteja prevenido. Esteja prevenida. Pois •

Jorge Nazra Torrico (Santa Cruz de la Sierra, 1974), modelo e escritor boliviano, umha síntese bastante particular, escreveu inicialmente teatro no seu país e também um primeiro romance, El Segundo Patio, que publicou já em Espanha (Editorial Yanderesa, 2003). Conhecemo-lo num aviom voltando do Brasil e enviou-nos o seu texto, três dias da história de um adolescente boliviano, num estilo talvez hiperliterário e passado de açúcar. A formataçom editorial pode incrementar tal sensaçom. Jorge passou um tempo em Madrid, transferiu-se para Barcelona e estabeleceu-se em Sant Quirze del Vallès. Os rumos por onde tem continuado no campo literário, Mujeres del mundo: retratos del alma, ou 100 consejos antiedad (neste caso no Círculo de Lectores, 2005, e em co-autoria com a galega Tareixa Enríquez, que comandou de algum modo a sua recente 'carreira literária'), também nom parecem prever resultados muito sérios ◆





O nº 34 do *Boletín Galego de Literatura*, correspondente ao 2º semestre de 2006, foi coordenado por Anxo Abuín González e César Pablo Domínguez Prieto, tendo por tema central "A Literatura Comparada hoxe". Onze artigos de maior ou menor interesse assinados por nomes da USC ao lado de Pavol Koprda, Mignolo ou Carlos Reis, e cinco resenhas. Tem as mesmas páginas que a *Agália*, com menor trabalho de formataçom e gráfico, e detalhes que necessária e infelizmente a afastam do nosso modelo: o *Boletín* pode pagar as poucas gravuras que coloca, e nom só, porque recebe subsídios da Direcçom Geral de Investigaçom e Desenvolvimento da Junta da Galiza, e 'colaboraçom' de "Galicia Innovación" da mesma Junta, da Universidade Compostelana, e de *El Corte Inglês*. Quase nada







Normas para o envio e selecçom de Trabalhos a publicar na Revista *Agália*

- a) Só serám admitidos para publicaçom os trabalhos que cumpram estritamente as Normas Técnicas e editoriais assinaladas nesta secçom.
- b) Os trabalhos, em disquete, CD ou por correio-electrónico, devem ser enviados, impreterivelmente, antes dos dias 1 de Maio e 1 de Novembro de cada ano –para serem avaliados e eventualmente publicados no semestre a seguir–, para os seguintes endereços:

. Revista *Agália* Aptdo. 453 32080 Ourense (Galiza) . Carlos Quiroga Faculdade de Filologia – USC 15782 Santiago de Compostela (Galiza)

correio-e:

agalia@agal-gz.org>, <fgtinta@usc.es>

- c) O envio de trabalhos pressupom a aceitaçom da decisom, inapelável, do Comité Científico.
- d) Agália publica Estudos, Notas e Recensons de livros. Entende-se por Estudo um trabalho de investigaçom de mais de 10 páginas de texto dactilografado a dous espaços; as Notas som trabalhos de menor extensom.O texto enviado para a secçom de Estudos deverá vir acompanhado dum breve resumo (de nom mais de 1200 caracteres) e de Palavras-chave (em número nom superior a sete), com a correspondente tradução para inglês ou francês.
- e) O texto enviado para a secçom de Estudos, incluindo resumo, notas e bibliografia, nom deve superar os 80.000 caracteres (contando espaços), excepto autorizaçom expressa dos Comités Científico e Redactoral.
- f) No texto enviado para a secçom de Notas ou Recensom nom é requerido resumo e o seu tamanho máximo situa-se nos 20.000 caracteres, excepto autorizaçom expressa dos Comités Científico e Redactoral.
- g) Os trabalhos serám seleccionados por membros do Comité Científico de Agália, com carácter confidencial.
- h) Será motivo de exclusom da ediçom prevista a publicaçom prévia do trabalho –ou de parte substantiva dele– em qualquer outro meio impresso ou electrónico, sem autorizaçom da Direcçom da Agália.
- i) Serám excluídos aqueles trabalhos que, a juízo do Comité Científico, nom tenham o nível suficiente. O Comité Redactoral da Revista só se compromete a entrar em contacto com remetentes de trabalhos seleccionados para publicaçom.
- j) Em virtude da Lei de Propriedade Intelectual espanhola, a direcçom da Agália deve garantir que os trabalhos sejam originais e inéditos. Esta lei, no seu art. 32 (cap. II) do R. D. Legislativo 1/1996 de 12 de Abril, que aprova o texto refundido da Lei de Propriedade Intelectual, explicita claramente: "É lícita a inclusom numha obra própria de trechos de outras alheias de natureza escrita [...] sempre que se tratar de obras já divulgadas e a sua inclusom se realizar a título de citaçom ou para a sua análise, comentário ou juízo crítico. Esta utilizaçom só poderá ser realizada com fins docentes ou de investigaçom [...] indicando a fonte e o nome do autor da obra utilizada." Por outro lado, se os trabalhos incluirem qualquer tipo de materiais gráficos (fotos, gravuras, mapas, quadros, esquemas, gráficos, diagramas, tabelas, planimetria, etc.) os/as autores/as farám mençom clara e explícita da fonte dos mesmos, no caso de nom serem de elaboraçom própria.

NORMAS PARA O ENVIO E SELECÇOM DE TRABALHOS

- k) O único idioma oficial para a publicaçom na revista Agália é o galego-português, em qualquer das suas variantes. Se o Comité Redactoral o julgar de interesse, poderám aparecer na revista, na sua versom galego-portuguesa, trabalhos originalmente redigidos noutras línguas (referenciando o título original do trabalho e o responsável pola traduçom).
- I) A opiniom do texto e a modalidade lingüítica é de responsabilidade do seu autor ou autora.
- m) Cada autor ou autora de trabalhos publicados na revista *Agália* terá direito a um exemplar do volume em que aparece o seu trabalho, que lhe será oportunamente enviado no momento da ediçom. Se algum autor ou autora desejar que lhe seja feito o envio de mais exemplares, deverá contactar com o Comité Redactoral, e esse envio será feito pagando no momento da recepçom os preços postais correspondentes.
- n) Qualquer assunto nom previsto nestas normas será objecto de resoluçom, no seu caso, por parte dos Comités Científico e Redactoral da Revista.

NORMAS TÉCNICAS

- TEXTOS: Poderá usar-se qualquer das versons dos processadores OPENOFFICE ou Microsoft WORD para os sistemas operativos Apple-McIntosh (preferente), MS-DOS/Windows ou Linux.
- 2) MATERIAL GRÁFICO: A inclusom de material gráfico deve garantir a originalidade. No caso de incluir referências, nos originais constará com toda a clareza a sua fonte e / ou localizaçom, inclusive com mençom expressa da concessom da permissom de reproduçom se for o caso. O material gráfico digitalizado deverá adequar-se aos seguintes parámetros:
 - Desenhos, planos, mapas, gravuras, etc.: formato .TIFF tendo em conta que o processo de digitalizaçom ("scanning") se fará em linha ou mapa de bits (nunca em escala de cinzentos), ao tamanho real da imagem (100%) e com umha resoluçom mínima de 1.200 pontos por polegada (p.p.p).
 - •Fotografias: formato .TIFF a cores ou escala de cinzentos (a preto e branco) conforme proceder, ao tamanho real da fotografia (100%) e com umha resoluçom mínima de 300 pontos por polegada (p.p.p.).
 - Gráficos: Preferentemente numha página em Excel (arquivos .XLS) (os gráficos de Word apresentam freqüentemente problemas de conversom aos programas profissionais de diagramaçom), ou no formato do Openoffice (.SXC).
 - •MUITO IMPORTANTE: Com independência de o material gráfico poder ir inserido no documento de texto, como orientaçom para a localizaçom das imagens, cada umha das imagens ou gráficos deverá ser entregue como arquivo independente, sujeitando-se às especificaçons supracitadas.
- 3) Os textos levarám o cabeçalho deste modo (Times, corpo 11):

título da comunicaçom: **centralizado, minúscula, negrito**. nome e apelidos do/a autor/a: debaixo do título, direita, minúscula. universidade ou centro –no seu caso: debaixo do nome, direita, minúscula.

Exemplo:

A Lusofonia contestada

Armando Guerra Constante Univ. dos Açores

NORMAS PARA O ENVIO E SELECÇOM DE TRABALHOS

- 4) As notas de rodapé (Times, corpo 8) deverám ser compostas com a opçom específica do processador de texto. Se seguir sinal de pontuaçom ao número de chamada, o sinal de pontuaçom irá depois do número da chamada e nunca antes: exemplo¹. e nom exemplo.¹
- 5) No corpo do texto (Palatino ou Times, corpo 11), o avanço de parágrafo da primeira linha deve ser feito com a opçom específica do menu formato ou desenho de parágrafo; nunca se usará tecla de espaçamento nem tabulaçom. A mesma indicaçom serve para as notas de rodapé.
- 6) A citaçom de trecho longo disporá-se como parágrafo independente (corpo 10), sem aspas, com a correspondente remissom bibliográfica no fim do trecho entre parênteses; deverá ser composta (também as tabelas ou quadros) com a opçom específica do processador de textos, nunca com espaçamentos ou tabulaçom. Se a citaçom tiver menos de quatro linhas, deve dispor-se no corpo do texto, entre aspas duplas (se houver necessidade de utilizar aspas dentro da citaçom, elas serám simples, '...').
- 7) Bibliografia: deve consignar-se sob a epígrafe BIBLIOGRAFIA (centralizada, minúscula, negrita). As entradas, ordenadas alfabeticamente, irám do seguinte modo: APELIDO(S) [VERSA-LETES] Nome (minúscula): *Título do livro* [itálico] ou do "Artigo de revista ou colaboraçom em obra colectiva" [pode ir entre aspas, rectos], resto dos dados do livro: lugar, editorial, ano [rectos] ou Título da revista ou obra colectiva [itálico]. Exemplos:
 - 1. Referências correspondentes a livros:
 - Comissom Lingüística da AGAL. 1985. *Prontuário Ortográfico Galego*. Associaçom Galega da Língua: Santiago de Compostela.
 - Carvalho Calero, Ricardo. ⁷1997 (1966) Gramática elemental del gallego común. Editorial Galaxia: Vigo.
 - Carvalho Calero, Ricardo. 1984a. Letras Galegas. Associaçom Galega da Língua: Santiago de Compostela.
 - Darwin, Charles R. 1859. *The Origin of Species by Means of Natural Selection*. John Murray. Londres. [Cit. pola trad. port. de Dora Batista, *A Origem das Espécies*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 2005].
 - 2. Referências correspondentes a artigos , trabalhos inseridos em actas, colectáneas:
 - ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso. 1987. "Fala, bilingüismo, poder social". *Agália*, 10: 127-150.
 - ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso e Mário J. HERRERO VALEIRO. 1996. O continuum da escrita na Galiza: entre o espanhol e o português. *Agália*, 46: 143-156.
 - CHAVES DE MELO, Gladstone. 1996. "A língua poética de Ernesto Guerra da Cal, modelo de reintegração". In Maria do Carmo Henríquez Salido (org.): Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza: 233-240. Associaçom Galega da Língua: Santiago de Compostela.
- 8) Na disquete ou CD deve ser rotulado o nome do autor, título completo do trabalho, processador de textos utilizado e versom do mesmo.
- 9) É possível que, nalgum caso, sejam enviadas provas a algum dos autores. Os autores corrigirám as primeiras provas, admitindo-se só correcçons tipográficas e ortográficas, e, sempre ao juízo dos editores, aqueles acréscimos ou eliminaçons de texto que nom afectarem a diagramaçom da publicaçom.
- 10) Para além de cópia digital, deverá ser enviada cópia impressa do trabalho.

